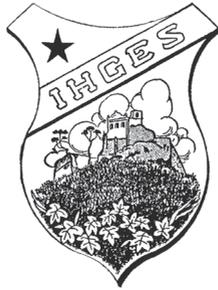


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



66

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo

Diretor Presidente

Ademir Rodrigues

Diretora Administrativo Financeiro

Mirian Scárdua

Diretor de Produção e Comercialização

Marcos José de Aguiar Alencar

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

2.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

3.º Vice-Presidente: Victor Humberto Salviato Biasutti

4.º Vice-Presidente: Gelson Loiola

Secretária Geral: Nádia Alcuri Campos

Secretária Adjunta: Juliana Sabino Simonato

Tesoureiro Geral: Aldo José Barroca

Conselho Fiscal: Fernando Antônio de Moraes Achiamé; Carlos Teixeira de Campos Junior; Humberto Del Maestro; Rogério Zanon da Silveira; Ricardo Brunow Costa e Jadir Peçanha Rostoldo.

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves (coordenador); Adilson Vilaça; Estilaga Ferreira dos Santos; Francisco Aurélio Ribeiro.

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier da Costa

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917-
v. : il.

Anual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória-ES • CEP: 29.018-370

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: contato@ihges.com.br

www.ihges.com.br

EDITORIAL

Ao assumir meu primeiro mandato de presidente, em junho de 2008, dizia eu que presidir o IHGES é uma honra e é encargo de todo associado, porque todos nós, associados, podemos igualmente presidi-lo. Se me cabe esse encargo pela segunda vez, é porque a Assembleia Geral continua a confiar no meu trabalho. E por isto, pela confiança, sou grato à Assembleia Geral que me reelegeu. Daqui, senhores, falando a esta audiência, eu agora realmente me vejo iniciando mais três anos de esforços e de trabalho duro em prol desta Casa.

Ao assumir em 2008 a presidência, para não fugir à regra do administrador que assume um cargo, fiz também uma promessa a esta Assembleia: prometi que toda a minha atuação, enquanto estivesse à frente da Casa, seria no sentido de manter e ampliar o único patrimônio que temos de verdade: o prestígio de nossa instituição como guardião das tradições do Espírito Santo. Penso que todos nós efetivamente trabalhamos para isso nestes três anos, e o fizemos com êxito. Mas não cabe prestar a esta assembleia, que é extraordinária, um relatório do que fizemos. Isto já foi feito em assembleia ordinária, em que prestamos contas da minha gestão, como impõe o Estatuto.

O que realizamos juntos no primeiro período de presidência já está integrado aos registros históricos da Casa. Essas realizações são parte do nosso caminho até aqui. Importa, agora, que realizemos mais, que continuemos a realizar, para que ao fim deste segundo mandato possamos, a Diretoria, passar o bastão com a sensação de dever cumprido. Como a Diretoria que sai o faz agora.

A essa Diretoria que sai, companheiros de trabalho e de realizações, o que nos enche de orgulho, os meus mais sinceros agradecimentos. A Gabriel Bittencourt, a José Calmon Tristão Fernandes, a Paulo Stuck Moraes, a José Paulo Calmon Nogueira da Gama,

meus vice-presidentes; a Nádia Alcuri Campos e Juliana Simonato, minhas secretárias; a Rogério Zanon da Silveira, meu tesoureiro, guardião dos nossos parques recursos, mas muito bem administrados pela sua reconhecida competência; a todos, muito obrigado.

Como fomos candidatos à reeleição, procuramos propor à Assembleia Geral uma chapa com o mínimo possível de alterações nos nomes que a compusessem, porque no nosso critério de avaliação nossa administração teve êxito no que se propôs realizar. Algumas alterações, no entanto, por motivos pessoais, sempre acontecem, e de fato aconteceram. Deixa o quadro de vice-presidentes o associado Gabriel Bittencourt, meu presidente na Academia Espíritosantense de Letras, que juntamente com o associado Luiz Guilherme Santos Neves foi elevado pela Assembleia Geral à condição de Grande Conselheiro, com status de presidente de honra. Deixa a Diretoria, por opção pessoal, o associado José Calmon Tristão Fernandes, depois de anos de bons serviços prestados na administração desta Casa.

Dois vice-presidentes permaneceram no quadro: Paulo Stuck Moraes, o homem presente no dia-a-dia do Instituto, o homem das decisões urgentes. Que, no entanto, eticamente como é do seu modo de proceder, nunca as tomou por cima da autoridade do presidente ou da própria Diretoria, mas também nunca deixou de agir, porque sua conduta não contempla a omissão. José Paulo Calmon Nogueira da Gama, que nos empresta seu prestígio pessoal e sua experiência administrativa de homem de Estado. Sempre acessível, apesar de suas elevadas atribuições no Tribunal de Justiça, para opinar e ajudar a decidir. Com eles dois e mais os vice-presidentes Vitor Humberto Biasutti, filho de um dos homens mais gentis com quem tive o prazer de conviver nesta Casa e Gelson Loiola, do alto da integridade e dedicação que ostenta como servidor público militar de última patente, seguiremos adiante de forma segura.

Com uma Diretoria do quilate da que hoje se despede não haveria como a administração não resultar, independente de quem presidisse a Casa. De que a administração resultou a contento dos associados não resta dúvida, porque, repito — e repito pelo orgulho que esse fato me causa — nosso relatório de atividades foi aprovado à unanimidade e obtivemos por aclamação o mandato para continuarmos nosso trabalho.

Na última reunião ordinária antes da Assembleia Geral de maio justifiquei aos presentes por que motivo desejava continuar à frente do IHGES. Dizia eu considerar que a tarefa a que me propus ainda não estava encerrada. De fato, na minha gestão retornou a demanda para dotar nossa Casa de uma sede maior, mais condigna com as novas exigências que nos são feitas nestes novos tempos, em que a simples produção acadêmica parece não bastar. Permanece o problema recorrente da incerteza quanto à manutenção financeira, já que no Espírito Santo não temos dotação orçamentária estatal, a contrário de alguns outros congêneres que visitei e com quem tenho procurado estreitar laços, como os da Bahia e de Santa Catarina. Sobrevivemos, assim, da anuidade paga pelos associados, que é empregada na forma da carta circular passada aos senhores e reproduzida no relatório de prestação de contas.

Mas este não é assunto para ser tratado nesta ocasião. Afinal, se a Assembleia Geral confiou a mim o encargo de representá-la na administração da Casa, é para que estes problemas sejam administrados por mim e pelos vice-presidentes, prestando-lhe contas *a posteriori*. Não por outro motivo sempre procurei me cercar e manter a meu lado, na Diretoria, associados de grande competência administrativa.

Esta, senhoras e senhores, é uma solenidade em comemoração aos noventa e cinco anos de fundação do IHGES. Nesta tarde relembramos a memória de nossos idealizadores, Carlos Xavier Paes Barreto, Antônio Francisco Ataíde e Arquimimo Martins de Matos;

fiz questão de tê-los ali ao lado, neste salão, velando sempre pela Casa que iniciaram; relembramos a memória dos nossos fundadores, mais quarenta e um abnegados, além dos três nominados, e cujos concursos podem ser consultados da ata de fundação, que o falecido ex-presidente, desembargador Sebastião Sobreira, fez afixar na entrada do recinto.

Essas providências evocativas as considero muito importantes. Porque é não perdendo de vista nossa história, principalmente não perdendo de vista os propósitos que levaram aqueles homens a sair das suas casas naquele dia 12 de junho de 1916 e ir assinar, numa sala do então Congresso Legislativo do Estado, a nossa ata de fundação, que nós avançaremos de forma segura nas nossas realizações.

Na vida das pessoas os acontecimentos se sucedem. Alguns deles têm mais, outros menos influência nos nossos ânimos e nos nossos destinos. Este ano de 2011 começou de forma muito dura para mim e para a minha família, pela perda do meu avô, Alcyr Queiroz Pereira, no mês de março, e de meu pai, Gélice Aucyrones d'Oliveira Neves, no mês de maio. Confesso que desanimei, que pensei em desistir de continuar minha luta à frente desta Casa. Mas revendo alguns papéis encontrei um exemplar da revista Comandos, dos alunos do Colégio Estadual do Espírito Santo — o número 18, de outubro de 1952, editada por meu pai como presidente da UAGES, o grêmio estudantil da Escola. E me deparei, lendo o Editorial que ele escreveu há quase sessenta anos, com as seguintes palavras:

“Se mais não fizemos, conseguimos dar continuidade a COMANDOS, que nos vem de longe. Outros jovens nos legaram esta revista, fruto de seu ideal, e devemos não medir esforços no sentido de passá-la a outros que depois de nós venham.

A vida não é mais que uma eterna sucessão. As gerações sucedem gerações, os filhos continuam

as obras dos pais e assim mantêm-se, através dos séculos, a chama acesa da vida. Estamos cumprindo um papel que nos foi traçado. E quanto isso nos alegra!”

Se é papel dos pais orientar os filhos, apontar-lhes o bom caminho, nesta quadra em que nos faltou meu pai se desincumbiu de seu papel comigo dessa forma. Coincidentemente, por um escrito de seus dezessete anos de idade, quando provavelmente ainda nem sonhava com a paternidade.

A ele sou grato também por isto, e a ele dedico o meu segundo mandato à frente desta Casa, um papel que me foi traçado pelos meus consócios e que muito me alegra. Porque sem saber me dei conta agora, depois de seu falecimento, que venho seguindo nestes três anos de mandato exatamente o seu ensinamento: deixar para quem nos suceder nesta Casa os frutos de nossas realizações, para manter aqui acesa a chama da vida.

Agora então com mais um motivo, que é o de seguir-lhe o conselho, tenham todos os senhores a certeza que de fato não medirei esforços para realizá-lo.

Getúlio Marcos Pereira Neves

Discurso de posse na presidência do IHGES no dia 15 de Junho de 2011.

SUMÁRIO

CONCURSO JOAQUIM NABUCO

Joaquim Nabuco e a sombra de Hegel | 13

Maikon Chaider Silva Scaldaferrro

Liberdade e Escravidão nos debates da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo | 31

Rodrigo da Silva Goularte

ARTIGOS

Início da regulamentação da Arqueologia no Espírito Santo (1966 a 1968) | 43

Henrique Antônio Valadares Costa

As Mulheres Combatentes da PMES: 28 anos de História | 65

Gelson Loiola

A nova História Política e a História Regional | 103

Aldieris Braz Amorim Caprini

“Começa a rasgar-se o véu”: O Jornal *A Liga* e o novo modo de se fazer política na Província do Espírito Santo | 113

Karulliny Silverol Siqueira

O Fundo de Emancipação: as prerrogativas da Lei do Ventre Livre como estratégia de mobilidade social | 137

Juliana Sabino Simonato

“Nos trilhos dos trilhos”: Os reflexos da expansão ferroviária no Espírito Santo do século XIX | 165

Leandro do Carmo Quintão

Estradas de Ferro | 185

Evandro Moreira

Norbertino Bahiense, Caboclo Bernardo e o Imperial Marinheiro | 189

Gabriel Bittencourt

Educação e Desenvolvimento | 201

Regina Menezes Loureiro

Município de Santa Leopoldina: síntese da evolução histórica do seu território e de seu quadro demográfico | 207

Ricardo Brunow Costa

Alexandre Magno entre a História e a Poesia Medieval | 221

Ester Abreu Vieira de Oliveira

RIHGES: Impressões entre a tradição e a modernidade | 235

Heliana Soneghet Pacheco, Glenda Barbosa e Paulo Fernando Reckel Santos

Um breve estudo sobre a trajetória política e intelectual de Jorge Bahlis (1901-1952) | 253

Marisângela T. A. Martins

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

Comenda Ceciliano Abel de Almeida 2010 | 271

Comenda Ceciliano Abel de Almeida 2010 | 279

Discurso de Posse no IHGES | 291

Discurso de Posse no IHGES | 295

Nos 95 anos do IHGES | 299

“As Famílias Portuguesas Radicadas no Espírito Santo” Notas genealógicas | 309

Comunicação ao V Colóquio | 327

CONCURSO JOAQUIM NABUCO

JOAQUIM NABUCO E A SOMBRA DE HEGEL

Maikon Chaider Silva Scaldaferrro

Resumo: Joaquim Nabuco ainda bem jovem conheceu as ideias de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Este estudo investiga a influência do filósofo alemão nos escritos do pensador brasileiro. Ele examina essa influência em três momentos diferentes. Primeiramente abordamos a concepção de história de Nabuco. No segundo momento analisamos a crítica que ele faz à Igreja Católica. Ao final trataremos do tema da concretização da liberdade.

Palavras-chave: Escravidão. História. Igreja. Liberdade.

Joaquim Nabuco é uma dessas figuras emblemáticas que entram para história se destacando com vários papéis. Nabuco foi monarquista, abolicionista, patriota, político, jornalista e pensador. Aqui, nos interessa falar do Nabuco pensador, teórico da sociedade brasileira que escreve muitas vezes com uma aspiração filosófica.

O Nabuco pensador não foge da tradição brasileira, é da cultura europeia que ele extrai seus principais referenciais teóricos. Como bem ressalta Cruz Costa,

a nossa cultura filosófica tem sido, [...] em grande parte, simples glosa do pensamento europeu. No entanto, nessa glosa é possível talvez apreender, não sem dificuldade, certos aspectos originais do processo de formação do pensamento nacional (COSTA, 1960, p. 20).

Nabuco é mais um autor a confirmar essa tese de Cruz Costa. Na sua autobiografia ele menciona os principais autores da tradição filosófica europeia que o influenciaram. Ele diz o seguinte:

Eu tinha sempre lido muito e de tudo na época em que me sentia mais político do que homem de letras. Em filosofia tinha assimilado um pouco de Spinoza, Plotino, Kant e Hegel; a nota mais sonora e mais sustentada de cada um deles vibra a mesma em meu espírito ainda hoje que sinto a grandeza da filosofia e coloco Santo Tomás de Aquino entre Aristóteles e Platão (NABUCO, 1999, p. 65).

Mesmo admitindo a leitura desses diversos autores, para nós, nenhum ressoa tão forte no modo de pensar e escrever de Nabuco quanto Hegel. Joaquim Nabuco não manifestou explicitamente como as ideias do filósofo alemão o influenciaram. No entanto, pretendemos indicar como a sombra de Hegel acompanha Nabuco em suas principais obras.

1. Uma influência que surpreende

A afirmação de que há uma profunda influência de Hegel nos escritos de Nabuco surpreende por dois motivos.

O primeiro motivo é o fato de Hegel ter sido visto como um dos principais detratores da América. Antonello Gerbi menciona que “[...] a ‘calúnia’ contra a América obtém o triunfo [...] ao ser adotada por Hegel” (GERBI, 1996, p. 254).

A imagem que Hegel faz da América é descrita por ele em suas *Lições sobre filosofia da história*.¹ Nas respectivas lições o filósofo

¹ *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte* é uma obra póstuma constituída por anotações de aulas ministradas por Hegel. Sua publicação se deu em 1837, seis anos após a morte do filósofo. Em nossas citações utilizaremos a versão em português traduzida com o título de *Filosofia da História* pela editora UNB. Cf. referências bibliográficas ao final do texto.

afirma: “A América sempre se mostrou, e ainda se mostra, física e espiritualmente impotente” (HEGEL, 2008, p. 74). Para Hegel, a existência de uma diversidade de ilhas que não constituíram uma camada uniforme de terra e de imensos cursos d’águas, espalhando-se em pântanos, é o reflexo dessa impotência física do continente americano. Essas características retratam a imaturidade de terras que tiveram um surgimento tardio, tal como a Austrália.

A impotência espiritual pode ser vista através das principais características dos americanos do sul e do norte. O que caracterizaria os americanos do sul são a “mansidão e indiferença, humildade e submissão perante um crioulo e ainda mais perante um europeu” (HEGEL, 2008, p. 75). Já na América do Norte, Hegel vê a mais exacerbada licenciosidade da imaginação em matéria religiosa, a ponto de chegar às raias da loucura. Além disso, há entre os americanos do norte um apelo à legalidade mas sem moralidade. De modo que, segundo Hegel, “[...] os comerciantes americanos têm a má reputação de enganar os outros sob a proteção da lei” (HEGEL, 2008, p. 77).

As ideias de Nabuco contrariam muitos dos juízos de Hegel acerca da América. Em vez de uma impotência física, o brasileiro vê na natureza do continente americano as “[...] formas mais belas, variantes e pujantes que a vida assume em nosso planêta [sic]”. (NABUCO, 1949, p. 206). Nabuco cita os naturalistas clássicos que estudaram nosso continente (Darwin e Humboldt) para justificar sua afirmação.

Por outro lado, em vez de impotência espiritual, Nabuco via na América do Norte o lugar de onde surgiam as mais recentes contribuições para o progresso da humanidade. Seriam essas contribuições: o patriotismo, a realização da democracia moderna, a igualdade geral de condições sociais. Partindo dessa visão romântica das contribuições da América do Norte para o progresso da humani-

dade, Nabuco afirma que “vem [sic] a America [sic] regenerando o velho mundo dês [sic] do século [sic] XVI” (NABUCO, s.d., p. 201). Quanto a América Latina, há uma certa semelhança entre o parecer de Nabuco e as considerações de Hegel. Isto porque, segundo o abolicionista, ainda seria cedo demais para falar do papel destinado à América Latina na história universal,² esta não havia entrado nesse palco (história universal) até aquele momento. Mas isso não significa para Nabuco uma impotência espiritual, tal como pensa Hegel. Pois para o brasileiro, entre os latino-americanos existem os mais perfeitos tipos de homens e mulheres.

A afirmação de que Hegel influencia profundamente Joaquim Nabuco também surpreende por um segundo motivo: a ambígua posição que o pensador alemão assumiu em relação à escravidão nas suas *Lições sobre filosofia da história*.

Na filosofia do direito, Hegel havia caracterizado a escravidão (bem como o assassinato e as perseguições religiosas) como um crime que viola as determinações da vontade (Cf. HEGEL, 1997, p. 86). Todavia, curiosamente Hegel faz na filosofia da história uma concessão à prática da escravidão no mundo moderno. Ele diz o seguinte:

[...] a escravidão é uma fase de educação, um momento de passagem de uma existência isolada e sensível para um tipo de participação futura, em uma moralidade mais sublime e na cultura associada a essa moralidade. A escravidão é, em si e por si, injustiça, pois a essência humana é a liberdade. Mas para chegar à liberdade o homem tem que amadurecer. Portanto, a abolição progressiva da escravidão é algo mais apropriado e correto do que sua abrupta anulação (HEGEL, 2008, p.88).

² Em sua filosofia da história Hegel afirma que a América ainda não fazia parte da história universal. A América é descrita pelo filósofo como a terra do futuro. Cf. HEGEL, 2008, p. 79.

Se antes a escravidão era entendida pelo filósofo alemão como um crime, agora ele se refere a ela como parte de um processo paideútico que prepara os indivíduos para a liberdade. A Europa, que já se sabe livre, deve conduzir os africanos e americanos ao aprendizado da liberdade, mas uma abolição imediata da escravidão não é o melhor caminho. Antes a escravidão surge como um instrumento que torna esse aprendizado mais eficaz.

Essa ideia de Hegel contraria a tudo que o abolicionista Nabuco defendeu durante toda sua vida. Não há nenhuma espécie de argumento que justifique a legitimidade da escravidão para Nabuco. Vamos isso já no jovem Nabuco, que com 20 anos escrevia o primeiro grande libelo contra o escravagismo no Brasil, falo aqui do manuscrito inconcluso *A escravidão*. Nele Nabuco se esforça para deslegitimar a prática escravagista a partir de diversos pontos de vista: o religioso, o jurídico, o filosófico, o social e o econômico. Anos mais tarde na célebre obra *O abolicionismo*, Nabuco também questiona o discurso em voga dos que defendiam a legitimidade da escravidão em nome da soberania do país. Os legitimistas tinham medo que uma abolição imediata pudesse desestabilizar a economia do Brasil levando a nação à bancarrota. Contra esse discurso legitimista Nabuco afirmava que enquanto perdurasse a escravidão estaríamos “[...] a exercer a nossa *soberania para anular o direito mais elevado e mais geral da humanidade: a liberdade pessoal*” (NABUCO, 1949, p. 98).

Embora os juízos a respeito da América e a concessão à escravidão distanciem Hegel de Nabuco, a força das ideias do filósofo alemão exerce uma profunda atração sobre o abolicionista. Com isso, elas se infiltram por todos os lados nos escritos de Nabuco. Mostraremos essa influência a partir de três temas diferentes. Primeiramente, a partir da concepção que Nabuco tem da história, uma concepção extremamente hegeliana. Num segundo momento veremos como a crítica de Nabuco à Igreja Católica é pautada por pressupostos do

pensamento de Hegel. Ao final investigaremos essa influência nas considerações do brasileiro acerca da concretização da liberdade.

2. Uma concepção hegeliana da história

O modo como Nabuco compreende a narrativa histórica reflete uma concepção bem hegeliana. A história é sempre história política. Diz ele em *Minha Formação*: “[...] fazer história, fazer política...” (NABUCO, 1999, p. 97).

Se a história é sempre história política, a narrativa histórica deve ser organizada a partir dos grandes acontecimentos políticos de uma época ou de uma nação. Por exemplo, na construção de sua filosofia da história Hegel coloca a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa como os grandes acontecimentos da época moderna, e é a partir deles que ele compreende a história da modernidade (Cf. HEGEL, 2008, cap. IV). Os dois grandes acontecimentos políticos que Nabuco tomou primordialmente como ponto de referência para pensar a história do Brasil são a implantação do regime escravagista e o surgimento do movimento abolicionista.

A ideia hegeliana de que a história é o progresso da liberdade também foi absorvida por Nabuco. Ele pauta-se nessa ideia para pensar o Brasil.

Na filosofia da história hegeliana o progresso da liberdade segue um movimento que vai do Oriente ao Ocidente, da Ásia para a Europa.³ O movimento da história começa sempre em um estágio

³ Hegel afirma o seguinte: “Die Weltgeschichte geht von Osten nach Westen, denn Europa ist schlechtin das Endes der Weltgeschichte, Asien der Anfang [A história do mundo vai de leste para oeste, a Europa é simplesmente o fim da história do mundo, a Ásia o início]”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986. p. 134.

inferior que progride paulatinamente para um superior. Segundo Hegel, “o oriente sabia — e até hoje sabe — apenas que *um* é livre; o mundo grego e romano, que *alguns* são livres; o mundo germânico sabe que *todos* são livres” (HEGEL, 2008, p. 93).

A Europa, que Hegel chama de mundo germânico por ter sido fundada pelos povos germânicos, é a máxima realização da liberdade. Nela (Europa) o princípio racional que diz que todos são livres por natureza se torna efetivo. Aqueles acontecimentos históricos que Hegel põe em destaque, a saber, a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa são para ele as manifestações da liberdade se realizando plenamente no solo europeu. Na Reforma, o protestantismo afirmou contra a autoridade da tradição a soberania do sujeito, que passa a ter acesso ao divino sem mediações. Já a Revolução Francesa fez valer contra a sujeição às leis divinas e às da tradição a vontade do sujeito que almeja a liberdade. Daí vemos que a “Declaração dos Direitos do Homem e o Código Napoleônico realçaram o princípio da liberdade da vontade como fundamento substancial do Estado, em detrimento do direito histórico” (HABERMAS, 2000, p. 26). O Iluminismo, por sua vez, ao tripartir a cultura em três âmbitos diferentes e autônomos (ciência, moral e arte) também afirmou o princípio da subjetividade, a liberdade. Vemos então a *ciência* agora objetivando um mundo desencantado, onde diante da contestação de todos os milagres o sujeito se encontra liberto para conhecer as leis da natureza. A *moral* passou a ter como fundamento não “ideias” transmundanas que determinam o certo e o errado, mas antes se assenta na autonomia de um sujeito racional que discerne como válido o que ele deve fazer. Por outro lado, tal autonomia funda-se “na exigência de que cada um persiga os fins do bem-estar particular em consonância com o bem-estar de todos os outros” (HABERMAS, 2000, p. 27). Já a *arte* não se sujeitava mais a expressar uma educa-

ção moral ou a vida das divindades. “A auto-realização expressiva torna-se o princípio de uma arte que se apresenta como forma de vida” (HABERMAS, 2000, p. 27). A arte romântica expõe maximamente esse ideal, assim como a propagação da literatura autobiográfica. Ambos têm como elemento principal a livre “exteriorização do Eu” por parte do artista.

Nabuco parte do pressuposto de que a história é o progresso da liberdade para analisar a quantas anda o Brasil. Em outras palavras, é desde uma concepção determinada da história (uma das mais populares do século XIX) que Nabuco traçou o perfil da condição do Brasil perante o resto do mundo, em especial, perante a Europa.

O jovem Nabuco já tinha bastante clareza em relação à condição que o Brasil se encontrava diante do progresso da liberdade. Ele escreve em *A escravidão*:

A história, espelho vivo do progresso humano, [...] parece a sanção da lei hegeliana (falsa para nós) de que o que é posterior na ordem da sucessão é superior na ordem da essência [...] (NABUCO, 1999, p. 21).

O pensador brasileiro apesar de entender a história como o espelho do progresso humano vê a ausência desse progresso no Brasil. Isto porque “[...] a escravidão é um peso enorme que atrasa o Brasil [...]” (NABUCO, 1949, p. 100), de modo que, “[...] impossibilita o seu progresso” (NABUCO, 1949, p. 100).

Hegel julgou a América como a terra do futuro (Cf. HEGEL, 2008, p. 79) e que nela, em tempos vindouros, se revelaria o “[...] elemento importante da história universal [...]” (HEGEL, 2008, p. 79), a saber, a liberdade. Nabuco escreve *O abolicionismo* permeado pelo sentimento de que esse futuro está cada vez mais próximo. O elemento primordial da história, a liberdade, começa a se mostrar por essas bandas. Para ele, estava começando a surgir no Brasil a

consciência de que os homens são livres por natureza e de que essa liberdade deve se concretizar politicamente. Logo no prefácio de *O abolicionismo* nosso autor manifesta seu otimismo com essa incipiente tomada de consciência. Escreve ele:

Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional — em formação, é certo — que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente (NABUCO, 1949, p. XI).

Diversos acontecimentos atestavam, para Joaquim Nabuco, que estava em processo a tomada de consciência da liberdade, o elemento que confere a dignidade humana. A proibição do tráfico de escravos e a lei do ventre livre estão no começo da história do Brasil que aprende o que é a liberdade. No entanto, é com o surgimento de um movimento abolicionista, levantando sua voz no Parlamento pela primeira vez entre os anos de 1879 e 1880, que a tomada de consciência da liberdade se agudiza. O surgimento de um movimento abolicionista no Brasil é a prova mais importante da existência do despertar de uma consciência moral (Cf. NABUCO, 1949, p. 9).

3. A crítica à Igreja

A análise da religião no Brasil realizada por Nabuco em forma de protesto é outro momento em que a sombra de Hegel o acompanha. Não que Hegel tenha sido um algoz da religião, muito pelo contrário. Nesse tema Nabuco herda de Hegel a compreensão do papel desempenhado pelo cristianismo na história.

Hegel descreve como a maior contribuição da religião cristã a ideia de que:

[...] a escravidão é impossível [...], pois o homem é considerado como homem por sua natureza universal em Deus; cada indivíduo é objeto da graça de Deus e do objetivo final divino: Deus quer que *todos* os homens sejam bem-aventurados. A rigor, o homem, já como homem e sem qualquer particularidade, tem valor infinito, e exatamente esse valor supera toda a particularidade do nascimento e da pátria (HEGEL, 2008, p. 282).

O princípio, todos são livres, que se manifesta pela primeira vez com o cristianismo no mundo romano, só se tornou real no mundo germânico, ou seja, para Hegel só a Europa moderna conseguiu realizar a ideia de liberdade que veio à tona com a religião cristã. Nabuco compreende o papel histórico do cristianismo da mesma forma que Hegel. Ele afirma que a morte de Cristo “[...] concorreu para a purificação humana, para o alvorecer da liberdade moderna” (NABUCO, 1999, p. 27).

Sendo o cristianismo a religião que afirma que todos são livres, não entrava na cabeça de Nabuco a convivência da Igreja Católica no Brasil com a prática da escravidão. O jovem Nabuco diz de forma ácida que a religião no Brasil foi substituída por sua antípoda de meia idade, a superstição (NABUCO, 1999, p. 22)

Quando o movimento abolicionista começou a ganhar força no Brasil a Igreja ainda mantinha a mesma postura. Isto tornou os ataques de Nabuco ainda mais vorazes. Escreve ele em *O abolicionismo*:

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentando com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do

Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou, foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativo, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação. (NABUCO, 1949, p. 18)

A espúria condescendência, denunciada por Nabuco, da Igreja Católica com a ordem escravocrata era bem visível nas ordens religiosas, mosteiros, conventos, etc. O historiador franciscano Frei Basílio Röwer escreve o seguinte a respeito de sua visita ao Convento da Penha no Espírito Santo: “Causou-nos espécie topar com tantos escravos nos relatórios dos Guardiães da Penha. O seu número ultrapassava o de qualquer outro convento” (RÖWER, 1965, p. 84). Segundo Röwer, em 1872 havia no convento 42 cativos, em 1880 o número reduziu para 19. Os escravos além de trabalharem no convento eram uma fonte de renda para os padres que alugavam os cativos para moradores de Vitória e Vila Velha ou ainda os enviavam a festas para pedir esmolas (Cf. RÖWER, 1965, p. 86).

Cabe ressaltar que as críticas de Nabuco a Igreja lembram em sua acidez muitas vezes as palavras dos iluministas franceses. Todavia, o ponto de partida da crítica do brasileiro não é a postura do iluminismo de colocar em oposição fé e razão, Igreja e Ciência. Nabuco quer explorar as contradições internas da própria religião.

“A religião de Cristo não podia permitir abençoar cativo algum” (NABUCO, 1999, p. 45), com isso se a Igreja justifica a escravidão ela se põe contra o próprio Evangelho que vem anunciar. Esse modo de proceder na crítica só é possível porque Nabuco está sob a forte influência da leitura hegeliana do cristianismo que associa a religião de Cristo à liberdade.

4. A concretização da liberdade

Mesmo Joaquim Nabuco desejando a abolição, ele sabia que a liberdade não se concretizaria somente com a legalização do fim da escravidão. A posituação jurídica das liberdades individuais é um momento imprescindível para a efetivação da liberdade, mas não é o único. Essa postura mais uma vez se alinha ao pensamento de Hegel. Vejamos por quê.

Segundo Hegel, “a liberdade como ideal do imediato e natural não é um estado imediato e natural; ao contrário, deve ser adquirida e conquistada pela mediação infinita da educação do saber e do querer” (HEGEL, 2008, p. 41). Hegel não reduz a liberdade ao livre-arbítrio, ou seja, ao poder querer e fazer o que quiser. A liberdade é um se reconhecer e se determinar a partir de uma realidade objetiva que outros indivíduos também reconhecem como válida. Essa realidade objetiva pode ser normas de conduta, costumes, leis. Deste modo, a liberdade é realizada sempre no interior de uma instituição, a família, a sociedade civil ou o Estado. Para Hegel não é possível falar que um indivíduo solitário, isolado do mundo, é livre. Pois ser livre envolve também o reconhecimento de um outro que me vê como um ser livre. Assim, a concretização da liberdade exige dois fatores: 1) o reconhecimento de uma realidade objetiva (costumes, normas, leis) como se essa fosse parte de quem eu sou; 2) o

reconhecimento de um outro que me entende como um ser livre e que também se reconhece em uma realidade objetiva.

No império romano, por exemplo, a primeira exigência não estava estabelecida, na visão de Hegel. Desta maneira, “os cidadãos tornaram-se estranhos ao Estado, pois não encontravam nenhuma satisfação objetiva [...]” (HEGEL, 2008, p. 268). Essa condição do mundo romano produz uma existência sempre insatisfeita que não consegue alcançar a liberdade, o fim para qual tende o espírito humano. Hegel nota que nessa época multiplicam-se as filosofias estoicas, epicuristas e céticas, estas apesar de antagônicas “[...] buscavam o mesmo objetivo: tornar o espírito em si indiferente a tudo que a realidade oferecia” (HEGEL, 2008, p. 270). Embora entre os romanos houvessem leis que garantiam liberdades individuais, eles as experienciavam como algo exterior. A universalidade da liberdade era apenas um formalismo vazio, não estava encarnada no espírito do povo, ou seja, ela não estava arraigada nos costumes, na moral, na religião, na arte, etc.

Nabuco parece temer que o Brasil tenha um destino semelhante ao do império romano. A lei a estatuir a abolição poderia se tornar um simples formalismo, uma lei para inglês ver, como tinha ocorrido com a lei que proibia o tráfico de escravos. Os indivíduos poderiam se reconhecer somente como destinatários da lei que diz “todos são livres”, e não como seus autores. Sendo assim, por mais que o escravo fosse alforriado este poderia viver sem o reconhecimento de sua condição de homem livre pelo resto de sua vida. Sua cor poderia ser um impedimento ao usufruto da condição de homem livre. Ao antever esta situação Nabuco advertia:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril

e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durante todo o período de crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (NABUCO, 1949, p. 6).

Por assumir essa postura hegeliana de que a liberdade não é um formalismo vazio, Nabuco fazia um prognóstico perspicaz do Brasil pós-abolição. Era necessário um conjunto de medidas políticas para dirimir os efeitos da escravidão. Só assim a abolição se concretizaria de fato, garantindo o *status* de cidadãos livres para os ex-escravos.

As advertências de Nabuco não surtiram efeito e o prognóstico de que a escravidão poderia perpetrar sua obra veio a se tornar décadas mais tarde um diagnóstico. Florestan Fernandes diagnosticou aquilo que Nabuco já havia previsto. O sociólogo fez isto em seu clássico estudo, datado de 1978, *A inclusão do negro na sociedade de classes*. Florestan observou que com a abolição os ex-escravos “[...] viram-se repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre [...]” (FERNANDES, 1978, p. 31). A ausência de um projeto de inclusão dos ex-libertos, a falta de oportunidades de emprego (visto que os ex-senhores não demonstravam interesse nenhum em empregar indivíduos que antes eram suas propriedades) afastava os negros da possibilidade de desfrutarem de forma efetiva da liberdade. Diante dessa situação, o ex-escravo muitas vezes procurava “[...] no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de *homem livre*” (FERNANDES, 1978, p. 20). Florestan nota que diferentemente de muitos países

européus,⁴ no Brasil tanto o Estado quanto a Igreja ignoraram a tarefa de preparar os ex-escravos para o fim do regime escravocrata. Segundo Florestan,

[...] a sociedade largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FLORESTAN, 1978, p. 20).

O prognóstico de Nabuco, formulado graças a sua herança hegeliana, ainda hoje é confirmada por pesquisas de campo que mostram como a escravidão perpetua sua obra. Indicadores do IBGE de 2009 apontavam que o rendimento médio de trabalhadores negros ou pardos era de R\$ 847, 71, enquanto isso os brancos teriam o dobro, cerca de R\$ 1.663,88. Em relação ao nível de instrução, a pesquisa apontava que os brancos têm em média 9,1 anos de estudo, já os negros e pardos 7,6. A pesquisa ainda aponta que a taxa de desocupação entre negros e pardos era de 10, 1 %, enquanto a dos brancos era de 8,2%.⁵

Para finalizar, cabe aqui lembrarmos que Nabuco não se dedicou estritamente a filosofia (tendo sido muito mais um filósofo-fante do que um filósofo). Todavia, a influência de Hegel nos seus

⁴ Na Inglaterra, por exemplo, a partir de 1349 surgem as “Poor Laws” (Leis dos Pobres). Com isso a Igreja e o Estado passaram a colaborar em programas de proteção social. A respeito das poor laws Cf. QUIGLEY, William P. Five Hundred Years of English Poor Laws, 1349-1834: Regulating the Working and Nonworking Poor. *30 Akron Law Review*. n. 3, p. 73-128, 1996.

⁵ Os dados dessa pesquisa podem ser verificado em: IBGE. *Indicadores de cor ou raça, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (março de 2009)*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/marco2009.pdf>. Acesso em: 01 set. 2010.

escritos parece confirmar em solo brasileiro a impactante tese de Heidegger que diz:

“Não obstante o falatório superficial sobre o colapso da filosofia hegeliana, mantém-se a afirmação de que, no século XIX, essa filosofia foi a única a determinar a realidade [...]” (HEIDEGGER, 2002, p. 66).

Referências

COSTA, Cruz. *Panorama da história da filosofia no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1960.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEIDEGGER, Martin. A superação da metafísica. In: _____. *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. p. 61-86.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Vorlesunger über die Philosophie der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

FLORESTAN, Fernandes. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

IBGE. *Indicadores de cor ou raça, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (março de 2009)*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/marco2009.pdf>, Acesso em: 1 set. 2010.

NABUCO, Joaquim. *A escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *Discursos e conferencias nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamim Aguila, s.d.

_____. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1999.

_____. *O abolicionismo: conferencias e discursos abolicionistas*. São Paulo: IPE, 1949.

QUIGLEY, William P. Five Hundred Years of English Poor Laws, 1349-1834: Regulating the Working and Nonworking Poor. *30 Akron Law Review*. n. 3, p. 73-128, 1996.

RÖWER, Basílio. *O convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo*. 2. ed. Vila Velha, 1965.

LIBERDADE E ESCRAVIDÃO NOS DEBATES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO

*Rodrigo da Silva Goularte**

Em 1836 chegava ao Espírito Santo para ocupar o cargo de presidente de província o senhor José Thomaz Nabuco de Araújo. Nabuco foi o segundo presidente daquela pequenina província do sudeste. Esse cargo fora criado para governar a província, seus ocupantes eram indicados pelo Governo Geral. O presidente de província governava acompanhado pela Assembleia Legislativa Provincial. Em trinta de janeiro de 1835 fundou-se, na província do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa. Graças ao Ato Adicional de 1834, toda província do Império do Brasil pôde organizar um legislativo. No século XIX esse parlamento foi o espaço institucional socializador da elite política do Espírito Santo.

Em vários momentos essa elite política se dispôs a resolver questões e conflitos de seus cidadãos. Entretanto, predominaram as demandas de homens de destaque na região, como autoridades (civis e eclesiásticas) e pessoas de alguma posse material, como os lavradores. Numa rápida observação, poder-se-ia concluir que aqueles indivíduos carentes de poder material e simbólico não teriam seus interesses representados pela elite regional, seja porque os desprivilegiados imaginassem não ter voz na nova instituição política, seja porque a própria elite política não teria interesse em sanar as demandas dos menos privilegiados.

A documentação, todavia, traz uma enorme surpresa. De onde menos se poderia esperar, do setor tradicionalmente conceituado como o mais desprivilegiado da sociedade oitocentista brasileira,

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professor da faculdade Serravix.

alguém se dispôs a clamar por socorro ao reduto da elite política regional. No ano de 1835, ano anterior ao da chegada do pai do autor do clássico oitocentista *O Abolicionismo*, desenrolou-se um processo em que uma ex-escrava buscou a Assembleia para reparar uma injustiça cometida contra sua pessoa por um Juiz de Órfãos.¹ Por meio de seu procurador, João Nunes da Silva, a liberta Vicência Maria se queixou à Assembleia Provincial do Espírito Santo contra o Juiz de Órfãos da Vila do Espírito Santo. A queixa provavelmente foi redigida por João Nunes, pois no final, ao invés da assinatura de Vicência, muito provavelmente analfabeta, aparece uma cruz acompanhada da informação — “sinal de Vicência Maria”. A redação da queixa carrega na retórica para convencer os deputados da Assembleia a promover a justiça no caso desta ex-escrava.

O drama de Vicência Maria, preta forra, começara com a morte de sua mãe, Rosa Maria, que deixou vários bens. O inventário, feito pelo Juiz de Órfãos da Vila do Espírito Santo, deixou de fora alguns escravos recebidos como bens por Vicência. O juiz de órfãos decidiu colocar esses escravos em “praça”, ou seja, à venda. O produto dessa venda, por sua vez, foi colocado sob a tutela de Francisco das Chagas Rofino, em nome de Vicência. Na queixa, é manifestado o despreço de Vicência pela atitude do Juiz, que, sem sua autorização, vendera os escravos e bloqueara o produto da negociação, deixando-a “[...] sem abrigo, sem arrimo, sem meios numerários, para minha subsistência [...]”. Diante dessa situação de penúria, Vicência tentara antes o socorro do Presidente da Província:

[...] Achando-me de toda sucumbida e não podendo dar alívios aos meus males, pelas injustiças que a cada passo se me faz; representei por

¹ ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Arrogo de Vicência Maria à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo. 1835.

meio de queixa ao Exmo. Presidente contra o Juiz referido; é nesse tempo que o mesmo Exmo. Presidente manda responder àquele mencionado Juiz; de cuja resposta fui mandada que usasse dos meios competentes [...]

Diante da atitude do Presidente da Província, que desconsiderou a dita queixa, a preta forra teve como último recurso apelar para a elite local congregada no Paço legislativo. A revolta, canalizada pela retórica, contra a atitude do mais alto funcionário do Governo Geral em terras espírito-santenses fica clara no relato seguinte, que aparece na fonte imediatamente após o relato da falta de boa vontade do Presidente em resolver a referida queixa:

[...] Ilustres Senhores não é desconhecido a V. V. S. S. que gentes de cor, principalmente em toda esta comarca, é abandonado, é pisado, é abatido, nunca tem justiça, e ainda que o tenham dasse-lhe uma coragem tal, que faz pasmar. [...]²

Pela retórica, o Procurador João Nunes Pereira da Silva tentou mobilizar os deputados a favor da causa de Vicência. Um dos recursos retóricos desse arrogo à Assembleia é a afirmação de que seus membros sabiam da situação das “gentes de cor” da província, de serem totalmente carentes de direitos e reconhecimento pela comunidade. Não se sabe se a Assembleia atendeu ao pedido de Vicência. A única informação concreta é que o pedido foi encaminhado à Comissão de Justiça ainda em 1835. Entretanto, esse caso dá margem para uma reflexão a respeito de como a elite política em questão encarava temas como liberdade, escravidão e raça, assuntos centrais na sociedade oitocentista brasileira.

² ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Arrogo de Vicência Maria à Assembleia Provincial do Espírito Santo. 1835.

Na primeira metade dos Oitocentos a questão da escravidão não ocupava o centro dos debates públicos do Império.³ A Assembleia do Espírito Santo tentava lidar com o problema da escravidão dentro do âmbito político. No período de 1835 a 1837, o deputado que mais interveio tratando da escravidão foi Manoel da Siqueira. Na sessão de oito de fevereiro de 1835, ele propôs que os lavradores com menos de oito escravos ou jornaleiros fossem proibidos de levantar fábricas de açúcar.⁴ Nesse caso, o escravo é tratado apenas como mão-de-obra. Já na sessão de três de fevereiro de 1836, Manoel da Siqueira apresentou o projeto de lei para a captura de escravos fugidos e na sessão de nove de novembro do mesmo ano voltou ao assunto pedindo para que se requisitassem ao Presidente da Província providências quanto à captura de escravos fugidos. O deputado Ayres Tovar, por sua vez, também toca no tema dos escravos fugidos, pedindo que o Presidente da Província tomasse providência quanto a isso.⁵

Nessas falas, o tema da escravidão foi tomado em seus aspectos cotidianos: repressão às fugas e trabalho. Além disso, tais intervenções reafirmam a importância conferida à escravidão como instituição social. Outro deputado, entretanto, tinha uma visão mais global e matizada do tema. Em 1835, o padre João Luiz da Fraga Loureiro pediu providências ao presidente da Província sobre o desembarque de africanos na costa do Espírito Santo. Na primeira metade do século XIX, o Brasil atravessava um contexto em que as pressões internacionais contra o tráfico de escravos eram enormes. Logo na

³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998. p.51.

⁴ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória. 1835.

⁵ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória. 1835.

chegada da família real ao Brasil, Londres extraiu de D. João VI a promessa de colaborar com os Ingleses para a promoção da gradual abolição do tráfico negreiro, proibindo-se que tal comércio fosse realizado fora dos domínios portugueses na África. Três anos depois, foi assinado um Alvará que limitava por tonelada a quantidade de escravos que o navio negreiro poderia carregar, além de ordenar medidas relativas à higiene e alimentação dos cativos em trânsito. Esse documento, entretanto, teve pífio resultado. Já no congresso de Viena, em 1815, Portugal assinou um tratado abolindo o tráfico ao norte do equador, em troca do perdão de 300 mil Libras restantes de empréstimo efetuado por Londres a Lisboa em 1809. A questão do tráfico, contudo, se arrastou até a independência. Os ingleses colocaram como condição para o reconhecimento da autonomia política do Brasil a abolição do comércio negreiro transatlântico. Um ano após a independência, José Bonifácio informou ao representante britânico no Brasil que a nova monarquia americana observaria o tratado de 1815. Simultaneamente, os debates na Assembleia Constituinte brasileira caminhavam para a abolição do tráfico em 4 anos. Já no ano de 1826, D. Pedro I assinou uma Convenção que tinha como primeiro artigo o estabelecimento do prazo de três anos para o fim do tráfico nacional de escravos, tempo que seria contado a partir da ratificação do tratado pelo Governo Inglês, sendo que após esse período o tráfico de almas seria considerado pirataria. Nos demais artigos, o Brasil concordava em manter os tratados anteriores (anglo-portugueses) e instituíam-se duas comissões mistas, uma no Rio de Janeiro e outra em Serra Leoa, na África, com a finalidade de resolver questões relativas a apresamentos, garantindo a liberdade dos africanos encontrados nesta situação. A Convenção foi ratificada a 13 de março de 1827, transformando automaticamente o tráfico nacional em pirataria a partir de 13 de março de 1830. Oficialmente, portanto, o tráfico de escravos se extinguiu em

1830. Entretanto, na prática, o processo era outro. Depois do ano do término oficial do tráfico negreiro, as entradas de escravos continuavam volumosas no Brasil. Entre 1831 e 1834, os desembarques dos negreiros foram de 40 mil africanos por ano. Essa monta oscilou entre 14 mil a 23 mil anuais, durante a primeira metade da década de 1840. Já entre 1846 e 1850, essa cifra alcançou o valor de 50 mil por ano. Percebe-se claramente que o tráfico não se encerrou pela determinação legal de 1830.⁶

Uma vez no Brasil, essa massa escrava era distribuída no mercado consumidor nacional, no qual se incluía o Espírito Santo. A preocupação de João Luiz da Fraga Loureiro com o desembarque de africanos demonstra que o Espírito Santo também estava entre os consumidores que burlavam a determinação do fim do tráfico. Enquanto outros deputados reafirmavam a estrutura escravista, Loureiro defendia o cumprimento da lei nacional que coibia a entrada de africanos no país. A figura de Loureiro se destaca porque ele registrou sua opinião também fora do âmbito parlamentar. Loureiro era poeta e intelectual e, em 1825, com apenas 20 anos, compôs os seguintes versos:

O homem nasce livre, alma natura
O dota com a grata independência,
E só ele por comum conveniência
Alcina trama contra essa ventura
É lei, somente a lei à qual feita
O voto nacional tem ascendência;
O mais é despotismo, é prepotência,
Que o bruto tolera, o escravatura.

⁶ FLORETINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42,43.

Do acaso é a obra a cor, a jerarchia.
É uma só prole dos humanos,
Si abate-o o crime, virtude a aprecia;
Crime é ser indiferent' aos gerais danos;
É virtude a razão tendo por guia,
Aos homens fazer bem, punir os tiranos⁷

De acordo com o poema, Loureiro entendia que a liberdade é um direito natural, do qual apenas o indivíduo pode abrir mão, sendo que outra causa para este se ausentar da liberdade só tem um nome: tirania. Além disso, a cor seria apenas uma ocorrência do acaso, não devendo ela ser fonte de uma hierarquização entre os seres humanos.

Esse poema de Loureiro, entretanto, não constitui apenas uma divagação de um jovem sonhador. Posteriormente, já ordenado Padre, Loureiro mostrava em seu cotidiano religioso e artístico sua aproximação das populações de cor da província. O Padre Loureiro era sempre o pregador escolhido para falar e declamar versos em louvor a São Benedito, o Santo negro venerado no Espírito Santo pelas devoções de São Francisco e da Igreja do Rosário. Um dos versos compostos por Loureiro em honra a São Benedito foi preservado:

Dizer-se no convento
O culto de Benedito
Não se torna mais bonito
Com muito mais luzimento,
É negar um pensamento
Ministrado pela história,

⁷ CLAÚDIO, Afonso. *História da literatura Espírito Santense*. Rio de Janeiro: Biblioteca reprográfica xerox, 1981. p. 118.

É ofuscar uma glória,
Que sempre lhe pertenceu,
É dizer que não venceu
Na cidade de vitória.

Viva o grande Benedito,
Estrela do firmamento,
Que no claustro e no convento,
Mais figura, é mais bonito.
Viva sempre e seja invicto
Nosso empenho sublimado,
Viva todo apaixonado
Que com gosto e fervor tanto,
Dá louvor ao nosso santo
No convento colorado
Em uma manhã calmosa
Deste mês grato, gentil,
Fui colher de flores mil
Uma cesta preciosa;
Colhi o cravo e a Rosa,
Alecrim, perfeito amor;
Com elas fui eu compor
Um belo ramo esquisito
Para dar ao Benedito
Como oferta de primor
Entre as flores cobiçadas
Colhi cheirosa madressilva,
A bonina, a sempre viva, pela aurora rociadas
Para o herói coroar,
E para não lhe faltar
Com meu rústico presente,

Aqui venho fielmente
Em seus braços entregar.⁸

É interessante observar um membro das elites, filho do Sargento-Mor Loureiro, por meio de suas composições, defender negros, escravizados ou livres, evidenciando que eram pessoas dotadas de direitos e prejudicadas pela tirania da escravidão. A manifestação de Loureiro contra o tráfico em nível provincial e seu vínculo religioso com os grupos negros locais compõem um dos diversos matizes que a situação negra assumiu no Brasil escravista. Não se conhece nenhum escrito de Loureiro ou de outro membro da primeira legislatura da Assembleia do Espírito Santo que defenda transformações estruturais na escravidão. O que também não aconteceu no contexto nacional. O escrito mais importante nesse sentido, na primeira metade do século XIX, estava na representação de José Bonifácio à Assembleia Constituinte de 1823. No documento, Bonifácio apresentava suas propostas com respeito à escravidão. De início, o autor da representação defendia a necessidade de se abolir o tráfico de almas, a melhora da situação dos atuais cativos e a promoção da emancipação deles. Bonifácio via a dificuldade da existência de uma constituição liberal e duradoura em um país habitado pela “multidão imensa de escravos brutais e inimigos”. Mais adiante, ele argumentava que a causa da brutalidade animal dos escravos estava nos brancos, que tiranizavam e reduziam os africanos e descendentes à condição animal. Depois de culpar os senhores pela condição dos negros, Bonifácio também defendia a tese sobre a verdadeira essência do negro. Para Bonifácio, o negro era um homem como outro qualquer, com direito à liberdade e os outros direitos naturais dados pela providência a todos os homens. Por fim, em coerência

⁸ CLÁUDIO, 1981, p. 121.

com sua figura diplomática, Bonifácio não defendia uma abolição abrupta da escravidão, o que prejudicaria a sociedade, mas, pelo contrário, uma emancipação gradual.⁹ Numa visão política, Bonifácio condenava incisivamente a escravidão, vendo nela uma instituição que corrompia os senhores, os escravos e a sociedade como um todo. Mas, como estrategista afinado com a situação de seu país, ele tinha o olhar pragmático de que o desaparecimento instantâneo da mão-de-obra compulsória poderia quebrar o país, por isso a necessidade de uma transição que preparasse a economia.

A respeito da posição da elite dirigente brasileira frente à escravidão, Adriana Campos assim se manifesta:

[...]Em razão da complexa situação da camada dirigente brasileira, que nem sempre era oriunda dos setores dominantes da economia, a ação política realizava-se com alguma autonomia, mas o limite estava na unidade em torno de algumas bases, como a manutenção da escravidão. Vários homens públicos deixaram de lado sua formação baseada nos ideais da Ilustração e transigiram com instituições em absoluto conflito com os princípios do Iluminismo, como a escravidão [...]. [...] O “liberalismo brasileiro”, [...], pode ser compreendido como um corpo de pensamentos e condutas que não dependia tanto dos modelos estrangeiros, mas constituía-se numa reação prática e teórica ante as condições sociais, econômicas e políticas recebidas do período colonial, durante a primeira fase de construção de um governo nacional.¹⁰

⁹ DOLHNIKOLF, Miriam (org). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 23-32.

¹⁰ CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do Século XIX*. 276 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. p. 61.

Além dos poemas, não se conhecem escritos de Loureiro ou de algum outro membro da elite política que tenham sistematizado uma argumentação com respeito à situação do negro. A proximidade religiosa de Loureiro com os grupos negros apontou para uma defesa poética do negro enquanto um ser humano, mas dentro do parlamento local a escravidão não foi objeto de contestação na primeira metade do século dezenove. Entretanto, o fato de uma preta forra ter sua reclamação acolhida dentro das portas do paço provincial, e encaminhada para uma comissão, demonstra que o Parlamento local não era uma instituição tão distante dos diversos seguimentos sociais. Apesar da hierarquização daquela sociedade, a elite política tinha que manter um diálogo com os demais grupos, mesmo que esse diálogo variasse em sua forma de acordo com o grupo tratado.

Referências

- ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Arrogo de Vicência Maria à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo. 1835.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Assembleia Legislativa (1835 – 1837). Ata de Sessão Legislativa. Vitória. 1835.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do Século XIX*. 276 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 1998.
- CLAÚDIO, Afonso. *História da literatura Espírito Santense*. Rio de Janeiro: Biblioteca reprográfica xerox, 1981.
- DOLHNIKOLF, Miriam (org). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FLORETINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARTIGOS

INÍCIO DA REGULAMENTAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ESPÍRITO SANTO (1966 a 1968)

*Henrique Antônio Valadares Costa**

Resumo: esse artigo trata de como ocorreu o início da formalização da pesquisa arqueológica no Estado do Espírito Santo, após da formalização da lei patrimonial de 1961, regularizando quem poderia desenvolver pesquisas em sítios arqueológicos, a atuação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nesse momento e os princípios de institucionalização da arqueologia como disciplina.

Palavras-chave: Regulamentação legal da arqueologia. História da arqueologia capixaba.

Introdução

A institucionalização da pesquisa arqueológica no Estado do Espírito Santo ocorrerá somente quando o arqueólogo Celso Perota, em final da década de 1960, se vincula à Universidade Federal do Espírito Santo como professor/pesquisador e passa, após sua atuação no Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), a desenvolver pesquisas sobre a pré-história capixaba, com implementação de reserva técnica e laboratório, ministrando aulas de arqueologia através do Departamento de Ciências Sociais até sua aposentadoria em 1995.

Esse artigo tratará do momento anterior a sua chegada e o começo da atuação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, a partir da lei de 1961, início da legislação patrimonial, que regulamentou quem deveria ou não de-

* Arqueólogo e historiador.

envolver a pesquisa arqueológica no Brasil, analisando através da produção acadêmica e curricular dos arqueólogos Dr. Adam Orssich de Slavetich e da Dra. Elfriede Stadler Orssich entre os anos de 1966 a 1968. Apresenta, também, alguns dos antecedentes históricos no Estado que legitimavam uma completa ausência de discussão interna sobre a historicidade dos indígenas na região.

Não haviam instituições prontas no Espírito Santo da década de 1960 que pudessem estruturar os princípios de uma arqueologia acadêmica. A completa falta de interesse da sociedade capixaba (maior parte, pelo menos) em desenvolver pesquisas arqueológicas, ou mesmo de uma história indígena local era reflexo da mentalidade eurocêntrica desenvolvida durante o século XIX. Entretanto, com a nova política preservacionista dos sítios arqueológicos da lei de 1961, o SPHAN, através do Dr. Cristiano Fraga começa a estimular a pesquisa arqueológica local. Com isso, regulamentado pela nova legislação, é realizado pelo casal de arqueólogos europeus Elfriede e Adam Orssich, a convite do Dr. Cristiano Fraga, o primeiro projeto de levantamento arqueológico do Estado do Espírito Santo.

Conde¹ Adam Orssich de Slavetich, nascido em Varazdin, Croácia, em 1895, na época território do Império Austro-Húngaro, começa seus estudos primários em colégio jesuíta e, posteriormente, adquire nacionalidade iugoslava, depois da Primeira Grande Guerra com a anexação da Croácia pelo Reino da Iugoslávia.

Inicia seu contato com a arqueologia como amador e colecionador² de antiguidades, participando de várias escavações com

¹ Orssich era membro da aristocracia dos Balcãs, chegando a ser nomeado em 1941, Governador de Província cujo cargo perde com a queda do Reino da Iugoslávia na Segunda Guerra Mundial e a ocupação da Macedônia pelos búlgaros. (CHMYZ: 1977; 8)

² Chega a possuir peças pré-históricas, gregas, romanas e uma das coleções de moedas mais completas da Iugoslávia.

equipe da Universidade de Viena no norte da África, Grécia, Itália e Ásia Menor. Orssich inicia seus estudos em Direito entre os anos de 1918 a 1920, em várias faculdades da Iugoslávia e Áustria. Posteriormente, em 1924, em Sarajevo, obtém o diploma de engenheiro de minas. Sua profissionalização ocorre somente depois de 1930, em Niz, capital da província da Moravia, quando realiza escavações por conta própria e monta um Museu Regional doando sua própria coleção ao museu. Em 1932 torna-se Diretor do Patrimônio Nacional onde prepara um projeto de lei para salvaguarda dos monumentos históricos, sendo aprovado pelo parlamento. Entre os anos de 1933 e 1938, busca adquirir uma maior fundamentação científica em sua profissão, estudando na Universidade de Beograd, Arqueologia, História da Arte, História Eslava e Germanística. (CHMYZ: 1977).

Devido aos inúmeros conflitos existentes em toda Europa, Adam Orssich e sua então esposa e arqueóloga Elfriede Stadler³ fogem para o Brasil. Radicados desde 1951, são imediatamente convidados por José Loureiro Fernandes para lecionar, em 1952, no primeiro curso de arqueologia no Brasil, na Universidade Federal do Paraná antes da fundação do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), em 1956. (DREYER: 2006).

Nos anos quarenta e cinquenta, após luta de intelectuais no Brasil, elabora-se a lei de proteção federal das jazidas arqueológicas e, em 1961, com a aprovação da lei federal 3924, pela qual devia ser

³ Ao contrário de seu marido, Elfriede Stadler começa seus estudos de graduação e logo depois o doutoramento em arqueologia na Universidade de Viena. Após a morte de Orssich em 1968, abandona suas pesquisas em arqueologia e torna-se professora de História da Arte na Universidade Federal do Espírito Santo. Segundo o professor Celso Perota (comunicação pessoal) foi a principal responsável pela elaboração dos relatórios de pesquisa arqueológica no Paraná e no Espírito Santo.

requerida licença de pesquisa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério de Educação e Cultura, devendo o pesquisador estar vinculado a uma instituição de pesquisa para realizar escavações ou guarda de material. (MENDONÇA: 1991)

Com isso se inicia o debate sobre quem poderia desempenhar pesquisa arqueológica no Brasil, vigorando o discurso ‘científico’, tornando a condição dos amadores como pejorativa a pesquisa arqueológica, evidenciando um foco ‘preservacionista’ dos vestígios arqueológicos. O CEPA começa a promover a vinda de outros arqueólogos estrangeiros, que terão grande influência como Joseph e Annette Laming-Emperaire, Betty Meggers e Clifford Evans, para a formação dos arqueólogos no Brasil. O CEPA tornava-se o principal centro de formação de arqueólogos no País, no momento.

Com a Lei de 1961, o SPHAN no Espírito Santo inicia os primeiros passos para a criação de um centro de pesquisa arqueológico, associado, em parte, à Universidade Federal do Espírito Santo, que contava com alguma cooperação do gabinete de Cátedra de Antropologia da Universidade, o professor Alberto Stange (ORS-SICH: 1982).

Nesses termos, a formalização legal da arqueologia no Espírito Santo começa vinculada com a arqueologia patrimonial. No ano de 1966 é liberada uma verba para realização desse levantamento arqueológico e com isso são convidados Adam e Elfriede Orssich, residentes no Estado desde 1963.

A arqueologia ‘acadêmica’ no Espírito Santo começa financiada pelo Estado Brasileiro, como no resto do país, entretanto, não passa pela instituição de museu ou na recém criada Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como nos principais centros Rio de Janeiro e São Paulo. (FUNARI: 1994; 26). A arqueologia institucionalizada no Estado do Espírito Santo, como citado anteriormente, começa pela Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN),

atual IPHAN, que na época era uma sub-regional do Rio de Janeiro dirigida localmente pelo Prof. Dr. Cristiano Woelffel Fraga.

Dezesseis relatórios são redigidos com as observações e registro de escavações que fez em vários pontos do território capixaba. Além da ênfase que dá ao estudo de murundus,⁴ amontoados de terra que teriam sido levantados pelas populações indígenas, Orssich estabelece o primeiro diagnóstico geral do grau de preservação dos sítios arqueológicos, avalia o impacto que estavam sofrendo pelo crescente aumento da agricultura e das novas estradas de rodagem.

Chegam ao Espírito Santo em momento de grandes transformações no quadro econômico e político. A década de 1960 estabelece o início dos “Grandes Projetos Industriais” no Espírito Santo, marcados com a chegada da Aracruz Celulose, construção do Porto de Tubarão e ampliação da Companhia Vale do Rio Doce e a federalização da universidade estadual. É esse o ambiente de grandes mudanças no Espírito Santo, antes integralmente de economia agrícola.

Apesar de os Sambaquis (do Espírito Santo) terem sido pontualmente pesquisados e incluídos como objeto de análise nas discussões sobre a sua artificialidade ou não, não havia nenhum debate local (ou quase nenhum⁵) sobre a pré-história capixaba.

⁴ Esses murundus que serão discutidos mais a frente, diagnosticados posteriormente como sendo de proveniência natural, onde a espécie de cupim pode elevar murundus de até 4 metros de altura. É interessante notar que o casal usava uma análise comparativa com os sítios arqueológicos encontrados na região Sul, os sítios montículos, relacionados a grupos falantes da língua Jê. (PEROTA: 1975)

⁵ Afonso Claudio de Freitas, republicano histórico do Espírito Santo, publica em 1932, um ensaio de sociologia e etnografia onde discute a partir de informações do Museu Nacional e análise craniométrica as origens do ‘Homem do Sambaqui’ e sugere que os botocudos seriam descendentes deles. (FREITAS: 1932).

As raízes históricas para explicar a total falta de interesse dos intelectuais e dos governos locais em desenvolver e estimular estudos sobre as populações indígenas contemporâneas, ou mesmo no passado, se encontra, em grande parte no final do período da Colônia.

Com o esgotamento das jazidas auríferas das Minas Gerais, a Capitania do Espírito Santo perde sua função de barreira natural e militar que devia proteger o litoral de possíveis invasões. E assim, no final do século XVIII, a integração entre Minas e o litoral do capixaba torna-se indispensável. A Capitania possuía extensa cobertura de florestas e alta densidade de populações indígenas. Os diversos grupos indígenas, somados os índios ‘mansos’ e os índios ‘selvagens’, ocupavam a maior parte do território no século XIX e parte do XX. Em 1808, o príncipe Regente D. João declara guerra aos índios botocudos de Minas Gerais, Sul da Bahia e principalmente no Espírito Santo. (PARAISO: 1992)

E tanto no período Colonial, Provincial e na primeira metade do século XX durante a República, o índio no Espírito Santo era visto de maneira pejorativa, um atraso ao desenvolvimento econômico da região, ao qual era atribuído um mal aproveitamento do solo. Esse discurso em relação ao índio como problema social a ser resolvido estava atrelado à crescente economia cafeeira e à necessidade de mais áreas agricultáveis e mão de obra. No Espírito Santo, tanto os índios ditos ‘civilizados’ ou ‘mansos’ quanto os relatados em estado de plena ‘barbárie’, terão seus territórios tradicionais invadidos (MARINATO: 2007).

É interessante observar que os primeiros núcleos de colonização européia do século XIX, no Espírito Santo, será estabelecido nas áreas tradicionalmente indígenas, como no caso da antiga colônia de Santa Cruz, território aldeamento organizado pela ação dos jesuítas no século XVI. Uma importante informação do governador da Capitania do Espírito Santo de 1789, ao governo da Bahia sobre

a Vila de Nova Almeida, antigo aldeamento dos jesuítas, ainda com uma população majoritariamente indígena, reflete a mentalidade governamental desse período:

Esta vila vemos, como dito fica, no princípio serem índios os seus habitantes. Esta gente é inteiramente **preguiçosa** e de nada estimam os haveres, de sorte que, possuindo com que passem alguns dias, não cuidam no futuro, e só obrigados da necessidade ou **temor**, trabalham. (NEVES: 2000; 139).

O problema do indígena no Espírito Santo, o mesmo em todo o Brasil, passava pelo problema fundiário. Sobre as políticas indigenistas entre os séculos XIX e XX, Carneiro da Cunha argumenta que:

[...] para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes de expansão ou rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se o consegue, do trabalho indígena, mas não sem dúvida da conquista territorial e segurança dos caminhos dos colonos e os motores do processo. (CARNEIRO DA CUNHA: 1992; 133)

Posteriormente essa mentalidade não muda na fundação do Império, sendo aprimorada com novos elementos, com a emergência de um discurso sobre a existência de territórios com ‘vazios demográficos’. Esse conceito de ‘vazios demográficos’ será utilizado em todo Brasil com o objetivo de negar a existência de populações indígenas, a partir da regulamentação de Lei de Terras em 1850, e funcionou como elemento de apoderação das terras tradicionalmente deles.

Com as repressões à escravidão, pela Inglaterra, após 1850, e as teorias racistas, cria-se nessa época, uma política de ‘embranquecimento’. A teoria de embranquecimento do Brasil, vinha como solução única de desenvolvimento de um país repleto de negros e índios. Assim, se efetiva um programa de importação de populações europeias oriundas principalmente da península da Itália e da futura Alemanha. Uma informação do presidente de Província em 1852 à Assembleia de deputados provinciais do Espírito Santo reflete essa mentalidade:

Sinto Sr., não poder notificar-vos a fundação de alguma nova colônia nesta Província: o meu pesar nasce da convicção de que a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez a Província que encerrando tantos elementos de engrandecimentos se conserva em estado de abatimento, e ocupa uma posição muito secundária entre suas coirmãs por falta de população inteligente e ativa. [...] Não desanimamos porém, que a mão que fechou as portas do Império à população da África, as abrirá a imigração europeia. (D’ZAMBUJA: 1852; 40-41).

O índio pouco é mencionado na produção historiográfica oficial como na obra de Basílio Daemon intitulada a *Província do Espírito Santo sua Descoberta, História, Chronologia, Synopsis e Estatística*, de 1879, sendo uma descrição organizada história factual e positivista da época. Servindo apenas para narrar os feitos vitoriosos do colonizador português em cima de povos ‘bárbaros e antropófagos’.

A perspectiva evolucionista do século XIX definia a história do homem como um processo unilinear de desenvolvimento em diferentes graus de progresso, onde se passava de estágios mais simples para estágios mais complexos, tanto do ponto de vista tecnológico-

social quando do biológico e intelectual. Com isso as populações indígenas do Brasil eram consideradas atrasadas em seu estágio de desenvolvimento cultural. Os intelectuais a serviço do Império atribuíram algumas razões sobre essa origem e explicaram através do método comparativo da antropologia evolucionista qual nível cultural e por quais razões se encontravam nessa condição. Tal como era pensado nos centros políticos nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro, o índio era uma espécie de fóssil vivo e por isso não possuía uma história verdadeira, que em vários locais do mundo, como na Argentina, eram representados em museus de história natural, sendo uma história que estava marcada pela involução e com isso não necessitava de grande elaboração. (NOELLI & MENEZES: 2007)

Noelli e Menezes (2007) analisando sobre a obra de Martius, importante intelectual do Império, juntamente com Varnhagen, de que as populações indígenas eram degeneradas.

O índio, para ele, era o testemunho da imobilidade e estagnação de uma raça, estampava os sinais iniludíveis de uma involução. Seu corpo seria um fóssil vivo, uma espécie calcinada, macerada pela degeneração. (NOELLI & MENEZES: 2007; 1243)

Esse quadro ideológico vai persistir por todo século XX e irá refletir na historiografia capixaba, onde o índio é (quase) invisível. Apesar de ter sido uma população com domínio espacial maior que o Império e a República Velha, a historiografia capixaba continuou negando a presença indígena no Espírito Santo. Isso tudo negando sua história, seguindo a máxima de Varnhagen, onde afirma que o indígena não possui história, mas etnografia, diminuindo sua condição humana e com isso justificando políticas de extermínio e escravidão que tanto marcaram a história do Espírito Santo, tanto quanto do resto do Brasil. Em grande parte esse quadro explica a ausência de centros de pesquisa locais no estudo da pré-história e etnologia indígena.

Vemos, com isso, que esses antecedentes históricos explicam essencialmente o motivo pelo qual antes da chegada de Orssich e Elfriede, e, posteriormente, com a missão do PRONAPA, coordenada localmente por Celso Perota, a arqueologia indígena capixaba possuía uma visibilidade quase nula.

1. Arqueologia Acadêmica chega ao Espírito Santo.

Como fora citado anteriormente, a regulamentação da arqueologia, ou profissionalização começa no Espírito Santo, tutelada pelo Estado brasileiro, mas fora de uma instituição museu ou universidade. Apesar de existir um Museu de Vitória (hoje extinto), ele não possuía nenhuma estrutura, além da universidade recém criada não manter em seus quadros nenhum arqueólogo para dar início às pesquisas. Orssich mesmo descreve em relatório sobre o Museu de Vitória:

Infelizmente esse museu é quase desconhecido, mesmo nos meios mais educados de Vitória. A meu ver precisaria urgentemente de revitalização, para poder servir de centro de pesquisas, para divulgação de conhecimentos culturais e científicos, e para a educação da mocidade. Parece que o orçamento desse museu é insuficiente, ele não tem biblioteca adequada e seu movimento é quase nulo. (ORSSICH: 1982; 47).

Devido a sua formação anterior como engenheiro de mineração, chega a trabalhar em Minas Gerais por um curto período de tempo possuindo um negócio de venda particular de pedras preciosas.

Antes da Lei de 1961, entre os anos 1930 a 1960, o interesse pelos sítios arqueológicos no Espírito Santo era pontual, por curiosos locais ou, na grande maioria, provenientes do Rio de Janeiro, ‘amadores’ que

chegam a produzir alguns artigos e capítulos de livros sobre sambaquis e sítios cerâmicos tupis, das regiões litorâneas e do interior do estado.

Nessa fase informal da arqueologia no Espírito Santo, havia dois tipos de amadores, os ‘amadores acadêmicos’, ou seja, os amadores que possuíam algum curso superior, a maioria nas áreas médica, biológica ou geólogos, que tinham, por sua vez, suas atividades descritas e publicadas em artigos ou mesmo em livros. Os demais eram curiosos e ‘coleccionadores’, que procuravam nas ‘jazidas’, artefatos para aumentar coleções pessoais de machados ou cerâmicas. Sobre esses colecionadores, que realizavam escavações no interior do Estado, Orssich possuía uma opinião severa em relação a eles, reforçando a necessidade junto ao SPHAN da presença de arqueólogos profissionais com currículo acadêmico:

É lamentável a destruição dos sítios arqueológicos por leigos amadores em busca de objetos para as suas coleções. O aldeamento em Santa Julia já é o segundo em que ouço dizer que o dr. José Rodim Peret fez escavações ilícitas. (ORSSICH: 1982; 118)

Acaba respondendo a vários ofícios a pedido do Dr. Christiano Fraga sobre denúncias de depredação e ‘achadouros’ para realizar visitas técnicas, muitas vezes seguidas de sondagens, coleta material na superfície e mais informações sobre a existência de outras ocorrências arqueológicas.

Colecionadores realizavam escavações para ampliar seu acervo particular de peças pré-históricas, tal como faziam os antiquários do século XVIII na Europa. Sobre os ‘amadores acadêmicos’ não emite nenhuma opinião nem positiva ou negativa, entretanto, faz uso de sua produção para guiar o programa de levantamento arqueológico.

Alguns desses ‘amadores acadêmicos’ são:

Meyer Ferreira, dentista que descreve alguns sítios arqueológicos litorâneos, mas centra-se numa descrição de fatos curiosos, sem

ter uma definição sobre o material que esteve à sua disposição, e relata a presença do Sambaqui da Ilha do Felix de 10 metros de altura, o maior até hoje registrado no Estado, na publicação “Sambaquis de Vitória”, de 1932.

Dr. Aldemar de Oliveira Neves publicou, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, um trabalho intitulado “O ceramio de Sapucaia”, que é um apanhado de informações a respeito de um sítio arqueológico encontrado no vale do Rio Cricaré. Nesse trabalho está inserido um comentário da professora **Heloísa Torres**, então diretora do Museu Nacional, no qual define a cerâmica como “tupi” em vista do aspecto da decoração pintada da mesma. Esse trabalho pioneiro é de fundamental importância para o conhecimento da pré-história do Espírito Santo, porque o autor, apesar de não ser arqueólogo (era médico sanitarista), teve bom senso na coleta das informações, e, principalmente, buscou definições sobre o material na melhor instituição científica da época, além de fazer uma publicação ilustrada, fato que hoje facilita a interpretação e o coloca dentro da dinâmica pré-histórica atual. (NEVES: 1953)

Dr. Ernesto Salles Cunha (1963/76), dentista fluminense que se interessou vivamente pela população ‘sambaquiana’ do litoral do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Seus estudos se concentraram nos aspectos dentários da citada população. Na década de 60, o Dr. Ernesto Salles da Cunha cadastrou e pesquisou alguns sambaquis na Baía de Vitória, no qual teve a colaboração do Prof. Alberto Stange Junior, professor da cadeira de antropologia da UFES, e do Dr. Roberto Vianna, então engenheiro do DNOCS e também professor da UFES, e teve como informante o Dr. Affonso Schwab, que se interessava pelo assunto. Os resultados de seus trabalhos foram publicados em periódicos no Estado do Rio de Janeiro.

Dr. Augusto Ruschi, biólogo capixaba, publicou no *boletim do Museu de Biologia “Professor Mello Leitão”*, do qual foi diretor,

o trabalho “Contribuição à arqueologia de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo — Objetos de pedra de origem indígena” foi uma compilação de dados e referências arqueológicas coletadas no município de Santa Teresa, no vale do Rio Doce, e de informações esparsas sobre achados na serra do Mar. Importante destacar a precisão das informações contidas no trabalho, o que possibilitou ao PRONAPA a realização de um trabalho técnico, em alguns sítios, no ano de 1970. (RUSCHI: 1947)

Esse período da história da arqueologia capixaba necessitaria uma análise mais aprofundada das produções de que cada um deles, sendo que é interessante que cada um enfatizava um aspecto ou outro das coleções adquiridas por escavação, como no caso dos odontologistas preocupados em estudar a paleo-patologia dentária dos esqueletos de indivíduos enterrados em sambaquis, como Salles Cunha e Meyer Ferreira, ou da perspectiva mais humanista de enaltecimento da figura do índio como Dr. Aldemar de Neves, em sua pequena publicação pela *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*, em 1943, que relata com muito entusiasmo sobre a escavação de um sítio tupi em Sapucaia, litoral norte do Espírito Santo:

Forças estranhas possivelmente ancestrais, dominavam-nos inteiramente e de um modo esquisito. Fascinação? Não, talvez a voz do sangue!
Tentamos seguir as pegadas dos nossos ameríndios, não como os frios naturalistas de outros climas, os Saint-Hilarie, Von Martius, De Wied, Hartt, e outros, porém impelidos pelo entusiasmo selvagem dos homens dos trópicos. (NEVES: 1943; 43)

De certa forma, a arqueologia defendida e realizada por Orssich passava ao largo dessa perspectiva humanista e entusiasta de Aldemar Neves. Orssich segue a perspectiva “cientificista” do século XIX, sem a idéia degenerativa do índio ‘involuindo’ nas florestas tropicais.

Em relação aos amadores ‘pioneiros da arqueologia’, apesar de terem sido em parte considerados como ‘depredadores’ do patrimônio arqueológico brasileiro, graças a eles podemos ter o registro, mesmo que parcial de alguns sítios arqueológicos que poucos anos depois se encontrariam completamente destruídos. (PROUS: 1992).

2. Orssich e suas considerações à Pré-história do Espírito Santo

Orssich apresenta relatórios descritivos sobre as escavações arqueológicas, tanto no Espírito Santo quanto no Paraná, não havendo nesse primeiro momento uma discussão teórica aprofundada sobre a definição de cultura. Enquadrado dentro do **histórico culturalismo**, menciona sempre termos como “traços culturais” e “manifestações” *culturais*. Sua definição de cultura pode ser entendida como um complexo conjunto de traços típicos de uma sociedade, que possuía uma história dividida em várias etapas.

Identifica-se nele um forte veio do evolucionismo, apesar de ser mais ‘brando’ do que o do século XIX, quando usa pontualmente expressões como ‘cultura avançada’ e ‘cultura primitiva’. Há, igualmente, fortes elementos do funcionalismo quando vai explicar as diferenças entre os sambaquis do Sul e os do Espírito Santo:

Os que vimos são muito menores que os da costa sulina do Brasil, o que não é de estranhar, visto que as águas costeiras do nosso litoral têm fauna bastante pobre, especialmente em moluscos, em comparação com as águas da costa dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (ORSSICH: 1982; 49).

Acreditava que cada cultura pré-histórica pertencia a um habitat específico, atribuindo às relações do homem com o meio ambiente um dos elementos chave para entender o funcionamento e dinâmica de uma cultura, sendo por sua vez atribuição da cultura adaptar o homem a esse meio ambiente.

Nessa fase inicial do levantamento, começa a definir **Áreas Culturais**, entretanto não chega a concluir ou mesmo propor sistemas de difusão e rotas migratórias para explicar a pré-história do Espírito Santo. Mas estabelece um contexto arqueológico através da análise direta dos traços culturais distintos entre uma camada e outra, ou mesmo de um tipo de sítio e outro. (ORSSICH: 1977)

Seus métodos de avaliação são descritos em vários pontos dos relatórios. Quando discute sobre o material proveniente do Rio Doce, define que através de:

uma escavação poderia revelar dados sobre a forma, construção, tamanho e material das choupanas dos indígenas de um complexo cultural muito difundido na área do sistema do rio Doce e dos seus afluentes, tendo eu achado cacos pintados e decorados em idêntico estilo em vários lugares dos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha e mesmo São Mateus e Conceição da Barra. (ORSSICH: 1982; 119). (Figura 1).

Relaciona as pequenas espessuras das camadas culturais dos sítios escavados com o intenso hábito migratório das populações pré-históricas. Define cultura material como produto de manifestações culturais do passado, traços deixados no passado a serem investigados pelo arqueólogo.

Adam Orssich não discute em momento nenhum o índio propriamente dito, e faz uso apenas dos relatos dos cronistas para prospectar sítios e discutir processos industriais de produção cerâmica

e lítica, e não para remontar estruturas sociais ou identificar hábitos de comportamento. Ele não tem tempo para elaborar problemas devido à morte em decorrência de câncer no ano de 1968.

Elabora uma classificação dos sítios arqueológicos capixabas sendo como **murundus**, **sambaquis** e **aldeamentos tupis**. A maioria dos murundus mostrou-se estéril arqueologicamente, mas ele tenta, com sua experiência obtida no Paraná, relacioná-los ao que seria chamado, posteriormente, de aterros ou montículos, vinculados aos grupos Jês do Sul:

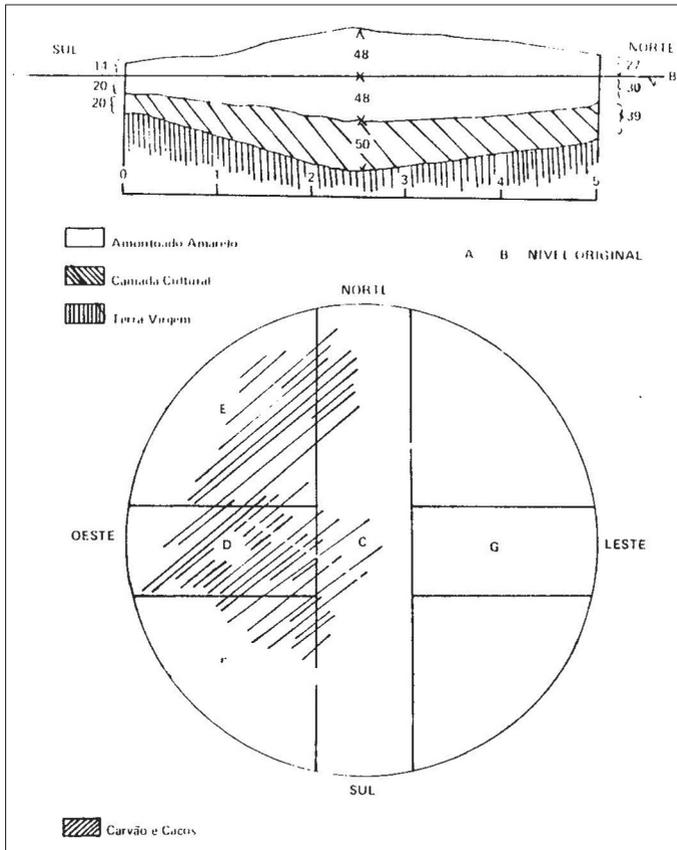


Figura 1 perfil estratigráfico e planta baixa de sítio tupi escavado em Domingos Martins, Fazenda Lehun.(ORSSICH: 1981).

Considerando a existência de tais amontoados em grupos às vezes numerosos, e o hábito universal dos povos pré-históricos que em toda parte do mundo, começaram a enterrar os mortos sob amontoados de terra ou pedra, logo que superaram a fase nômáda e alcançaram a da agricultura rudimentar e com isso uma certa estabilidade, somos de opinião de que esses amontoados são túmulos indígenas. Esta opinião é corroborada por uma observação por nós feita quando, em 1952, durante uma excursão ao município de Serro Azul, no Estado do Paraná, nos foram mostrados amontoados de terra muito semelhantes. Os “moradores afirmaram ter achado neles esqueletos, machados e flechas de pedra, cacos de cerâmica, etc”. (ORSSICH: 1982; 48)

Sobre os sambaquis havia uma ampla discussão e a localização de muitos desses sítios era conhecida, alguns já haviam sido escavados por Salles Cunha em 1953, chegando visitar e até estabelecer comparações com os sambaquis sulistas.

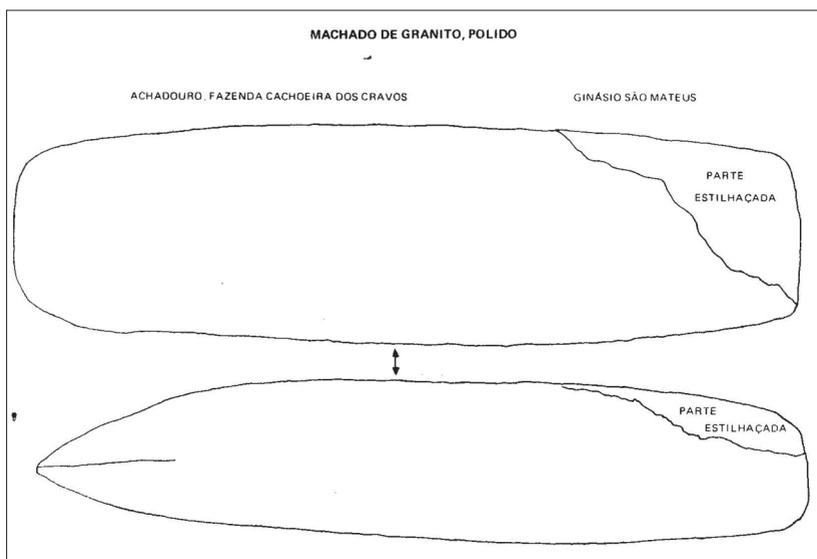


Figura 2 croqui de lâmina polida sem proveniência exata, município de São Mateus. A lâmina apresenta uma reconstituição gráfica do que seria seu formato original. (pag. 53)

Além das escavações e sondagens, elabora croquis de algumas peças de colecionadores ou mesmo de alguns de seus achados fortuitos. (Figura 2).

Orssich tenta organizar achados fortuitos e começa a estudar as técnicas de fabricação de cerâmica onde, segundo suas palavras, “era indispensável que o conhecimento exato da técnica do preparo do barro e das formas dos vasos e estilos decorativos empregados em cada um desses complexos, sendo esse conhecimento o único meio de classificar os achados” (ORSSICH: 1982; 81).

Sobre a volumosa quantidade de material cerâmico de decoração pintada exercita croquis para entender os traços culturais nelas representadas:

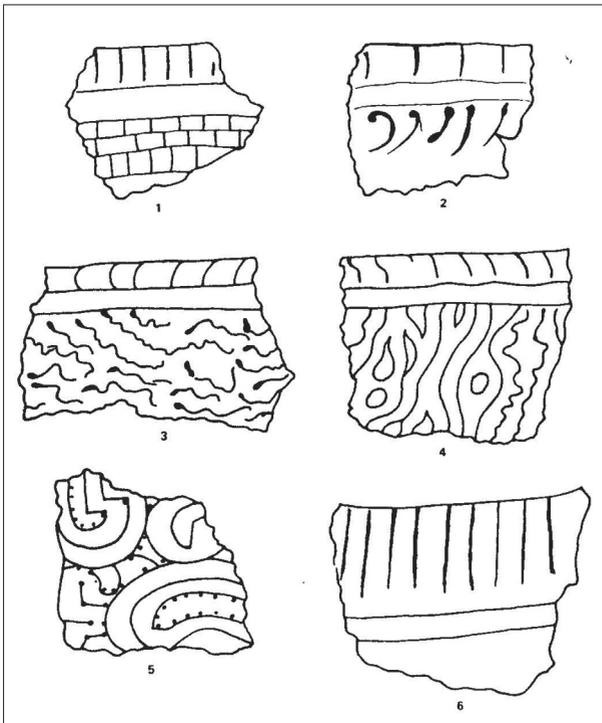


Figura 3 croqui com fragmentos cerâmicos, provenientes de São Gabriel da Palha, princípio de classificação e análise de processos industriais de produção de cerâmica de achados fortuitos e coleções descontextualizadas.

Apesar de ter evidenciado mais material proveniente desses sítios tupis, Orssich direciona seu interesse aos elevados de terra, murundus espalhados pelo Estado inteiro. Isso, talvez, pela sua perspectiva de arqueologia européia em trabalhar com o que fosse mais próximo a um ‘monumento’ arqueológico. Tendo em vista que a arqueologia brasileira será marcada por seu teor altamente descritivo e pouco teórico nos artigos e relatórios de campo, Orssich reproduz uma tendência nacional, ele não faz uso de comparações entre a pré-história dos Bálcãs com a capixaba, usa a experiência do que considerava comparativamente mais próximo, o Paraná.

Conclusão

Adam e Elfriede Orssich contribuíram para um momento importante da história da arqueologia brasileira. Devido ao pouco tempo de pesquisa efetiva (um ano) que eles realizaram no Espírito Santo, especialmente pela morte prematura de Adam Orssich em 1968, decorrente de câncer, seu método de escavação sistemática obteve “pouco impacto” na arqueologia brasileira e, mesmo no Espírito Santo, ele foi pouco relevante.

Esse ‘pouco impacto’ ocorre, principalmente, por não estarem vinculados a uma instituição que desse seguimento as pesquisas iniciadas por eles, e, em segundo lugar, as pesquisas que foram desenvolvidas pelo PRONAPA estavam direcionadas ao entendimento da distribuição dos grupos ceramistas, tendo um foco mais prospectivo do que o entendimento intra-sítio, como realizavam o casal, o que favoreceu a esse quadro.

Durante a fase do PRONAPA, o relatório era pouco conhecido como referencia, sendo publicado somente em 1982, na *Revista de Cultura da UFES*, por Celso Perota, onde já possuía uma cadeira e desenvolvia pesquisas pela universidade.

O relatório de Orssich, com sua metodologia sistemática inédita no Estado, terá muito mais efeito enquanto discurso contra os ‘amadores’ e reafirmação da formalização legal da arqueologia, advinda da Lei de 1961, do que um ‘tratado’ científico de formulação da pré-história do Espírito Santo. Não que isso fosse o foco principal dos dois, muito pelo contrário, Orssich propõem ao SPHAN um programa de estruturação de núcleo de arqueologia e de treinamento:

Na falta de uma cadeira de arqueologia na Universidade Federal do Espírito Santo, não há ainda em Vitória estudantes treinados em pesquisas arqueológicas de campo, que pudessem ajudar no descobrimento, classificação e registro de sítios arqueológicos. Seria aconselhável treinar uma turma de aficionados, preferivelmente estudantes universitários e secundários, menos nos métodos mais rudimentares de observação e pesquisa de campo arqueológica, porque nas saídas o arqueólogo sempre precisa de uma equipe de auxiliares para investigação de áreas extensas e para sondagens arqueológicas em pontos de interesse. (ORSSICH:1982; 50)

A questão de o relatório ter tido muito mais um impacto ‘político/legal’ do que acadêmico não era intencional. Orssich realmente tenta estabelecer uma ruptura com o passado dos amadores e iniciar uma fase científica da arqueologia e tenta já nesse curto período de tempo contextualizar a pré-história do Espírito Santo com a pré-história brasileira, iniciada no Paraná em 1952. Em suma, Orssich contribui para estabelecer parâmetros concretos de atuação ao Patrimônio Histórico Artístico Nacional para fiscalização e gestão do Patrimônio Arqueológico nesse novo momento pós-Lei de 1961.

Referências

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Políticas indigenistas do século XIX. In: História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1992.
- CHMYZ, Igor. *Coletânea de artigos de Adam e Elfreide Orssich. Cadernos de Arqueologia*, ano II, n. 2, museu de arqueologia e artes populares – Universidade do Paraná, 1977.
- DAEMOM, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo, sua Descoberta, História Chronológica, Synopsis e Statística*. Vitória: Tipografia Spiritossantense, 1987.
- FERREIRA, Lúcio M. “Um bando de idéias Novas’ na Arqueologia (1870-1877)”. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo*, 11: 21-33, 2001.
- FREITAS ROSA, Des. Afonso Cláudio de. *Ensaio de sociologia, ethnografia e crítica*. Petropolis: Typografia das “Vozes de Petropolis”, 1932.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação*. Campinas: 1994.
- INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. *Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. ‘A produção de ‘vazios demográficos’: guerra e chacina no vale do rio Doce (1800-1830)’. *Revista Semestral do Departamento de História*. Vitória: UFES, 2001.
- NEVES, Luiz Guilherme Santos. ‘Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino ao governador da Bahia- 1790. Origem da historiografia capixaba’. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*. n. 53. Vitória: 2000.
- NIMUENDAJÚ, C. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro, 1982.
- ORSSICH, Adam. *Relatório Arqueológico do Espírito Santo*. *Revista de Cultura da UFES* – 19 – Março/Abril/Maio, 1982.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: EdUnB, 1992.
- PEROTA, Celso. *Dados parciais sobre a arqueologia Espírito-Santense*.
- PRONAPA 4. Resultados Preliminares do 4. Ano (1968-1969). Publica-

- ções Avulsas 15:149-162. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1971.
- _____. *Resultados preliminares sobre a arqueologia da região Central do Estado do Espírito Santo*. PRONAPA 5. Resultados Preliminares do 5. Ano (1969-1970). Publicações Avulsas 26:127-140. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.
- PARAÍSO, M.H.B. *Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo*. *Dédalo*, 28:63-95. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.
- _____. 'Os Botocudos e sua trajetória' História In: M. C. da Cunha. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1992. pp. 413-430.
- NOELLI, Francisco Silva; MENEZES, Lucio. *A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira*. *História, Ciências e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 14, n 4, p. 1239-1264, set.-dez. 2007.
- SCHMIDT DIAS, Adriana. *Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico para implementação do PRONAPA*. *Rev. do CEPA, Santa Cruz do Sul*. 19 (22): 25-39, mar. 1995.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. *História da arqueologia brasileira*. *Pesquisas. Antropologia*, n. 46. Rio Grande do Sul: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1991.

AS MULHERES COMBATENTES DA PMES: 28 ANOS DE HISTÓRIA.

*Gelson Loiola**

Resumo: Este artigo tem por objetivo prestar uma homenagem a todas as mulheres que executam a difícil tarefa de mediar os conflitos na área da segurança pública, reconstruindo a sua evolução histórica desde o ingresso em seus quadros, até os dias atuais, ao completarem os 28 anos de participação feminina na atividade operacional da Polícia Militar (PMES), e a partir de 1997, no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (CBMES), um marco importante nas transformações sociais das corporações Castrenses e na quebra dos paradigmas que por muito tempo impediram o acesso feminino no quadro de combatentes das carreiras militares.

Palavras-chave: Policial Militar feminino – Quadro Combatente. Homenagem. História. Carreira Policial Militar. Memória.

Introdução

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), oriunda da primeira instituição estadual criada pelo Conselho de Governo no dia 13 de dezembro de 1831,¹ denominado de Corpo de Permanentes pelo art. 7.º da Lei n.º 9, de 6 de abril de 1835, que instituiu em sua substituição a Guarda de Polícia Provincial, ao longo dos seus 180 anos de existência, vêm se destacando pela participação em fatos importantes da história do Estado do Espírito Santo, realizada pelos brilhantes Policiais Militares integrantes de seus quadros, os quais passaram a contar a partir da década de 80, com a participação de policiais militares femininos inclusas em

* Coronel da reserva da PMES, escritor, bacharel e professor de Direito, especialista em Ensino Superior, pesquisador e sócio efetivo do IHGES.

seus quadros de praças e, posteriormente, de oficiais combatentes, em intensa participação efetiva nas atividades operacionais, preventivas e repressivas, as quais merecem um destaque especial em nossa pesquisa, como forma singela homenagem e reconhecimento pela incontestável participação nas atividades da segurança pública realizada pela Briosa Corporação Policial Militar capixaba.

1. As primeiras mulheres no militarismo

Ao longo da história da humanidade é muito raro encontrarmos a figura feminina envolvida em atividades militares, uma vez que esta atividade desde os primórdios sempre se vinculou como uma atividade eminentemente masculina, de forma que as denominadas *mulheres guerreiras* somente conseguiram iniciar-se na atividade combatente por designação mística ou através de artimanhas, como disfarçar-se de homem.

A história universal, segundo a Enciclopédia Wikipédia, destaca que entre as *mulheres guerreiras* destaca-se a figura de Joana D'Arc, filha de Jacques D'Arc e Isabelle Romée, natural de cidade de Domrémy, na região de Lorraine na França, no provável ano de 1912. Ingressou na vida militar por influência religiosa, uma vez que afirmara ouvir vozes santificadas. O seu maior feito foi a grande vitória sobre os invasores ingleses na cidade de Orleans, no dia 9 de maio de 1429, comandando um exército de 4.000 homens.

Acusada de heresia e assassinato, Joana D'Arc foi submetida a julgamento pela Santa Inquisição em um processo presidido pelo Bispo de Bevaux, Pierre Cauchon, sendo condenada e queimada viva na fogueira no dia 30 de maio de 1431. O seu processo foi revisto posteriormente, e ela foi considerada inocente pelo Papa Calisto III, sendo beatificada pela Igreja Católica, em 1909, e santificada pelo Papa Bento XV.

Com relação a participação feminina na história militar luso brasileira, a pesquisa revela a pessoa de Maria Ursula d'Abreu e Lencastro, filha de portugueses, nascida no Brasil Colônia, que em 1700, foi para Lisboa, Portugal, onde usando de artifícios se fez passar por homem, alistou-se como soldado com o nome de Balthasar de Couto Cardoso. Participou com bravura na tomada da Fortaleza da Ambona. Foi promovida a cabo e passou 12 anos servindo o Exército português sendo recompensada por D. João V, rei de Portugal, e reconhecida como uma das poucas mulheres que serviram nas forças armadas portuguesas no período colonial.

No Brasil, segundo Enciclopédia Barsa, a mais antiga história que se tem registros é a da brasileira Maria Quitéria de Jesus Medeiros, natural da região de Cachoeira, Feira de Santana, na Bahia, em 1792, que por ocasião das lutas pela independência do Brasil, em 1822, não obtendo permissão de seu pai para alistar-se, fugiu de casa, disfarçou-se alistou-se como homem num Regimento de Artilharia e depois serviu no Batalhão de Caçadores Voluntários do Príncipe D. Pedro I, passando a ser conhecida como Soldado Medeiros.

Descoberta pelo seu pai, foi impedida de deixar o Exército pelo Major Silva e Castro (avô do poeta Castro Alves), por reconhecer suas ótimas qualidades de combatente. Participou de combates na foz do Rio Iguaçu, na Pituba e em Itapuã, e com o fim da campanha na Bahia, foi promovida ao posto de cadete, condecorada com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, pelo Imperador D. Pedro I, e reformada com o soldo de Alferes (2.º tenente). Em 21 de agosto de 1853, em total anonimato, morre a heroína, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a primeira mulher brasileira a ingressar na carreira militar no Brasil.

No ano do centenário da morte de Maria Quitéria por determinação do Governo Federal se torna obrigatória a fixação do seu retrato em todas as Corporações Militares do País, ato comprovado na PMES, com a seguinte publicação:



XIII – MARIA QUITÉRIA DE JESUS MEDEIROS:
41- INAUGURAÇÃO DE RETRATO: – Ocorrendo no próximo dia 21 dêste mês o 1.º centenário da morte da heroína da Independência, MARIA QUITÉRIA DE JESUS MEDEIROS, que tão grandes e relevantes serviços prestou à Pátria e tendo em vista o que dispõe o R.G. e as recomendações do Exm.º Sr. Ministro dos Negócios e da Guerra, determino que seja inaugurado às 9 horas daquele dia, na Galeria de Retratos desta Corporação, a fotografia da aludida heroína. (BD n.º 173, de 6.08.1953), (grifos na fonte).

Ato contínuo, no mesmo BD, é designado o Major Médico, Dr. Serynes Pereira Franco para proferir na data da inauguração uma palestra sobre a biografia e os feitos da heroína, o qual a profere de forma brilhante, encerrando com a seguinte oração:

SENHOR SOBERANO ÁRBITRO DO MUNDO; ILUMINAI SEMPRE O ESPÍRITO DAQUELA QUE FOI GRANDE PELO AMOR À PÁTRIA, MAGESTOSA PELO HEROÍSMO, SUBLIME PELA FÉ, PARA NELA CONFIANTE, POSSAMOS TRABALHAR UNIDOS, CONSCIENTES, LIVRES PARA A GRANDEZA DO ESPÍRITO SANTO E PARA A FELICIDADE DO BRASIL. (BD n.º 185, de 21.08.1953).

Com o passar dos anos, em razão das transformações políticas que sofreu o País, e as influências dos Ministérios Militares sobre as Corporações Policiais Militares brasileiras, a ordem ministerial foi totalmente esquecida, e o quadro desapareceu.

Quanto ao ingresso de mulheres em polícias mundiais, segundo Calazans (2004), Plenzer afirma que nos Estados Unidos da América (EUA), as mulheres entraram para a polícia no meio do século XIX, assumindo o poder de polícia em torno de 1910. Na

maior parte do século XX, as mulheres atingiram 1% do efetivo de pessoal; ainda em 1972 esse percentual chegava a 2% e, em 1997, havia chegado apenas a 12% do efetivo das corporações policiais.

2. A participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras.

O ingresso oficial no serviço ativo das mulheres nas Forças armadas, segundo consta do site do Exército Brasileiro se deu em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, com a inclusão voluntária de 67 enfermeiras no Exército e 6 especialistas em transporte aéreo na Aeronáutica. Após o término da 2.^a Guerra Mundial em 1945, assim como os integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a maioria das enfermeiras militares recebeu a patente de oficial, foram condecoradas e licenciadas do serviço ativo militar.



Das primeiras mulheres a ingressarem nas Forças Armadas do Brasil, conheci pessoalmente a major reformada do EB, Elza Cansação Medeiros (foto), a mulher mais condecorada da história do nosso Exército, quando fazia o Curso de Direitos Humanos da Cruz Vermelha em Brasília-DF e, posteriormente, em 2008 em nosso Estado (ES). A major EB Elza faleceu aos 88 anos, em 8 de dezembro de 2009

na cidade do Rio de Janeiro e, merece todas as nossas homenagens.

A Marinha do Brasil deu o primeiro passo, através da Lei n.º 6.807, de 7 de julho de 1980, ao criar Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), regulamentado pelo Decreto n.º

85.238, de 7 de outubro do mesmo ano, permitindo o ingresso em seus quadros das primeiras mulheres, porém, para a execução de atividades administrativas.

Em 29 de junho de 1981, foi promulgada a Lei n.º 6.924 criando o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, regulamentado pelo Decreto n.º 86.325, de 1.º de setembro daquele ano, enquanto que, no Exército Brasileiro, foi somente a partir de 1992 que elas obtiveram o direito de ingressar em definitivo na Corporação Militar Federal verde oliva, quando 49 mulheres foram aprovadas em concurso público de ingresso e matriculadas no curso na Escola de Administração do Exército. Em 1996, o Exército Brasileiro abriu vagas para mulheres no seu Quadro Combatente, com exceção na época da arma de Artilharia e Operações Especiais.

3. A participação feminina nas Polícias Militares

A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi a primeira corporação policial militar a permitir a inclusão de mulheres em seus quadros, através do Decreto n.º 24.548, de 12 de maio de 1955, com a criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino, pelo governador Jânio da Silva Quadros, quando através de um processo seletivo foram aprovadas e ingressaram em seus quadros, 13 mulheres que ficaram conhecidas como as *13 mais corajosas*, um marco importante para a história das mulheres brasileiras, uma vez que a função policial somente era exercida por homens.

A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), foi a segunda Corporação Policial brasileira a permitir o ingresso de mulheres através do Decreto Estadual n.º 3.238, de 19 de abril de 1977, foram incluídas na PMPR, 42 candidatas femininas aprovadas no concurso, que iniciaram o Curso de Formação Policial, em São José

dos Pinhais, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), na Academia Policia do Guatupê, naquele Estado.

A partir dos anos 80, as demais Polícias Militares brasileiras abriram as suas portas de vez para a inclusão de mulheres em seus quadros combatentes, que são destinados exclusivamente para a execução das diversas atividades de policiamento ostensivo na área da segurança pública nos estados brasileiros.

4. O início da inserção feminina como Combatente na PMES

Em virtude da inclusão de policiais militares femininos em outras Corporações estaduais brasileiras virem produzindo bons resultados, o governo do Estado do Espírito Santo resolve modernizar-se, acompanhando a tendência nacional, a inserção do público feminino em seus quadros combatentes.

A primeira medida tomada pelos dirigentes estaduais é a nomeação de uma comissão composta por integrantes da Corporação capixaba para elaborar e apresentar em 30 dias, uma proposta para a criação da Companhia Feminina na PMES.

A comissão nomeada é composta pelos Cel. PM Milton Monjardim Filho, Maj. PM Luiz Sérgio Aurich e o Maj. PM Alvim José Costalonga, cuja publicação transcreve-se pelo Boletim do Comando Geral (BCG) n.º 078. Em razão do interesse urgente do governo do Estado na implantação do projeto, a comissão encaminha imediatamente a proposta.

Logo em seguida, através do Decreto n.º 2.569-E, de 6 de maio de 1983, o governador do Estado do Espírito Santo, Gerson Camata, com base na justificativa de que havia um grande aumento da população flutuante na Grande Vitória, em consequência um grande

número de problemas, principalmente nos terminais rodoviários, ferroviários, aeroportos e locais de maior concentração urbana, em envolvendo pessoas do sexo feminino e, que outras Corporações Policiais Militares já haviam implementado a inclusão de policiais femininos em seus quadros obtendo resultados eficientes e, que o governo tem o dever de prover os meios necessários a um melhor atendimento na segurança da população capixaba e, que a presença de elementos do sexo feminino na atividade estatal de segurança pública, irá contribuir para suavizar a aspereza da conduta policial na garantia da ordem pública. E finalmente, que a criação da Polícia feminina não gerará qualquer ônus, uma vez que legalmente, não acarretará aumento de efetivo, nem suplementação de dotação orçamentária em razão da nova demanda. Decreta:

Art. 1.º - O art. 34 da Lei n.º 3.044, de 31.12.1975, fica acrescido do item VII com a seguinte redação: VII – Companhia de Polícia feminina (Cia P Fem) que tem a seu cargo as missões de Policiamento especial.

Art. 2.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Anchieta, em Vitória, 06 de maio de 1983.
GERSON CAMATA – Governador do Estado.
(D.O.E. 07.05.1983)

Estava criada a Companhia de Polícia Feminina (Cia P Fem), na Polícia Militar do Espírito Santo, o primeiro passo para a inclusão das mulheres na atividade de policiamento especial ostensivo, preventivo e repressivo no Estado, e nessa ocasião o Cel. Lízio Carvalho de Araújo, Cmt. Geral da PMES, registra o fato com um pronunciamento onde aborda o fato como um importante passo histórico para a Corporação capixaba e enaltece a figura feminina com a seguinte afirmação:

A mulher, com toda a sua peculiar sensibilidade, com toda a sua privilegiada intuição, com toda a sua graça e leveza de gestos, comportamento e brandura ao falar, cria na estrutura rígida da disciplina militar, um toque de realce mais elástico e concessivo, sem, contudo negar ou anular bases desses princípios (Demoner, 1985, p. 215).

E finaliza agradecendo ao governador Gerson Camata por criar a Polícia feminina da PMES, o mais novo instrumento para atuação no policiamento do Estado capixaba.

5. O processo seletivo para o ingresso feminino na PMES

Apesar do indicativo da inclusão das mulheres no efetivo da PMES, com a criação da Companhia de Polícia Feminina, em 7 de maio de 1983, o marco histórico do ingresso é a publicação do seguinte edital:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
PÚBLICA
POLICIA MILITAR
EDITAL DE CONCURSO

1. O Comandante Geral da Polícia Militar do Espírito Santo torna público que do dia 06 a 24 de junho de 1983, estarão abertas no QCG em Maruípe, no horário de 12:30 às 17:30 horas (as quartas-feiras, no horário de 08:00 às 12:00 horas), as inscrições para o concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Sargentos Femininos da PMES.

2. Exigências:

- Ser brasileira;
- Ser solteira;
- Ter idade mínima de 18 e máxima de 25 anos;
- Possuir 2.º grau completo ou equivalente;

- Pagar taxa de inscrição no valor de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a favor da PMES, na Agência Central do BANESTES, conta n.º 70-390-30;
 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - Apresentar carteira de identidade;
 - Trazer 03 (três) fotos 3X4, de frente e recente;
 - Altura mínima de 1,58 mts.
- Vitória/ES, 31 de maio de 1983.
LIZIO CARVALHO DE ARAÚJO
Cel PM Comandante Geral da PMES
(Jornal “A Gazeta”, de 4 de junho de 1983, sábado, p. 7).

Com a abertura do concurso para ingresso no Curso de Formação de Sargentos Femininos na PMES com publicidade no Jornal “A Gazeta”, a Comissão encarregada do processo seletivo sugere e o Cmt Geral da PMES, resolve modificar o calendário inicial para o CFS PM FEM, fixando as seguintes datas:

| Data | Atividade | Local |
|----------------|--|-----------------------------------|
| 2 e 3 JULHO | Exame escolaridade | Escola Técnica Federal Vitória |
| 8 JULHO | Resultado do exame escolaridade, às 13:00 horas | Auditório PM/3 |
| 8 a 22 JULHO | Exame médico-odontológico | Policlínica |
| 25 JULHO | Resultado do exame médico-odontológico. | Auditório PM/3 |
| 25 JUL a 4 AGO | Exame psicológico | DP/5 |
| 5 AGO | Resultado exame psicológico, às 8:00 horas. | Auditório PM/3 |
| 5 e 6 AGO | Provas aptidão física, às 9:00 horas. | QCG |
| 8 AGO | Resultado TAF, às 13:00 horas. | Auditório PM/3 |
| 9 AGO | Apresentação da candidatas, às 9:00 horas | CFAP |
| 9 AGO | Aula inaugural | CFAP |

Fonte: BCG / PMES, n.º 116, de 28 de junho de 1983.

Logo em seguida, pelo BCG n.º 118, de 30 de junho de 1983, a comissão composta pelos Ten. Cel. PM Eldio Celante, Maj. PM Guilherme Rodrigues dos Santos, 1.º Ten. PM Eloir Moreira Bastos e 1.º Ten. PM Tarboux Bonicen de Souza para comporem a Subcomissão de Aplicação de Provas dos exames de escolaridade do concurso de ingresso no quadro de sargentos femininos combatentes da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES).

Inicialmente, são incorporadas retroativamente a contar do dia 4 de agosto de 1983, as seguintes candidatas aprovadas: Silvia Mara Pedrini, Rosinéia Armani Leal, Cirleide Scárdua, Waldete Cabral, Kátia Tereza Gujanwski, Nilcéia Lima Fernandes, Marlúcia Tavares, Maria Helena Almeida Martins, Maria Auxiliadora Freire, Sueli Bianchine Daudt, Maria de Lourdes Silva Oliveira, Josette Baptista, Havanilza dos Santos, Verônica Félix Cordeiro, Benícia Margareth Ramos, Acedina Maria de Souza, Cláudia Regina Marques da Silva, Tânia Santos Amorim, Edelci Lima do Nascimento, Edna Maria dos Santos Amorim, Odila Margarida Favalessa, Dione Denadai, Maria José de Almeida, Kátia Deyse da Silva Giacomim, Antonina Maria do Nascimento, Eliana Maria Valandro, Tânia Maria Loss, Raquel Montimor Brandão, Rosane Assunta Guzzo, Luzia Picoli, Margareth Moreira, Maria de Lourdes Birro, Eusana da Penha Recla, Evânia Barros da Silva.

A seguir são incorporadas a contar de 8 de agosto de 1983, as candidatas: Margarete Zamborline Carretta, Leila Rodrigues Medina, Lourdes Miranda Pereira, Cleide Nascimento, Márcia Ester Gomes de Albuquerque, Wolmara Cani, Sônia do Carmo Grobério, Ada Maria Carniato, Eliane Peclat de Oliveira, Débora de Freitas Coutinho, Edizer Ferreira Leitão, Rosania Borges Barbosa, Maria Trevisan Fae, Lucinéia dos Santos Rodrigues, Levina Maria dos Santos Barros, Leanir Matos Machado, Janete Pantaleão Alves, Maristela Valandro, Gilma Elisa Hertel, Sandra Maria de Carvalho, Ma-

ria Emilia Pedrosa Rogai, Marilda Suely Pereira, Silvana Sarcineli Terra, Delizeth Dantas, Marlussi Meneguel, Michela Vanna Deorce, Nilcemara Moraes Jager, Clara Adriana da Fraga. Sônia Walesca Rangel, Maria Ângela Moura Rodrigues e, ainda, Nilceia Pinheiro Leal, Cristina Maria Valadares Cosme e Shirley Amorim dos Santos.

A história envolve principalmente, o aspecto cronológico, e em razão do ato de publicação da incorporação das primeiras mulheres na PMES, pelo Boletim Interno n.º 019, do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), seria estabelecida a data de 4 de agosto de 1983, como marco comemorativo do ingresso da mulher no Quadro Combatente da Corporação capixaba, porém, logo após a publicação, ocorre uma correção onde às candidatas aprovadas são todas incorporadas a contar de 8 de agosto de 1983, como marco da data de ingresso das mulheres no Quadro Combatente da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Neste período são construídas no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMES, sediado na Granja Cmt Darcy, em Santana, município de Cariacica-ES, as instalações para utilização do Corpo Feminino componente do primeiro Curso de Formação de Sargentos e, a Unidade de Ensino da Corporação capixaba se prepara para dar início ao inusitado e histórico evento.

6. O curso de formação de sargentos femininos

A grade do Curso de Sargentos Femininos da PMES (CFS/Fem) é montada com as seguintes disciplinas e suas cargas horárias:

| Total | Matérias | Carga Horária |
|-------|---|---------------|
| 1 | Administração PM..... | 50 |
| 2 | Armamento e Tiro..... | 45 |
| 3 | Comunicação e Expressão e Língua Portuguesa.... | 60 |

| | | |
|----|--|----|
| 4 | Chefia e Liderança..... | 20 |
| 5 | Comunicações..... | 20 |
| 6 | Defesa Civil..... | 20 |
| 7 | Defesa Pessoal..... | 50 |
| 8 | Educação Física Militar..... | 82 |
| 9 | Higiene e Socorros de Urgência..... | 20 |
| 10 | Informações..... | 40 |
| 11 | Legislação e Regulamentos I..... | 60 |
| 12 | Legislação e Regulamentos II..... | 37 |
| 13 | Metodologia do Ensino..... | 29 |
| 14 | Noções de Direito..... | 50 |
| 15 | Noções de Serviço Social..... | 20 |
| 16 | Operações de Defesa Interna e Territorial..... | 30 |
| 17 | Ordem Unida..... | 79 |
| 18 | Organização Social e Política do Brasil..... | 20 |
| 19 | Relações Públicas e Humanas..... | 20 |
| 20 | Técnica Policial Militar I..... | 45 |
| 21 | Técnica Policial Militar II..... | 45 |
| 22 | Técnica Policial Militar III..... | 45 |
| 23 | Técnica Policial Militar IV..... | 35 |

Fonte: Aditamento n.º 004/84 STE – CFAP.

A contar do dia 9 de agosto de 1983, data de início do CFS/Fem no Centro de Formação a Aperfeiçoamento da PMES, em Santana, município de Cariacica — ES começam a ser ministradas as disciplinas de Legislação e Regulamentos, Noções de Direito, Defesa Civil, Administração Policial Militar, Técnica Policial Militar e Operações de Defesa Interna e Territorial. As demais seriam cumpridas no decorrer do curso, após a conclusão das anteriores.

No dia 22 de agosto de 1983, o Cap. PM Chefe de Curso do CFS/Fem comunica o primeiro acidente envolvendo uma aluna do citado curso, “Al CFS Fem n.º 073 Claudia Regina Marques da Silva acidentou-se na articulação do tornozelo direito em instrução de

Op. Def. Int. e territorial” (BI 097/83 – CFAP), e conclui que não há necessidade da lavratura de atestado de origem (AO), por se tratar de lesão de natureza leve.

No mesmo mês de agosto de 1983 as alunas do CFS/Fem são submetidas à transposição dos obstáculos da Pista de Aplicação “Cap Amarelo”, do CFAP, com sucesso absoluto, em uma atividade típica de maleabilidade, com base no manual do Exército Brasileiro, conhecida como “*suga*”, muito comum na época.

No dia 7 de dezembro de 1983 (BI 126), a aluna do CFS/Fem PMES, Carla Rita Pedroni solicita e é desligada a pedido, sendo excluída do estado efetivo do CFAP e da PMES, em virtude de ter sido aprovada em outro concurso, e neste mesmo dia o pelotão feminino do CFS/Fem participa do desfile de comemoração do Dia da Independência do Brasil.

No Mês de outubro de 1983, participam das diversas modalidades esportivas em comemoração ao aniversário do CFAP, e no mês de novembro, participam de uma marcha a pé (jornada policial militar), de 12 quilômetros, encerrando as atividades especiais do ano de 1983.

A autorização referente ao ingresso nas Polícias Militares do Brasil, surge nove meses depois da criação da Companhia feminina no Espírito Santo, através do Decreto – Lei (DL) n.º 2.106, de 6 de fevereiro de 1984, editado pelo Presidente João Batista de Figueiredo (1979-1984), que altera o § 2.º do art. 8.º do DL n.º 667/1969. Que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8.º, § 2.º – Os Estados, Territórios e o Distrito federal poderão se convier às respectivas Polícias Militares: a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de oficiais e praças, para atender necessidades da respectiva Corporação em atividades específicas, mediante prévia autorização do Ministério do Exército.

A partir desta publicação as mulheres passam, legalmente, a poder ingressar no Quadro de Combatentes das Polícias Militares do Brasil.

Embora dependesse de autorização do Ministério do Exército, no Estado do Espírito Santo, conforme relatamos a Companhia de Polícia Feminina (Cia P Fem) da PMES, já havia sido criada no dia 6 de maio de 1983, e o Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS/PM FEM), já estava em andamento no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), em Santana, Cariacica-ES, desde o dia 8 de agosto de 1983, muito antes da autorização do Decreto-Lei 2.106, anteriormente citado, porém, provavelmente para cumprir as exigências do documento legal, é que somente pelos BCG 012, de 9.02.84 e 014, de 16.02.84, posteriores a data do citado decreto, é que as alunas em curso começam a ser incorporadas na PMES, e no estado efetivo do CFAP, porém, com retroatividade a contar de 4, 8 e 30 de agosto de 1983, antes do Decreto em pauta, sendo posteriormente corrigida para o dia 8.08.1983.

Visando estabelecer uma doutrina específica para o CFS Fem, o Cap. PM Mauro Nunes Pereira, respondendo pelo Comando do Corpo de Alunos do CFAP, apresenta ao Ten. Cel. PM João Nascimento, Cmt. do CFAP, as “*Normas de Conduta para as Alunas do Curso de Formação de sargentos PM Femininos*”, a qual é aprovada, regulando os seguintes procedimentos:

- A. Visando manter a boa apresentação pessoal fica proibido o uso de penteados exagerados (cheios e altos), cobrindo a esta ainda que parcialmente (franja, pastinhas), bem como, o uso de quaisquer postições (perucas);
- B. Fica terminantemente proibido a tintura que venha alterar a cor natural dos cabelos;
- C. Fica estabelecido o uso de penteados e cortes de cabelo de acordo com os padrões demonstrados nos anexos “A e B”;
- D. Em hipótese alguma será permitido adornos, tais

- como: colares e/ou correntes que fiquem à mostra;
- E. O uso de pulseiras fica proibido, sendo permitido apenas o relógio de pulso;
- F. Só será permitido o uso de alianças e anel de formatura;
- G. Visando a segurança da Policial Militar, não será permitido o uso de brincos com argolas ou pingentes, podendo apenas usa-los do tipo “solitário”, com tarracha [sic].
- H. Objetivando também estética, bem como a segurança da Policial Militar fica proibido a utilização de grampos e pastilhas ou quaisquer adornos nos cabelos.
- I. O uso de maquiagem será permitida até incentivada, porém, sempre de maneira discreta.
- J. As unhas deverão ser cortadas em tamanho médio, de acordo com o anexo “C”, sempre bem cuidadas, pintadas, no mínimo com base natural, não podendo, no entanto ser utilizado esmalte de cores extravagantes (verde, azul, roxo, preto, marrom).
- L. A Policial Militar não poderá apresentar-se com óculos, cuja armação seja extravagante (tamanho, forma e cores exageradas), embora tenha lentes de graus.
- M. Não será permitido fumar em público, em hipótese alguma.
- N. Nas refeições ou lanches só poderão ser efetuadas nos locais destinados aos mesmos (refeitórios ou cantina), no Quartel; fora do mesmo, só poderá fazê-lo em restaurantes compatíveis com o decoro Policial Militar.
- O. Em hipótese alguma não poderá a Policial Militar mascar chicletes, tomar sorvetes ou picolés, nem tampouco guloseimas.
- P. A Policial Militar deverá ter sempre uma postura irrepreensível, que em aquartelamento ou em público, portanto, fica proibido, dormi em coletivos, sentar em paradas de ônibus ou logradouros públicos, encostar ou colocar os pés em paredes, muros, postes, carros, etc. Em nenhu-

ma hipótese a policial feminina poderá sentar-se com as pernas cruzadas.

Q. Não será permitido, quando uniformizadas, expressarem manifestações de intimidades (beijos, abraços, mãos nos ombros ou mãos dadas) com parentes noivos, namorados ou amigos, bem como, quando à paisana nas proximidades de Organizações Militares ou Policiais Militares.

R. Para a entrada e saída de qualquer aquartelamento ou Posto de Serviço, a Aluna do CFS PM Fem deverá usar trajes civis discretos e compatíveis com o decoro militar, ficando proibido o uso de trajes excessivamente curtos, justos, transparentes, decotados e trajes esportivos na modalidade “short” ou bermudas, bem como, o uso de sandálias tipo chinelos.

S. A Policial Militar Feminina deverá prevenir-se da obesidade, mantendo-se dentro dos padrões ideais de peso.

No anexo “A”, citados nas normas, temos os modelos de uso e corte de cabelos curtos e no anexo “B”, temos os modelos de uso dos cabelos compridos com o uso do coque, (de perfil, de costas e de frente), enquanto no anexo “C”, temos a formatação das unhas com as mãos espalmadas (de costas e frente, e de perfil). Nem precisa comentar que hoje algumas dessas regras são muito engraçadas e que deixaria a PM Fem, inamovível.

Neste mês de fevereiro de 1984, as alunas realizam uma atividade de prática operacional de Policiamento preventivo noturno no Bairro de Itanhenga, município de Cariacica-ES, e no mês de março são empregadas no policiamento preventivo na abertura dos festejos carnavalescos, e em vários policiamentos preventivos (blitz), em vários locais da Grande Vitória, com grande sucesso e aceitação por parte da sociedade capixaba.

No mês de abril de 1984, tem início as atividades de cunho social, com a visita ao Asilo dos Velhos em Vitória-ES, visita ao 38.º

Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, em Vila Velha-ES, visita ao orfanato Cristo Rei, em Cariacica-ES e uma viagem de estudos em visita às instalações do Quartel da Polícia Feminina de São Paulo-SP.

No Mês de maio de 1984, basicamente encerrando as atividades especiais previstas para o curso, as alunas do CFS/Fem da PMES, participam do policiamento ostensivo da *Festa da Penha* (Convento da Penha), e no dia 23 de maio, participam do desfile de comemoração dos festejos referentes à “*Colonização do Solo Espiritossantense*”, realizadas no município de Vila Velha.

Obviamente, durante o curso ocorreram várias punições disciplinares, porém, a mais abrangente e interessante ocorreu justamente ao final do curso, quando 26 alunas do CFS/Fem, foram punidas conforme publicação pelo Boletim Interno do CFAP, n.º 043, de 7 de junho de 1984, por terem respondido a um questionário elaborado e aplicado pelo Maj. José Amarílio Semedo Boni, Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES, de maneira desatenciosa.

O fato ocorreu basicamente em virtude dos constantes adiamentos que ocorreu sobre a data da formatura, fazendo com que fosse gerado um clima tenso de ansiedade, inclusive em razão de um adiamento as alunas do CFS Fem chegaram a realizar uma formatura onde todas vestidas de preto com a capa de chuva, elaboraram um convite de formatura na cor preta e realizaram a solenidade no CFA, por pouco não resultou em punição.

Quanto ao questionário, segundo apurado, a pergunta foi sobre o que aluna pesquisada achava sobre o elaborador da pesquisa, e as respostas como “fez perguntas muito mal elaboradas”, “coisa de quem não tem o que fazer”, “sem sentido algum”, etc., o que resultou na punição. Obviamente, conforme legislação específica se tratou de uma punição escolar, as quais só possuem valor histórico, pois não deviam constar dos assentamentos das policiais militares após

a sua formação, mas no caso, numa deferência especial, a punição constou dos assentamentos das, ainda alunas do CFS, e somente seria cancelada em 12 de setembro de 1989, razão do tempo decorrido, nos termos do Regulamento Disciplinar da PMES.

Iniciam os treinamentos e os preparativos para a solenidade de formatura, e as alunas do Curso de Formação de Sargentos Femininos (CFS/Fem), que o iniciaram no dia 8 de agosto de 1983, as primeiras mulheres a ingressarem no Quadro Combatente da história da PMES, praticamente o concluem no dia 7 de junho de 1984, com todas as 67 (sessenta e sete) alunas aprovadas conforme a classificação final publicada através do Aditamento n.º 004/STE ao Boletim Interno 043/CFAP, de 7 de junho de 1984, onde constam:

Maria Auxiliadora Freire, Maria José de Almeida, Gilma Elisa Hertel, Cirleide Scárdua, Débora de Freitas Coutinho, Ada Maria Carniato, Maristela Valandro, Kátia Tereza Gujanwski, Sônia Walesca Rangel, Margareth Zamborline Carretta, Acedina Maria de Souza, Eusana da Penha Recla, Levina Maria dos Santos Barros, Maria Trevisan Faé, Edizer Ferreira Leitão, Marilda Suely Pereira, Silvia Mara Pedrini, Janete Pantaleão Alves, Raquel Montimor Brandão, Odila Margarida Favalessa, Nilceia Pinheiro Leal, Leila Rodrigues Medina, Marlussi Meneguel, Antonina Maria do Nascimento, Rosinéia Armani Leal, Evânia Barros da Silva, Sueli Bianchine Daudt, Lourdes Miranda Pereira, Lucinéia dos Santos Rodrigues, Leanir Matos Machado, Eliana Maria Valandro, Waldete Cabral, Josette Baptista, Dione Denadai, Luzia Pícoli, Maria Angela Moura Rodrigues, Michela Vanna Deorce, Verônica Félix Cordeiro, Eliana Peclat de Oliveira, Silvana Sarcineli Terra, Kátia Deyse da Silva Giacomim, Marlúcia Tavares, Edna Maria dos Santos Amorim, Rosane Assunta Guzzo, Nilcemara Moraes Jager, Maria de Lourdes Birro, Sônia do Carmo Grobério, Clara

Adriana da Fraga, Havanilza dos Santos, Tânia Maria Loss, Delizeth Dantas, Wolmara Cani, Maria de Lourdes Silva Oliveira, Rosania Borges Barbosa, Benícia Margareth Ramos, Tânia Santos Amorim, Márcia Ester Gomes de Albuquerque, Edelci Lima do Nascimento, Cristina Maria Valadares Cosme, Cleide Nascimento, Sandra Maria de Carvalho, Shirley Amorim dos Santos, Maria Emilia Pedrosa Rogai, Margareth Moreira, Maria Helena Almeida Martins, Nilcéia Lima Fernandes e Cláudia Regina Marques da Silva. (BE/QCG n.º 004, de 12.06.84).

O fato inédito na história da Corporação, é que solenidade de formatura do Curso de Formação de Sargentos da primeira turma de mulheres a ingressarem na PMES é realizada ao lado do Palácio Anchieta (Sede do Governo do ES), na Praça João Clímaco, em frente ao Palácio Domingos Martins, ainda prédio da Assembleia Legislativa, na cidade Alta, em Vitória-ES, no dia 12 de junho de 1984, conforme consta do citado Boletim Especial do Comando Geral, a única da história ali realizada, até a conclusão desta obra.



Desfile de formatura das primeiras integrantes femininas da PMES. Praça João Clímaco, Cidade Alta, Vitória-ES, em 12.06.1984. (Demoner, 1985, p. 220).

Na alocução do comando, tradicional nas solenidades da PMES, na ocasião procedida pelo Cmt. Geral da PMES, Cel. PM Wlamir Coelho da Silva, em dois momentos se consegue perceber, tratar-se da formatura das primeiras mulheres a concluírem um curso de formação na história da PMES, pelos seguintes trechos:

Para vocês que inauguram neste Estado uma nova concepção de policiamento, bem facilitada estará sua contribuição, pois a par dos conhecimentos adquiridos no CFAP, encontrarão também, a orientação firme e pronta dos seus colegas masculinos mais experientes. [...]. Pois bem, para ajudar, somar esforços para essa imagem ser mudada é que o nosso Governador fez criar este grupamento feminino, que em sua ação se caracterizará, antes de mais nada, pela presença da policial-militar fardada, sem arrogância, altiva, polida e enérgica, desarmando e prendendo, frustrando o conflito de maneira urbana e convincente. (BE 004/84)

Na verdade, o empenho do executivo estadual em incluir mais rapidamente possível, os policiais femininos na Corporação capixaba, conforme pudemos perceber desde o início, leva ao governo do Estado, a cometer o primeiro e grande equívoco com relação aos primeiros sargentos do quadro femininos que ingressaram na PMES, e este ocorre quando o governador Gerson Camata resolve encaminhar a Assembleia Legislativa capixaba e posteriormente após sua aprovação, sancionar a Lei n.º 3.645, em 10 de julho de 1984, vinte dias após a formatura, nos seguintes termos:

Art. 1.º - Ficam incluídas no inciso I, letras “a” e “c” do art. 48 da Lei n.º 3.044, de 31 de dezembro de 1975, as seguintes expressões:

Art. 48 –.....
a) –.....

– Quadro de Oficiais Policiais Militares Feminino (QOPM Fem).

b)

– Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem).

Art. 2.º – É fixado em 121 (cento e vinte e um) o número de Policiais Femininos, que fica acrescido ao efetivo previsto pela Lei n.º 3.306, de 05 de dezembro de 1979, para o exercício de 1983.

§ 1.º – O efetivo de que trata o presente artigo fica assim distribuído:

– Capitão PM Fem01

– 1.º Tenente PM Fem01

– 2.º Tenente PM Fem03

– Subtenente PM Fem01

– 1.º Sargento PM Fem01

– 2.º Sargento PM Fem04

– 3.º Sargento PM Fem60

– Cabo PM Fem15

– Soldado PM Fem35

§ 2.º – Enquanto não for preenchido o efetivo de Oficiais PM Fem, a estrutura de Comando da Companhia de Polícia Militar Feminina será formado por Oficiais do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM).

§ 3.º – O efetivo de Policiais Militares femininos terá como base a organização de uma Companhia PM, denominada, Companhia de Polícia Militar feminina (Cia. PM Fem).

Art. 4.º – O Policial Militar Feminino fica sujeito à mesma legislação aplicável aos demais integrantes da Polícia Militar, inclusive quanto a direitos, deveres e prerrogativas, vencimentos e vantagens, justiça e disciplina.

Art. 5.º – A Companhia de Polícia Militar Feminina tem como missões as previstas em legislação específica, relativas às atividades da própria Polícia Militar, direcionadas para as ações que envolvam mulheres, menores, anciões, migrantes e outras que por necessidade de serviço forem determinadas pelo Comando Geral da Polícia Militar.

Art. 6.º – O Quadro de Organização (QO) da Companhia de Polícia Militar Feminina distribuirá o efetivo fixado na presente Lei.

Art. 7.º – A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º – Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 08 de agosto de 1983.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém. O secretário de Estado da Justiça faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio, Anchieta, em Vitória, 10 de julho de 1984.
GERSON CAMATA - Governador do Estado
(Diário Oficial, de 14.07.1984) (grifo nosso)

O interessante, é que por ocasião da publicação desta lei, na Faculdade de Direito de Colatina onde cursava este autor, 1.º tenente PM Gelson Loiola, o então, capitão PM Nélio Homero Lacerda, 2.º tenentes Jéfferson Nereu Luppe e Israel Luppi Batista (os dois últimos deixaram a PMES), chegamos a abordar o assunto com o saudoso Ten. Cel. PM Manoel Nunes de Araújo, nosso professor de Direito Constitucional naquela Faculdade, sobre a retroatividade da citada lei, onde foi esclarecido que pelos institutos legais, era previsível que esta retroatividade somente seria questionada, se produzisse prejuízos para os 3.º Sgt. PM femininos, e isso somente o futuro diria, pois, por ocasião de sua publicação, ainda não ocorrera qualquer lesão a direitos.

7. O 1.º curso de formação de soldados femininos

Apesar de abordarmos a história dando enfoque as primeiras mulheres a ingressarem na PMES, no caso, as do Curso de Sargentos Femininos em 1983, historicamente, não poderíamos deixar de registrar que, no dia 1.º de agosto de 1986 forma-se a primeira

turma do Curso de Formação de Soldados Femininos do Quadro de Combatentes da história da PMES, conforme parte n.º 005/86 – STE/CFAP, de 31.07.86, pela ordem de classificação final do curso, das 31 (trinta e uma) concludentes:

Silvia Vieira, Neidy Aparecida Emmerick, Marilza de Souza Silva, Janie Eustáquia Guimarães, Laurinete Vieira Nunes, Catarina Stein Lamas, Ana Carla Usbert, Leonolina Lima, Tânia Maria Ribeiro, Ana Rosilma Merizio, Zenaide da Silva Oliveira, Ádila Vieira Braga, Cláudia Oliveira Nunes, Ana Regina Bourguignon Pinto, Nilcéia Tesche, Valdete Luzia Bravo, Lucia Helena Nunes, Roseane Alcântara Cordeiro, Maria da Penha Monteiro, Andréia de Oliveira Silva, Sayonara Maria de A. Araújo, Cremi Calheiros, Euceli Meirelles, Rosiane Schneider Mármore, Elza Teófilo Aprígio, Janice Antonio de Almeida, Edna dos Santos Neves, Gilcéia Oliveira Santos, Edinalva Pereira, Helenita Aparecida Loriato e Ana Maria Vieira. (BE/CFAP n.º 03, de 1.08.86)

A cerimônia de formatura é realizada no CFAP, ocasião em que o Cmt da Unidade de Ensino da PMES, em sua alocação após abordar que a formação de policiais femininos nas Policiais Militares diante das mudanças contemporâneas se torna imprescindível, conclui que:

A luz que hoje foi acesa no seio da Corporação, pela formação desta turma muito bem denominada “VANGUARDA FEMININA” continuará a brilhar, enquanto cada uma de vocês, continuar a entender a importante condição de ser Policial-Militar. (Ten Cel PM Lézio - BE /CFAP n.º 03, de 1.08.86).

Obviamente, a luz a que se refere à alocação do comando, fora acesa em 1983, com o ingresso da primeira turma do Curso de Formação de Sargentos, provavelmente esquecida pelo redator, apesar

desta ser a primeira turma do Curso de Formação de Soldados Femininos do Quadro de Combatentes da história da PMES.

8. Da primeira turma feminina da PMES rumo ao Oficialato

O dia 19 de maio de 1987(BCG 037) consiste em um marco para a história da PMES, uma vez que são incorporadas as primeiras integrantes femininas da PMES, dentre as quais as Policiais Militares oriundas da 1.^a Turma de Sargentos Femininos de 1983, Josette Baptista e Sônia do Carmo Grobério, além das candidatas civis aprovadas, Aldaléia Antunes Beltrame e Fabrizia Moraes Gomes, as quais se tornam as primeiras mulheres a serem matriculados como Alunas Oficiais PM Fem, a contar de 2 de fevereiro de 1987, para fazerem o Curso de Formação de Oficiais (CFO), na Academia de Policia Militar do Estado de Minas Gerais.

No ano seguinte, é a vez de outra integrante da 1.^a turma feminina da PMES alcançar êxito ao ser aprovada no Concurso de ingresso para fazer o Curso de Formação de Oficiais, preenchendo a única vaga oferecida no CFO feminino, a 3.^o Sgt. PM Fem Margareth Zamborline Carreta, a contar de 21 de janeiro de 1988, data em que seguiu com os demais aprovados para freqüentarem o Curso de Formação de Oficiais na Academia de Policia Militar de Minas Gerais.

Em 10 de outubro de 1989 (BE 003), o Cmt Geral da PMMG comunica ao Cmt Geral da PMES que concluíram o Curso de Formação de Oficiais daquela OPM, os primeiros Aspirantes a Oficial PM femininos da história da PMES, Sônia do Carmo Grobério, Josette Baptista, Aldaléia Antunes Beltrame e Fabrizia Moraes Gomes.

O fato se torna mais um marco histórico na PMES, com destaque especial para a Aspirante à Oficial PM SÔNIA DO CARMO

GROBÉRIO, que além de compor a primeira turma de Oficiais Femininos da história da Corporação, ao lado das outras três formadas, se torna, a primeira mulher do Quadro Combatente da PMES, a concluir o CFO obtendo a 1.^a Colocação Geral em uma Escola de Formação de Oficiais, fora do Estado do Espírito Santo, na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais.

No dia 10 de outubro de 1990 (BE 01), o Cmt. Geral da PMMG comunica a PMES que concluíram com aproveitamento o CFO daquela OPM, os Alunos Oficiais da PMES, dentre os quais a Asp. Of. PM MARGARETH ZAMBORLINI CARRETA, com destaque de ser a 1.^a colocada da Turma da PMES, dentre a turma dos oito aspirantes capixabas, que se formam na época.

A 1.^a Turma feminina da PMES perde uma de suas integrantes, quando através do ofício n.º 088/92 – CBPMES, é comunicado ao Comando Geral da Corporação, o falecimento no dia 3 de março de 1992, em acidente automobilístico ocorrido na Reta da Penha, envolvendo o seu veículo particular e o ônibus da PMES que saía do QCG com destino a Camburí para recolher o policiamento de carnaval, da 2.º Ten. PM MARGARETH ZAMBORLINI CARRETA (3.º Sgt. PM 1984 – Asp Of PM 1990/PMMG), a qual foi homenageada com seu nome na Quadra Esportiva do Clube dos Oficiais, no bairro Jardim da Penha, na Praia de Camburí, Vitória-ES.

9. Os sucessivos embates judiciais de integrantes da 1.^a turma

Conforme relata este autor em sua obra (2008), a primeira integrante da Turma do CFS/FEM da PMES a iniciar uma disputa judicial contra atos do Comando Geral da Corporação, foi a então, 3.º Sgt. PM Sônia do Carmo Grobério, tendo em vista a sua des-

classificação do concurso para ingresso no Curso de Formação de Oficiais, pelo Cel. PM Cmt. Geral Adilson Ayres Ribeiro, no dia do embarque para a Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, em razão de sua altura de 1,59 cm, pois o edital exigia 1,60 cm, e na verdade, após medição ficou constatado que a candidata media 1m 59 cm e 6 mm, porém, face às peculiaridades militares da época, embora a candidata argumentasse que havia ingressado na PMES em um concurso para sargentos femininos onde a altura mínima exigida era de 1m58cm, conforme edital anteriormente transcrito nesta obra, isso pouco adiantou, levando a prejudicada a ingressar com um Mandado de Segurança através do Dr. Waldir Antonio de Souza (que faleceu no curso do processo, substituído pelo Dr. Setembrino Pelissari), sendo o feito encaminhado ao Desembargador Dr. João Miguel Feu Rosa, que despachou:

A concessão da medida liminar supõe o concurso de dois requisitos:

a) o fumus boni júrís e,

b) o periculum in mora (cf. Galeno de Lacerda, “Comentários ao Código de Processo Civil, vol. VIII, Tomo I, p. 89”).

Por entender configurados os pressupostos do art. 7.º, inciso II, da Lei 1533/51, DEFIRO a liminar, para que se suspenda o ato que deu motivo a esta impetração. [...] Em 10 de fevereiro de 1987. DES. FEU ROSA RELATOR (Autos do MS n.º 1.686)

A decisão foi cumprida pelo Cmt. Geral, anulando o ato desclassificatório, tendo a Aluna Oficial PM Sônia do Carmo Grobério seguido posteriormente para o Estado de Minas Gerais, mediante liminar judicial concedida pela Justiça capixaba, onde foi matriculada a contar de 2 de fevereiro de 1987, permanecendo até concluir o curso.

Posteriormente, em razão da comentada retroatividade, o BCG n.º 061, de 9 de agosto de 1988, publica o Quadro de Acesso à gra-

duação de 2.º Sargentos, onde figuram apenas os integrantes da Turma do CFS masculino que haviam concluído o referido curso depois das integrantes do CFS/FEM, concluído em 1984, o que de imediato provoca, a princípio um recurso por parte da 3.º Sgt. PM Fem, Dione de Nadai, o qual foi indeferido através do Adt.º n.º 069, de 6 de setembro de 1988, o que a leva a ingressar no Poder Judiciário capixaba, com um Mandado de Segurança n.º 1.994, em seu nome e de outros contra ato do Comando Geral.

A decisão judicial vem do Tribunal Pleno, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, no dia 5 de julho de 1989, nos seguintes termos: “[...] No mérito, conceder a segurança também por unanimidade” (Adt.º 014/89), e a impetrante e as demais litisconsortes são promovidas a 2.º Sgt. PM QPMP-0 (combatente) a contar de 25 de agosto de 1988, em ressarcimento de preterição, conforme publicação pelo Adt.º 032, de 3 de outubro de 1989.

Outro efeito decorrente de ação judicial se faz registrar mediante a seguinte publicação:

Torno sem efeito os Q.A./00 às graduações de ST, 1.º e 2.º SGT no QPMP-0, publicados no BCG 030 de 27-07-00, em conseqüência das alterações ocorridas com a execução da sentença prolatada nos autos do processo n.º 024910088573, a fim de que seja feito o realinhamento geral e posteriormente, confeccionado novos quadros. (BCG 033, de 17.08.2000).

No ano seguinte, temos a decisão do Mandado de Segurança relatado no processo n.º 024.010.896, que em como impetrante a 1.º Sgt. PM Dione de Nadai e Souza e outros, cuja decisão, defere parcialmente a liminar requerida, “para suspender qualquer promoção ao posto de Segundo Tenente PM, dos Sub Tenentes que não compuserem o polo ativo da ação ordinária n.º 024.910.088.574 e

[...] até a apreciação do mérito [...]” (Adt.º 044, 1.11.2001), imediatamente, ocorre o ingresso no Poder Judiciário, conforme consta dos assentamentos da 1.º Sgt. PM Dione de Nadai, sendo que pelo BCG n.º 029 de 11 de julho de 2002, publica a decisão sobre o Processo n.º 024.010.194.241, da 2.ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, determinando a promoção da requerente à graduação de Subtenente PM do QPMP-0, em ressarcimento de preterição da data de 6 de fevereiro de 2002, retroagindo para a data de 29 de dezembro de 2000.

Assim, após diversos embates judiciais, a primeiras mulheres a ingressarem na PMES conseguiram solucionar gradativamente todos os problemas decorrentes da legislação inicial, até alcançarem parte delas alcançarem Quadro de Oficial Administrativo (QOA) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo.

10. A extinção da Companhia de Polícia Feminina da PMES

No ano de 1992, o governador Albuíno Cunha de Azeredo, fixa o efetivo da Polícia Militar em 7.650 integrantes, e pelo art. 2.º, resolve incluir no Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) as atuais Oficiais do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininos (QOPM-Fem), e à Qualificação Policial Militar Particular — 0 (QPMP-0), as atuais Praças Policiais Militares Femininos (Praças PM Fem), extinguindo assim, aos Quadros de Oficiais e de Praças Feminino da PMES. Pelo art. 3.º da legislação, acaba por revogar a Lei n.º 3.645, de 10 de julho de 1984, extinguindo, assim, a Companhia de Polícia Militar Feminina que tem o seu efetivo redistribuído nos diversos setores da Corporação Policial Militar capixaba.

É lógico que pela complexão biológica da mulher e as exigências de testes físicos para ingresso na Corporação depois da Cons-

tituição de 1988, sofreu algumas modificações, e tendo em vista a abertura de concursos sob a nova ordem constitucional ao ingresso de mulheres em todos os quadros da Corporação, começariam a gerar problemas administrativos, e conseqüentemente judiciais. Diante destes fatos, o Ten. Cel. PM Mário Natáli, Cmt. do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), no dia 30 de abril de 1993 encaminha ao Comando Geral uma consulta a respeito da aplicação de testes físicos para candidatas aprovadas nos demais exames dos concursos, em virtude de apreciação de fato desta natureza pela Vara dos Feitos da fazenda Pública quando afirmou em sentença que “O Edital faz leis entre as partes”. Imediatamente o Cmt. Geral encaminha o expediente ao Consultor Jurídico da PMES, Cel. PM Adv. José Cabral Scandian, que analisa o caso juridicamente e conclui no dia 10 de maio de 1993, que:

- a) Nenhuma candidata poderá ser submetida a teste de gravidez e ser discriminada no concurso.
- b) O serviço de saúde deverá baixar testes físicos para as candidatas grávidas, determinando quais exercícios que poderão ser feitos.
- c) Haverá situações (gravidez de alto risco) que os exames físicos não poderão ser aplicados a grávidas (BI/CFA n.º 058).

Após a decisão, o documento é enviado à Diretoria de Saúde para análise e manifestação, então, o Cel. PM Médico Diretor de Saúde despacha para o Ten. Cel. PM Médico, Luiz Alexandrino Alves, Diretor Adjunto da DS, que após discorrer de forma esclarecedora a respeito das implicações técnicas, informa ao Comando Geral como o fato é tratado na Polícia Militar do Estado Paulista, nos seguintes termos:

“Todavia, como ocorre na PM do Estado de São Paulo (PMESP), as candidatas grávidas já na

inscrição em função da obrigatoriedade do exame físico (TAF) poderão prestar concurso para ingresso na aludida OM, para se evitar a DISCRIMINALIDADE e em decorrência o conflito constitucional, sendo subsequentemente dado às referidas candidatas, caso sejam aprovadas no exame intelectual, o direito de, através de requerimento, assegurar a vaga para um próximo curso. ((BI/CFA n.º 058).

Concluindo que as candidatas inscritas em estado de gravidez, para não ferir pendências judiciais, devem receber tratamento idêntico ao praticado pela citada co-irmã. Foi bastante correta orientação do Dr. Alexandrino, pois, posteriormente, em casos semelhantes os Tribunais de Justiça passaram a decidir dessa forma.

11. As mulheres na Escola de Formação de Oficiais da PMES

Apesar desta pesquisa, conforme registramos anteriormente abordar o ingresso da 1.^a turma feminina a ingressar no Quadro Combatente da PMES, resolvemos também prestar homenagens a 1.^a Turma de Aspirantes à Oficial PM formada pela Escola de Formação de Oficiais do Estado do Espírito Santo.

De acordo com Loiola (2008), o concurso para ingresso no CFO da PMES que neste ano, oferece 30 (trinta) vagas para candidatos do sexo masculino e 10 (dez) vagas para candidatos do sexo feminino. A abertura para o ingresso no Curso da Escola de Formação de Oficiais da PMES, tem registro no dia 23 de janeiro de 1995 (BI/DS n.º 016), através do ofício circular da Diretoria de Ensino, com o seguinte calendário:

Previsão do resultado do vestibular: 10.02.95;
Previsão de apresentação e preenchimento do Re-

latório de Investigação Social na DP/5: 13.02.95; Exame psicológico: 15.02.95; Entrega do resultado psicológico à DP/5: 22.02.95; Exame de Saúde: 06.03.95; Entrega do resultado de saúde: 23.03.95; Exame físico no CFA: 28.03.95; Resultado do exame de investigação social: 31.03.95; Entrega do resultado de Educação Física à DP/5: 04.04.95; Divulgação do resultado do concurso: 05.04.95; Entrega de documentação dos candidatos: até dia 07.04.95; Publicação do resultado final do concurso: 07.04.95; Apresentação dos aprovados para início do curso no CFA: às 13 horas do dia 10.04.95.(BI/DS n.º 016, 23.01.95).

No dia 11 de abril de 1995, é publicado o resultado para as candidatas aprovadas de acordo com as 10 (dez) vagas oferecidas no CFO para o sexo feminino, com a seguinte classificação:

| N.º | Candidatos aprovados | Pontos |
|-----|--------------------------------------|--------|
| 01 | Fabiola de Almeida Secchin | 201,00 |
| 02 | Sissi Marlene Dietrich Scwantes [PM] | 170,10 |
| 03 | Márcia Sizenando Soares [PM] | 166,10 |
| 04 | Viviane Saliba Nascimento | 165,20 |
| 05 | Leomara Ferreira Santana | 164,80 |
| 06 | Luciana Lopes Carrijo | 164,80 |
| 07 | Marinete Felix Cordeiro | 164,30 |
| 08 | Vanessa Barreto Calazans | 160,30 |
| 09 | Laysa Fernanda Galdioli | 158,20 |
| 10 | Emilia Alves | 157,30 |

Fonte: PMES - Boletim do Comando Geral n.º 027, de 11.04.95.

Em virtude de inobservância de normas do calendário do exame de educação física, é incluída a candidata, Camila Muniz Monteiro, que obtivera 155,70 pontos, pleiteando o lugar da 9.^a colocada, a qual judicialmente se mantém no 1.º ano do CFO, que fica com 11 alunas oficiais. A pendência judicial se consolidaria em 1997, diante da seguinte decisão:

PROCESSO n.º 12639839. Senhor Procurador Geral. Antes da decisão final do “mandamus” e dos Embargos Declaratórios que lhe foram apostos, a Polícia Militar decidiu por, administrativamente, aproveitar a candidata CAMILA MUNIZ MONTEIRO no lugar da candidata FABÍOLA DE PAULA SECHIN, que se desligou do curso. Com isso a situação da candidata LAYSA FERNANDA GADIOLI consolidou-se, em definitivo. Em 24 de outubro de 1997. [...]. Dr. EDINALDO LOUREIRO FERRAZ Procurador Chefe (Adtº/DE n.º 025, de 13.11.97).

No dia 19 de dezembro de 1997, realiza-se a solenidade de conclusão da 1.ª Turma de Aspirantes a Oficial PM feminina formada pela Escola de Formação de Oficiais do Espírito Santo, onde concluem com aproveitamento o Curso de Formação de Oficiais realizado no período de 1995 a 1997, conforme publicação no Boletim Especial do CFA n.º 04, de 19 de dezembro de 1997, na seguinte classificação as integrantes: *Sissi Marlene Dietrich Schwantes, Luciana Lopes Carrijo, Márcia Sizenando Soares, Marinete Felix Cordeiro, Emilia Alves, Viviane Saliba Nascimento, Laysa Fernanda Galdioli, Camila Muniz Monteiro e Vanessa Barreto Calazans*, que escrevem seus nomes na história da Corporação capixaba, se tornando os primeiros oficiais femininos a serem formadas pela Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, as quais passam a compor a 66.ª (sexagésima sexta) Turma de Oficiais de nossa história, a 13.ª formada no Estado.

O ano de 1998 se torna um marco histórico para a PMES, em virtude da realização inédita do 1.º Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em virtude do evento, o Cmt. Geral da Corporação Capixaba, Cel. PM Hélio Soares da Luz Sodré, designa no dia 12 de março do citado ano (Adt.º 010/98), este autor, o então, Maj. PM Gelson Loio-

la para ser o coordenador do curso pela PMES, sem prejuízo das funções de Subcomandante do CFA, tendo a Professora Ana Maria Petronetto Serpa como coordenadora do curso pela UFES, onde passamos a contar com uma das integrantes da turma precursora do ingresso feminino na Corporação capixaba, a então, 2.º Sgt. PM Rosinéia Armani Leal, como auxiliar do curso, e pudemos constatar diretamente, a inteligência, a competência, a responsabilidade, o desprendimento, a dedicação e todos àqueles atributos citados pelo Cel. PM Cmt. Geral da PMES, Lízio Carvalho de Araújo, em 1983, por ocasião da criação da Companhia de Polícia Feminina, que constam desta obra, o que contribui definitivamente para o sucesso do CAO de 1998.

Apesar da pesquisa se referir as mulheres do Quadro Combatente da PMES, um marco histórico é protagonizado por uma integrante do Quadro de Especialistas da Saúde, constante da obra deste autor sobre o Serviço de Saúde da PMES concluso em 2011, quando pelo Decreto n.º 385-S, de 30 de março de 2007 é promovida ao posto de coronel PM FÁrmaco-Bioquímico, a contar de 15 de janeiro daquele ano a tenente-coronel PM FB Maria das Graças Ferrari Corrêa, que se torna a primeira mulher da história da Corporação capixaba a alcançar o Posto de Coronel.



Através da Portaria n.º 065-S, de 15 de abril de 2010, a tenente-coronel PM Sonia do Carmo Grobério (foto) é nomeada e assume o comando do 4.º BPM, sediado no município de Vila Velha-ES, e se torna a primeira mulher da história da PMES a assumir o cargo de comandante de uma Unidade Operacional.

12. Onde se encontram as precursoras da Polícia Feminina na PMES

De acordo com os dados obtidos junto a Diretoria de Pessoal da PMES, as integrantes da 1.^a Turma Feminina do Quadro Combatente da PMES, que permanecem na Corporação Policial Militar capixaba ocupando os seguintes postos e graduações em 2011, são:

Ten-Cel. PM SÔNIA DO CARMO GROBÉRIO,
Ten-Cel. PM JOSETTE BAPTISTA, Cap. PM
ACEDINA MARIA DE SOUZA, Cap. PM MA-
RIA JOSÉ DE ALMEIDA, Cap. PM WALDETE
CABRAL RANGEL PONCIO, Cap. PM TANIA
MARIA LOSS, Cap. PM ODILA MARGARIDA
FAVALESSA, 1.º Ten. PM EUSANA DA PE-
NHA RECLA BARCELOS, 1.º Ten. PM SONIA
VALESCA RANGEL, 1.º Ten. PM ADA MARIA
CARNIATO, 1.º Ten. PM CRISTINA MARIA
VALLADARES COSME, 1.º Ten. PM CLARA
ADRIANA FRAGA, 1.º Ten. PM MARIA TRE-
VESAN FAE, 1.º Ten. PM EDIZER FERREIRA
LEITÃO, 1.º Ten. PM SYLVIA MARA PEDRI-
NI BERNABÉ, 1.º Ten. PM SANDRA MARA
DE CARVALHO RELO, 1.º Ten. PM ROSINEIA
ARMANI LEAL, 1.º Ten. PM LUCINEIA RO-
DRIGUES CASTHELOGE, 1.º Ten. PM MA-
RILDA SUELY PEREIRA DOS ANJOS, 1.º Ten.
PM CLEIDE NASCIMENTO BORGIO, 1.º Ten.
PM MARLUSSI MENEGHEL FONSECA, 1.º
Ten. PM LOURDES MIRANDA PEREIRA, 1.º
Ten. PM SUELY DAUDT BIANCHINE, 1.º Ten.
PM KATIA DAYSE DA SILVA GIACOMIN, 1.º
Ten. PM SHIRLEY DOS SANTOS GALON, 1.º
PM MARIA ANGELA MOURA RODRIGUES,
1.º Ten. PM ELIANE PECLAT DE OLIVEIRA,
1.º Ten. PM SILVANA SARCINELLI TERRA
PIN, 1.º Ten. PM EDNA MARIA DOS SANTOS
AMORIM. 1.º Ten. PM LEANIR MATOS MA-
CHADO VIEIRA, 2.º Ten. PM HAVANILZA

DOS SANTOS, 2.º Ten. PM DELIZETH DANTAS, 2.º Ten. PM WOLMARA CANI, 2.º Ten. PM MARIA DE LOURDES SILVA OLIVEIRA, 2.º Ten. PM TÂNIA DOS SANTOS AMORIM CALMON, 2.º Ten. PM MARIA EMILIA PEDROSA ROGAI, 2.º Ten. PM MARGARETH MOREIRA PEREIRA, 2.º Ten. PM RACHEL MORTIMOR BRANDÃO, 2.º Ten. PM MARIA HELENA DE ALMEIDA MARTINS, 2.º Ten. PM ROSANIA BORGES BARBOSA, ST. PM CLAUDIA REGINA MARQUES DA SILVA e ST. PM EDELCEI LIMA DO NASCIMENTO SOUZA.

De acordo com os dados obtidos junto ao Departamento de Recursos Humanos da BM/1, as integrantes da 1.ª Turma Feminina da PMES, que permanecem no Corpo de Bombeiros Militar capixaba, são: Cap. BM ANTONINA MARIA NASCIMENTO, Cap. PM ROSANE ASSUNTA GUZZO, 1.º Ten. BM MARCIA ESTER ALBUQUERQUE, 1.º Ten. BM MARIA DE LOURDES BIRRO.

De acordo com as informações obtidas junto a ST. PM Edelcei, as demais integrantes da 1.ª Turma Feminina do Quadro Combatente da PMES, que deixaram de pertencer ao quadro combatente da ativa da Corporação capixaba por diversos motivos até 2010, foram as seguintes:

MARGARET ZAMBORLINE CARRETA (faleceu como 1.º Ten. PM na ativa em 1992), CIRLEIDE SCARDUA, VERONICA FELIX CORDEIRO, DEBORA DE FREITAS COUTINHO, LUZIA PÍCOLI, ELIANE MARIA VALANDRO, MARLUCIA TAVARES, GILMA ELISA HERTEL, NILCEIA LIMA FERNANDES, NILCEIA PINHEIRO LEAL, NILCEMARA MORAES JAGGER, MARGARETH BENÍCIA RAMOS, MICHELLA VANNA DEORCE, JANETE PANTALEÃO ALVES, MARIA APARECIDA FREIRE, KATIA TERESA GUNJAMSKI, EVÂNIA BAR-

ROS DA SILVA, LEILA RODRIGUES MEDINA,
MARISTELA VALANDRO, LEVINA MARIA
DOS SANTOS BARROS e DIONE DE NADAI.

Assim, distribuem-se as integrantes da primeira turma de Policiais Militares Femininos a ingressarem da Corporação capixaba, com 46 (quarenta e seis) na ativa e 21 (vinte e uma) que não pertencem mais aos seus quadros da ativa, porém, sempre realizam encontros comemorativos preservando a integração da turma que completou no dia 8 de agosto de 2011 a magnânima data dos 28 anos de aniversário de inclusão da mulher no Quadro Combatente, um marco importante na história briosa Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), e a partir de 1997, também, do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES).

13. A história continuará

A história destas pioneiras que compuseram o primeiro quadro combatente feminino da Corporação capixaba se constitui em um marco importante para a Polícia Militar do Espírito Santo, pois, abriram a partir de 8 de agosto de 1983, as portas da operacionalidade policial militar às mulheres, que provaram ser competentes para execução da árdua e difícil arte de mediar os conflitos sociais resultantes da violência que assola a sociedade capixaba, nos seus 28 anos de cumprimento do dever.

A história continuará e, sem qualquer sombra de dúvida, todas as mulheres que hoje integram os quadros de combatentes e especialistas das Corporações capixabas, a quem dedico esta obra, merecem as nossas homenagens, pois, ao lado de outras que virão, vão continuar a escrever uma bela história de suas participações no sucesso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo.

Notas

¹ Documentos manuscritos constantes dos Fundos de Governadoria, n.º 751/195, p. 244 vs., do Arquivo Público Estadual-ES.

Referências

A história da mulher no Exército Brasileiro. Disponível em: <www.exercito.gov.br/web/ingresso/linha-do-tempo>. Acesso em 15.08.2011.

Biografias. *Maria Quitéria*. Disponível em: <www.e-biografias.net/biografias/maria_quiteria.php>. Acesso em: 10.05.2011.

DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: DIO/ES, 1985.

Depoimentos, Policiais Militares Femininos da 1.ª Turma da PMES de 1983. Informações pessoais. Vitória-ES, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Polícia Militar), *Aditamentos, Boletins Diários, Especiais e Assentamentos, 1980-2008*. Vitória: Arquivo Geral da PMES, Quartel do Comando Geral.

LOIOLA, Gelson. *A formação de oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo*. Vitória: 2010. [conclusa aguardando patrocínio].

_____, *A evolução histórica das Instituições de Ensino da PMES: 1875: 2010*. Vitória: 2011. [conclusa, aguardando patrocínio]

_____, *O Serviço de Saúde da Polícia Militar do Espírito Santo: 1875-2010*. Vitória: 2011. [conclusa, aguardando patrocínio]

Maria Quitéria. *Enciclopédia Barsa*. V. 9. São Paulo: Britânica do Brasil, 1997, p. 308-309.

Marinha do Brasil. Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso: 16.05.2008, 19h.

CALAZANS, Márcia Esteves. *Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã*. Rio Grande do Sul: IFCH/UFRGS. Disponível em: <www.scielo.br/>. Acesso em 15.06.2011.

A NOVA HISTÓRIA POLÍTICA E A HISTÓRIA REGIONAL

*Aldieris Braz Amorim Caprini**

Resumo: O trabalho apresenta o conceito e a contextualização de Nova História Política e de História Regional para, em seguida, discutir por que as pesquisas e os estudos regionais sobre o político devem considerar a Nova História Política. Assim, ressalta-se no artigo a necessidade de termos um maior rigor teórico-metodológico, a partir da Nova História Política, a fim de evitar uma História Regional factual, uma vez que os estudos regionais possuem uma maior tendência a manterem-se tradicionais devido ao contexto em que estão inseridos.

Palavras-chave: Nova História Política. História Regional. Teoria da História. Metodologia da História.

O ofício do historiador não é puramente ir às fontes e descrevê-las, e sim, questioná-las a partir de teorias e metodologias historiográficas. Justifica-se essa preocupação pelo fato de que muitos trabalhos de história política local apresentam-se de forma narrativa, exaltando personagens locais, que se fazem presentes nas ruas e praças; e uma história para curiosos, com descrição de fatos que chamam a atenção no espaço em que estão inseridos. No entanto, devemos buscar uma história questionadora e interdisciplinar, que possibilite a compreensão do espaço em que estamos inseridos sem a visão tradicional de história, ou seja, utilizar a Nova História Política como metodologia para estudos políticos regionais.

Verificamos essa situação em muitas pesquisas de conclusão de curso na graduação que se propõem a estudar o poder local e aca-

* Licenciado em História pela Faculdade São Camilo, Mestre em História pela UFES e Doutorando em Educação pela PUC/SP. Associado efetivo do IHGES. Professor do IFES.

bam resultando em trabalhos que se limitam a datas, fatos isolados e a reproduzir a memória coletiva sem a devida análise histórica à luz das teorias e metodologias adequadas. Isso ocorre porque trabalhos com esse perfil acabam agradando as pessoas que vão ler o material, isto é, quem faz parte do contexto pesquisado que, na maioria das vezes, não possui instrução para valorizar um trabalho burilado e aprofundado, preferindo o factual, o que leva o historiador a ter um prestígio, que questionamos enquanto produção científica.

Assim, este artigo pretende contribuir para a reflexão acerca da importância da Nova História Política para o trabalho do historiador, ressaltando que essa abordagem deve ser considerada nos trabalhos de história política regional.

No primeiro momento, serão feitas considerações conceituais sobre História Política e sobre História Regional para, na seqüência, ser analisada a sua importância para os trabalhos historiográficos locais.

Na década de 1920, a historiografia ganhará uma nova abordagem que influenciará a produção histórica nas décadas seguintes, a Escola dos Annales. Esta se tornou um marco para o fazer da história, opondo-se às abordagens tradicionais. Sua fundação se dá em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França, com a publicação da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* e o movimento *École des Annales*.

Para esse grupo de historiadores, não era mais concebível uma história de datas, biográfica, narrativa e de heróis. Fazia-se necessária “uma história vista de baixo”, observar as massas e os movimentos sociais, ver o homem como agente transformador do espaço social. Essa concepção historiográfica rompe com as concepções tradicionais e/ou positivista.

Entretanto, essa Nova História vai negar a História Política, considerando esta como tradicional, pois apresentava-se como factual e elitista, voltada para os tronos e não para as massas.

A partir da década de 1970, o político passa a ser analisado por outro prisma, decorrente das transformações históricas desde a década de 1950. O seu estudo não estaria vinculado às concepções tradicionais, e sim, interdisciplinares, voltado especialmente para o social, que segundo Burke (1992, p. 37) “[...] nos percebemos preocupados com o elemento social na política e com o elemento político na sociedade”.

Essa nova concepção do político denominou-se Nova História Política que:

[...] corresponde às aspirações que haviam suscitado a revolta justificadora contra a história política tradicional. Essa nova história aceitou tão bem o desafio que lhe fora lançado que tem hoje com o que satisfazer os desejos dos historiadores mais exigentes em matéria de história total.¹

Verificamos que essa nova abordagem traz o político para o campo social e, dessa forma, temos uma história preocupada com os movimentos sociais, as eleições, as formas de dominação do eleitorado, as políticas públicas, partidos, a opinião pública e, influenciada pelas mentalidades, verificamos a integração da política com a religião e bruxaria. O poder se tornou ponto importante para compreender o político, que agora se preocupa com uma abordagem que vise ao problema e não à descrição factual.

Essa expansão do campo de atuação do político possibilitou que o estudo do social, via Nova História Política, abrangesse do movimento grevista às ideologias dominantes, até mesmo o poder na família e na escola. Não há fronteiras para o político, especialmente quando analisamos o poder. Podemos questionar como um indivíduo ou grupo o alcançou, sua prática e as formas de mantê-lo, verificando as relações sociais estabelecidas para tanto.

¹ RÉMOND, 1996, p. 32.

O estudo político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido nacional, mas, em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.²

A Nova História Política vai permear o campo social e, assim, possibilitar ao historiador e ao cientista social compreender espaços que até então eram desconhecidos e compreender o cotidiano através da relação poder e sociedade, contexto este focado a partir de 1970 por meio de trabalhos que abordam a microfísica do poder, ressaltando a contribuição de Foucault.

Não foi somente a História Política que recebeu atenção nas décadas de 1970 e 1980. A História Regional teve seus estudos ampliados, sendo importante a discussão conceitual sobre região e história regional para que possamos incluir essa abordagem historiográfica em nossas pesquisas.

[...] só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela [região] integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidem com as fronteiras políticas juridicamente definidas.³

A História Regional vai estudar o contexto histórico de determinado espaço, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo. Dessa maneira:

² FALCON, 1997, p. 76.

³ SILVA. 1990, p. 43.

quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar.⁴

Ao tratarmos de história regional, estamos nos referindo à abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado.

[...] de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).⁵

É importante explicarmos também que História Regional e Micro-história não são a “mesma coisa”. Assunção (2004, p. 153) enfatiza que a micro-história faz uma redução de escala de observação para perceber aspectos que poderiam não ser percebidos na análise macro. A História Regional faz o estudo da realidade recortada por ela mesma.

Os trabalhos regionais são justificados porque os estudos nacionais ressaltam as semelhanças, e a regional trabalha com as diferenças. Possibilitam abordar aspectos que não seriam percebidos no contexto maior. Dessa forma:

⁴ BARROS. 2004, p. 152.

⁵ idem, p. 153.

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. [...].⁶

A importância da pesquisa regional em história é verificada também pelo fato de que, por meio dessa abordagem, podemos discutir também a aplicação de teorias, pois

[...] a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas.⁷

Verificamos, conforme exposto, que se faz necessário valorizarmos em nossos estudos a história regional e suas relações de poder; e, ao abordarmos a mesma, devemos trabalhar a partir das concepções da Nova História Política.

Quanto a essa preocupação de trabalhar a história regional a partir da história política, assim questiona Falcon (1998, p. 88):

⁶ AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 12-13.

⁷ *idem*, p. 13.

Segundo Fico e Polito, depois dos trabalhos em história regional, que aumentaram muito no período [referindo-se ao ano de 1985 em relação a 1970], os temas mais freqüentes enquadravam-se em: história social, história econômica e história política (...). Nossas dúvidas persistem no entanto: o que pertence à história política dentre as histórias regionais?⁸

E podemos questionar também: o que é tradicional e novo nessa história política regional? Essa é uma preocupação quanto à produção historiográfica regional, como está sendo abordada a relação de poder nas esferas locais.

Utiliza-se o termo preocupação, uma vez que muitas pesquisas sobre história regional ainda originam trabalhos tradicionais, narrando fatos que, muitas vezes, mitificam personagens e representam o interesse de um grupo político. Os fatos históricos são apenas descritos e tornam-se “fatos curiosos” sobre a região, que devem ser lembrados para atender aos interesses de determinados grupos.

Argumenta-se, então, sobre a necessidade de um estudo da história regional à luz da Nova História Política. Pesquisar os personagens que se destacaram no plano político regional é necessário, mas problematizar sua estrutura de poder, questionando como alcançou e o que fez para manter-se, buscar a relação entre poder e sociedade, afinal ninguém chega ao poder sem haver mantido nenhuma relação como o social, são questões importantes de um trabalho sobre História Política.

Muitos movimentos sociais que acontecem ou aconteceram em rincões nacionais são ignorados e seu estudo nos possibilitaria uma discussão sobre concepções políticas e lutas pelo poder. Com certeza, o estudo em certas regiões sobre a resistência à escravidão e

⁸ FALCON, 1998, p. 88.

a relação senhor-escravo nos traria surpresas se fosse interpretado numa concepção política abrangente.

Quando falamos em eleições, nos esquecemos de que são nas madrugadas das vésperas das eleições que os resultados se definem nas urnas, porque nesse horário muitos candidatos entregam algum presente, que pode, por exemplo, ser um saco de cimento. Situação que nos remete ao coronelismo? Também, por que hoje se mantêm viva ainda tais práticas que são comuns em cidades interioranas que merecem um estudo para analisar esse comportamento eleitoral.

Afinal, em muitas cidades, não importa quem vença as eleições, interessa que o candidato de alguém que lhe fez algum mal perca, porque assim se estará vingado daquela pessoa. As eleições tornam-se o assunto nos bares, nas casas e, por causa dela, as famílias brigam e namorados se separam. Esse comportamento social e sua relação com a política são interessantes de serem observados.

Em muitas situações eleitorais, um partido se intitula como o bem e trata a situação como o mal, ganhando conotações religiosas, inclusive a igreja serve de espaço político. Há toda uma estrutura simbólica característica de certo espaço que nos permite refletir a questão do poder na esfera regional.

Estudar o político é mergulhar na esfera de poder e analisar como este se relaciona com a sociedade e vice-versa. No tocante a políticas públicas, podemos questionar o que um bairro pobre compreende como obra pública e o que o bairro nobre entende e quais os reflexos desse contexto nas urnas.

A proliferação de associação de moradores nos faz refletir por que surgiram e qual sua interferência política no âmbito regional, bem como a forma de poder que possuem. Muitas iniciativas da sociedade civil organizada substituem o poder institucionalizado, como em favelas. As relações de poder estabelecidas nos espaços regionais contribuem para a compreensão do macro de modo a va-

lorizar o plural e não tomar um estado da federação ou uma cidade para explicar o todo.

Devemos salientar também que a estrutura econômica de cada região pode possibilitar uma forma de poder político, onde a região em que predomina o latifúndio terá um comportamento do eleitorado nas urnas e já na pequena propriedade pode haver outra. A economia de uma região pode explicar a prática política ou então conduzir a novos rumos, uma vez que ações governamentais podem conduzir ao interesse da elite local em detrimento das massas.

O estudo da história local deve buscar a análise das relações sociais com a política, rompendo com a visão de que a história regional deve resgatar nomes importantes e datas que marcaram o município. Isso deve acontecer sim, mas com sua devida interpretação para não termos uma historiografia nova para o estudo do macro e a tradicional para o micro.

A análise levantada sobre o estudo da história política regional não quer dizer que não há estudos sobre o tema a partir da Nova História Política, generalizando os trabalhos como tradicionais. Pelo contrário, cada vez mais se aumenta essa preocupação em romper com o tradicional.

O que salientamos é que, entre os assuntos de pesquisa em História, o estudo sobre o poder na esfera local é o que tem maior tendência de o historiador desenvolver abordagens tradicionais por estar diante de um contexto em que imortalizar datas e fatos isolados tornam-se mais importantes para a comunidade/região do que uma análise profunda e questionadora, ou seja, a proposta da Nova História Política.

Assim, para agradar e ver seu trabalho valorizado na região de estudo, muitos pesquisadores acabam mantendo viva uma abordagem tradicional, listando fatos e datas sem contextualizar os acontecimentos e analisando à luz dos rigores teórico-metodológicos.

Essa postura de ressaltar aspectos factuais da região para ter seu trabalho valorizado no espaço em que está inserido é comum em trabalhos de conclusão de graduação nos quais o aluno, muitas vezes, ignora os estudos de Teoria e Metodologia da História durante o curso e acaba produzindo um trabalho que tem grande aceitação para o público da região estudada, devido ao grau de instrução que possuem, para lhe trazer maior prestígio e reconhecimento.

Portanto, este trabalho vem chamar a atenção de historiadores e cientistas sociais que se propõem a estudar o poder político regional, propondo o rigor teórico e metodológico nos estudos regionais para que possamos ampliar os conhecimentos sobre história à luz da Nova História, com estudos sistematizados e com referencial teórico que contemple as relações sociais e políticas.

Referências

- AMADO, J. 'História e região: reconhecendo e construindo espaços'. In: SILVA, M. A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.
- FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: _____ CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- SILVA, V. A. C. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In: SILVA, M. A. da. *República em migalhas: história regional e local*. [S. I.]: [s. n.], 1990.
- RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

“COMEÇA A RASGAR-SE O VÉU”: O JORNAL *A LIGA* E O NOVO MODO DE SE FAZER POLÍTICA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

*Karulliny Silverol Siqueira**

Resumo: Este artigo pretende demonstrar como o advento da imprensa política, muito mais fervorosa a partir de 1860, acompanhou a formação mais sólida dos primeiros partidos políticos capixabas, como também o embate entre a elite política local e candidatos de outras localidades. Para tanto, utilizaremos como exemplo a circulação do periódico *A Liga*, publicado em 1860, um jornal que auxilia na composição das forças políticas existentes no cenário local em meio ao século XIX.

Palavras-chave: Imprensa. Política. Partidos.

1. Uma Imprensa Tardia?

Fazia-se monopólio de tudo; havia uma reserva toda odiosa, e a senha dos segredos só se trocava entre certa gente. [...] Não se sonhava com a liberdade de consciência, de pensamento, quanto mais com a imprensa. [...] Eram os instrumentos da ignorância e do despotismo que nos continha no círculo estreito das idéias.¹

A fim de compreender a dinâmica política da província do Espírito Santo durante a segunda metade do século XIX, além das importantes modificações ocorridas no que concerne à práticas

* Graduada em História pela UFES, Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Leciona na Faculdade Brasileira-FABRA.

¹ SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999. p. 73 e74.

políticas, cabe aqui evidenciar a trajetória política local a partir do início do século, revelando as especificidades que envolviam a *cultura política*² da província quando equiparada à Corte ou outras localidades, demonstrando suas engrenagens sociais e políticas específicas, além de apontar as características que permearam a elite política capixaba neste mesmo período. Não se pretende aqui uma simples revisão bibliográfica acerca do tema, mas sim um levantamento de preciosas informações concernentes à temática proposta, o qual levará em conta os escritos de memorialistas até as produções mais recentes do meio acadêmico sobre a história do Espírito Santo oitocentista.

O conflito entre *Caramurus* e *Peroás* narrado por historiadores e memorialistas capixabas sofrera sempre de uma “ausência” que retirou destes estudiosos, a possibilidade de aprofundar as pesquisas sobre os dois grupos rivais enquanto “grupos políticos”. A ausência que aqui me refiro seria a imprensa, que ao longo da década de 1830 ainda não existia na província do Espírito Santo. A década de 1860 se mostrou rica neste sentido, pois nesta época, podemos dizer que grandes mudanças políticas começam a ocorrer na política da província, o que nos leva a questionar como realmente surgiram os primeiros partidos políticos locais. Os jornais políticos começam a surgir, e, com eles, os primeiros conflitos com a elite provincial.

Os jornais são valiosas fontes para o entendimento de momentos cruciais da história do Império, como no processo de emancipação e o próprio vocabulário de cada contexto político; como ainda no período regencial, quando os periódicos tornaram-se ca-

² A análise que propomos aqui tem como fio condutor as definições de Cultura Política como sendo um conjunto de normas, valores e representações, como também de mecanismos de organização política de uma sociedade. BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

nalizadores de projetos políticos distintos, além de atuar também nos momentos de crise, fazendo da imprensa um espaço público de discussão de suma importância para o debate político.³

Desta forma, por meio da imprensa corriam os boatos, as notícias, como também as ideias, ou as injúrias. E é também por meio dos jornais que conseguimos identificar identidades políticas, matrizes de pensamento de um determinado período, além de movimentos de contestação, o que faz tais elementos se mostrarem como primordiais ao entendimento de determinada dinâmica política, sobretudo, de uma *cultura política*. Contudo, explicitaremos ao longo do texto o comportamento peculiar do Espírito Santo diante dos distúrbios que contestaram a construção da ordem e da unidade imperial, um posicionamento que acreditamos ser apoiado na idéia de uma imprensa política “tardia”, a qual teria limitado a discussão política dentro da província durante os momentos de maior debate no período imperial.

O uso da expressão “tardia” justifica-se quando comparamos o Espírito Santo a outras províncias do Império, sendo esta localidade uma das últimas a possuir uma tipografia. De acordo com Basílio Daemon, a instalação da primeira tipografia do Espírito Santo só ocorrera em 1840, sendo esta uma propriedade de Aires de Albuquerque Tovar, e teria publicado apenas um número do periódico

³ Alguns exemplos de trabalhos que envolvem imprensa e política podem ser vislumbrados nos trabalhos de: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005; FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006; AMARAL, Alex Lombello. “*Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008, entre outros.

denominado *Estafeta*. Alguns problemas técnicos fizeram com que o estabelecimento logo cessasse a publicação, levando a tipografia a voltar somente em 1849, já com outro proprietário, fazendo a publicação do periódico *Correio da Victória*.⁴

Em vista destes fatos, evidenciamos uma possível resposta para o comportamento muitas vezes visto como “tranquilo” diante das perturbações políticas que ocorriam no restante do Império.⁵ Levando em conta o início da publicação do *Correio da Vitória*, percebe-se que, neste período, muitas das maiores revoltas do Império já haviam cessado, como por exemplo, a *Praieira*,⁶ sendo a ordem já estabelecida. Não afirmamos aqui um isolamento total da província do Espírito Santo por conta da falta de uma tipografia e da circulação de jornais, mas visamos problematizar tal questão, levantando questionamentos sobre as consequências que a ausência de uma tipografia teria acarretado em meio a momentos de tantas discussões políticas e emergência de novas ideias.

Entretanto, não entendemos a ausência de uma imprensa política pelo viés de um “atraso” em relação a outras localidades do Império, mas sim, como parte do projeto conduzido por esta elite política. Enquanto as demais províncias lutavam, discutiam e se revoltavam, foi de certa forma mais fácil acalmar os ânimos na província do Espírito Santo:

Respondendo ao Aviso reservado de dezessete de abril próximo findo, que tive a honra de receber em quinze do corrente, no qual V. Excia. Tratando dos acontecimentos ocorridos na França

⁴ PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES* n.º 3, 1922. p. 28.

⁵ NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984. p. 145.

⁶ MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

onde desapareceram as instituições fundamentais do Estado, desenvolve a política seguida pelo governo imperial, recomendando ao mesmo tempo a mais perfeita conformidade nos atos desta presidência com os princípios de Justiça de tolerância e fidelidade nos quais está assente esta política [...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. Que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, **não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma província**, a qual, V. Excia. O sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que tem abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas.⁷

Assim, a partir da resposta de Francisco Monjardim ao visconde de Macaé, percebemos que a falta de uma imprensa difusora de idéias e debates políticos não era colocada de forma negativa pelos administradores locais, mas sim como uma forma de apartar a província das agitações que a circulação de tais ideias poderia provocar. A Revolução de 1848 é somente um dos exemplos entre tantos episódios que não chegaram ao conhecimento dos capixabas. Alguns anos antes, durante a Revolução de 1842 em Minas Gerais e São Paulo, o ofício escrito por outro administrador da província atesta ao ministro do Império que os abalos novamente não chega-

⁷ Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império Apud, OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975. p. 336. (Grifo nosso).

ram à província, e afirma: “Ainda que convencido de que a vertigem mineira e paulista não tem tocado nem tocará o ânimo pacífico dos honrados e fiéis habitantes desta província [...] que os meus conterrâneos, unidos, a mim, saberão manterem-se firmes na adesão, amor e fidelidade à sagrada pessoa”.⁸

Além dessas informações, o relatório do presidente de Província João Lopes Silva Coito também legitima as citações acima, dizendo que não houvera ali nenhuma “comoção ou desvario”, e que felizmente até hoje completo, e imperturbável sossego tem nela reinado: os seus habitantes conhecem que só a sombra da paz, e debaixo da proteção das leis, poderão promover sua felicidade [...].⁹

2. O vocabulário político

Para qualificar tal assertiva, utilizo o próprio vocabulário¹⁰ empregado nos relatórios governamentais, os quais nos expõem as características presentes na política da província. Corrobora nossa hipótese os escritos do presidente de Província Leão Velloso, ao também comunicar a moderação dos ânimos na província. Segundo o administrador: “[...] Não interrompe ela [a província] suas tradições de paz, nem desmente-se daquele sentimento de ordem, respeito à autoridade que jamais vacilou, nem ainda quando na trabalhosa iniciação de sua política [...]. Não temos que lastimar nesta província a existência de facções violentas, que noutras, tem

⁸ *Idem.*

⁹ *Relatório de Presidente de província João Lopes Silva Coito em 1842.* Disponível em: <www.apees.es.gov.br> Acesso em: 13/07/2011.

¹⁰ A análise da linguagem política e do vocabulário utilizado no período se baseia nos direcionamentos de autores como: POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: Edusp, 2003.

sulcado profundas cisões [...] Podemos ainda asseverar, sem medo de errar, **que não há aqui partidos políticos.**¹¹

Contudo, a partir de 1861 já se torna possível vislumbrar nos mesmos relatórios a presença tímida do termo “partido”, evidenciando um início de disputas políticas, sobretudo em período de eleições, momentos de grande agitação e por vezes também violento.¹² Juntamente com a formação dos partidos políticos, as pesquisas demonstram o surgimento de uma imprensa política muito mais intensa do que a que surge no final da primeira metade do século, sendo esta a chave para o levantamento das identidades partidárias da província. Neste sentido, apresentamos a justificativa para a concentração do referido estudo na década de 1860, propondo tal período como um tempo de formação de novos grupos políticos e cisões em meio a tantas dissidências partidárias. Antes de conhecermos a vivência deste período no cenário provincial, passemos ao entendimento da situação vigente na Corte, a fim de analisarmos a recepção e apropriação das novas ideias e das novas práticas políticas no Espírito Santo.

O apontamento desta década como um momento de reorganização política é atestado por diversos autores,¹³ além dos mecanismos

¹¹ *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Pedro Leão Veloso em 1859*, p. 5. (grifo nosso).

¹² Para exemplificar tais afirmações, cito, por exemplo, os relatórios escritos pelos presidentes de província em momentos posteriores, como 1861 e 1872.

¹³ A própria modificação em meio aos programas políticos que surgiam na década é exemplificada por José Murilo de Carvalho: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.207. O período também é lembrado pela historiografia em FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Ed. 34, 1999. Além disso, na obra de Oliveira Lima, também se encontra a década de 1860 como momento de uma *nova fusão dos partidos* no Império: LIMA, Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. p. 43.

que envolveram o novo jogo político do período. Para Silvana Mota Barbosa,¹⁴ o contexto, marcado por disputas eleitorais durante o período citado, culminou na formação de estratégias para eleições em 1860, evidenciando a formação da Liga Progressista no início da década.

Desta forma, durante os anos de 1860 e 1861, a Liga Progressista, que se preparava para as eleições do período, promoveu reuniões abertas na Corte, utilizando a imprensa também como propagadora de tal organização. De acordo com Barbosa, por meio dos debates no Parlamento é possível aferir, sobretudo, que as ideias da Liga não se restringiram à Corte, sendo levada por cada candidato à sua respectiva província, variando então as condições de aliança de membros da política do Rio de Janeiro com os grupos políticos locais.¹⁵ Deste modo, é possível questionar qual teria sido a recepção de tal debate político na província do Espírito Santo, e as articulações políticas que se deram neste período.

Contudo, parece que o termo “sossego”, muito utilizado pelos antigos presidentes de província, não seria o melhor para definir o início da década de 1860 no Espírito Santo, já que, exatamente nesse período, percebe-se uma explosão da imprensa política local, o que segundo os memorialistas,¹⁶ não havia sido vislumbrado até então:

A partir de 1860, a imprensa torna-se quase exclusivamente política; é nessa quadra que surgem A Liga, em 8 de Abril; o Indagador, em treze de junho; O Marimbondo, em onze de Agosto; O Provinciano, em sete de setembro e O Pica-Pau, em vinte e seis de setembro, todos em 1860. [...]

¹⁴ BARBOSA, Silvana M. A Política Progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860. In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos – Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

¹⁵ BARBOSA, *Op. Cit.* p. 306.

¹⁶ *Ibidem*.

“Começa a rasgar-se o véu”: O jornal *A Liga* e o novo modo de se fazer política na Província do Espírito Santo.

Foi a época das polêmicas insidiosas e das retaliações partidárias extremadas, apenas suavizadas pelas sátiras espirituosas da Batista Pires e pelas crônicas humorísticas de Ferreira das Neves.¹⁷

As modificações em meio às disputas políticas na província do Espírito Santo a partir de 1860 tornam-se explícitas, alertando para a existência de grupos locais muito específicos. Desta forma, a imprensa política introduz uma nova *cultura política* na vida dos espírito-santenses, estremecendo as bases da pequena província, alterando sua tranquilidade por meio de folhas impressas ou por meio das discussões que se destacam também no âmbito do Assembleia Legislativa Provincial. Acredita-se, deste modo, que dois importantes espaços foram imprescindíveis para revelar as mudanças de cunho político: a imprensa e a Assembleia Provincial, sendo estes elementos, pontos chave para o entendimento das identidades políticas e grupos partidários que surgem no Espírito Santo oitocentista, evidenciando uma dinâmica própria e muitas vezes peculiar quando comparado ao restante do Império.

3. A Liga: partido capixaba versus partido dionisiano

Dos periódicos publicados neste período de efervescência política,¹⁸ optou-se por lançar mão de jornais que ainda não ganharam grande espaço na historiografia sobre o Espírito Santo. Este é o caso

¹⁷ ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.

¹⁸ O conjunto de jornais aqui referenciado encontra-se nos estudos sobre a literatura capixaba feito de Afonso Cláudio de Oliveira Rosa. Após a publicação do jornal *A Liga*, o Espírito Santo viu surgir no ano de 1860 algumas outras pequenas folhas políticas que tiveram curta duração, como por exemplo, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano* e *O Pica-Pau*. ROSA, *Op. Cit.*, p. 534.

do jornal *A Liga*, periódico surgido no início do ano de 1860, que não revelava muito sobre a identidade de seus redatores, mas dizia claramente a que veio: defender a candidatura de Antônio Pereira Pinto como representante da província do Espírito Santo na Câmara no Rio de Janeiro. Assim, em 8 de abril de 1860 teve-se a primeira notícia de uma tal “Liga” política na província do Espírito Santo:

Saio aos domingos, dou meu passeio
A colher flores, dou meu recreio.
Os namorados, os impostores
Ouçam da Liga, canções de Amores
Sou pequenina, mas denodada.
Não temo ferro, de mão armada.¹⁹

Essa era a epígrafe do jornal *A Liga*, a qual notavelmente indicava que viria para incomodar os líderes políticos da província, mas em especial um: José Francisco Monjardim. Pela primeira vez alguém tentaria desonrar o famoso comendador, o tão querido coronel do povo capixaba.

A importância do jornal se dá pelo fato de que, mesmo sendo veículo de propaganda de um indivíduo que está fora da província (Antônio Pereira Pinto), o alvo da folha é evidenciar as disputas locais por meio de críticas e, ao mesmo tempo, acaba nos revelando os grupos políticos existentes na província naquele exato momento. Enquanto na Corte *liberais* e *conservadores* dissidentes formavam a Liga Progressista, no Espírito Santo a disputa política estava nas mãos de dois “Partidos” bem diferentes: o *Partido Dionisiano* e o *Partido Capichaba*. Aquele tendo como líder o coronel Dionísio Rezendo, que em alguns escritos tem a grafia de seu nome mudada para Rosendo. Já os *Capichabas* seriam chefiados por padre Inácio Rodrigues Bermudes, e deste grupo também fazia parte do grupo o famoso e venerado coronel Monjardim. José Francisco de Almeida Monjardim,

¹⁹ *A Liga*, n.º 1- 08/04/1860.

“Começa a rasgar-se o véu”: O jornal *A Liga* e o novo modo de se fazer política na Província do Espírito Santo.

que sempre junto a Dionísio Rezendo empreendeu ações em favor da causa brasileira e da manutenção da ordem, agora se tornam inimigos políticos, causando uma cisão no grupo que antes se mostrava homogêneo em termos de ideias e de posicionamento político.

O que é necessário destacar é que vocabulário do jornal não menciona em nenhum de seus números os termos *liberal* e *conservador*. Os redatores, defensores da candidatura de Pereira Pinto, expõem a referida “liga”, a aliança, que é feita na província entre Antônio Pereira Pinto, que já era deputado Geral na Corte, e o grupo dos *Dionisianos*. O jornal *A Liga*, entretanto, não menciona nenhuma relação com os acontecimentos da Liga Progressista formada na Corte, seu objetivo era desbancar o possível concorrente nas eleições, o coronel Francisco de Almeida Monjardim, já que os boatos indicavam que o partido entraria em cena com a candidatura de seu próprio líder, padre Bermudes, ou lançando Monjardim. Assim se torna clara a opção da *Liga* pelo grupo de Dionísio Resendo. Seria o padre Bermudes, segundo o jornal, o verdadeiro candidato por seu partido (Partido Capichaba). O padre, entretanto, veio a falecer antes das eleições, fazendo com que o partido optasse pelo coronel Monjardim.

De acordo com Pires de Amorim, a liderança do partido de padre Bermudes, os *Bermudistas* — grupo que posteriormente será denominado pela maioria dos historiadores e memorialistas como *Partido Liberal* — é simplesmente passada às mãos de Francisco Monjardim, fato este que julgamos preceder de uma articulação política muito mais complexa do que uma simples transmissão de liderança, o que as fontes também auxiliam a desvendar, já que o jornal *A Liga* contesta o posicionamento do coronel comandando o partido *Capichaba*, indicando como seu verdadeiro líder José Marcellino Pereira de Vasconcellos.²⁰ Dentre as muitas arbitrariedades cometidas pelo

²⁰ *A Liga*, n.º 19- 5/8/1860.

coronel denunciadas pelo periódico *A Liga*, também estaria o posicionamento ilegítimo como líder do grupo que participava. Ao que parece, após a morte de Bermudes, foi José Marcellino Vasconcellos que adquiriu tais características de liderança, enquanto Monjardim seria um dos membros de mais força política em meio ao grupo.

O redator do jornal explicita em cada um de seus artigos os malefícios que podem ocorrer caso os espírito-santenses fizessem uma má escolha durante as eleições, isto é, a possível vitória de Francisco Monjardim era visualizada como uma ameaça, o que fazia com que os artigos da *Liga* utilizassem um tom sempre irônico ao se referirem ao seu grande inimigo político. Dentre suas publicações, destaca-se o relato acerca da saída do presidente de Província Pedro Leão Velloso e os fatos que sucederam a troca da administração local.

De acordo com a folha, após a saída de Velloso para Alagoas, fora então chamado o vice-presidente da província, que, enviando uma correspondência à Vitória, explicou que dentro de alguns dias chegaria à capital. Contudo, o vice-presidente não poderia assumir seu cargo naquele exato momento, pois alguns problemas de saúde o impediam de seguir viagem por terra.²¹ Entretanto, na urgência de um administrador local, a presidência da província foi ocupada neste período pelo coronel Monjardim, que, nesta ocasião, além de ocupar este cargo, lança sua candidatura para Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, o que o jornal *A Liga* julga como uma incompatibilidade eleitoral.²²

²¹ *Ibidem*.

²² A referência acerca da “incompatibilidade eleitoral” evidenciada pela Liga relaciona-se ao inciso XX da chamada Lei dos Círculos Eleitorais, promulgada em 19 de setembro de 1855. Deste modo, apontava-se nesta legislação o fato de que presidentes de província, seu secretários; comandantes de armas; generais em chefe; chefes de polícia; os delegados; subdelegados e juizes de direito e municipais, não poderiam ser votados para preencherem vagas de deputados provinciais, deputados gerais ou de senadores, pelos distritos onde exerciam autoridade e jurisdição. SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 237.

“Começa a rasgar-se o véu”: O jornal *A Liga* e o novo modo de se fazer política na Província do Espírito Santo.

A confusão estava montada, e o medo de Antônio Pereira Pinto se concretizou, pois o *Partido Capixaba* realmente fez sua aposta na candidatura de coronel Monjardim. Na visão dos defensores da de Pereira Pinto (os redatores da *Liga*), a influência da família Monjardim em meio à política da província fazia com que não houvesse nenhuma liberdade de voto nas eleições do Espírito Santo, introduzindo um novo vocabulário político no cenário capixaba, utilizando a imprensa como doutrinação e propagadora de ideais políticos, como, por exemplo, a liberdade de voto:

Alerta! Alerta!...

Honra ao mérito, prêmio à virtude! Não tenham medo camaradas! Voto livre, voto de coração!! E em quem deve cair o vosso voto para deputação geral? Respondam os nossos corações: no homem elevado pelo seu saber, pelo seu patriotismo, no homem amante de nossa província do qual tantos benefícios tem recebido! O Exm. Dr. Antônio Pereira Pinto! Ei camaradas! Liberdade! Voto livre! Voto de coração! Agradecido!²³

Os redatores da *Liga* dirigiam-se sempre aos eleitores da província com a frase “Aos meus Patrícios”, além de se propagar uma nova linguagem emergente, a qual se calcava em uma pedagogia do ato de votar e nos principais atributos de um bom representante, sobretudo, a importância da própria representação política.²⁴ A *Liga* utiliza uma retórica baseada na gratidão, a fim de angariar defensores para a candidatura de Pereira Pinto. A referida gratidão advinha dos feitos do deputado em anos anteriores, como, por exemplo, a própria instalação da primeira tipografia em 1849, a qual fora “conquistada” pelo mesmo enquanto era presidente da província do Espírito Santo.²⁵

²³ *A Liga*, n.º 2- 15/04/1860.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*, n.º 6- 13/05/1860

Lançando mão de conceitos que até aquele momento não se vislumbrara nos jornais da província, os partidários de Pereira Pinto denominavam o grupo oposto a qual pertencia Monjardim — Partido Capixaba — como a *Facção Pissoca* ou ainda os *Petalógicos*. O termo petalógico caracterizava o grupo como propagadores da “mentira” e da “lorota”, advindos estes sentidos da própria palavra *peta*, sendo esta denominação proveniente da denominação que ganhou no século XIX a Sociedade Petalógica, uma sociedade literária que se encontrava na livraria de Paula Brito, grande nome da imprensa na Corte.²⁶

Muitos outros termos eram utilizados com o objetivo de “difamar” o famoso coronel capixaba, fazendo alusão até mesmo a uma situação de *feudalismo* na qual vivia a província do Espírito Santo. Em outras passagens, Monjardim é denominado o “Macaco de chifres”, ou o “Lobisomem” que assombrava a fonte da Capixaba,²⁷ e em alguns outros artigos publicados,²⁸ percebe-se a utilização de ironia e de muitos trocadilhos que se referem a nomes de alguns componentes da família Monjardim, sobretudo criticando seus filhos e a posição que ocupavam na Guarda. O jornal acusa o tenente Alfeu Monjardim e seu irmão Áureo Trifino de lançarem mão de seus postos como militares, a fim de coagir os moradores de Goiabeiras e Carapina:

O Tenente **Fefeo** e o improvisado major **Fifides** andam pelas estradas de goiabeiras e Carapina amedrontando votantes para concorrerem com seus votos para a eleição de seu papai: ora meu Deus, estes pissocas não tomarão enuda? Querirão ainda

²⁶ CALDEIRA, Cláudia A. Fragmentos e apontamentos sobre Francisco de Paula Brito. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro de História* – Anpuh Rio, 2008. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>> Acesso em: 12/07/2011.

²⁷ Cito, por exemplo, o artigo publicado no jornal *A Liga*, n.º 3 - 22/04/1860.

²⁸ *A Liga*, n.º 4 - 29/04/60.

por mais esta vez cair no ridículo? Um conselho: vão cuidar na moagem da sua engenhoca, do que importunarem a quem passa pela estrada.²⁹

O Viajante

As palavras “Pátria, liberdade, mérito, gratidão” levantavam pela primeira vez um suposto ataque sobre a influência política da família Monjardim no Espírito Santo. Além disso, chamam atenção os versos corajosos utilizados pelo jornal, nos quais se diz: “Sou pequenina, mas denodada, não temo ferro de mão armada”, fazendo da *Liga* o maior incomodo do popular e temido Monjardim. De linguagem irônica e violenta, os artigos da *Liga* tentavam mais que propalar a boa fama de seu candidato, denegrir a imagem do coronel capixaba, alertando os habitantes da província para o mau comportamento político e da impossibilidade de alguém tão “frio como o mármore” representar a província no Rio de Janeiro, fazendo ainda vir à tona as ameaças feitas por Monjardim aos eleitores, revelando uma forte política de coerção.

Assim como afirma a historiografia capixaba, houve também um jornal de cunho político escrito nesta quadra, o qual defendia a candidatura de Monjardim, denominado *O Marimbondo*. No entanto, não encontramos nenhum de seus números para análise, tanto no Arquivo Estadual do Espírito Santo, como na Biblioteca Nacional, o que dificulta o levantamento do diálogo entre as duas folhas. Todavia, a existência da *Liga* já demonstra de forma clara uma dinâmica política local um pouco diferente do restante do Império, e expondo o perfil político da província até aquele momento sem uma divisão ou adesão explícita a *liberais* e *conservadores*.

A *Liga* mostra-se atrelada ao grupo de Resendo, colocado mais tarde pela historiografia como um líder conservador, entretanto,

²⁹ *Ibidem*. (grifo nosso).

poucos indícios revelam neste momento o *Partido Capichaba*, partido contrário, como defensor de ideias liberais. Neste sentido, os relatórios de presidente de província já nos demonstraram que a política que ocorria no Espírito Santo era ausente de divisão partidária definida até 1860, caracterizando a fama de tranquilidade da província, evidenciando que alguns tumultos só eram vislumbrados durante as eleições, acontecendo sempre por interesses pessoais e individuais e não pela defesa de ideias políticas.

Acerca da análise da linguagem e da retórica utilizadas pelo jornal, *A Liga* fala de forma exagerada sobre os fatos que ocorrem na província, além de revidar as acusações de Francisco Monjardim quando o mesmo acusara *A Liga* de injúrias e calúnias. O jornal explicita as inúmeras funções exercidas pelo coronel, insinuando a causa de exorbitante influência política local:

Reponda-nos, o ilustre, sapientíssimo, digníssimo, excelentíssimo, Sr. Comendador, Coronel, mais comendador, mais cavalheiro, mais comandante superior, mais vice presidente, mais candidato a deputação geral, onde estão as calúnias? [...] Ora Senhor Monjardim, onde já foi crime dizer-se por uma folha publicada que este ou aquele candidato não tem as qualidades necessárias para representar sua província, porque já se conhece sua insignificância, a sua nulidade. Ah, Sr. Monjardim, V. Ex. mostrou sua sabedoria e seu tino administrativo por um modo “tão brilhante” que não sabemos como o sol de ofuscado não meteu a cabeça entre as pernas, ou ficou pendurado em algum galho, ou deixou seguir os pactuantes até a fazenda do Ocaso. Não somos estúpidos à mercê de Deus. Sabemos o que é política.³⁰

³⁰ *A Liga*, n.º 5 - 05/05/60.

De fato, parece que a tranquilidade da província começava a chegar ao fim. Vislumbram-se agora sérias críticas ao velho modo de se fazer política em terras capixabas, determinado o momento da inserção de uma imprensa doutrinária. A situação local, a qual anteriormente era tão facilmente controlada com a ausência da imprensa, agora já não consegue ser dirigida nos moldes de moderação compreendidos pela elite política da primeira metade do século. Ademais, é possível perceber a cisão em meio a tal grupo. As denúncias do jornal *A Liga* evidenciam o momento em que Monjardim demite o 1.º sub-delegado de polícia, e suspende ainda dois empregados, sendo estes Estanislau Wanderley e Manoel José da Soledade, indivíduos que escreviam no jornal; estas, na visão do redator, seriam as piores medidas que Monjardim poderia ter tomado. Os empregados demitidos utilizam o espaço no jornal para defenderem sua causa, sendo alguns dos poucos nomes que aparecem como colaboradores do periódico.

As suspeitas acerca da ausência de definições e distinções entre partido Conservador e Partido Liberal são reafirmadas nos artigos publicados. Em maio de 1860, a primeira página da *Liga* presta grandiosa homenagem aos serviços de Pereira Pinto como deputado geral, e enfoca que o representante fora eleito sob a luta das duas facções que disputam a predominância na província, mas não menciona os termos liberal e conservador. O artigo inicial ainda levanta informações importantes, como a atuação de Dr. Pereira Pinto no ano de 1848 na instalação da imprensa na província, divulgando sua importância local, a partir de uma “missão regeneradora no nosso século, ela há de reformar os abusos, há de levar o facho da civilização”. Os escritos ainda apontam para um fato interessante e já mencionado neste estudo: a existência de folhas e pasquins criados na província quando ainda não se possuía uma tipografia, afirmando *A Liga* foi as modificações que a vinda da imprensa causara na província do Espí-

rito Santo, sendo que “A imprensa matou os pasquins, extinguiu costumes antipáticos à nossa civilização e fez a província conhecida”.³¹

Ainda analisando seu vocabulário político, *A Liga* lança mão de uma seqüência de sinônimos ao evidenciar os conceitos de *Nação*, *Povo* e *Governo*, afirmando que estas são palavras menos dissimilares do que se pensava naquele período, apontando para equilíbrio e a igualdade inseridos em meio aos significados destes conceitos.³² Para o jornal *A Liga*, a nação e o governo eram palavras muito semelhantes. O redator evidencia que a folha não nega a verdade do princípio da unidade, que seria demonstrado como um “direito político”, e que estaria ligada também à nação, assim como afirma ainda que não quer que caia no desprezo a questão da *soberania do povo*. Estes conceitos encontrados no jornal mostram-se de extrema relevância para o entendimento das ideias políticas propagadas pela *Liga*.

A segunda crítica contida no mesmo artigo evidencia clara oposição à política da *Conciliação* implementada pelo marques de Paraná.³³ A folha é novamente irônica ao dizer que é “tempo em que são bonitas as idéias, mas...”. O artigo finaliza afirmando que, em resumo, a imprensa e a *Conciliação* não são medidas que podem funcionar no Brasil, pelo fato de que dependem da liberdade, da civilização, sentimentos que, segundo o jornal, nem todos os brasileiros teriam a honra de conhecer. Faz-se preciso levantar um breve questionamento sobre o entendimento do conceito de *liberdade* exposto pela *Liga*.

Ao equiparar as palavras *liberdade* e *civilização*, pode-se dizer que, para os redatores, possuir liberdade é saber estabelecer limites, balancear situações, o que o jornal apontou por meio do exemplo

³¹ *A Liga*, n.º 6 -13/05/60.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*.

“Começa a rasgar-se o véu”: O jornal *A Liga* e o novo modo de se fazer política na Província do Espírito Santo.

da política de Conciliação, período em que não se usou a devida liberdade. Todavia, importante ressaltar que tais palavras sempre fizeram parte da maioria dos relatórios governamentais sobre a província do Espírito Santo, em que o binômio ordem-civilização sempre fez parte do vocabulário dos relatos das autoridades que passaram pela localidade.

Transcrevendo um artigo do *Correio Mercantil* sobre a província do Espírito Santo, parece também vir à tona na Corte a entrada de Monjardim para a presidência da província de forma arbitrária após a saída de Leão Veloso. O *Correio* aponta que o verdadeiro administrador deveria ser o comendador Gomes Bittencourt, e não Francisco Monjardim, sendo que as explicações sobre a “enigmática ocorrência” deverão ser dadas pelo presidente anterior, o Sr. Leão Velloso, que junto à Monjardim, estaria, segundo *A Liga*, “fazendo um completo malogro das instituições do governo.”³⁴

Os defensores da candidatura de Pereira Pinto explicitam a posição ainda um pouco apática por parte do povo espírito-santense com relação à política; contudo, o objetivo do jornal é exatamente uma modificação deste posicionamento. Continuando a perseguição à Monjardim, *A Liga* tenta evidenciar a forma simplista utilizada pelo candidato ao tentar angariar votos. Assim, segundo o jornal opositor, teriam sido escritas as folhas distribuídas por Monjardim: “Contamos com seu voto, desde já lhe desejo um filho macho, muitas venturas, etc”; e assim exclama o redator da *Liga*, indignado: “Mas é que esta pobre gente pensa que representar uma província não é mais do que chegar à câmara e dizer, já cheguei, aqui estou”. A representação política é o tema em voga no jornal neste momento e *A Liga* afirma de forma incessante que “quem finalmente não sabe definir-se, como poderá representar um povo?”

³⁴ *Ibidem.*

Cada linha escrita pelos redatores da *Liga* objetiva a desistência de Monjardim à candidatura como deputado geral. Se o mesmo era tão tolo quanto o soneto revela, ou ainda um político sem as qualidades necessárias, não podemos aqui afirmar, mas se torna evidente que, em meio a tantas críticas, é notória a preocupação dos redatores com relação ao coronel e sua influência dentro da província. Monjardim foi um marco na política provincial. Esteve presente na Assembleia Provincial enquanto sua saúde permitiu, e, sobretudo, foi de fato um condutor da ordem na província do Espírito Santo desde o tempo da Junta Provisória. A candidatura do comendador era de fato uma ameaça para Antônio Pereira Pinto.

Fato interessante é que o jornal *A Liga* também nos auxilia a levantar dados sobre o *Partido Dionisiano* quando afirma sua ligação com o mesmo de forma muito explícita no n.º 19, de cinco de agosto de 1860. A publicação do artigo “A Renúncia do Sr. Dionísio Álvares Rezendo” faz o jornal indagar o chefe do partido sobre o real motivo de sua saída de cena política, e afirma que *A Liga* tem a honra de pertencer ao mesmo grupo chefiado por Rezendo, embora não esclareça se tal grupo era defensor de ideias conservadoras ou liberais.

O artigo utiliza uma grande quantidade de elogios ao chefe partidário e ao mesmo tempo o convoca para a volta ao posto que ocupava. As fontes levam a crer que a saída de Rezendo estivesse relacionada à sua aposentadoria ou um afastamento político, visto que não seja mencionada nenhuma mudança de partido. *A Liga* termina seu artigo enfatizando: “E que suas fadigas reclamem algum descanso, é natural. Pedimos, porém mais um sacrifício pelos interesses de nossa província”.

4. Conclusão

A época das eleições se aproximava e, no dia 30 de dezembro de 1860, vence Antônio Pereira Pinto, representante da província do Espírito Santo como deputado Geral. O jornal clamava com orgulho que havia triunfado a causa da justiça.³⁵ A propaganda política cessou e, por mais fama que tivesse, Francisco Monjardim não foi o escolhido pelos eleitores da província. Contudo, nos microfilmes referentes ao periódico

Entre as denúncias feitas neste panfleto, é praticamente confirmada uma possível fraude ocorrida na referida eleição, em que Dionísio Rezendo e Antônio Pereira Pinto teriam articulado a vitória deste último, empatando seu número de votos aos do falecido padre Bermudes e diminuindo os votos de Francisco Monjardim. Fato interessante é a existência do nome de Bermudes ainda como candidato naquelas eleições, já que o próprio jornal fala de sua morte em 1859, assim como o falecimento também aparece nos escritos de Daemon, o qual aponta a morte de Bermudes ainda em 1857.³⁶

As facções, ou ainda, *Partido Dionisino* e *Partido Capichaba*, não irão muito além de 1861. Logo outros jornais evidenciarão novos grupos políticos, e enfim, o surgimento de liberais e conservadores na província. Todavia, demonstrou-se aqui a importância do advento da imprensa política, e como um jornal como *A Liga* tornou possível esclarecer, ou ao menos demonstrar valiosas informações sobre os grupos políticos capixabas na segunda metade do século XIX. *Caramurus* e *Peroás* já não eram mais citados no vocabulário político desta época, mas a linguagem política dos

³⁵ *A Liga*, n.º 21 - 30/01/1861.

³⁶ DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Daemon/Daemon_Parte_7.pdf. p. 20.>

jornais indica que entre 1860 e 1861 a província estava permeada por *Bermudistas*, *Capichabas* e *Dionisianos*. Enfim, começava-se a “rasgar-se o véu”. A província entraria de fato na política imperial, demonstrando que os grupos políticos possuíam agora lideranças mais fortes e coesas.

Contudo, estes assuntos merecem outro momento para a discussão acerca do resultado da investigação de outros jornais políticos que, posteriormente, complementarão a trajetória dos partidos políticos na província, como, por exemplo, os jornais *O Tempo* e o *Monarchista*.³⁷ A partir destes jornais, será possível compreender o posicionamento político e a defesa do próprio coronel Monjardim.

Fontes e Referências

Fontes Primárias

I – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Relatório de Presidente de província João Lopes Silva Coito em 1842. Disponível em <www.apees.es.gov.br> Acesso em: 13/07/2011.

Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo Pedro Leão Veloso em 1859. Disponível em: <www.apees.es.gov.br> Acesso em: 13/07/2011.

II – Biblioteca Nacional

• Divisão de Obras Raras

- *A Liga: jornal político e noticioso*. Espírito Santo: Tipografia D’Azeredo. 8 de abril a agosto de 1860; 30 de janeiro de 1861. N.º 1 ao 20 e n.º 21. PR-SOR 04067.

³⁷ Os jornais *O tempo*, *O Monarchista* e *A Liga* fazem parte do conjunto de fontes utilizado em minha dissertação em um total de quatorze periódicos. SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “Os Apostolos da Liberdade contra os Operários da Calúnia”: *A Imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880*. Dissertação de Mestrado-UFRRJ, 2011.

Referências

- AMARAL, Alex Lombello. “*Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008.
- BARBOSA, Silvana M. A Política Progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860. In CARVALHO, J. Murilo & NEVES, Lúcia M. B.(orgs). *Repensando o Brasil do Oitocentos – Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- CALDEIRA, Cláudia A. Fragmentos e apontamentos sobre Francisco de Paula Brito. *Anais Eletrônicos do VIII Encontro de História – Anpuh Rio*, 2008. Disponível em: <<http://www.encontro2008.rj.anpuh.org.>> Acesso em: 12/07/2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DAEMON, Basílio de Carvalho. *História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879.
- FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Ed. 34, 1999.
- LIMA, Oliveira. *O império brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso. A revolução praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

- NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PEREIRA, Amâncio. “História da Imprensa Capixaba”. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922.
- PIMENTEL, Elpídio, Respingos Históricos. *Revista IHGES*, n.3.
- Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império *Apud*, OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- ROSA, Affonso Cláudio de Freitas. *História da Literatura Espírito-Santense*. Porto: Oficina do Comércio do Porto, 1912.
- SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Edição de texto, estudos e notas de Fernando Achiamé. Vitória: Floricultura, 1999.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. “Os Apóstolos da Liberdade contra os Operários da Calúnia”: A Imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. Dissertação de Mestrado-UFRRJ, 2011.
- SOUZA, Francisco Belizário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

O FUNDO DE EMANCIPAÇÃO: AS PRERROGATIVAS DA LEI DO VENTRE LIVRE COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE SOCIAL

*Juliana Sabino Simonato**

Resumo: O presente artigo tem como escopo formular algumas considerações a respeito da Legislação Imperial, instituída em 28 de setembro de 1871, denominada Lei do Ventre Livre, que contribuiu por dar início ao processo emancipacionista de cativos no final do século XIX. O estudo historiográfico propõe uma reflexão sobre o sentido de liberdade e a formulação de estratégias, por parte dos escravos, mediante a criação da Lei que deu origem ao Fundo de Emancipação, numa tentativa de se desvencilhar do cativo. Com o intuito de analisar como os impactos da normativa alteraram as relações na sociedade escravista, foram selecionadas fontes primárias, referentes à Lista de Classificação de Escravos, produzidas pelo município de Cachoeiro de Itapemirim, no recorte temporal de 1872 a 1886.

Palavras-chave: Emancipação. Escravidão. Mobilidade social .

Com o fim do Tráfico Atlântico, instituído pela Lei de Eusébio de Queirós, em 1850, os debates políticos sobre o fim da escravidão se acirraram em decorrência da diminuição da oferta de mão de obra no mercado brasileiro. Nesse contexto, surge a necessidade de restabelecer as relações capitalistas devido à impossibilidade, gerada pela Lei Imperial, de aquisição de mão de obra cativa.¹

Os debates políticos acerca do “elemento servil” demonstram a argumentação pautada no discurso liberal da elite imperial, em

* Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES) e associada efetiva do IHGES. A presente pesquisa encontra-se em andamento.

¹ No século XIX a abolição da escravidão, tanto na Europa como na América, intensificaram-se com a expansão do movimento abolicionista que reivindicava o fim do tráfico e a extinção do trabalho escravo. Em 1808, foi abolida o tráfico transatlântico para as colônias inglesas do Caribe e, em 1843, foi abolida a escravidão nessas mesmas colônias.

torno da necessidade de implantar uma política pública de controle social do trabalho no país. Ademais, a possibilidade de uma libertação imediata dos escravos, afetava os interesses econômicos de seus senhores, por se contrapor ao direito de propriedade.²

O processo abolicionista se intensifica a partir da segunda metade do século XIX, quando também o Estado Imperial passa a intervir, de maneira mais contundente, por meio da criação de leis específicas relativas ao processo de abolição da escravidão no país.³

Em junho de 1865, o Governo Imperial determinou que os escravos condenados a trabalhos forçados não poderiam mais ser castigados com chicotes. No ano seguinte, também declarou extinto o emprego de escravos em obras públicas.

De maio a julho de 1869, muitos projetos com tal propósito foram apresentados na Câmara dos Deputados. A maior parte das propostas não entrou em debate, mas havia certo consenso sobre a urgência de se discutir o fim da escravidão. Em 1869, foi aprovada uma Lei que proibia o leilão público de escravos e a separação de marido e esposa nas operações de compra e venda. Determinou-se também que escravos com menos de quinze anos não podiam ser separados de suas mães.

Dentre toda legislação promulgada no período concernente ao processo de emancipação dos cativos, destacou-se a Lei n.º 2.040,

² Durante todo o século XIX, o fantasma do “haitianismo” atormentou as cabeças de quem defendia e inspirou quem atacava a ordem escravocrata. As elites brasileiras temiam que seus escravos seguissem o exemplo dos cativos do Haiti.

³ No final da década de 1860, o governo imperial tomou algumas iniciativas para promover a substituição gradual do trabalho escravo. Depois da abolição da escravidão nos Estados Unidos, em 01 de janeiro de 1863, Brasil e Cuba eram os únicos países que ainda mantinham a exploração do trabalho escravo nas Américas. Em 1867 o Imperador solicitou aos conselheiros a apresentação de propostas para a extinção do trabalho escravo.

de 28 de setembro de 1871, denominada também de “Lei do Ventre Livre”, devido ao seu maior impacto sobre a escravidão.

A Lei Imperial de 1871, apesar de não promover o fim da escravidão no Brasil, caracterizou-se por apresentar elementos inovadores para o contexto da época, pois trazia em seu texto original, a intenção explícita de extingui-la, de forma gradual, contudo assegurando os interesses econômicos dos proprietários dos cativos. Como afirma Walter Fraga Filho, “a Lei do Ventre Livre representou o reconhecimento legal de vários direitos que os escravos vinham adquirindo pelo costume”.⁴

O texto legislativo, além de declarar livres, a partir daquela data, os “ingênuos”, filhos das escravas, estabelece no seu artigo 3.º, a criação do Fundo de Emancipação de Escravos do Império do Brasil.⁵

O Fundo de Emancipação, segundo análise de Fabiano Dauwe,⁶ atuaria como instrumento capaz de viabilizar aos cativos a obtenção da liberdade, por possibilitar, no artigo 4.º, o ajuntamento de pecúlio, que era a renda gerada pelo cativo, a partir de certa quantia, exceto o dinheiro que deveria entregar a seu senhor, com o consentimento do proprietário. Tal acumulação poderia dar-se por diversos meios, entre os quais: as doações, o trabalho dos cativos, por heranças ou qualquer outra ação legal. Segundo Sidney Chalhoub, “as economias dos escravos, assim como a alforria mediante indenização de preço,

⁴ FRAGA, Walter Filho. *Nas encruzilhadas da Liberdade*. São Paulo: Unicamp, 2006.

⁵ A receita dos Fundos de Emancipação era proveniente de “impostos, doações, loterias e multas impostas pela infração da própria lei”, seriam utilizadas para pagamento de alforrias de cativos. Cf. ABREU, Martha. *Lei do Ventre Livre*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 468-72.

⁶ DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2004.

eram práticas cotidianas relativamente comuns, porém não foram objetos de legislação específica antes de 1871”⁷

Ademais, a normativa mencionada, no artigo 1.º, previa que no caso de morte do escravo, a metade do pecúlio por ele formado, passava ao cônjuge sobrevivente, caso esse existisse, e a outra parte seria transmitida aos herdeiros forçados, como determinava a Lei Civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio seria confiado ao Fundo de Emancipação, criado pela Lei do Ventre Livre.

No parágrafo 7.º, do artigo 4.º, versava que em qualquer caso de alienação ou transmissão de cativos, ficava proibida, sob pena de anulação, a separação de cônjuges e filhos menores de doze anos do pai ou da mãe. Tal direcionamento, ratificado no 8.º artigo, que rezava sobre a separação de bens entre herdeiros ou sócios, caso o pecúlio não comportasse a manutenção de uma família inteira de escravos, e nenhum dos senhores quisesse mantê-la sob seu domínio, mediante a respectiva indenização da cota que lhe coubesse, a família de cativos deveria ser vendida toda, e seu montante rateado proporcionalmente entre os respectivos senhores. Por outro lado, se falhassem as negociações de alforria com os senhores, os cativos poderiam apresentar o pecúlio em juízo, e aguardar a decisão da justiça sobre sua liberdade.

Os recursos arrecadados pelo Fundo seriam destinados a cada província do País e ao Município Neutro para a libertação de quantos escravos fosse possível. A Legislação Imperial previa que a cota recebida por cada província seria proporcional ao número de escravos nela residentes. Com o intuito de facilitar a expedição das Cartas de Liberdade, foi regulamentado pelo Decreto N.º 4.835, de 1 de Dezembro de 1871, instituindo as normas para formaliza-

⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ção da matrícula especial que deveria conter os seguintes dados: nome, sexo, cor, idade, estado civil, filiação, aptidão para o trabalho e a profissão do escravo. Além disso, estabelecia a existência de uma Junta Classificadora de Escravos,⁸ em todas as províncias e no Município Neutro, que teria como atribuição averiguar os critérios de classificação e exclusão de escravos quanto aos benefícios do Fundo de Emancipação.

As medidas regulamentadas pelo Governo Imperial tinham como objetivo realizar um levantamento sobre o quantitativo de escravos presentes na sociedade brasileira daquela época. Tal medida possibilitaria também a elaboração de cálculos relativos ao valor a ser dispensado na compra de cativos, por meio do Fundo, e pressionar os senhores a entregar seus escravos, mediante a liberação das cotas de Emancipação aos governos provinciais.

A importância da criação desse instrumento legal reside no fato de representar uma mudança significativa da política de alforria. A concessão da alforria, adquirida por meio de pagamento ou por bons serviços prestados, era uma prática comum na sociedade escravista brasileira do século XIX. Contudo, tal decisão partia dos proprietários, embasados em por diferentes motivos, desde casos movidos por interesses particulares, pelo bom senso e pela jurisprudência.⁹

A promulgação da Lei Imperial interferiu diretamente nessas relações entre senhores e cativos, pois as decisões tomadas à luz do

⁸ A Junta de Classificação era composta pelo Presidente da Câmara, o Promotor Público e o Coletor da Fazenda Pública. Participaria também da classificação um escrivão do Juízo de Paz, cuja função seria registrar as atividades da junta em livros próprios para este fim, fornecidos pelo Ministério da Agricultura.

⁹ CUNHA, Manoela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 127-9.

direito costumeiro foram substituídas pela atuação do Estado, principalmente no que tangia a propriedade privada.¹⁰

No dia 13 de novembro de 1872, pelo Decreto N.º 5.135, no seu artigo 27, foram estabelecidos os critérios de classificação e exclusão. A Lei Imperial procurou garantir o benefício da libertação às famílias escravas constituídas, seguidas dos indivíduos. No que tange a família escrava, a norma considerava:

Na libertação por famílias, preferirão: os conjuges que forem escravos de diferentes senhores; os conjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de oito annos; os conjuges, que tiverem filhos livres menores de 21 annos; os conjuges com filhos menores escravos; as mais com, filhos menores escravos; os conjuges sem filhos menores. Na libertação por indivíduos, preferirão: a mãe ou pai com filhos livres; os de 12 a 50 annos de idade, começando pelos mais moços no sexo feminino, e pelos mais velhos no sexo masculino.¹¹

Com relação aos indivíduos, os critérios de seleção eram pautados na preferência pelos que tivessem filhos livres ou que estivessem entre a faixa etária de doze a cinquenta anos, preferindo-se as mulheres mais jovens e os homens mais idosos.

O mesmo artigo 27, do Decreto N.º 5.135, estabelecia que:

Na ordem da emancipação das famílias e dos indivíduos, serão preferidos: 1.º os que por si ou por outrem entrarem com certa quota para sua li-

¹⁰ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 211; CHALHOUB, Sidney. *Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871*. In: _____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, cap. 4, p. 131-291.

¹¹ Decreto no 5.135, de 28 de novembro de 1872, artigo 27.

bertação, os mais morigerados a juízo dos senhores. Em igualdade de condições a sorte decidira.¹²

Para tornar efetivo o funcionamento do projeto de emancipação proposto pelo Governo Imperial, a partir da Lei de 1871, necessitava de uma complexa articulação, entre os diversos âmbitos da administração, ou seja, a articulação entre os representantes do poder imperial, provincial ou local.

Outro fator preponderante da Lei Imperial foi o reconhecimento social e a valorização da família escrava nesse contexto de desenvolvimento de projetos de abolição da escravatura no Brasil.

Segundo Dauwe:

“[...] o objetivo principal desses critérios de classificação era, portanto, o de manter unidas as famílias ou o de tornar possível essa união, o que requeria garantir a liberdade a todos os seus membros de uma só vez”.¹³

A existência de “espaços” de liberdade, proporcionados pelas Leis Imperiais, eram utilizados pelos escravos como estratégias de ascensão e mobilidade social. A Lei do Ventre Livre possibilitou aos cativos estabelecer novos padrões relacionais, que corroboravam por elevá-los até as categorias prioritárias, dentre elas podemos destacar: o acúmulo de pecúlio, a constituição de matrimônios e o deslocamento para cidades com maiores possibilidades de classificação.

A assertiva de Dauwe, no que tange a temática da alforria de cativos, demonstrou que o Fundo de Emancipação contribuiu por libertar cerca 32 mil escravos em todo país, num total de 27 mil contos de réis foram dispendidos no sentido de possibilitar a liberdade dos cativos.

¹² *Ibidem* nota 8.

¹³ C.f. DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos...*, op. cit.

Com o intuito de avaliar a efetividade da Lei de 1871, e seus respectivos Decretos regulamentares, o presente estudo utilizou-se da análise de fontes primárias, referentes às comunicações recebidas do Governo Provincial, enviadas pelos responsáveis dos registros cartorários e o Juiz Municipal de Órfãos do município de Cachoeiro de Itapemirim, entre os anos de 1872 a 1886.¹⁴

Os documentos demonstram que, procurando atender as exigências determinadas pelo Governo Imperial na aplicação da Lei, o Governo Provincial mantinha uma constante comunicação com os responsáveis pela execução das providências estabelecidas na normativa.

Corroborar por comprovar essa assertiva o ofício, expedido no dia 19 de abril de 1875, pelo Juiz Municipal de Órfãos, o senhor Misael Ferreira Penna, ao vice-presidente da Província do Espírito Santo, em exercício da Presidência, o Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, no qual explicita que a solicitação da Circular N.º 72, enviada pelo Governo Provincial, para que fosse informado o número de escravos que receberam manumissão naquela localidade, desde o ano de 1872 até fins de 1874, com o interesse em atender uma exigência do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras-Públicas.

No intuito de responder a Circular do Governo Provincial, o Juiz de Órfãos, Misael Ferreira Penna, solicita através de ofícios expedidos na data de 12 de abril de 1875, aos Tabeliões da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, os escrivães Joaquim Jorge da Silva Quintaes, responsável pelo Primeiro Cartório, e Francisco Fernandes da Silva Lima, responsável pelo Segundo Cartório, que realizassem o levantamento das informações necessárias que foram encaminhadas como resposta ao Governo Provincial, como anteriormente mencionado. O Juiz Municipal expõe:

¹⁴ Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374 (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES).

“[...] cabe-me levar à seu conhecimento, que, segundo as certidões e mappas juntos, foi fornecida pelos Tabeliães deste Termo verifica-se que os escravos manumettidos por este Juízo e fora d'elle, attingem ao número de setenta e nove, ficando assim cumprida a solicitação de V. E^a a quem

Deus Guarde [...].”¹⁵

Além da resposta ao ofício, os tabeliões encaminharam os mapas elaborados (Anexo I e II) a partir das informações contidas nos Livros de Notas, dentre elas as Cartas de Liberdade emitidas aos cativos por seus respectivos senhores.

A análise dos mapas possibilitou inferir que até o ano de 1875, a implantação da Lei de 1871 e seus referentes decretos, nos moldes regulamentados em seus artigos, não vigoravam com a eficiência esperada pelo Governo Imperial.

Tal constatação foi perceptível através da análise dos dados consolidados, por meio dos subsídios presentes nos mapas elaborados pelos tabeliões daquele período. Entre os cativos libertados, durante o período de 1872 a 1874, apenas foram observados 4 ingênuos, não constando informações acerca da aplicação do dinheiro do Fundo de Emancipação para a alforria dos escravos constantes nas listagens.

Ao analisar os dados, por faixa etária, podemos perceber uma maior incidência, entre os libertos, de população adulta, na faixa dos 21 aos 80 anos, num total de 21 alforriados (79%). Também é possível verificar um percentual mais elevado entre crianças, de 0 a 10 anos de idade (12%), assim como idosos, dispostos na faixa etária dos 51 aos 80 anos (19%). Dessa forma, a presença desses indivíduos confirma a preocupação do cumprimento dos critérios de seleção previsto no Decreto N.º 5.135, de 13 de novembro de 1872.

¹⁵ Ofício – Juízo Municipal do Termo do Cachoeiro de Itapemirim da Província do Espírito Santo (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, p. 122).

Tabela I

| Escravos alforriados 1872-1874 - Levantamento enviado pelos Cartórios | | | | | |
|---|--------|---------|---------|---------|------------|
| Faixa Etária | 0 a 10 | 11 a 20 | 21 a 50 | 51 a 80 | Nada Costa |
| Primeiro Cartório | 02 | 03 | 05 | 07 | 04 |
| Segundo Cartório | 06 | 03 | 02 | 07 | 35 |
| Total Geral | 08 | 06 | 07 | 14 | 39 |

Fonte: Relação dos escravos libertos, que constam dos livros de notas e inventários Segundo Cartório desde o ano de 1872 até o fim do ano de 1874. (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, p. 124, 125, 126, 127, 129 e 130).

Os dados da Tabela I demonstram, nesse contexto social de Cachoeiro de Itapemirim, a prática de concessão de alforrias, por parte dos proprietários, aos escravos adultos, vinculada aos bons serviços prestados, como esclarece o próprio documento. Essa verificação contribui, de forma profícua, para identificar, em terras capixabas, as evidências analisadas pelos historiadores Manolo Florentino¹⁶ e José Roberto Pinto de Góes,¹⁷ que ressaltam a prática costumeira da manumissão na sociedade escravista brasileira. Segundo os pesquisadores, apenas alguns poucos senhores usaram, a alforria condicionada, para expulsar os libertos sob pena de revogação da liberdade.

O levantamento também permitiu averiguar que o número de mulheres libertadas era superior ao de homens. No total de 79 libertos, 41 (52%) eram mulheres e 38 (48%) homens. Contudo, fato mais importante a se destacar, diz respeito à prática de libertação de famílias do cativo.

¹⁶ FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista*: notas de pesquisa. *Topoi*. Revista de História do IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, set. 2002, p. 9-40.

¹⁷ GÓES, José Roberto Pinto de. *Padrões de alforrias no Rio de Janeiro – 1840/1871*. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Nas rotas do Império: os eixos mercantis, tráfico e relações sociais do mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

Tabela II

| Escravos alforriados 1872-1874 - Levantamento enviado pelos Cartórios | | | | |
|---|-----------|---------|--------|-------------|
| Cartórios de Cachoeiro de Itapemirim | Solteiros | Casados | Viúvos | Nada Consta |
| Primeiro Cartório | 11 | 04 | 02 | 04 |
| Segundo Cartório | 17 | 14 | 0 | 21 |
| Total Geral | 28 | 18 | 02 | 25 |

Fonte: Relação dos escravos libertos, que constam dos livros de notas e inventários Segundo Cartório desde o ano de 1872 até o fim do ano de 1874. (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, p. 124, 125, 126, 127, 129 e 130).

As informações da Tabela II destacam a presença de 18 libertos (24%), que teriam contraído matrimônio no cativeiro. Os cônjuges são relacionados conjuntamente nas listagens, com sua respectiva prole.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Leis Canônicas, determinavam que os senhores não poderiam proibir o casamento entre cativos, ou mesmo desses com libertos, nem contribuir para a separação dos cônjuges.¹⁸ Dessa forma, matrimônio legitimado pela religião oficial do Estado, apresentava-se como um empecilho, no caso da venda de escravos.

Tal prática de manutenção das uniões estáveis, assegurada pela Lei Imperial de 1869, reforçada pela Lei do Ventre Livre, permite compreender o significativo número de casais nas listagens enviadas pelos escrivães, no ano de 1875, ao Governo Provincial.

Os dados coletados também evidenciaram a maior presença de brasileiros, num total de 58 (75%), em contrapartida ao número de 17 africanos libertos (23%). O número de 14 pretos (18%), também foi superior ao número de 7 pardos (9%), encontrados nos

¹⁸ O casamento sacramento instituído pelo Concílio de Trento e confirmado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia passou a ser um ato civil sob o controle eclesástico a partir do século XVIII. CAMPOS, Adriana Pereira & MERLO, Patrícia da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Rio de Janeiro: Topoi, 2006, v. 6, n. 11. p. 326-360.

documentos. No entanto, a falta de identificação da cor, registrado através do termo Nada consta (73%), no momento da produção dos documentos, dificultou uma averiguação incisiva sobre essas características da população de libertos.

No dia 5 de Julho de 1875, o Juiz Municipal de Órfãos, o senhor Misael Ferreira Penna, informa ao Presidente da Província, o senhor Domingos Monteiro Peixoto, que recebeu um ofício sob o N.º 158, no qual solicita com urgência as informações quanto à classificação dos escravos daquele município de Cachoeiro de Itapemirim, em cumprimento ao Decreto N.º 5.135, de 13 de Novembro de 1872.

O Juiz expõe que em decorrência de vários fatores, entre eles exigências dos compromissos e trabalhos na Comarca, a Junta de Classificação dos escravos de Cachoeiro de Itapemirim encontrava dificuldades em concluir os trabalhos, como estabelecido pelo artigo 33, do referido Decreto de 1872. Naquele momento, o senhor Misael Ferreira Penna, além de suas atribuições, ocupava interinamente a Presidência da Câmara Municipal. Além disso, havia a falta de um Promotor ou adjunto e do Escrivão do Juízo de Paz, que há pouco tempo fora nomeado para exercer aquele cargo. Em virtude dessas dificuldades, o Juiz de Órfãos considerava justificável a demora quanto à execução dos trabalhos de classificação dos escravos.

Nesse sentido, a partir das informações do documento, percebe-se a falta de eficiência da Lei de 1871, fato que estava vinculado à problemática do próprio aparelho fiscal e burocrático do Estado Imperial em efetivar suas ações. Por um lado, essas situações eram geradas pela própria estrutura estatal que propiciava a sonegação e/ou manipulação de informações, omissões de todo o tipo, favorecimentos, corrupção e outros desvios na manutenção dos Fundos de Emancipação. Por outro, aconteciam também em decorrência da própria omissão e desinteresse do poder central. As características da política brasileira, marcada pela corrupção, pelo jogo de

poder entre os municípios e as negociações de interesse da elite agrária, existentes em todo o território nacional, provavelmente impediram e entravaram todo o processo inicial da emancipação do “elemento servil”, como previsto pela lei desde 1871, situação comprovada pelo relato encontrado no documento emitido pelo Juiz de Órfãos.

No entanto, a correspondência oficial revela uma coação do Governo Provincial, ao fiscalizar o trabalho no município de Cachoeiro de Itapemirim, quanto ao cumprimento das determinações na forma da Lei estabelecida pelo poder central, pois ressalta que as listas enviadas em 1875, não continham cativos libertos pelo Fundo de Emancipação. O fato corrobora por demonstrar a morosidade do cumprimento das determinações da Lei Imperial.

Em 15 de Abril de 1876, o Juiz de Órfãos, o senhor Misael Ferreira Penna, novamente informa ao Presidente da Província na época, o Doutor Manoel José de Menezes Prado, a relação demonstrativa dos escravos que foram libertados pelo Fundo de Emancipação. No documento constava, de acordo com a cota destinada ao município, além do número de nove libertos, o valor de 11:550\$000 (onze mil, quinhentos e cinquenta reis) utilizado para a alforria dos cativos nominados no mapa (Anexo III) encaminhado junto com o ofício.

A fonte também revela o uso do pecúlio, como determinado pela Lei de 1871, no valor de 100\$000 (cem mil reis), depositado pelo senhor Joaquim Pereira Gonçalves, em favor da liberdade de sua cativa Balbina. Na oportunidade, o Juiz Municipal de Órfãos informa que decorridos os 30 dias, do prazo determinado pelo Decreto de 1872, os cativos serão declarados libertos, e suas respectivas Cartas de Liberdade serão entregues, além de solicitar a afixação, na porta da Igreja, de uma cópia do edital, no qual constam as informações enviadas ao Governo Provincial referente à classificação dos escravos: Balbina, Affonso, Gabriel, Gertrudes, Felícia, Aniceta, Joanna, Vicente e Euzébia.

A Tabela III, consolidada através de ofícios e mapas da população liberta encontrada no Livro 374, do Fundo Governadoria,¹⁹ permite uma análise da evolução dos resultados referentes ao trabalho da Junta de Classificação, no município de Cachoeiro de Itapemirim, durante os anos de 1876, 1881, 1884 e 1886.

Tabela III

| Amostragem do número de escravos classificados no município de Cachoeiro de Itapemirim (1876/1881/1884 /1886) | | | | |
|---|------|------|------|------|
| Ano | 1876 | 1881 | 1884 | 1886 |
| Número de escravos Libertos pelo Fundo de Emancipação | 09 | 33 | 96 | 29 |

Fonte: Relações dos escravos libertos enviadas pelo Juízo Municipal de Órfãos ao Presidente da Província do Espírito Santo. (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, F. 290; 353; 358; 356 e 389).

A partir da tabulação dos dados foi possível observar um crescimento significativo do número de escravos alforriados durante os anos subsequentes a promulgação da Lei do Ventre Livre. No ano de 1884, principalmente, foram libertados 96 escravos, valor que representa um percentual de 57% do total de alforrias concedidas durante o processo de emancipação, com base nas informações coletadas.

No momento do levantamento das informações foi possível inferir que durante o ano de 1886 houve uma redução do número de documentos, encaminhados ao Governo Provincial, a respeito dos escravos libertados pelo Fundo de Emancipação. Através dos documentos encontrados foi possível totalizar 29 escravos alforriados. Porém, nesse período foram enviados ao Presidente de Província informações sobre a libertação de escravos com mais de 65 anos de idade, em resposta a determinação da Lei N.º 3.720, de 28 de setembro de 1885, denominada Lei Saraiva Cotegipe ou Lei do Sexagenário.

¹⁹ APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374.

A presente pesquisa, vinculada a temática em questão encontra-se em fase de consolidação. No entanto, as informações até o presente momento, levantadas e analisadas, nos permitem apresentar algumas considerações.

O crescimento do número de libertos revela que apesar da intervenção estatal, por meio da Lei do Ventre Livre, ser considerada por alguns senhores de escravos, como uma medida que violava o direito de propriedade, demonstrando certa resistência dos proprietários ao fim da escravidão, por outro lado, comprova que aqueles que vislumbravam eminência da abolição, souberam aproveitar ao máximo as vantagens da legislação promulgada pelo Governo Imperial.

A Lei Imperial ao prever o valor indenizatório para os proprietários de terras, além de possibilitar a manutenção do direito de propriedade, garantiu aos senhores a possibilidade de reaver os investimentos de capital, na medida em que o Fundo de Emancipação era utilizado para o pagamento da liberdade dos cativos.

No que tange aos escravos, a vigência da Lei Imperial possibilitou o surgimento de algumas estratégias que permitiram a mobilidade social, afastando-os do cativeiro. Aos escravos foi dada a possibilidade de acúmulo de pecúlio e utilizar-se dos meios jurídicos na busca pela garantia da liberdade. De acordo com a rede de relações estabelecidas pelo cativo, poder-se-ia alcançar um número considerável de possibilidades para a concessão das alforrias, o que de certo modo diminuía o poder de influência dos senhores sobre o “elemento servil”.

Ademais, as condições estabelecidas pela legislação, em relação às categorias prioritárias de classificação, favoreceram o fortalecimento da constituição de famílias. Nesse caso, ascender socialmente poderia significar algo muito mais simples do que a acumulação de riqueza, estimulada pela ótica capitalista. Para os cativos e libertos, estabelecer uma família, possuir sua própria residência ou mesmo ostentar um ofício, eram caracterizados como mecanismo de mobilidade e ascensão social.

Quanto à análise sobre o uso dos critérios de classificação utilizados na libertação dos cativos, com base nos dados encontrados sobre Cachoeiro de Itapemirim, cabe-nos a formulação de algumas considerações, que necessitam de um maior aprofundamento, a partir de um exame mais minucioso das fontes: Será que os indivíduos solteiros possuíam maiores oportunidades de acumular pecúlio? Os cativos que não possuíam famílias constituídas não priorizavam o acúmulo de pecúlio? Os cativos casados com pessoas livres tinham as mesmas oportunidades para o acúmulo de pecúlio? A condição de mãe solteira, de filhos menores, inviabilizava o acúmulo de seu pecúlio na compra de sua própria liberdade, uma vez que essas cativas se utilizavam desse capital para a compra da alforria de seus dependentes?

Considerações Finais

Ao que tudo indica o fim do Tráfico Atlântico, em 1850, corroborou por evidenciar a necessidade de estabelecer-se uma nova relação de trabalho entre as forças produtivas, que interferia diretamente nos interesses dos grupos abastados que formavam a elite política do Império.

Ao escravo foi necessária uma reinserção no mercado de trabalho, em uma economia que também se transformava em decorrência da modernização. Aos cativos e libertos, negros, africanos, crioulos ou pardos, para atuarem em dentro desse novo contexto que se formava ao final de século XIX, era necessário a reelaboração de estratégias de sobrevivências próprias. Tal situação impulsionava esses agentes sociais em direção ao estabelecimento de novas alianças, redefinindo suas relações com os senhores ou ex-senhores, tecendo novas redes de solidariedades e ressignificando suas identidades.

As estratégias possibilitariam melhoria, principalmente, ao que dizia respeito às condições sócias e econômicas, levando-os a um

gradativo abandono de sua ascendência escrava. Ou seja, a formação de alianças com diversos segmentos sociais era de fundamental importância para a realização de seus projetos de melhoria de vida. Dessa forma, não só as estratégias individuais, pensadas e realizadas por esses atores, eram importantes para a conquista da mobilidade social. O estabelecimento de uma extensa rede de relações, constituídas por interesses diversos, que dialogavam com questões de cunho ideológico, político e econômico, e contribuíram de maneira decisiva para as transformações das bases da sociedade escravista brasileira no final do século XIX.

Referências

Fontes Primárias

Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Leis Imperiais

Lei N.º 2.040, de 28 de setembro de 1871

Decreto N.º 4.835 – 1 de Dezembro de 1871

Decreto N.º 5.135 – de 13 de novembro de 1872

Artigos

ABREU, Martha. *Lei do Ventre Livre*. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 468-472.

ASSIS, Cátia da Costa Louzada de. *Fundo de Emancipação e Famílias Escravas: o município neutro na Lei de 1871*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Projeto de Mestrado, 2011.

CAMPOS, Adriana Pereira & MERLO, Patrícia da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Rio de Janeiro: Topoi, 2006, v. 6, n. 11. p. 326-360.

GÓES, José Roberto Pinto de. *Padrões de alforrias no Rio de Janeiro – 1840/1871*. In: _____ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Nas rotas*

do Império: os eixos mercantis, tráfico e relações sociais do mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

GOMES, Álvaro de Souza Neto. *O Fundo de Emancipação de Escravos: funcionamento e resultados no Termo de Lages, Santa Catarina*. II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.

FLORETINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. *Topoi. Revista de História do IFCS/UFRJ*. Rio de Janeiro, set. 2002, p. 9-40.

SANTOS, Lucimar Felisberto. *Os bastidores da Lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação*. *Revista de História*, 1, 2 (2009), p. 18-39.

Livros

ALBURQUERQUE, Wlamyra R. de & FRAGA, Walter Filho. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX*. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2004.

FLORENTINO & GÓES, Manolo e José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Anexo I

| Villa do Cachoeiro de Itapemirim da Província do Espírito Santo Relação dos escravos libertados, que constão dos livros de notas e inventários, escripturas Primeiro Cartório desde o anno de 1872 até o fim do anno de 1874 | | | | | | | |
|--|---------------------|---------------------|--------------------------|---------------------------------|---|--------------------------|---|
| F.129 | Nomes dos libertos | Idade Estado | Naturalidade e ocupação | Por que foram libertos | Data da liberdade | Data dos registros | Observações |
| | Faustina - parda | Não consta | Brasileira | Por Carlos Bernardino Maciel | 04 de Dezembro 1872 | 06 de De- sembro 1872 | Foi liberta \$ Um conto de reis |
| | Joanna - preta | Idem | Africana | Por Custodia Luiza Carneiro | 7 de Janº de 1873 | 8 de Janº de 1873 | Por sua senhora em compensação aos bons serviços, foram libertos depois do falleci- mento de sua Sen ^a , já morreo. Seu pai. Foi escravo da finada Thereza Maria de Jesus |
| | Theodora - preta | 14 annos - Solt, | Brazº Lavoura | Por Joaquim Gomes Guerra | Por despacho de 23 d' agosto de 1873, Juiz d Órphãos | | |
| | Eva - preta | 61 annos Cazado | Afr. Lav | Por Cesario Semião da Fraga | 6 de Jº de 1873 | | 6 de Jº de 1873, é data da sentença do inventº amigável do finado Pai de Cezario Semião da Fraga |
| | Ignacia - " | 37 " Soltº | Braz ^a Lav | " | | | |
| | Luiza - " | 61 " Caz | Afr. Lav | " | | | |
| | Macteos " | 66 " Soltº | Afr. Lav | " | | | |

| | | | | | | | | | |
|---------------------------|---|-------------------------------|---|--------------------------------|---|-------------------------------|--------------------------|--|--|
| Antonio | " | 51 | " | Afr. Lav | Por Doutor Maximimiano de Sz. Bueno | " | | | |
| Ignacio - | " | 71 | " | Afr. Lav | " | " | | | |
| Hilaria - | " | 65 | " | Crioulo Lav | João Vieira Machado de Freitas | 30 d'agosto de 1873 | | Escravos do finado Ant ^o da Silva Pinho, vend ^o para pagto de dívidas. | |
| Seraphina - | " | 66 | " | " " | " | " | | | |
| Domingos | | 46 | " | Afr. " | Pela Viuva e herdeiros do finado Joaquim Gomes da Silva e Souza | 21 de Julho de 1874 | | Apresentarão sem valores, e 21 de Julho de 1874, é data do julgamento do invent ^o | |
| Ritta | | 41 | " | " " | | | | | |
| Paulina | | 39 | " | " " | | | | | |
| Benedicta | | Não consta | | Crioula | Por herdeiros do finado Custódio Luiz da Fonc e Alexandre Augt. Ferr. de Carvalho | 16 de Junho de 1874 | | Alexandre Augusto Per ^o de Carvalho, apresentou o resta da escrava Benedita p ^a esta ele pagar em serviços | |
| Francisca | | 17 ans. Solt. | | Crioula | Por Antonio Cândido dos Santos e sua mulher | 1 de Jan ^o de 1874 | 11 de Abril de 1874 | Liberdade depois da morte dos libertadores. Morreo a libertadora. | |
| E.130 | | | | | | | | | |
| Continuação | | | | | | | | | |
| Nomes dos libertos | | Idade Estado | | Naturalidade e ocupação | Por que foram libertos | Data da liberdade | Data dos registos | Observações | |
| Esperança - preta | | 40 annos Solt ^o | | Africana | Por Mariano Jose Coelho | | | | |

| Guilhermina - parda | Não consta | Brazil ^a | " | 5 de Julho de 1868 | 11 de Abril de 1874 | Liberdade depois da morte do Libertador |
|--|------------|---------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|---|
| Ignes | 12 annos | Idem | " | | | |
| Francisco | 3 annos | | Manoel Francisco Moreira | 20 de Julho de 1873 | 11 de Abril de 1874 | |
| Alice | 4 annos | | Por Leophilo Ferreira Rios | 19 de Julho de 1873 | 11 d' abril de 1874 | Por ser sua cria |
| Total - 21 escravos libertos, sendo 16 do sexo feminino e 5 do sexo masculino | | | | | | |
| <p>Primeiro Cartório do primeiro Tabellião e Escrivão d' Orphaos no Cachoeiro de Itapemirim da Província do Espírito Santo , aos 17 de Abril de 1875.</p> <p>P. Tabellº e Escº d Orphaos</p> <p>Joaquim Jorge Silva Quintaes</p> | | | | | | |

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, F. 129-130.

Anexo II

Villa do Cachoeiro de Itapemirim da Província do Espírito Santo
Relação dos escravos libertos, que constão dos livros de notas e inventários existentes
Segundo Cartório d'esse o anno de 1872 até o fim do anno de 1874

F.127

| Nomes dos libertos | Idade Estado | Naturalidade e ocupação | Por quem foram libertos | Data da liberdade | Data dos registros | Observações |
|---|---------------------------------------|-------------------------------------|---|------------------------|---------------------|--|
| Deolinda - parda | Não consta | Brasileira | Por Luis Bernardino da Costa e sua mulher | 26 de dezembro de 1871 | 9 de Janº 1872 | Foi libertada por 250\$000 |
| Josina - parda | 9 meses | " | Por João Vieira Machado de Freitas | 01 de Janº 1872 | 18 " 1872 | |
| Felicidade - parda | 40 anos | " | Por Frederico José Vieira da Motta | 29 de Fevrº 1872 | | Foi libertada por Escripura publica pelo preço de 350\$000 tendo sido sua Senhora D. Anna Maria do Rosário Simões. |
| Francisco e Januário | Não Consta | Brasileiros | Por João Eduardo Rodrigues Valle | 16 de setembro 1870 | 12 de Mº 1872 | Foram libertados por seu senhor |
| Ritta | 56 annos | Africana | | 28 de Dezembro 1871 | 16 de " 1872 | Idem Idem |
| Angélica | 5 annos | Brasileira | | 28 de Maio 1872 | 5 de Jº | Idem Idem |
| Joaquim Moçambique - Maria sua mulher, filhos Ismael, Moysés, Felisberta, Felicissima, Felicidade, Felipe e Jorge | O 1º com 58 annos, os mais não consta | O 1º Africano e os mais Brasileiros | Por João Eduardo Rodrigues Valle | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Foram libertados por seu senhor |

| | | | | | |
|---|--|--|--------------------------|---------------------------|---------------------------------|
| Nivaldo e Theresa - sua mulher, e seus filhos Olimpio, Paulina, Helfodora e Aureliana | Não consta | Brasileiro | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Foram libertados por seu senhor |
| E.126 | | | | | |
| Continuação | | | | | |
| Nomes dos libertos | Idade Estado | Naturalidade e ocupação | Data da liberdade | Data dos registros | Observações |
| Antonio, sua mulher Joaquina e seus filhos = Egidio, Ignês, Franco e Jeronimo | Não constam suas idades | Brasileiros | 15 de Outubro de 1872 | 30 de Novembro 1872 | Por seu senhor |
| Gregorio e sua mulher Luciana e seus filhos Lourenço e Jacintho | Não consta as idades | Brasileiros | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Libertos por seu senhor |
| Romão e Priscila a seu filho Thiago | Idem - casados | Brasileiros | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Libertos por seu senhor |
| Adão e Vicencia = | Não conta - casados | Brasileiros | | | |
| | | | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Libertos por seu senhor |
| Francisco Cabinda e Rosa Benguella e seus filhos Zacharias e Faustina | 63 anos, 56 anos, 10 anos e 7 anos (respectivamente) | Africano, Africano e Brasileiros (respectivamente) | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Libertos por seu senhor |
| José Angola e Margarida | 60 anos/53 anos | Africano e Crioula | 15 de Outubro 1872 | 30 de Novembro 1872 | Libertos por seu senhor |

| E.125 | | | | | Continuação | |
|--|-----------------------|-------------------------|---|---------------------------|---------------------------|---|
| Names dos libertos | Idade Estado | Naturalidade e ocupação | Por quem foram libertos | Data da liberdade | Data dos registros | Observações |
| Severo = | Solterº 13 anos | Brasileiro | Por José Pires de Amorim | 20 de Fevrº 1873 | 24 de Fevereiro 1873 | Liberto pelo seu senhor |
| Zelim = | Não consta a idade | Brasileiro | Pelo Drº Maximiano de Sousa Bueno | 13 de Março 1873 | 15 de Março 1873 | Liberto pelo seu senhor |
| Manoel | 3 anos | " " | Por Umbelino da Silva Urdimha | 12 de Setembro 1873 | 13 de Setembro de 1873 | Liberto pelo seu senhor |
| Marcio – pardo | | " " | Por Francisco Vieira de Almeida Ramos | 1º de Maio de 1873 | 16 de Setembro de 1873 | Liberto pelo seu senhor |
| Pedro, Generosa, Antonio, Francisco, Vicente e Joaquim | Não consta a idade | Brasileiros | Por João Justino da Costa | 27 de setembro de 1871 | 12 de Janeiro de 1874 | Liberto pelo seu senhor |
| Joaquim – pardo | 11 anos | Brasileiros | Pelo Drº Manoel Joaquim de Lima | 19 de janeiro de 1874 | 7 de Março de 1874 | Liberto pelo seu senhor |
| Miguel - | Não consta | Africano | Por Abrahão Jacintho da Silva e sua mulher | 22 de Maio de 1871 | 6 de Junho 1874 | Liberto pelo seu senhor |
| Lucinda = | Ingenua | Brasileira | Manoel Ignacio Valentim | 12 de Agº de 1874 | 12 de Setembro de 1874 | Esta ingenua é filha da escrava Rosa e seu senhor a considerou inteiramente livre sua filha |
| Maria Joaquina | Não consta | -- --- | Por Manoel Fernandes Moura | 15 de Setembro de 1874 | 22 de Setembro de 1874 | Libertado por seu senhor |

N.B = Estes constão dos livros de Notas onde se achão registradas as Cartas

| | | | | | | |
|---|---------------------|------------------------------------|--|------------------------------|-------------------------------|--|
| Rosalina – parda | Soltra 24 anos | Brasileira | Por Joaquim Vieira Machado da Cunha | 20 de Novem- bro 1873 | -- | Foi declarada liberta na alim- pação de partilha a requerente do herdeiro Joaquim Vieira Machado da Cunha |
| F.124 | | | | | | |
| Nomes dos libertos | Idade Estado | Naturalidade e ocupação | Por quem foram libertos | Data da liberdade | Data dos registros | Observações |
| Faustino | Soltra 20 anos | Brasileiro | João Bernardes de Sousa | 20 de Novem- bro 1973 | -- | Foi declarado liberta na occa- sião da alimpação da partilha pelo herdeiro João Bernardes de Sousa. |
| Total = 58 escravos libertos - sendo 33 do sexo masculino e 25 do sexo feminino Consta mais de uma ingenua filha livre de mulher escrava | | | | | | |

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, F. 124-127.

Anexo III

Província do Espírito Santo
Município e Termo de Cachoeiro de Itapemirim
Relação de escravos alforriados pelo Fundo de Emancipação
(Artigo 42 do Regulamento baixado com o Decreto nº 5135 de 13 de Novembro de 1872)

F.161

| Número na Relação | Nomes dos alforriados | Número da matrícula geral no Município | Nomes dos Senhores | Valores por- que forão arbitrados | Data dos Julgamentos | Custas vencidas nos autos de ar- bitramento | Observações |
|-------------------|-----------------------|--|--------------------------------|---|-------------------------|--|--|
| 1 | Balbina | 2.189 | Joaquim José Pereira Gonsalves | 1:000\$000 | | | O senhor destes escravos desiste de 100.000, que cede á favor da liberdade da escrava Balbina, que será descontada em seu valor. |
| 2 | Affonso | 2.193 | Do mesmo | 1:500\$000 | 29 de Janeiro de 1876 | 57\$000 | |
| 3 | Gabriel | 2.194 | Do mesmo | 1:200\$000 | | | |
| 4 | Gertrudes | 6.284 | Joaquim Vicente de Souza | 100\$000 | 6 de março de 1876 | 45\$800 | |
| 5 | Felicia | 1.258 | Januario Dumbar | 1:350\$000 | 29 de Janeiro de 1876 | 72\$200 | |
| 6 | Aniceta | 1.260 | Antonio Raphael de Oliveira | 300\$000 | 29 de Janeiro de 1876 | 85\$200 | |
| 7 | Joanna | 1.261 | Do mesmo | 800\$000 | 29 de Janeiro de 1876 | | |
| 8 | Vicente | 7.555 | Misael Ferreira de Paiva | 2:000\$.000 | 7 de Fevereiro de 1876 | 68\$400 | |

| | | | | | | | |
|--------------------------|---------|-------|---|------------|--------------------|---------|--|
| 9 | Euzebia | 7.749 | Por herdeiros da finada Dona Umbelina Ferreira de Jesus | ?:300\$000 | 10 de abril de 876 | 73\$800 | |
| 11: 550\$000 402\$400 | | | | | | | |

Está conforme Villa do Cachoeiro de Itpm. 15 de Abril de 1876. - O Juiz Municipal e de Orphãos

Certifico

Misael Ferreira Penna

11:450\$000

Certifico que a presente relação em duplicata conferi com os autos de arbitramento existentes em meu poder e Cartório, de que dou fé. Cachoeiro de Itapemirim. 15 de Abril de 1876.

O Escrivão

Joaquim Jorge da Silva Quintaes

Fonte: APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 374, F. 161.

“NOS TRILHOS DOS TRILHOS”: OS REFLEXOS DA EXPANSÃO FERROVIÁRIA NO ESPÍRITO SANTO DO SÉCULO XIX

*Leandro do Carmo Quintão**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a implantação de vias férreas no Espírito Santo, partindo da hipótese de que tal processo fazia parte de interesses constituídos ainda no limiar do século XIX, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo, mediante a constituição de vias de comunicação. Além disso, parte do princípio de que houve uma significativa influência por parte do processo de expansão da malha ferroviária pelo ocidente, ou seja, pela Europa e pela América.

Palavras-chaves: Século XIX. Estrada de Ferro. Espírito Santo.

Introdução ao tema

O estudo da história ferroviária é, no Brasil, alvo de constantes produções: variadas dissertações de mestrado e teses de doutoramento volta e meia “aparecem” abordando, direta ou indiretamente, aspectos da história ferroviária, seja no campo econômico, político, social ou até mesmo cultural.

Atualmente, o tema não poderia estar fora de questão devido aos investimentos feitos na malha ferroviária nacional, após décadas de atrofiamento e descaso por parte do Estado brasileiro. Um novo pensamento ferroviarista parece ter impregnado algumas ações e discursos de importantes membros do governo, como da então candidata a presidente e ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no ano de 2010.¹

* Graduado e Mestre em História pela UFES. Professor concursado do IFES e associado efetivo do IHGES.

¹ Cf. *DILMA*: Investir em ferrovias é investir no crescimento do Brasil. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/index.php/noticias/153-dilma-investir-em-ferrovias-e-investir-no-crescimento-do-brasil>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.

O Espírito Santo não foge à regra. Há alguns anos, ainda no governo Paulo Hartung, cogitou-se a construção de uma ferrovia no sul do estado, a “Litorânea Sul”, resgatando um antigo projeto, outrora defendido por Florentino Avidos, de estabelecer uma ligação ferroviária de Vitória com a região Sul do estado, especialmente Cachoeiro de Itapemirim. Isto, pois já naquela época buscava-se uma alternativa à antiga ligação, mais onerosa em virtude do seu traçado sobre serras e vales da Região Serrana.²

Nesse sentido, e cientes desse processo histórico o qual vivemos, buscamos com o presente artigo compreender sob quais as motivações e como ocorreu a implantação de vias férreas no Espírito Santo, no século XIX.

1. Antecedentes: os antigos caminhos de chão

No apagar das luzes do século XVIII, D. João, então príncipe regente de Portugal, influenciado pela herança do pensamento pombalino, modificou a política colonial até então direcionada à América Portuguesa, no período áureo da mineração, ao apresentar uma nova estratégia de exploração colonial.³

² Trata-se da antiga Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, criada em 1892, tendo suas obras terminadas apenas em 1910. Seu traçado sobre serras e vales até hoje constitui-se como um obstáculo à logística de transporte ferroviário do estado. Para conhecer sua história, cf. Quintão, 2010.

³ A influência de Pombal era significativa devido a postos-chaves no aparelho de poder português serem ainda ocupados por elementos sociais que haviam contribuído de alguma forma para o projeto pombalino e pode ser caracterizada por ter concebido, nas palavras de Santos (2002: 160), “[...] o território brasileiro como portador de imensas virtualidades que precisavam ser criteriosamente esquadrihadas e efetivadas por uma política pública de valorização [...]”. Em suma, ainda persistia a ideia do Brasil como sendo tábua de salvação de Reino.

Nesse sentido, apresentou, inclusive, significativa preocupação com as capitanias que se encontravam estagnadas economicamente. Dentre essas, encontrava-se a do Espírito Santo, “[...] uma das mais obscuras e marginalizadas porções do território brasileiro [...]” (Santos, 2002: 165), com uma população insignificante e relativamente isolada das demais, contando com administradores, nas próprias palavras de D. João, ignorantes e pouco zelosos (Oliveira, 2008). Essa situação era agravada pelas restrições ao trânsito com Minas Gerais, em virtude da atividade mineradora, convertendo-se o Espírito Santo:

[...] numa espécie de “cinturão protetor” das minas, permanecendo a maior parte de seu território habitada por tribos indígenas aguerridas que acabara, se transformando, elas próprias, em mais um sério obstáculo à expansão da fronteira agrícola para o interior (Santos, 2005: 48).

Dessa forma, foi nomeado Antonio Pires da Silva Pontes para governar a capitania, inaugurando este, sob as orientações do príncipe regente, um plano para reanimá-la. Tal plano consistia basicamente no incremento da produção e das comunicações, inclusive com a populosa região das minas, dando início a um anseio que perduraria por todo o século XIX. A reboque, viria a ideia de transformar Vitória num importante centro exportador, inclusive em contato com o exterior. Segundo Silva Pontes (1978: 66 apud Santos, 2002: 183), “He preciso no entanto a diligencia de dar a direção aos comerciantes das Minas se encaminharem para este Porto; o que logo que vierem os navios da Europa se consegue”.

Embora Silva Pontes tenha saído sem ver nenhum de seus planos efetivamente realizados, muitos dos seus sucessores acabaram por se guiar mediante essas orientações. Um deles foi Francisco Alberto Rubim, que percebendo a impossibilidade de se chegar ao território mineiro pelos rios que deságuam no litoral capixaba, optou

por outros meios, tendo inclusive inaugurado uma estrada de chão ligando Vitória a Ouro Preto.⁴ Seria esse o caminho para retirar o Espírito Santo do marasmo o qual se encontrava.

Posteriormente, já após a independência, alguns presidentes de província incorporaram esse pensamento, tendo alguns deles realizado estudos para melhorias e/ou construção de novas vias que atravessassem as regiões inóspitas do interior capixaba. Assim, surgiram novas estradas, como a de Santa Thereza (ligando a região da capital ao nordeste de Minas Gerais — região próxima à Cuieté) e Itapemirim a Ouro Preto (ligando exatamente essas duas localidades); isto, pois, sem contar um número significativo de caminhos vicinais, comunicando localidades próximas, como a Estrada Costa Pereira, entre Cachoeiro de Santa Leopoldina e Vitória, entre outras (Quintão, 2010a).

Paralelamente, eram desenvolvidas políticas de povoamento, especialmente a partir de imigrantes europeus, com a formação de núcleos coloniais em regiões interioranas, próximas à capital, em consonância com o projeto de desenvolvimento dessa cidade (Santos, 2005). Desde então, surgiram os principais núcleos, estes, pois, em conexão com as estradas já existentes: o de Santa Isabel, às margens da Estrada São Pedro de Alcântara e Santa Leopoldina, próximo à Estrada de Santa Thereza.

Logo, não por acaso, a partir das ações dos governantes provinciais, é perceptível a estreita relação entre estradas, comércio e povoamento: quanto maior a população, maior a produção, o uso das estradas que o crescimento do comércio, contribuindo assim para formar um verdadeiro “círculo virtuoso”. No entanto, sempre houvera o contrário, muito pelos esforços limitados, de uma província pobre e mendicante de recursos junto ao governo geral. As

⁴ Posteriormente essa estrada passaria a se chamar “Estrada São Pedro de Alcântara”. Cf. Quintão, 2010a.

transformações esperadas até que aconteciam, mas num ritmo tão lento como as carroças puxadas por muares, e por caminhos sinuosos, defeituosos e estreitos, como as vias de comunicação da época. Era preciso, então, buscar uma alternativa de transporte que pudesse romper o marasmo, dando um novo vigor à economia capixaba, e ela certamente viria “de fora”.

2. As estradas de ferro e seu legado: entre a economia e a panaceia

Ao mesmo tempo em que se preocupavam com as estradas de rodagem da inóspita província do Espírito Santo, os governantes provinciais, muitos deles vindo de fora, deixavam-se seduzir pelos efeitos que uma invenção, filha daquele século, causara nas economias dos países ocidentais: tratava-se das estradas de ferro e suas locomotivas.

Perpassando o continente europeu na segunda metade do século XIX, percebia-se algo inédito: a quantidade de trilhos construídos rasgando territórios de norte a sul, de leste a oeste, que fosse pelo interior, quer fosse nas pequenas vilas, ou nas grandes cidades, estas laureadas por imponentes estações, que mais pareciam verdadeiros palácios (Possas, 2001). Era praticamente impossível cruzar alguma grande metrópole urbana ou o interior de alguns países, como a França, a Inglaterra e a (futura) Alemanha, sem se deparar com os imponentes trilhos.

Não por acaso, em cada um desses países essa modalidade de transporte se adaptou às respectivas realidades, sem deixar de contribuir, todavia, com o desenvolvimento capitalista. Por si só, segundo El-Kareh (1982: 15),

A construção ferroviária implicou no crescimento da produção mineira [ulha e ferro], da produ-

ção siderúrgica [trilhos, vagões, pontes metálicas] e da produção de máquinas e motores. [...] incentivou as indústrias leves como a de roupa [uniformes], de vidro [janelas de trens e estações] e a de construção [pontes e estações]. Ao mesmo tempo que a indústria ferroviária estimulava todos os setores da produção, [...] renovava este impulso.

Contribuiu também para o aumento da circulação de mercadorias e mão-de-obra, causando o barateamento de produtos e da força de trabalho, e até mesmo o surgimento de verdadeiros mercados nacionais, eliminando particularidades locais de gosto, abrindo caminho para o consumo em massa (Landes, 2005).

A despeito dessas benesses gerais, podemos ainda aferir peculiaridades próprias de cada país. Enquanto na Inglaterra, consolidou sua hegemonia econômica capitalista e até mesmo militar, possibilitou aos franceses o fim das crises de subsistência de alimentos, graças à distribuição mais regular dos excedentes agrícolas (Quintão, 2010b). Já no caso da Alemanha, Itália e Rússia, caracterizou-se por um papel unificador do território, fortalecendo a centralização política, sempre com um peso significativo do Estado por trás desses empreendimentos.

Fora da Europa, essa inovação desembarcou primeiramente nos Estados Unidos da América, e com sucesso, pois em duas décadas (entre 1828 e 1850), este país já alcançaria aproximados 15 mil quilômetros de trilhos construídos (Poliansky & Shemiskine, 1973 apud Quintão, 2010b). Lá, esse empreendimento possibilitou a comunicação da costa atlântica com a pacífica, tornando-se símbolo de progresso e desenvolvimento.

Já na América Latina, as ferrovias inseriram alguns países no mercado mundial, na qualidade de *banana republic*, ou seja, como exportadores de matérias-primas, fortalecendo o poder das elites agrárias regionais. Isto, pois, não sem as inversões das principais potências capitalistas europeias, ávidas por matérias-primas escas-

sas no velho continente, desde alimentos, passando por sebo, guano e cobre. Logo, não por acaso as ferrovias existentes tinham trajetos similares, na medida em que ligavam zonas de produção aos portos, estes fluviais ou marítimos, dependendo da região.

O Brasil apresentou também casos paradigmáticos, exemplos que certamente encheriam os olhos de qualquer governante interessado nesse meio de transporte. Tal fato parece ter sido verdade, pois a partir dos primeiros 14 quilômetros da Estrada de Ferro Mauá em 1854, a malha ferroviária nacional crescera vertiginosamente, chegando a alcançar mais de 9 mil quilômetros, às vésperas da queda da monarquia, em 1889 (Silva, 1986). Obviamente, alguns fatores forma cruciais, como a ação incisiva do Estado, ao controlar diretamente algumas companhias ou mesmo na oferta de garantia de juros para aquelas que se aventurassem nessa empreitada; e a presença de capitais estrangeiros, principalmente ingleses, pois a Inglaterra era maior país investidor em ferrovias brasileiras (Graham, 1973).

Também deve se ressaltar o grande “casamento” dessa modalidade de transportes e o café, pois boa parte das ferrovias que davam rendimentos significativos estavam em zonas cafeeiras. Segundo Costa (1998: 219),

uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: capitais liberados, braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transporte e que podiam agora voltar-se para as culturas; maior rapidez de comunicações; maior capacidade de transporte; mais baixos fretes; melhor conservação do produto que apresentava superior qualidade e obtinha mais altos preços no mercado internacional; portanto, possibilidades de maiores lucros para os proprietários; novas perspectivas para o trabalho livre.

Em suma, se por um lado a produção cafeeira podia gerar excedentes de capitais para esse tipo de investimentos, por outro, “a expansão da produção para zonas mais longínquas se deu condicionada à construção dos trilhos em direção ao interior” (Quintão, 2010b: 195).

De fato, tais circunstâncias econômicas, por si só, traduziam-se suficientemente relevantes para justificar o interesse na implantação de vias férreas. Mas além delas, havia uma grande panaceia causada por essa moderna criação. Não somente pelo poder transfigurador da locomotiva, de deslocamento rápido, capaz de distorcer a paisagem, de alterar a relação tempo-espço, pois, conforme nos afirma Foot-Hardman (2005: 51), “sua presença revela um universo singular de representações. Com as ferrovias, muito claramente, a técnica se desgarras das formas que a produziram e assume a feição sobrenatural”. Dessa forma, importá-las significava também importar a modernidade, a vitória do progresso e da civilização, “a confiança de um domínio absoluto sobre a natureza e o homem” (Costa & Schwarcz, 2000: 11).

Enfim, essa panaceia gerada pode ser resumida no encantamento, quer fosse simplesmente pela sua presença, pelo encurtamento de distâncias, pela sensação de velocidade, pela mudança na dimensão espaço-tempo. Tornava-se, inclusive, símbolo do pacifismo mundial, então crença pujante nos primórdios da *Belle Époque*, embora se convertesse num instrumento da ideologia burguesa, através da adequação — e porque não submissão — aos horários da saída e chegada das composições, medidos pelos relógios pregados nas paredes das estações ferroviárias. Em suma,

Os trens e trilhos produziram uma realidade representada pelas imagens que acabaram sendo incorporadas como verdades. Dessa forma, vivenciar o “espetáculo” das ferrovias, suas ima-

gens, as abstrações criadas e generalizadas [...] era uma forma de antever o desenvolvimento de uma sociedade que, alienada, vivia o “fetiche da mercadoria”, não apenas no sentido de “ter”, mas de “aparecer” pela força da imagem, pelo poder de viver e acreditar no que os meios de comunicação construíam (Possas, 2001: 46).

3. As estradas de ferro chegam ao Espírito Santo

O governo provincial do Espírito Santo, a partir da implantação das primeiras ferrovias no país, passou a se articular para alcançar esse objetivo, no final da década de 1860. Contudo, as dificuldades foram diversas, devido às condições internas e externas.

Externamente, por causa da Guerra do Paraguai, em meados da década de 1860, não havia apoio do governo imperial, mais preocupado em dar concessões ferroviárias de caráter estratégico, deixando para as províncias e/ou a iniciativa privada os projetos que atendiam unicamente a interesses localistas. Dessa forma, o Espírito Santo, província pobre e com pequena produção agrícola, acabou sendo apenas a décima quinta província a concretizar tal feito (Silva, 1904 apud Rosa, 1998).

Internamente, a província apresentava, como vimos, uma economia desatratante, mesmo na produção cafeeira, emergente e pequena, ainda boa parte baseada no trabalho escravo e que gerava poucos excedentes que pudessem ser investidos (Rocha & Cosseti, 1983), como já estava ocorrendo em São Paulo, pelas mãos da sua burguesia cafeeira.

A despeito desses empecilhos, o desejo de adquirir esse tipo de transporte era cada vez maior. Dessa forma, esforços foram feitos. O primeiro governante a expor o pensamento ferroviarista no Espírito Santo foi Francisco Ferreira Correia, em 1871. Tendo como

ideia ligar Itapemirim a Vitória, passando por Piúma, Benevente (Anchieta) e Guarapari, num total de 20 léguas, ou seja, 120 quilômetros⁵ (Espírito Santo, 1872a). Porém, foi no ano seguinte que se deu a materialização desse anseio graças à aprovação da Lei Provincial n.º 37 de 1872, que buscou fixar as bases para a rede ferroviária a nível provincial e, segundo Rosa (1976: 42), “determinava um verdadeiro plano ferroviário provincial, que iria abranger todo o Espírito Santo, cortando-o no sentido longitudinal”⁶.

A partir dessa lei, um contrato foi celebrado com Thomaz Dutton Júnior, Francisco Portela e Miguel Feital em 23 de outubro 1873. Entretanto, muito menos ousado do que presumia a lei n.º 37 de 1872, previa a construção apenas de uma via férrea que ligasse Vitória até Natividade, mais ao noroeste, em território mineiro (Espírito Santo, 1873), tendo essa concessão privilégio de 60 anos e garantia de juros de 7% ao ano. Os outros trechos, incluído a ligação de Vitória com o sul da província, ficariam para depois. Isso não significava, contudo, desinteresse pela região sul, pois os contratados chegaram a reclamar com o presidente da província, em 1874, sobre um ante-

⁵ Partimos do princípio que a légua no Brasil vale 6 km.

⁶ Lei Provincial n.º 37 de 1872. Essa lei, dentre outras resoluções, dava concessão de privilégio exclusivo por 60 anos a Miguel Feital, Thomaz Dutton Junior e Francisco Portela. A garantia de juros seria de 7% sobre o capital empregado, calculado na razão de 200 contos de réis por légua de estrada. A via férrea seria de bitola estreita, dividida em seis seções: 1.ª- de Vitória a Minas Gerais, passando pelo Porto de Souza às margens do Rio Doce; 2.ª- de Vitória ao Monte Belo, às margens do Rio Iconha; 3.ª- de Monte Belo a Cachoeiro de Itapemirim; 4.ª- de Cachoeiro de Itapemirim à Vila do Alegre, margeando o Rio Itapemirim, a entroncar-se com os limites da província de Minas Gerais pelo sul; 5.ª- da linha para o norte (do ponto em que for mais conveniente) até São Mateus; e 6.ª de Cachoeiro de Itapemirim a São Pedro de Itabapoana (Mimoso do Sul). Cf. ESPÍRITO SANTO (Estado). *Livro das leis da província do Espírito Santo contendo as leis e resoluções da Assembleia Legislativa na Sessão Ordinária de 1892*. Tomo XXXV. Vitória: Typografia do Espírito Santense, 1872.

projeto na Assembleia Provincial que contemplaria a concessão de uma ferrovia de Cachoeiro de Itapemirim a Alegre (Rosa, 1976).⁷

Tendo em vista o quase total desconhecimento dos empresários na realização de estudos, a falta de recursos e de boas vias de penetração e locomoção para tal feito, “a construção [de uma via férrea nesse período] era mais uma obra artesanal do que industrial” (Ibidem: 44). Dessa forma, a concessão estava fadada ao fracasso, o que acabou acontecendo em 1877, apesar dela ter se transformado em “geral” no ano de 1875 (ou seja, com garantias do Império) e os empresários responsáveis terem adquirido mais dois anos, a partir de então, para realizar a empreitada. No ano seguinte, o tenente coronel João Russel requereu a concessão, mas por não cumprir os prazos, viu seu contrato seguir o mesmo caminho daquele feito com os empresários anteriores.

Logo depois, em 1881, uma nova concessão foi realizada para a firma *Waring Brothers*, de origem inglesa, com garantia de juros de 6% por 30 anos, podendo se estender por mais tempo caso fosse necessário um volume de capital maior “por causas imprevistas ou emprego justificado” (Brasil, 1883: 290). Após a companhia realizar novos estudos para o trajeto de Vitória a Natividade e este encarecer os custos do quilômetro, acabou tendo sua concessão caducada pelo governo Imperial e seus gastos ressarcidos (Ibidem, 1885: 282).

Paralelamente às concessões do Império, que pareciam não surtir os efeitos esperados, o governo provincial concedia garantia de juros a outros trechos de igual relevância. Assim sendo, no início da década de 1880, deferiu um requerimento de concessão de privilégio para a construção de duas vias férreas: uma ligando Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, saindo de Argolas (Vila Velha), passando por Viana, Guarapari, Benevente, Itapemirim e Cachoeiro, seguin-

⁷ Segundo Rosa, trata-se do “Ofício enviado ao presidente da província do Espírito Santo por Thomaz Dutton Júnior e outros, em 3 de outubro de 1874”. Série G. Caixa de Correspondência com a Presidência – 1874.

do de lá até as cabeceiras do Rio Pardo, e a outra, de Cachoeiro até Duas Barras, com um ramal para Alegre e outro para Castelo. O objetivo era transportar para a capital o café produzido em toda a região sul da província, polarizada pelo município de Cachoeiro, bem como da região mineira próxima à divisa com o Espírito Santo. Buscava-se também uma ligação com o território mineiro pelo sul da província, e o conseqüente transportar a sua produção. Na visão do presidente Eliseu Martins, essa estrada, quando pronta, teria em seu favor atravessar municípios já bastante povoados, e onde a agricultura tivesse maior vulto, facilitando a concessão de garantia de juros por parte do governo (Espírito Santo, 1880).

Para o primeiro ramal, foi dada uma concessão de 50 anos, em 1880, a Eduardo Mendes Limoeiro e José Maria Barbosa, mas o projeto não progrediu e em comum acordo foi cancelado. Somente em 1891, no período republicano, o projeto foi retomado, dessa vez pela “Companhia de Viação Férrea Sapucaí” (Quintão, 2010a).

Já o trecho entre Cachoeiro de Itapemirim a Duas Barras acabou saindo do papel apenas alguns anos antes da Proclamação da República. A empresa responsável foi a “Companhia de Navegação e Estrada de Ferro Caravelas”, de propriedade do Visconde de Matosinhos. E, tendo os estudos sido realizados no prazo correto, a construção durou menos de dois anos, com início em janeiro de 1886 e término em setembro de 1887. Foram os primeiros 71 km de trilhos inaugurados na província, sendo 49,5 km destinados a Alegre e 21 km ao ramal de Castelo (Brasil, 1889). O objetivo da ferrovia era transportar o café da região de Alegre e Castelo para Cachoeiro de Itapemirim e de lá para o porto de Itapemirim, agilizando o comércio exportador naquela região.

Até o fim da Monarquia nada mais foi realizado. Ao adentrar o período republicano, o Espírito Santo, conforme nos mostra a tabela 1, possuía míseros 71 quilômetros de trilhos construídos, enquanto Rio

de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais já passavam da casa dos milhares. Mesmo o Distrito Federal, composto apenas pelo município do Rio de Janeiro, estava à frente, com 105 quilômetros já implementados.

A grande diferença quilométrica da malha ferroviária entre os três principais estados cafeeiros e o Espírito Santo refletia-se também nas porcentagens. Seus valores eram muito próximos: São Paulo possuía 2.464 km representando 38,24% de toda a malha ferroviária da região sudeste e 26,62% do país; Minas Gerais, 1.996 km representando 30,98% do total da região sudeste e 21,56% do total nacional; e Rio de Janeiro, 1.807, representando 28,04% a nível regional e 19,52% a nível nacional. As porcentagens capixabas eram tão insignificantes quanto a sua quilometragem: 1,10% a nível regional e 0,77% a nível nacional.

Tabela 1 – Participação do Espírito Santo na malha ferroviária da Região Sudeste e do Brasil em 1890

| Estados | Km de Ferrovia | % sobre a malha da Região Sudeste (6.443 km) | % sobre a malha nacional (9.255 km) |
|------------------|----------------|--|-------------------------------------|
| Minas Gerais | 1.996 | 30,98 | 21,56 |
| São Paulo | 2.464 | 38,24 | 26,62 |
| Espírito Santo | 71 | 1,10 | 0,77 |
| Rio de Janeiro | 1.807 | 28,04 | 19,52 |
| Distrito Federal | 105 | 1,62 | 1,13 |

Fonte: SILVA, 1904 apud ROSA, 1998.

Ao compararmos a tabela 1 (porcentagem das linhas férreas da região sudeste, por estado) com a tabela 2 (porcentagem da produção de café da região sudeste, por estado) nota-se que em São Paulo havia 38,24% de toda a malha da região para atender uma produção de 37,1%, Minas Gerais possuía 30,98% de trilhos para atender uma produção de 20,8%, o Rio de Janeiro, 28,04% para atender uma produção de 37,8%; enquanto o Espírito Santo 1,10% para atender uma produção de 4,3%.

Esses valores nos induzem a entender que em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro havia uma maior estrutura quantitativa de ferrovias para suas respectivas produções cafeeiras, uma vez que no Espírito Santo, a porcentagem dessa produção, embora pequena se comparada aos demais estados, era quatro vezes maior do que a porcentagem da malha ferroviária.

Tabela 2 – Produção de café exportada pelos principais estados produtores

| Média Anual do período | São Paulo | | R. Janeiro | | Minas Gerais | | Esp. Santo | | Total | |
|------------------------|-----------|------|------------|------|--------------|------|------------|-----|-------|-------|
| | Vol. | % | Vol. | % | Vol. | % | Vol. | % | Vol. | % |
| 1881-1890 | 2.138 | 37,1 | 2.176 | 37,8 | 1.200 | 20,8 | 250 | 4,3 | 5.764 | 100,0 |

Fonte: TAUNAY, 1943; FRAGA, C.C., 1963 apud CANO, 2002.

Conseqüentemente, sua pouca quilometragem não conseguia atender à produção relativamente pequena, existente em uma região geograficamente pequena, se comparada com as demais regiões cafeeiras dos estados vizinhos.

Considerações finais

Não restam dúvidas de que o século XIX foi o século das estradas de ferro. Não somente pelo seu surgimento, nas minas inglesas, mas também pela velocidade com que se espalhou pelo mundo (Hobsbawn, 2004). Primeiro pela Europa continental, em seguida pela América do Norte e logo depois para a “periferia” do mundo capitalista: a América Latina, a África e a Ásia. Sempre mediante inversão de capitais dos países dito “imperialistas”.

É digno de nota, como fiel colaborador desse processo a presença do Estado, única instituição seguramente capaz de arcar, a princípio, com o ônus desse tipo de investimento, ainda pautado

por incertezas. Nesse sentido, o Brasil não fugiu à regra, a partir da ação do Estado Imperial e de alguns governos provinciais, inclusive aqueles que não eram contemplados pelos interesses e projetos nacionais, caso do Espírito Santo.

Essa região ficaria à margem dos grandes projetos ferroviários, devido às dificuldades e limitações econômicas. Para tanto, consideramos três fatores como sendo os principais: o primeiro, a ausência setores privados a nível nacional quanto estrangeiro, que fossem habilitados e com recursos suficientes para investir, pois a produção cafeeira capixaba não era atrativa, se comparada com a paulista, mineira, ou mesmo fluminense; o segundo, a inexistência de um grupo forte de grandes cafeicultores locais que pudesse investir em ações de possíveis empresas ferroviárias, devido aos seus parques excedentes adquiridos nessa economia; e o terceiro, a falta de recursos do governo local, província pobre com rendas diminutas. Dois grandes casos são ilustrativos: o primeiro, a ligação de Vitória a Natividade, que, não obstante tivesse garantias de juros do governo geral, não conseguiu sair do papel, amargando concessões frustradas; o segundo, a dificuldade da Estrada de Ferro Caravelas em receber o valor em garantia de juros, que era de 97:563\$361, embora o custo por quilômetro fosse baixo, no valor de 22:290\$310 (Brasil, 1889), se comparado com o de outras estradas de ferro da época.⁸

Entretanto, a despeito dessas limitações, buscamos comprovar que esforços foram realizados a nível regional para a construção da

⁸ As estradas de ferro comparadas foram: Natal-Nova Cruz (RN), Conde D’Eu (PB), Recife a Limoeiro (PE), Central de Alagoas (AL), Central da Bahia (BA), Nazaré (BA), Santo Amaro (BA), Valenciana (RJ), Carangola (RJ), Ituana (SP), Sorocaba (SP), São Paulo-Rio (SP/RJ), Mogiana (SP), Leopoldina (RJ/MG/ ES), Oeste de Minas (MG), Rio-Minas (RJ/MG), Paranaguá-Curitiba (PR), Tereza Cristina (SC) e Rio Grande a Bagé (RS). Os custos por quilômetro variaram entre 91:148\$548 (E.F. Rio-Minas) e 22:267\$640 (E.F. Oeste de Minas). Cf. Benévolo, 1953 apud ROSA, 1998.

primeira ferrovia e que, preterido pelo governo Imperial, o Espírito Santo procurou buscar seu próprio desenvolvimento, independentemente de projetos nacionais, mas influenciado pelas transformações que esse meio de transporte estava causando em boa parte do ocidente, a maioria delas crucial para o desenvolvimento do capitalismo. Ressaltamos também o fascínio por essa invenção, não somente no aspecto econômico, mas também no cultural, embora o primeiro fosse o carro-chefe.

Por fim, afirmamos que o século XIX não se findaria sem que o Espírito Santo adequasse seu projeto estratégico de comunicação, comércio e produção às vias férreas, colocando nos trilhos e na pujança das locomotivas as suas expectativas de desenvolvimento, mediante a expansão das exportações e o fortalecimento da sua economia. No entanto, ficaria para o século seguinte o resultado desse processo, mediante a da expansão da malha ferroviária capixaba, especialmente pelas zonas cafeeiras do estado.

Referências

Fontes primárias

BRASIL (Ministério da Agricultura). Ministro, 1882 (Henrique d'Ávila) *Relatório apresentado à Assembléa Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Henrique d'Ávila*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

_____. (Ministério da Agricultura). Ministro, 1884 (João Ferreira de Moura) *Relatório apresentado à Assembléa Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

_____. (Ministério da Agricultura). Ministro, 1886-1888 (Rodrigo Augusto da Silva) *Relatório apresentado à Assembléa Geral na quarta*

sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (1872: Fonseca). *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Presidente da Província o Exm.Sr.Dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca no dia 2 de Outubro de 1872*. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1872.

_____. Vice-presidente (1872-1876: Mascarenhas). *Relatório com que o Vice-Presidente da Província Coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas passou a administração ao Exmo.Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barboza no dia 6 e Novembro de 1873*. Vitória, Typ. do Espírito-Santense, 1873.

_____. Presidente (1879-1880: Martins). *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa do Espirito-Santo em sua sessão ordinaria de 9 de março de 1880 pelo presidente da provincia, o exm. sr. dr. Eliseu de Sousa Martins*. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1880.

_____. Presidente (1881-1882: Tostes). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito-Santo em sua sessão ordinaria de 8 de março de 1881 pelo presidente da provincia, Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes*. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1881.

_____. Presidente (1885-1886: Rodrigues). *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 22 de outubro de 1885 pelo presidente, dezembargador Antonio Joaquim Rodrigues*. Victoria: Typ. do Espirito Santense, 1886.

Fontes secundárias

BITTENCOURT, Gabriel. *História geral e econômica do Espírito Santo. Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

COSTA, Angela Marques da; Schwarcz, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Coleção Virando Séculos).

- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COUTY, Louis. *O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1984.
- DILMA: Investir em ferrovias é investir no crescimento do Brasil. Disponível em: <<http://www.antf.org.br/index.php/noticias/153-dilma-investir-em-ferrovias-e-investir-no-crescimento-do-brasil>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.
- EL KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta*. A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865). Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERROVIA Litorânea Sul vai transformar a região em pólo. In: *GAZETA on line*. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/11/567422-ferrovia+litoranea+sul+vai+transformar+a+regiao+em+polo.html>. Acesso em 23 nov.2009.
- FOOT-HARDMAN, Francisco. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado do Cultura, 2008 (Coleção Canaã, v.8).
- POSSAS, Lídia Maria Viana. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru: Edusc, 2001.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.
- _____. Estradas de ferro no século XIX: uma alternativa para o desenvolvimento econômico nacional. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo (org.). *Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições*. Vitória: Grafitusa, 2010.

ROCHA, Haroldo Correa; COSSETI, Maria da Penha. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930*. Vitória: NEP – Departamento de Economia – UFES, 1983.

ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas. 1890-1940*. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

_____. *Implantação de Vias Ferras no Brasil*. Vitória: IHGES, 1998. Coleção Almeida Cousin, n. 35.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel (org.). *Espírito Santo: Um Painel de nossa História*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 2002.

_____. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. In: *DIMENSÕES* – Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.º 17, 2005.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

ESTRADAS DE FERRO

*Evandro Moreira**

Já em 1872 o jornalista Basílio Carvalho Daemon já havia apresentado projeto para construção de uma estrada de ferro de Cachoeiro a Itapemirim, para facilitar o transporte de mercadorias. Somente em 1886 o capitão Henrique Deslandes conseguiu a concessão para construir a ferrovia de Cachoeiro a Pombal (Alegre) e Castelo, não podendo estendê-la até Itapemirim para não interferir com a navegação que já funcionava pelo rio Itapemirim. De fato, os interesses da empresa foram oficialmente garantidos pela intervenção do presidente Moniz Freire que, em 1894, explicitou a regalia, por vinte anos.

Deslandes transferiu ao capitalista Visconde de Matozinhos, dono do jornal O Paiz e presidente da Cia. de Navegação Espírito Santo e Caravelas, que em 1887 inaugurou a E. F. Caravelas, ligando Cachoeiro a seus dois distritos.

Em 04 de junho de 1892 o mesmo Moniz Freire autorizou estudos e orçamento de uma via férrea entre Cachoeiro e Matilde, com entroncamento no ramal Vitória – Rio Pardo. Em 09 de maio de 1898 o Decreto 2898, do mesmo presidente Moniz Freire autorizou a ligação de um ramal ferroviário vindo de Santo Eduardo até Cachoeiro. A Leopoldina Raylway executou o projeto, inaugurando-se a Estação de Cachoeiro, denominada “Moniz Freire”, em data de 25 de julho de 1903.

Em março de 1908 chegou o material para início da Estrada de Ferro Sul-do-Espírito Santo que ligaria Cachoeiro a Matilde - Vitória, com um ramal para Rio Novo. E as obras dessa ferrovia propiciaram a primeira greve em Cachoeiro, em novembro de 1908, por

* Escritor, Professor e Jornalista.

atraso de pagamento aos operários, que foram reclamar em Campos... marchando a pé, tendo alguns sido metralhados pelo contingente policial mandado por Jerônimo Monteiro, como advertência e lição aos grevistas, embora já houvessem cessado a paralisação ...

O ramal Cachoeiro – Vitória foi inaugurado em 27 de junho de 1910. Os pontos altos foram a ponte de ferro sobre o Itapemirim, outras pontes menores, pontilhões, túneis e viadutos, até hoje servíveis. Esteve presente o presidente da república Nilo Peçanha e outras autoridades.

Em 1920, superada a proibição de Moniz Freire, foi construída a ferrovia ligando Cachoeiro a Paineiras, complementada até Barra de Itapemirim e, em 1925, a Marataízes.

(Dados colhidos no livro *Cachoeiro – Uma História de Lutas* (1539 a 1980), autoria de Evandro Moreira – da Academia Espírito-santense de Letras.

A Ponte de Ferro

Uma das mais importantes obras de engenharia de nossa cidade é a “ponte de ferro”, iniciada em julho de 1908. Liga as duas margens do rio Itapemirim e foi parte essencial na extensão da Estrada de Ferro Sul-do-Espírito Santo, ligando Cachoeiro a Vitória, via Matilde e interlingando nossa capital ao Rio de Janeiro.

O molde, em madeira, foi trabalho de Álvaro Ramos, que foi dos mais exímios marceneiros, deixando inúmeras obras, inclusive o Colégio “Bernardino Monteiro”, inaugurado em 1913. Era filho de Antonio Ramos, o primeiro acendedor de lampiões de Cachoeiro. Foi político ativo, preso algumas vezes por suas convicções socialistas, junto com Waldemar Mendes de Andrade, José Bento, Raul dos Santos Paiva e vários outros. A ponte registrou ainda o primeiro acidente da Ferrovia, com a queda do operário Domingos Regis, que morreu ao fraturar o crânio nas muitas pedras do leito do rio.

A ponte com 126m foi inaugurada em 27 de junho de 1910, juntamente com as demais obras da Ferrovia: pontilhões na Cachoeira Alegre, com 10m; pontilhão de 4 m em Cobiça; ponte no Oriente, com 20m; ponte na Boa Esperança, com 30m; viadutos na Pedreira do Peregrino (dos maiores e mais difíceis de se executar); viaduto do Silvino, com 30 m; cinco túneis — de 8 m no km 18, de 40 m no km 19, de 90 m no km 23, de 120m no km 38 e outro de 150m, no km 39 — e nada caiu, até hoje, pois foram obras sólidas, executadas pelo engenheiro Florentino Ávidos (futuro presidente do Estado), assessorado por Henrique Viard. Estiveram presentes o presidente Nilo Peçanha, acompanhado dos generais Dantas Barreto e Bento Ribeiro, Ministro da Viação Francisco Sá, deputado Pereira Nunes, senadores Moniz Freire, João Luiz Alves e Bernardino de Souza Monteiro. Foram saudados pelo dr. Manoel de Barros Júnior, juiz de direito, com a presença do dr. Pinheiro Junior, do

promotor Aristóteles Solano, Coronel Antonio Marins e o diretor do jornal Cachoeirano Alexandre Ramos (irmão de Álvaro). Foi homenageado na ocasião do dr. Raulino de Oliveira.

No dizer do jornalista, a recepção oferecida ao Presidente foi “pífia, muito pífia”, por constar apenas de “biscoitos comuns, rosquinhas, café e chocolate talhado”.

Coisas da História de Cachoeiro que pouca gente conhece.

(do livro Cachoeiro – Uma História de Lutas (1539 a 1980), de Evandro Moreira)

NOBERTINO BAHIENSE, CABOCLO BERNARDO
E O IMPERIAL MARINHEIRO

*Gabriel Bittencourt**

A historiografia capixaba iniciada com a **“Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811”**,¹ de acordo com José Honório Rodrigues, e decisivamente continuada a partir das **Memórias para servir a história até o ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo... escrita em 1818**, do governador Francisco Alberto Rubim (1768-1843), encontrou seguidores no mesmo período em Inácio Acioli de Vasconcelos, que presidiu a província nos albores da Independência (**Memória estatísticas e documentos da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828**), e no próprio filho de Rubim, Braz da Costa Rubim que fez publicar na **Revista do IHGB** as suas **“Notas, apontamentos e notícias para a história do Espírito Santo”** (1856). Prestaram inestimável contribuição à historiografia regional. Seus estudos constituem mananciais imprescindíveis aos que se ocupam dos temas locais e regionais.

É nesse contexto que se agiganta a figura de Saint-Hilaire (**Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil**), François Biard (**Deux années au Brésil**) e, sobretudo, Maximiliano, Priz von Wied-Neuwied; que percorreu o Espírito Santo, desde a barra do Itabapoana até o Mucuri, e o descreveu com minúcias, para valorizar a primitiva pujança da natureza capixaba, entre outros autores do período pioneiro, e que tiveram suas atenções des-

* Doutor em Direito e Livre Docente em História, é Vice-Presidente do IHGES e Presidente da Academia Espírito-Santense de Letras, autor do livro *História Geral e Econômica do Espírito Santo*.

¹ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – Ano 1 – 4 (jan./dez, 1939). Rio de Janeiro: O Instituto, 1939, pp. 240-247, 1842.

pertadas para o legendário Vale do Rio Doce, onde transitará com destaque o historiador Norbertino Bahiense com o seu Caboclo Bernardo e o naufrágio do Imperial Marinheiro, ocorrido na foz desse mesmo rio.

O Rio Doce nasce na Serra da Mantiqueira, perto de Ouro Preto, e tem 800km de extensão. Conhecido desde o início da colonização era denominado de “Vatu” pelos índios botocudos que habitavam o vale. De navegação difícil, no entanto foi um fator natural de desmatamento da região na década de 1920, quando as árvores da sua pujante floresta eram cortadas e as madeiras desciam amarradas em forma de jangadas até a sua foz.

Na historiografia capixaba, Bahiense, é autor do século XX foi, portanto, precedido por José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Misael Ferreira Pena, Cezar Augusto Marques e, sobretudo, Basílio de Carvalho Daemon, além de Afonso Cláudio de Freitas Rosa, entre outros. Mas ele faz parte de uma geração de importantes historiadores que preencheram a lacuna deixada pelos que os precederam no século anterior e que foram responsáveis pelos grandes painéis da nossa historiografia no período. Entre estes Maria Stella de Novaes, Luiz Serafim Derenzi, Eurípedes Queiróz do Vale, Cícero Moraes, e José Teixeira de Oliveira; todos membros do IHGES; instituição fundada em 1916 e que chega aos nossos dias com grande lastro de realizações.

Norbertino Bahiense assim como Levy Rocha, podem ser consideradas figuras isoladas do período. Quase todos têm em comum a característica que marca a produção historiográfica capixaba da época, qual seja a ligação de seus autores ao IHGES, mas também, o patrocínio de seus próprios livros, à vista da falta de recursos financeiros e do desinteresse que campeava nas instituições culturais e editoras, a propósito dos estudos regionais. Há que se destacar, no entanto que, plano da pesquisa histórica, ela está cristalizada, com

destaque, nos trabalhos publicados em mais de sessenta edições da **Revista do IHGES**, onde transitam desde sua fundação (1917) boa parte desses mesmos autores.

Viagem de D. Pedro II no Espírito Santo (Rio, 1960), **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo** (Brasília, 1971) e **De Vasco Coutinho aos contemporâneos** (1977), são temas destacados na obra de Levy Rocha. Enquanto **Domingos Martins e a Revolução Pernambucana de 1817** (1974) e **Caboclo Bernardo — O naufrágio do Imperial Marinheiro e outros — Rio Doce** (1948), foram obras privilegiadas de Norbertino Bahiense, que elegera a biografia de vultos capixabas como tema.

São trabalhos e pesquisas que aparecem, a partir da conjuntura historiográfica do meado do século passado, quando começara a surgir forte tendência na historiografia brasileira que passaria a privilegiar a micro-história ou história regional, seguindo aquela inspiração do grupo dos **Annales**, da França; traçando paralelas e contraste inter-regionais, através de pesquisas multidisciplinares das ciências sociais e até mesmo das ciências biológicas, para reversão daquela defasagem verificada na produção dos textos históricos tradicionais. Este também foi o momento do aparecimento das faculdades de filosofia, ciências e letras (1953) e, com elas, os cursos de história; que irão juntar-se ao IHGES, herdeiros que foram do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criador delas em 1919.

Norbertino Bahiense dos Santos, historiador nascido em Vitória, em 20 de abril de 1889. Autodidata, estreou na historiografia capixaba com o livro **O Convento da Penha**, que recebeu o 1.º Lugar no concurso Cidade de Vitória. Publicou também, entre outros trabalhos, “Os limites do Espírito Santo na Voz da História”, **Domingos Martins e a Revolução Pernambucana de 1817**; este com prefácio do acadêmico e presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, trouxe luz esclarecendo decisivamente a

trajetória do herói capixaba, nascido no atual município de Marataízes (anteriormente pertencente à Itapemirim). Bahiense, dirimiu dúvidas e, confrontando documentos, refutou calúnias que pairavam sobre o notável precursor da república que viera ao mundo no lugar denominado Caxanga, no sul do Estado do Espírito Santo.

Bahiense freqüentou escola primária do Professor Arnulfo Matos, em Cachoeiro de Itapemirim, para onde se mudara a família e o pai se estabelecera com atividade comercial. Transferiu-se, posteriormente para Vitória, depois de uma passagem pelo Colégio dos Padres, que o obrigava a se deslocar a cavalo pela velha ponte, construída em 1887, e que permitiu a ligação dos dois lados da cidade que é dividida pelo Rio Itapemirim. Um marco da história da municipalidade que coroou de êxito a administração Gil Goulart.

Depois de 1910, quando ficou concluída a ponte de ferro sobre o Rio Itapemirim construída pela Leopoldina *Railway*, as viagens entre Cachoeiro e Vitória pela estrada de ferro tornaram-se uma realidade. Por esse meio transferiu-se a família Bahiense para Vitória, fixando-se em modesta casa da “Cidade de Palha”, atual Vila Rubim. Enquanto a ferrovia será marcante na vida de Bahiense, atuando profissionalmente nesse setor por toda vida profissional.

Norbertino que desde cedo tivera contato com comércio, como caixa do armazém do pai, Joaquim Bahiense Filho, ainda criança, entre os 12 e 13 anos, tornou-se ajudante do astrônomo Borges de Melo, que construíra um Observatório Astronômico na fazenda de Itacibá, que fora arrendada por Joaquim Bahiense que para ali havia se transferido com a família. Mas sua grande oportunidade profissional veio na adolescência, na Estrada de Ferro Diamantina, a atual Vitória a Minas, da empresa Vale do Rio Doce, onde trabalhava no escritório do tráfego, no setor de telegrafia, técnica iniciada no Observatório de Itacibá.

Sua trajetória na Diamantina está pontilhada de episódios pitorescos, mas, também, desagradáveis, que chegaram a colocar em

risco sua vida e a incolumidade da família. Chefe da Divisão de Transporte da Estrada de ferro, mesmo não sendo engenheiro, por isso mesmo, foi bastante hostilizado por esses profissionais até que quando da criação da Cia. Vale do Rio Doce foi nomeado Chefe do Serviço de Compras da empresa. Nesses cargos, teve que tomar inúmeras medidas punitivas contra funcionários transgressores, razão pela qual não lhe faltaram ameaças, até mesmo à sua família pela insatisfação que tais medidas suscitavam entre os que terminaram punidos por mau comportamento.

Em Vitória, estudou no “Grupo Escolar Gomes Cardim” e, posteriormente na Escola de Comércio, que para ele “era uma Academia”. Dedicou-se também ao estudo da língua inglesa.

Casou-se em 5 de outubro de 1918, com Gercina da Rocha Simonetti, falecida em 14 de agosto de 1964, com 63 anos de idade. Foi uma perda jamais assimilada. Antes já havia falecido a filha primogênita, Carmen, e outra chamada Arjuna. Norbertino sobreviveu.

Residiu em Vitória na Rua Tiers Veloso, onde o mar batia, outrora, até as proximidades do “Cais de São Francisco”, quando o atual Parque Moscoso era também ocupado pelo mar. Com o falecimento da esposa, foi viver no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, fixando-se, posteriormente, em Belo Horizonte.

Além de pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e à Academia Espírito-Santense de Letras, entre outras Instituições, cuja ascensão considerava um prêmio, grande homenagem recebida credita também à Cia. *Standard Oil* que lhe agraciou com a Medalha de Ouro, em reconhecimento ao seu trabalho em prol da coletividade.

Norbertino faleceu em agosto de 1989, na cidade de São Paulo. Mas seu corpo foi inumado em Vitória, no cemitério Santo Antônio.

A importância desta sua obra reside não só em seu valor histórico, mas por inaugurar também um momento historiográfico de

referência, subsidiado, por documentos do governo provincial e em fontes historiográficas que o autor pretendeu nesse livro explorar os aspectos e as confluências históricas e sociais para a reconstrução do passado regional em que se ateu o herói Bernardo José dos Santos.

Bernardo José dos Santos, o Caboclo Bernardo, de acordo com Eurípedes Queiroz do Valle, era um simples pescador e “remador de catraia”, morador de Regência, na foz do Rio Doce, no Município de Linhares (ES).²

No episódio do naufrágio do Navio Escola “Imperial Marinheiro”. Ele foi responsável pelo salvamento de todos os Guardas-Marinhas e oficialidade da embarcação que soçobrara na madrugada de 7 de setembro de 1887, nos baixios da foz do Rio Doce.

O “Imperial Marinheiro” fora enviado para a região da Barra do Rio Doce, (atual Regência), com a missão de traçar a carta náutica da costa norte do Espírito Santo e sul da Bahia, devido ao grande fluxo de embarcações, inclusive internacionais, que necessitavam transitar por ali, nas proximidades da foz do Rio e terminavam por se chocar com o pontal sul desse acidente geográfico, que esconde bancos de areia e recifes que estavam sempre a desafiar os navegantes. Perigoso também se tornara a região à navegação internacional, fato que chegara ao conhecimento do Almirante Mouchez, Diretor do Observatório de Paris, que denunciara o perigo náutico na travessia dos Abrolhos, na Bahia, “onde alguns transatlânticos franceses haviam tocado em recifes coralinos não assinalados nas cartas oceânicas”.³ Fato que mereceu rápidas providências, para que se aprestou o cruzador em questão, da Marinha de Guerra do Brasil, com a missão de localizar os pontos não navegáveis, daquela costa.

² VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*. Vitória, Apex, 1971.

³ Bahiense, N. *O Caboclo Bernardo – O Naufrágio do Imperial Marinheiro e outros – RIO DOCE*, Rio de Janeiro [s/n], p. 33.

De acordo com o mesmo Bahiense, o cruzador “Imperial Marinheiro” fora construído no arsenal de Ponta de Areia, fundado por Mauá, no Rio de Janeiro, entre 1882 e 1883, quando foi lançado ao mar (20 de junho). Era, portanto, um navio novo, com apenas quatro anos de uso pela Marinha. Era a segunda nave da Marinha, batizado com esta denominação. A primeira, uma corveta construída no Arsenal de Marinha, fora lançada ao mar em 27.08.1851. Naufragou também na restinga da Marambaia (RJ), em 1865.⁴

O Imperial Marinheiro tinha cerca de 50m de comprimento e calado de 3,4 m e deslocamento de 726 ton. E seu sistema propulsor era do tipo misto: Isto é, por meio de velame de três mastros e uma máquina a vapor de 150 HP, sistema que lhe proporcionava a velocidade cruzeiro de 11 milhas/hora. Seu armamento consistia em 7 canhões de 32 mm e 4 metralhadoras.⁵

Havia partido do Porto do Rio de Janeiro em 5 de setembro de 1887, com tripulação de 142 homens sob o comando do capitão-tenente João Carlos da Fonseca Pereira Pinto, até que sobreveio o fatídico naufrágio nas costas do Espírito Santo, mais precisamente na altura da foz do Rio Doce. Um local onde o mar é freqüentemente bravio de difícil navegação; fato, aliás, sempre citado pelos viajantes ilustres que, desde 1815, por ali passaram, como, por exemplo, o príncipe Maximiliano de Wied Neuvied (1915), o célebre naturalista francês, Auguste de Saint Hilaire (1818) e o geólogo canadense Charles F. Hartt, em 1866.

Os perigos que a barra do Rio Doce escondia, portanto, não era nenhuma novidade, sendo notória a recomendação feita a D. Pedro II, na viagem que empreendeu ao Espírito Santo, em 1860, que nela não arriscasse a comitiva imperial, quando da sua visita a

⁴ Id. *Ibidem*.

⁵ Id. *Ibidem*.

Linhares e a Lagoa Juparanã; ocasião inclusive em que o monarca optou em subir pelo caudaloso Riacho em grandes canoas, enviando-se os cavalos por terra, duas léguas rio acima até avistarem o aldeamento indígena que se tornaria a futura Vila do Riacho. Continuando a navegação, a partir daí, até o “Quartel de Aguiar”, onde a estrada já viabilizava o tráfico de carroças e carros tirados à bois, para chegarem a Linhares.

Apesar desse histórico desfavorável da navegação da foz do Rio Doce, o Cruzador Imperial Marinheiro não atentou a tais recomendações e, portanto, não concluiu sua missão. Naufragou quando se dirigia em comissão de sondagem a Abrolhos, chocou-se contra o pontal sul da barra do rio Doce, a cerca de 120 metros da praia do povoado de Regência, na madrugada de 7 de setembro de 1887, uma noite de tempestade e mar revolto, e que, açoitado por imensos vagalhões, na bruma da noite, deixava em pânico 148 tripulantes gritando por socorro, na tentativa de vencer a ensurdecadora ventania proveniente de Sudoeste.

Um escaler com doze tripulantes foi baixado para buscar socorro em terra, mas se arrebentou no mar furioso; destes, apenas oito chegaram à praia. A população de Regência não mediu esforços na tentativa de auxiliar a tripulação do cruzador que naufragava. No entanto, pouco se podia fazer por causa do mar violento. Foi aí que, ao amanhecer do dia, com o mar ainda mais furioso, Bernardo José, mais conhecido como “Caboclo Bernardo”, se dispôs a nadar até o navio levando um cabo de espia, por onde os tripulantes poderiam vir um a um, pendurados, até a praia. Bernardo lançou-se nessa tentativa heróica, inúmeras vezes ao mar, sendo arremessado de volta à praia pelas ondas. Somente na quinta tentativa obteve sucesso, sendo o cabo amarrado ao navio.⁶

⁶ Id. *Ibidem*, p. 39-49.

De início os militares foram levados para a praia puxados pelo cabo. No entanto, dez deles não conseguiram chegar, morrendo afogados. Uma pequena embarcação foi então utilizada, transportando dois naufragos por vez. Até uma jangada chegou a ser construída com destroços do Cruzador para transporte dos últimos sobreviventes. No total, 128 pessoas foram salvas e 14 pereceram nas 5 horas em que duraram as tentativas de resgate.

Bernardo participou de todo o processo do resgate de seus tripulantes, ao lado de três marinheiros do navio de guerra, acompanhando os naufragos até a praia num pequeno bote amarrado ao cabo. Graças aos esforços de todos, após cinco horas de luta, de um total de 142 tripulantes, salvaram-se 128.

Estavam a bordo do cruzador imperial militares de várias patentes da Marinha Brasileira, ex-combatentes da Guerra do Paraguai, que terminaram por se tornarem vítimas de uma missão designada para evitar outros naufrágios.

Um inquérito chegou a ser aberto. Diversas hipóteses surgiram quanto às causas do naufrágio: variação da bússola, erro de cálculo ou observação. Em sua defesa, o Comandante Pereira Pinto afirmou que o sinistro ocorrera devido à forte correnteza (em suas palavras — “Desvio nas águas”) e, no processo que ocorreu foram absolvidos todos os oficiais.

Pelo feito, Bernardo recebeu inúmeras honrarias na província espírito-santense e também no Clube Naval do Rio de Janeiro, ocasião em que foi galardoado pela princesa Isabel, então regente do Trono, com a Medalha de Primeira Classe, em ouro, pelos serviços relevantes prestados, conforme Decreto Imperial de 1885. Recebeu ainda, documento de Herói da Marinha Brasileira, no Paço de São Cristóvão, em meio a marqueses, condes, duques, inclusive do Ministro da Marinha. Pela bravura e por seu feito, e a princesa Isabel, agraciou com o nome de Regência Augusta a vila de seu nascimento:

Eu princesa Isabel Regente, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II: faço saber aos que esta carta virem, que atendendo a dedicação não comum pela humanidade que mostrou o remador da ca-tria da Barra do Rio Doce, que Bernardo José dos Santos, salvando com risco da propia vida as de muitos indivíduos, por ocasião do naufragio do “Imperial Marinheir”, ocorrido na madrugada de 7 de setembro, próximo findo, a duas milhas ao sul daquela barra, e querendo dar-lhe uma demonstración de meu imperial agrado, por tão importante serviço: Hei por bem fazer-lhe mercê da medalha de 1a. classe designada pelo Art. 1 das instrucões a que se refere o decreto No. 1579 de 14 de março de 1855. 66o. ano da Independência do Imperio. (Ass.) Princesa Imperial Regente – Barão de Cotegipe.

Vários foram os que demonstraram atos heróicos durante o naufrágio, mas o que mais recebeu homenagens foi mesmo o caboclo Bernardo, que foi levado até o Rio de Janeiro onde recebeu a medalha, por parte da Imperial Regente, Princesa Isabel. Esta medalha, com 25 gramas de ouro, foi vendida em 1914, por sua esposa, quando do assassinato do caboclo Bernardo, que já naquele tempo havia caído no esquecimento.

Depois da glória e homenagens na Capital do Império, Bernardo voltou à Barra do Rio Doce e à sua vida rotineira de pescador. Participou ainda de outros resgates de navios, mas nenhum tão dramático quanto o do “Imperial Marinheiro”; com o passar do tempo, ele acabou caindo no esquecimento. A medalha concedida pela Princesa Regente esteve por muitos anos sob a guarda de um comerciante local. Ignora-se onde possa se encontrar. Suspeita-se que tenha sido roubada por alguém que desconhecia seu valor histórico.

Bernardo José dos Santos, o “Caboclo Bernardo”, nasceu na localidade de Barra do Rio Doce, em Regência, no Município de

Linhares, na então Província do Espírito Santo, em 16 de junho de 1859. Era filho de Manoel dos Santos, também conhecido como Índio Manduca e de Carolina Santos, ambos de origem indígena e descendentes de índios da região. Tinha ele mais quatro irmãos: Emílio, Orsílio, Tereza e Filomena.

Seu fim foi trágico, e indigno de um herói: ao retornar de uma pescaria, sentou-se em um banco no barraco em que vivia, enquanto aguardava que a esposa lhe preparasse o almoço, quando foi surpreendido pela entrada repentina de Lionel Fernandes de Almeida que embriagado o matou, com um tiro de “garrucha” à queima roupa. Faleceu, portanto, em 3 de abril de 1914, na mesma Vila de Regência onde nascera, aos 55 anos de idade, assassinado por Lionel que alegou ter praticado o crime “por engano, dada a semelhança física de Bernardo com um seu desafeto”. Tendo o criminoso fugido em seguida. Fernandes foi preso algum tempo depois e condenado a 17 anos de reclusão, tendo, contudo, por razões desconhecidas, recebido indulto em 20 de maio de 1920.

Com a morte trágica de Bernardo, resgatou-se a grandeza heróica. Foi sepultado na mesma Regência onde nascera com todas as honras que a comunidade pode lhe render, e posteriormente, graças aos esforços seu principal biógrafo, o historiador Norbertino Bahiense, o nome do herói passou a ser integrado à paisagem urbana da própria Capital do Espírito Santo, com bustos figurativos que foram erguidos em sua homenagem, assim como logradouros públicos que foram batizados como o seu nome.

A obra de Bahiense, **O Caboclo Bernardo – O naufrágio do “Imperial Marinheiro” e Outros – Rio Doce**, que sofreu duas edições, ainda em vida do autor. Está dividida em 17 pequenas partes, das quais as seis primeiras estão mais diretamente ligadas ao evento que dá razão à obra em destaque. As demais se reportam as manifestações das instituições sediadas em Vitória, homenagens, en-

trevistas, descrição do Rio Doce, outros naufrágios, personalidades civis e militares, etc.

Regência é, por consequência, uma das raras localidades do país que serviu de berço para nascimento de um genuíno herói do povo brasileiro. Descendente de botocudos, nativo da vila que ficou consagrada na história do Espírito Santo, pela bravura e destemor de seu filho maior. Em reconhecimento, Bernardo tem seu nome ligado a uma Escola de Pesca, erguida na localidade de Santa Cruz; a um Grupo Escolar na Capital do Estado, além de um busto em praça pública na Cidade de Linhares, e ainda a um posto telegráfico da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Em 1969, a Marinha de Guerra do Brasil batizou com o nome de “Caboclo Bernardo”, um rebocador a ela incorporado, e ofereceu dois bustos do herói à comunidade, que foram instalados em frente à igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e outro na praça da Vila de Regência. Mais ainda, em 23 de setembro de 1980, o prefeito município de Linhares sancionou Lei, criando a comenda “Caboclo Bernardo”, com objetivo de homenagear cidadãos que tivessem prestado relevantes serviços ao município, estado ou país. Curiosamente, em 1985, os primeiros cidadãos a serem agraciados com a comenda, foram justamente integrantes da Marinha de Guerra do Brasil, que trabalharam no resgate às vítimas das inundações que assolaram o município de Linhares em 1979 e 1982.

A figura do Caboclo Bernardo acabou por se integrar às lendas e à cultura da Barra do Rio Doce, sobretudo a partir da criação e apresentação de auto, onde a vida, o ato heróico e a morte estúpida de Bernardo são encenados.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

*Regina Menezes Loureiro**

A educação é um dos fatores mais importantes para o progresso de um País. É através do incentivo à produção de conhecimentos que um país cresce, aumenta sua renda e zela pela qualidade de vida dos seus cidadãos.

Se o governante deseja erradicar de fato a pobreza e trabalhar para o progresso do país deve investir na qualidade da educação. Só a educação intencional e sistemática de qualidade e a presença atuante da sociedade sobre os seres em formação são ações capazes de promover a integração individual e social do indivíduo e gerar desenvolvimento e progresso para o país.

É fato que a escola não pode sobreviver separada da vida ou viver artificialmente e alienada da prática social. Os motivadores naturais do aluno estão na vida e é na vida que se deve buscar a concepção da educação.

Segundo Hannah Arendt, filósofa alemã nascida em 1906, a escola não é o mundo, mas a instituição que existe e se coloca entre o mundo e o lar. Também a definiu como “o fio que nos guia com segurança através dos vastos domínios do passado”. Segundo ela, a relação entre adultos e crianças não pode ficar restrita “à ciência específica da pedagogia”, mas deve assumir a responsabilidade de conduzir crianças e adolescentes por caminhos que desconhecem. Trata de preservar um patrimônio global da humanidade.

Nas sociedades primitivas a educação se dava de modo difuso, assistemático e espontâneo. Nas civilizações clássicas tinha caráter político. Na idade Média devido à união do Estado e Igreja, possuía caráter religioso.

* Associada efetiva do IHGES.

Sócrates, filósofo que nasceu no ano 470 a.C, foi um artesão de sua própria filosofia. Como todo jovem de seu tempo, recebeu educação tradicional. Aprendeu música, ginástica e gramática que era o estudo da língua apoiado na interpretação de textos. Mesmo caminhando entre desventuras em relação ao saber dos outros ele construiu uma filosofia que o aproximou do antigo preceito «conhece-te a ti próprio».

Costumava iniciar uma conversação sempre pelo diálogo. Fazendo perguntas colhia opiniões do interlocutor. Depois, por meio de um interrogatório hábil, desenvolvia as opiniões originais da pessoa arguida, mostrando a tolice e os absurdos das opiniões superficiais. É a ironia. Depois, continuando a sua argumentação e partindo da opinião primitiva do interlocutor, desenvolvia a verdade completa. É a maiêutica — a arte de fazer nascer as ideias.

No ano de 428 a. C. nasceu Platão. Foi discípulo de Sócrates, fundador da Academia e mestre de Aristóteles. Tinha porte atlético e ampla capacidade intelectual para tratar de diferentes temas. Platão idealizou uma sociedade com três classes: a dos artífices e comerciantes, a dos guerreiros e a dos filósofos. Se os comerciantes possuíssem a virtude da temperança, os guerreiros a coragem e os filósofos a sabedoria para governar existiria harmonia e equilíbrio e a justiça seria alcançada.

Platão dizia que o ensino deveria durar 50 anos e que nos primeiros anos de vida a criança, em permanente vigilância, precisava ser levada a participar de jogos e brincadeiras em jardins especiais criados para atendê-la.

Um dos maiores filósofos de todos os tempos, Aristóteles nasceu no ano de 384 a. C. Na adolescência viveu para os livros. Perguntas e respostas nasciam no seu espírito. Considerado o criador do pensamento lógico, seus pensamentos e idéias sobre a humanidade influenciaram significativamente a educação e o pensamento ocidental contemporâneo. Para ele, a escola é um minicosmos da sociedade.

O filósofo valorizava a inteligência humana como única forma de se alcançar a verdade e a prudência como virtude fundamental à ética. Percorreu todos os caminhos do saber: da biologia à metafísica, da psicologia à retórica, da lógica à política, da ética à poesia. Sem dispor de meios modernos de investigação, sem nem mesmo conhecer um microscópio, usava a observação como principal ferramenta de trabalho.

Com Platão, Aristóteles criou o núcleo de toda a filosofia posterior.

Sabemos que a educação foi concebida durante séculos. A princípio imperava o bom senso dos ensinamentos, da tradição e da cultura. Com o passar do tempo a atividade educacional passou a ser objeto de reflexões, de estudos e pesquisas para dar respostas e soluções aos problemas sociais.

Jean Piaget nasceu na Suíça em 1896. Sua obra sobre educação não é um tratado, mas suas pesquisas e idéias não podem estar ausentes desta reflexão sobre educação. Concluiu que educar é formar homens “criativos, inventivos e descobridores” numa busca constante para a construção da autonomia. Elaborou uma teoria do conhecimento e desenvolveu muitas investigações cujos resultados são utilizados até hoje por psicólogos e pedagogos.

Não se tem dúvida de que grandes mestres estudaram com excelentes professores. O professor deve ser profissional competente em busca de novas propostas e enfrentar novos e crescentes desafios, enquanto percorre uma estrada que nunca estará totalmente delimitada. A certeza que ele tem é a de que não há certezas. Se o professor não considerar a imensa variedade de situações que enfrentará em sala de aula, toda educação será sempre um malogro..

Sempre se discutiu amplamente a formação ideal de um professor que atua no ensino fundamental e médio. A insatisfação é geral com relação aos modelos vigentes. Formação dos educadores, integração da teoria e prática ou interdisciplinaridade são tópicos

que se sucedem em qualquer seminário sobre formação docente. Nada é diferente no Espírito Santo. Mesmo em eventos sobre a questões educacionais da atualidade os desafios ainda se repetem. O professor é considerado veículo para aplicação de um saber teórico, é aquele que domina eficazmente várias dimensões do saber educativo e pode ensinar tudo a todos. A escola se transformou em entidade institucional na qual as relações pedagógicas acontecem a partir de alguém que aplica métodos (nem sempre eficazes) e procedimentos considerando que o alguém que aprende já possui as habilidades essenciais que o predispõe ao aprender.

Mas professor não é o único responsável pela educação de nossos filhos. O seu bom desempenho não é apenas uma questão de formação teórica de alguém que ensina a aluno que aprende com uma simples motivação estimuladora de esforços individuais.

As relações entre pais e filhos devem ser consideradas para a fixação de diretrizes educacionais.

A atuação da escola de hoje foi amplamente estendida por isto suas deficiências precisam ser enfrentadas por todos, num esforço permanente de investigação e de busca.

A Constituição Brasileira reza:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O progresso e a globalização exigem, hoje, maior investimento na formação do professor. São necessários posicionamentos legais e individuais de todos os agentes educacionais, externos e internos ao sistema, para real eficácia da educação brasileira. A letra da lei possui um caráter de direitos e deveres: é direito do povo receber

educação mas também é seu o poder de exigir este direito. O que deve ser cobrado é a formação de cidadãos capazes de construir sua emancipação numa sociedade em permanente transformação. Uma educação que vá além do valor, do dinheiro, da mercadoria, do trabalho, do Estado e da política.

O Estado como prestador de serviços educacionais deve desenvolver projetos que visem facilitar a convivência da família com as instituições de ensino. O regime democrático consagrado na Constituição vai depender, essencialmente, do esforço educacional.

A família é responsável por levar a efeito, atuar no sentido de permitir acesso do filho ao estudo. Os pais que não promoverem a matrícula do filho que se encontra em idade escolar, ocorrem em crime previsto no Código Penal:

Art. 246. deixar, sem justa causa, de prover a educação primária de filho em idade escolar:
Pena-detenção, de 15 (quinze) dias a um 1 (um) mês, ou multa.

O processo educativo só será de qualidade se o Estado oferecer opções de crescimento saudável a todo cidadão, se a família desempenhar seu papel de educadora por excelência e se o professor vivenciar experiências neste contexto ideal de troca de experiências e de resgate ético e cultural. Quando a capacidade política, a idoneidade, ou a aptidão para o exercício da cidadania preenchem espaços na formação do profissional, ele será capaz de desempenhar o papel de mestre-aprendiz, de refletir sobre sua prática e direcioná-la para atender anseios da sociedade onde está inserido.

MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA: SÍNTESE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SEU TERRITÓRIO E DE SEU QUADRO DEMOGRÁFICO

*Ricardo Brunow Costa**

Resumo: Abordamos de modo sucinto o trajeto que o município de Santa Leopoldina percorreu na composição de seus distritos desde os primórdios da sua criação até os dias atuais, bem como a evolução do quadro demográfico até o mais recente Censo (2010).

Palavras-chave: Distritos. Santa Leopoldina. Quadro Demográfico. Quadro Estatístico.

Introdução

O município de Santa Leopoldina está localizado a noroeste de Vitória, fazendo parte da micro-região central serrana que é integrada por mais cinco outros municípios: Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu e São Roque do Canaã. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 20°08'03" L.S.
40°31'48" L.O.
Altitude da sede: 16m.

Com este sucinto e despretensioso trabalho queremos homenagear a terra leopoldinense que o famoso escritor e juiz maranhense Graça Aranha cognominou-a de “a filha do sol e das águas”. Canaã, seu importante trabalho literário teve como palco as terras do município cachoeirense.

O município de Santa Leopoldina é muito caro à minha pessoa porque foi naquele rincão que nasceram e viveram por muito tempo

* Geógrafo, pesquisador e associado efetivo da IHGES.

meus antepassados, desde a segunda metade do século XIX até o terceiro quartel do século XX. Dos meus queridos pais ouvi incontáveis histórias de pessoas, habitantes do lugar, da política reinante dos tempos idos, dos costumes daquela época, como das festas, das casas comerciais de grande importância, tanto que no séc. XIX, chegou a ser o maior centro comercial do Estado, tendo relações de cunho comercial com comerciantes europeus. O seu porto fluvial centralizava todo o comércio das mercadorias, não só do município, mas de outros vizinhos. O Rio Santa Maria de águas bem mais volumosas naquela época servia não só de transporte de mercadorias (produção cafeeira), como para o transporte de passageiros, tendo as enormes canoas como meio de transporte de sacas de café, sendo referidas canoas (pilotadas por famosos canoeiros), canoas estas que se tornaram celebrizadas pelo livro *Canoeiros de Santa Leopoldina*, de autoria do saudoso e ilustrado escritor João Ribas da Costa.

Eram canoas de 16 metros de comprimento, por 1,70 metros de boca e 1 metro de altura, que transportavam até 100 sacos de café. Além delas, havia lanchas para o transporte de passageiros, não em número elevado. Informações colhidas junto a pessoas que residiam na cidade de Santa Leopoldina, naqueles idos da segunda década do século passado, nomeiam como sendo “Vimeira” e “do Candinho”, os nomes das lanchas que realizavam o percurso em dias alternados, entre Santa Leopoldina e a capital do estado. in Costa, R. Brunow. “O Rio Santa Maria da Vitória e sua Baía Hidrográfica”. *RIHGES*, n.º 37 – apud Costa, João Ribas da. 2. ed. Vitória: fac-similada, 1982.

Nos dias atuais é incrível pensar que a cidade de Santa Leopoldina recebia grupos de artistas vindos diretamente do Rio de Janeiro para se apresentarem naquela cidade. Tivemos enfim, a oportunidade de ouvir muitas histórias sobre outros eventos da vida social reinante daque-

la época contadas com grande entusiasmo pelos meus queridos genitores. Devemos acrescentar que naqueles velhos tempos era destaque a presença de famílias de origem alemã que usavam não só o idioma de Goethe, como preparavam alimentos de receitas tradicionais alemãs, assim como bebidas diversas (havia até fábrica de cerveja na cidade).

Com o declínio da atividade agrícola municipal e com a construção da rodovia¹ que passou a fazer a ligação com Vitória, a cidade de Santa Leopoldina foi atingida pela desaceleração do seu anterior vigor sócio-econômico-cultural. Na década de 80 do século passado — como abordaremos ainda neste trabalho — o município sofre o desmembramento da sua parte mais proeminente do seu relevo físico com a criação do município de Santa Maria de Jetibá, de forte presença pomerana que vem se desenvolvendo a passos largos em vários setores, mormente na de hortifrutigranjeiros, graças a laboriosa força produtiva dos pomeranos.

Sem mais delongas vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho conforme o que propusemos no título atrás exposto.

1. Evolução Histórica do Território Municipal

O município de Santa Leopoldina teve no passado uma área territorial bastante significativa nos seus primórdios, quando se originou do desmembramento da área territorial de Vitória, porém, posteriormente, sofreu desmembramentos para dar origem a outros municípios.

¹ Na realidade o município foi o primeiro, a inaugurar no Estado, uma rodovia, isso em 1918, ligando-o com o município de Santa Teresa. Tal rodovia recebeu o nome de Bernardino Monteiro, vulto da história capixaba. Mais tarde, em 1924 houve a ligação rodoviária de Santa Leopoldina à capital do Estado, que conseqüentemente trouxe a desativação do seu porto fluvial.

Em 4 de abril de 1884 era criado o distrito de Cachoeiro de Santa Leopoldina através da lei provincial n.º 21, tendo sido desmembrado, como dissemos, de Vitória, com sede na então Vila de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Pela lei provincial de 17 de setembro de 1888 houve a criação dos distritos de Mangaraí, Jequitibá e Timbuí os quais foram anexados à Vila de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Nessa mesma década houve a elevação da vila para a categoria de cidade, no ano de 1890, (precisamente em 12 de abril) quando, então, passou a chamar-se Porto de Cachoeiro (de acordo com o decreto estadual n.º 19).

Passados vinte e um anos é criado o distrito de Chapéu que foi anexado ao município de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Referida criação e anexação obedeceu à determinação gerada pela lei estadual de 25 de novembro de 1911, que teve o número 761. Assim, vamos encontrar naquele ano o município constituído por 5 distritos a saber: Cachoeiro de Santa Leopoldina, Chapéu, Mangaraí, Jequitibá e Timbuí.

Em primeiro de setembro de 1920, por ocasião do recenseamento da população brasileira, o município de Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina passa a denominar-se simplesmente Cachoeiro de Santa Leopoldina, abrangendo os mesmos cinco distritos acima citados: Cachoeiro de Santa Leopoldina, Chapéu, Mangaraí, Jequitibá e Timbuí.

Treze anos após, ou seja em 1933, o município de Cachoeiro de Santa Leopoldina passa a ter só quatro distritos que foram: Cachoeiro de Santa Leopoldina, Jequitibá, Mangaraí e Timbuí, uma vez que o distrito de Chapéu foi anexado ao distrito sede.

Outra modificação foi trazida pelo decreto-lei estadual que teve o n.º 9222, datado de 31 de outubro de 1938, o qual mudou o nome do distrito de Timbuí que passou a denominar-se Djalma Coutinho.

Na década de 40, mais exatamente em 31 de dezembro de 1943, de conformidade com o decreto-lei estadual de n.º 15177, o então

município de Cachoeiro de Santa Leopoldina recebe finalmente a denominação que se mantém até hoje: Santa Leopoldina. Outrossim, pelo mesmo decreto houve mudança do nome de Distrito de Jequitibá que passou a chamar-se de Jetibá.

Menos de cinco anos após tais modificações houve a criação do distrito de Garrafão que foi anexado ao município leopoldinense. Tal evento foi realizado em observância à lei estadual de n.º 141, com data de 16 de março de 1948.

Então, transcorridos mais sete anos, em 1 de julho de 1955, a divisão territorial do município ficou assim constituída com seus cinco distritos: Santa Leopoldina, Djalma Coutinho, Garrafão, Jetibá e Mangaraí.

No ano de 1986, no dia 6 de maio, pela lei estadual n.º 4067, houve o desmembramento do território municipal leopoldinense uma vez que os distritos de Jetibá e do Garrafão, passaram a constituir um novo município do Estado do Espírito Santo, recebendo a denominação de Santa Maria de Jetibá. Como consequência desse desmembramento o município de Santa Leopoldina passou a ser constituído não mais pelos cinco distritos anteriormente referidos mas, apenas de 3: Santa Leopoldina, Djalma Coutinho e Mangaraí.

Aí estão resumidas as mudanças sofridas na divisão territorial do município de Santa Leopoldina com as respectivas alterações toponímicas.

2. Aspectos Gerais do Quadro Demográfico Leopoldinense

Todos sabemos da grande dificuldade — principalmente em épocas passadas e no interior deste imenso Brasil — em se realizar o recenseamento de toda a nação. Mas há que se aceitar ou dar

um crédito de confiança à contagem realizada a duras penas pelas autoridades, que tiveram e continuam a ter grandes dificuldades para concluir seus trabalhos estatísticos de contagem da população brasileira. Assim sendo, é baseado nesses dados conjecturais que apresentamos os dados que se seguem neste trabalho.

A origem legal de Santa Leopoldina, como vimos linhas atrás, provém da lei provincial de 4 de abril de 1884 por desmembramento do território da capital (Vitória). Porém, Santa Leopoldina (o nome inicial era Cachoeiro de Santa Leopoldina) só teve seu distrito-sede instalado em 17 de abril de 1887.

Em 1890, sua população era, segundo o recenseamento geral do país, de 1800 habitantes, enquanto que todo o Estado do Espírito Santo possuía um total de 135.997 pessoas. Isso mostra então que a população existente naquele município representava 1,3% (um vírgula, três por cento) do número de habitantes do Estado.

Por não termos chegado a uma conclusão correta sobre qual seria a área territorial do município na data de 1890, decidimos não apresentar esse dado.

Entretanto, mesmo tendo o município sofrido vários desmembramentos para a criação de novos municípios pode-se considerar que o mesmo possui hoje uma superfície razoável abrangendo uma superfície calculada de 716,44km² ² o que equivale dizer que o seu território corresponde a 1,56% da área ocupada pelo Estado do Espírito Santo.

Para uma apreciação da evolução populacional num espaço de tempo assaz longo, como a de 110 anos (1890-2000) vamos encontrar

² Sabemos que o Estado do Espírito Santo figura entre os menores em superfície geográfica ocupada no país, juntamente com Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro. Não temos municípios de grande extensão territorial como acontece com muitos outros Estados da Federação. Assim sendo, o município de Santa Leopoldina é hoje um município de extensão razoável, considerando-se nossa realidade estadual.

que o município de Santa Leopoldina possuía no ano de 2000, de acordo com o censo realizado para todo o nosso país, um total de 12.463 almas, o que significa que aquele município congregava naquela época 0,40% (zero vírgula, quarenta por cento) da população capixaba, uma vez que esta era, na época, composta de 3.097.232 de habitantes.

Deve-se levar em conta que devido os desmembramentos do município, muitos habitantes que antes pertenciam ao seu território, não puderam mais ser computados por terem passado a fazer parte de outros municípios devido aos referidos desmembramentos.

Trazendo a confrontação estatístico-demográfica para os dias atuais, ou seja, conforme o que apurou o censo do IBGE no ano de 2010, constatamos o seguinte: a população do município de Santa Leopoldina sofreu um decréscimo, pelo que foi apurado nos 10 anos anteriores, acusando a presença de 12.240 habitantes, o que representa 223 (duzentos e vinte e três) pessoas a menos. Isto nos leva a crer que deve ter havido uma procura de trabalho, por parte principalmente de homens, em outros municípios ou mesmo para a Grande Vitória.

O censo de 2010 sinalizou para o Estado um aumento populacional substancial passando dos 3.097.232 habitantes em 2000, para 3.514.952, um acréscimo de 417.720 pessoas. Quanto ao município de Santa Leopoldina, como vimos, houve um decréscimo demográfico fazendo com que a representação dos habitantes que na década anterior era de 0,40% do total do Estado, agora, em 2010, caísse para 0,35%. O desemprego e a conseqüente corrida à procura de subsistência em outros locais, fora de suas comunidades, faz, naturalmente, com que as pessoas se veem forçadas a procurar trabalho seja de que tipo for. Principalmente os homens mais jovens têm mais facilidade de seguir esse caminho por, muitas razões, entre as quais a maior disposição física para trabalhos mais pesados, o menor compromisso familiar, pois que muitos ainda solteiros, etc., etc. Além disso, há ainda o sonho de tantos no interior de querer morar em

idades maiores, como na periferia da Grande Vitória, por exemplo. Aí está a televisão que leva a todos os rincões do país uma imagem que, queiramos ou não, serve de atrativo para os interioranos.

Para não nos alongarmos em demasia neste texto vamos comentar ligeiramente algo do quadro demográfico (quadro V) que abaixo inserimos:

Quadro V
Município Santa Leopoldina
Quadro Comparativo do Município e do Estado

| Quadro Demográfico Comparativo de Santa Leopoldina com o Estado Espírito Santo | | | |
|--|--------------------------------------|------------------------------------|---|
| Ano do Censo | População Município Santa Leopoldina | População do Estado Espírito Santo | % da população de Santa Leopoldina com a do Estado ES |
| 1.890 | 1.800 habitantes | 135.997 habitantes | 1,32 % |
| 1.991 | 11.122 habitantes | 2.600.618 habitantes | 0,43 % |
| 2000 | 12.463 habitantes | 3.097.232 habitantes | 0,40 % |
| 2010 | 12.240 habitantes | 3.514.952 habitantes | 0,35 % |

Organizado por Costa, R. Brunow a partir de dados do IBGE, Vitória 2011.

Procuramos no quadro acima dar uma idéia da evolução da população municipal em relação ao contingente populacional estadual em dois momentos bastante espaçados, na verdade, de um século de intervalo, de 1890 a 1991 e daí observa-se que de 1.800 habitantes da última década do século XIX a população leopoldinense passa para 11.122 pessoas (em 1991), ou seja, houve um crescimento de mais de seis vezes. A população do Estado do Espírito Santo em 1890 atingia a cifra de 135.997. A porcentagem da população do município de Santa Leopoldina em relação à população total do Estado correspondia a 1,32%.

Constata-se, de pronto, pelo exame do Quadro V que pelo Censo de 1991 a população de Santa Leopoldina sofre um decréscimo em relação à porcentagem quanto ao total de habitantes do Estado. É que o município cedeu grande parte de seu território para que fosse criado

o município de Santa Maria de Jetibá (criado pela Lei Estadual 4.067 de 6 de maio de 1988). Mas, com certeza, a emigração deve também ter contribuído para esse decréscimo de tal modo que a porcentagem populacional do município em relação ao Estado caiu para 0,43%.

Ainda observando-se o quadro V de acordo com os censos de 2000 e de 2010 nota-se que os decréscimos percentuais da população leopoldinense continuaram a cair sendo de 0,40% e 0,35% respectivamente, as quedas em relação as taxas apresentadas quanto a população total do Estado. Neste caso as quedas foram devidas mais pela ocorrência da própria emigração.

Como já frisamos linhas atrás o território leopoldinense nos seus primórdios possuía uma abrangência territorial bem superior. Hoje, em relação ao Estado, o município perfaz um total de 1,56% do território espírito-santense o qual ocupa uma área de 46.098,571 Km². Nos idos da última década do século dezenove (em 1890) Santa Leopoldina, ou melhor dizendo, Cachoeiro de Santa Leopoldina, assim denominada naquela época, possuía 6 distritos que somavam uma área bem maior, constituída pelos distritos de Cachoeiro de Santa Leopoldina, Timbui, Jequitibá, Alto Guandu, Limoeiro e São José do Queimado. Atualmente são 3 os distritos — conforme fizemos menção no decorrer desta exposição, linhas acima (ver item II) — que compõem o município que ocupa uma superfície avaliada em 716,44Km².

Nessa mesma época (1890) o Estado do Espírito Santo era composto por 14 municípios que eram os seguintes: Vitória, Viana, Serra, São Mateus, Santa Cruz, Nova Almeida, Linhares, Itapemirim, Guarapari, Espírito Santo, Cachoeiro de Santa Leopoldina, Cachoeiro de Itapemirim, Benevente e Barra de São Mateus. Hoje,

como sabemos, o Estado é integrado por 78 municípios, os quais não cabe aqui enumerá-los.

3. Algumas Considerações Importantes

Considerando apenas os dados dos Censos de 2000 e 2010 (ver Quadros I e II abaixo) observa-se que o total populacional de homens (segundo o censo de 2000 comparado ao de 2010) decresceu ocorrendo o mesmo para as mulheres. Levando em conta apenas a população urbana masculina e feminina desta área, os números mostram que do ano 2000 para 2010 o número de homens e mulheres sofreu um aumento razoável. Finalmente, se compararmos a população rural nos dois censos acima referidos vamos encontrar uma expressiva diminuição da população, tanto masculina como feminina, na área rural do último censo (2010). Fica assim, patente, que houve uma saída das pessoas do meio rural para o meio urbano, seja por procura de novas perspectivas de vida, seja por procura de condições de vida mais atraentes do meio urbano segundo suas concepções, seja por procura de emprego mais satisfatórios ou menos penoso, seja até mesmo para estudar, como no caso de pessoas mais jovens.

Quadro I
Santa Leopoldina
Censo 2000

| Município Santa Leopoldina | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 12.463 | 6.552 | 5.911 | 2.466 | 1.217 | 1.249 | 9.997 | 5.335 | 4.662 |

Fonte: IBGE – Vitória (ES)

Quadro II
Santa Leopoldina
Censo 2010

| Município Santa Leopoldina | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 12.240 | 6.425 | 5.815 | 2.615 | 1.318 | 1.297 | 9.625 | 5.107 | 4.518 |

Fonte: IBGE – Vitória (ES)

Estão inseridos também neste trabalho os quadros III e IV (ver abaixo) que apresentam a distribuição da população de Santa Leopoldina nos anos 2000 e 2010, nos distritos municipais da Sede e dos outros dois distritos que compõem o município: distrito de Djalma Coutinho e distrito de Mangaraí. Também aqui consignamos a população por área urbana e rural separadamente e, também, pela presença masculina e feminina em ambas as áreas.

Quadro III
Município de Santa Leopoldina - Distritos
Censo 2000

| Distrito Sede | | | | | | | | |
|---------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 7.546 | 3.899 | 3.647 | 2.411 | 1.184 | 1.227 | 5.135 | 2.715 | 2.420 |

| Distrito de Djalma Coutinho | | | | | | | | |
|-----------------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 1.074 | 583 | 491 | 28 | 19 | 09 | 1.046 | 564 | 482 |

| Distrito de Mangaraí | | | | | | | | |
|----------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 3.843 | 2.070 | 1.773 | 27 | 14 | 13 | 3.816 | 2.056 | 1.760 |

Fonte: IBGE – Vitória (ES)

Quadro IV
Município de Santa Leopoldina - Distritos
Censo 2010

| Distrito Sede | | | | | | | | |
|---------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 7.607 | 3.948 | 3.659 | 2.592 | 1.304 | 1.288 | 5.015 | 2.644 | 2.371 |

| Distrito de Djalma Coutinho | | | | | | | | |
|-----------------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 895 | 499 | 396 | 12 | 08 | 04 | 883 | 491 | 392 |

| Distrito de Mangarai | | | | | | | | |
|----------------------|-------------|---------------|------------------|-------------|---------------|-----------------|-------------|---------------|
| Total | | | População Urbana | | | População Rural | | |
| Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res | Total | Ho- mens | Mulhe- res |
| 3.738 | 1.978 | 1.760 | 11 | 06 | 05 | 3.727 | 1.972 | 1.755 |

Fonte: IBGE – Vitória (ES)

Ora, o que concluímos é que o fenômeno da emigração do campo para a área urbana do município, quer na sede quer nos distritos municipais, está aqui comprovada estatisticamente.

4. Conclusão

Grande é o número de municípios do nosso Estado e do Brasil que apresentam um quadro semelhante de emigração das áreas rurais para o meio urbano, não só dentro dos próprios municípios, mas de deslocamento de grandes massas populacionais de uma região para outra, como já aconteceu há várias décadas passadas no nosso Estado por ocasião da medida tomada pelo governo, quando da erradicação cafeeira no nosso Estado ou, como ocorreu de

maneira estrondosa com os deslocamentos de nordestinos para o Sudeste do Brasil.

Aqui, entretanto, apenas nos importou mostrar um pouco do que se passou com o nosso querido município de Santa Leopoldina no que diz respeito à sua evolução territorial e demográfica.

Vitória, agosto de 2011

ALEXANDRE MAGNO ENTRE A HISTÓRIA E A POESIA MEDIEVAL

*Ester Abreu Vieira de Oliveira**

Resumo: Objetivo mostrar o relato da figura mítica e histórica do rei da Macedônia, Alexandre o Grande, com base na apresentação de Plutarco, Cesar Cantú e do clérigo poeta do século XIII, autor da obra *Libro de Alexandre*.

Palavras-chave: Idade Média. Poesia. História. Carlos Magno.



Busto de Alexandre conhecido como *Azara Herm*. Cópia romana em mármore do original de Lisipo, de 330 a.C. (museu do Louvre).

À figura mítica de Alexandre Magno, é designada a descendência paterna da raça de Hércules e da materna do sangue dos Eácidas. A história de Alexandre Magno foi um tema de ampla popularidade na Idade Média. A sua carreira é sobejamente conhecida: conquistou um império que ia dos Balcãs à Índia, incluindo também o Egito e a Bactria (aproximadamente o atual Afeganistão).

Seu império era o maior e mais rico que já tinha existido. Existem várias razões para esses grandes êxitos militares, um deles é que Alexandre era um general de extraordinária habilidade e sagacidade, nunca perdeu nenhuma batalha e a expansão territorial que ele

* Ester Abreu Vieira de Oliveira é professora da Ufes (PPGL – Doutorado e Mestrado), membro da Academia de Letras do Espírito Santo, da Academia Feminina Espírito-santense de Letras; da Associação de Professores de Espanhol do Espírito Santo e do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Municipal de Cultura e associada efetiva do IHGES.

com o controle da Ásia Menor a atual Turquia. Conquistou o Egito e Tiro. Completou a conquista da Pérsia na Batalha de Gaugame-la, onde derrotou definitivamente Dario III, rei dos persas e dos medas, o que lhe conferiu o estatuto de Imperador Persa, tomou fortalezas, matou reis, chegou ao Oriente, o limite do mundo na época, unindo com essa peripécia etnias diversas¹, respeitador dos derrotados, enriqueceu-se com os despojos das guerras e, com seu exército submeteu diferentes nações. Fundou cidades entre elas Alexandria, que viria a se tornar o maior centro cultural, científico e econômico da Antiguidade. Caiu enfermo, depois de doze anos de intenso combate, e, sentindo que a morte se aproximava, dividiu os seus Estados entre os nobres que o acompanhavam. Tinha planos de fazer mais conquistas e de invadir a Arábia e as regiões ao norte do Império Persa.



Alexandre combate contra o rei persa Dario III na Batalha de Issos. Detalhe do mosaico da Casa do Fauno de Pompéia (Museu Arqueológico Nacional).

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/BattleofIssus333BC-mosaic-detail1.jpg>

A personalidade de Alexandre é vista de modos diferentes. De um lado como um homem de visão, extremamente inteligente tentando criar uma fusão entre oriente e ocidente, numa visão de um perfeito cavaleiro, por outro lado, homem instável e sanguinário. Mas sua figura tem persistido na história e nos mitos até os nossos dias. Lendas, poesias, contos, romances se inspiram em suas conquistas e fazem permanecer sua figura na tradição literária.

¹ Tentando criar uma síntese entre o oriente e ocidente, encorajou o casamento entre oficiais seus e mulheres persas, além de utilizar persas ao seu serviço.

Considera-se a Idade Média um período de dez séculos que vai do século V (caída do Império Romano) ao século XV (tomada de Constantinopla ou descobrimento da América).

Na Idade Média e, também, ainda no domínio do antigo Império Romano, na Península Ibérica, o latim literário, escrito e falado nas escolas e nas igrejas, era de domínio de uma classe erudita, enquanto no falar do povo ele ia-se modificando no que seriam as línguas romances. E quando o latim se torna só uma língua escolar, passa a ser inacessível à maioria da população e surge o desejo de expressar-se na língua romance. Como em todos os tipos de literatura, a poética antecede à produção literária em prosa, na literatura espanhola, que inicia na Idade Média com a evolução do castelhano, a partir dos séculos VIII e IX, não ocorreu diferente. Assim, no século XII, surge *el Cantar de Mio Cid*.

A obra literária surgiu em determinada situação cultural para que fosse escutada ou lida pelas pessoas da época, mas depois, com o passar do tempo, tornou-se parte da herança espiritual de um povo. Porém é a poesia que será o intérprete mais fiel da cultura, da vida em que ela se desenvolve. Ela será o signo informativo de suma importância, pois na primitiva Idade Média não existe compreensão do que é novo, luta-se pelo que é velho e tradicional, e a literatura será o signo de informação principal, o instrumento testimonial da circunstância cultural na qual surgiu.

Nos séculos VIII e IX, apesar de as pessoas cultas seguirem escrevendo em latim, porque elas consideravam o castelhano (uma das línguas romances) como uma língua vulgar, isto é, sem valor, o povo sentia necessidade de cantar em sua própria língua. Por esta razão as primeiras amostras da literatura espanhola são umas breves canções chamadas *jarchas*, que chegaram até nós, por meios de obras de alguns poetas árabes ou hebreus que, ouvindo-as dos cris-

tãos, com os quais conviviam (*os mozárabes*), as inseriram em suas obras, deixando-as na língua original. Essas são as poucas obras literárias em língua “romance”, escritas com signos dos alfabetos árabe e hebreu, da Andaluzia árabe.

As transmissões das obras literárias, a princípio, não eram feitas por escrito. Alguns artistas eram responsáveis por publicar essa cultura oral, esses artistas eram os **aedos** e **rapsodos** (entre os gregos), os **bardos** (entre os celtas) e os **jograis** (entre os povos românticos medievais).

A primeira forma de discurso que aparece, dos séculos XI a XIV, relatando a vida das pessoas e dos povos, e que era cantado nos castelos e/ ou praças públicas, é a narração de façanhas de heróis e de antepassados em forma de poemas épicos (epopeias, cantares de gesta ou *romances*), inseridos numa “escola literária” popular que denominam *Mester de Juglaría*. As obras, de transmissão oral, eram, principalmente, líricas e veículo de conhecimento da verdadeira literatura tradicional de um povo iletrado. Seus divulgadores eram os jograis. Os poemas narrativos tinham tema guerreiro. Os versos eram irregulares e de rima assonante e em contínuos versos monorrimos.

Quanto às narrativas que se encontravam nas novelas de cavalaria, que foram traduzidas do francês, vieram para a Península Ibérica no século XIII, existiam três ciclos que englobavam todas as novelas de cavalaria, porém somente um ciclo (ciclo bretão ou artusiano) obteve uma grande popularidade na Península, sendo a primeira obra da prosa literária, *A Demanda do Santo Graal*, considerada um grande romance da busca do cálice sagrado, por isso esse nome demanda (busca) santo graal (cálice sagrado). Essas novelas são ricas em aventuras de heróis cavalleirescos valentes, sempre envolvidos numa vida também rica de perigos e malfeitores, que servem para destacar o poder de decisão e coragem dos heróis. Registram-se dois ciclos, o Clássico e o Carolíngio: O primeiro

(*Greco-Latino*) consta de narrativas ao redor do Cerco de Tróia e das Gestas de Alexandre Magno, levando para a Idade Média os lugares e os heróis da Antiguidade, que estavam medievalizados em todos os seus hábitos. O **Bretão (Arturiano)**, originário da Inglaterra, registra os feitos do rei na luta contra os saxões Artur e seus cavaleiros. (Os Cavaleiros da Távola Redonda). A narrativa mais conhecida é A Demanda do Santo Graal de temática religiosa. O segundo, **Carolíngio**, narra os trabalhos heróicos do rei Carlos Magno e os Doze Pares de França, especialmente quando na luta com os saxões. Desses ciclos destaca-se a novela **Amadis de Gaula**, de autor ibérico, em que se registra o heroísmo do bretão Amadis que, por ser do país de Gales, recebe o complemento Gaula, daí o nome “Amadis de Gaula”.

A literatura espanhola, propriamente dita, surgiu no século XIII. Um dos fatores de ter-se atrasado esse surgimento, ou o desenvolvimento cultural, foi a reconquista do território da Espanha, depois da invasão árabe. Primeiro devido a certo afastamento da Espanha de os outros países europeus e depois devido ao fato de que não se dava muita importância à cultura. Os reis e a fidalguia (cavaleiros) se preocupavam com as artes da política e das armas e a burguesia, com a exploração da agricultura. A cultura (o saber) se concentrava nos mosteiros.

Na literatura espanhola, como em outras românicas, as obras em língua romance, escritas desde a origem até o século XIV, se desenvolveram no meio de uma florescente literatura latina, cujas fontes e raízes provinham da antiguidade clássica. Os autores de obras, que conheciam a literatura grega e romana, os clérigos, conheciam também a língua romance, a falada pelo povo, e, na criação de suas obras, com o objetivo didático, eles escreviam em língua romance, mas utilizavam uma técnica análoga à da que se empregara no latim

clássico e assuntos provenientes dessa literatura. Ovídio e Virgílio eram os autores preferidos, seguidos de Sêneca, Horácio, Esopo, Terêncio, Plauto, entre outros.

Os clérigos nem sempre eram monges e, como na Idade Média, poucas pessoas tinham cultura e a maioria era analfabeta, às pessoas que tinham cultura, isto é, que dominavam o latim, mesmo não sendo religiosos, eram designados com o nome de clérigos. Estes, do século XIII ao XIV, conscientes de que a maioria das pessoas não entendia o latim, decidiram escrever em castelhano (língua romance), pois tinham a intenção de instruir e transmitir seus conhecimentos para essas pessoas. À forma poética que escreviam as suas obras e ao conjunto deu-se o nome de **Mester de Clerecía**. As obras não eram mais anônimas e o poeta transmitia, em uma linguagem culta, os temas religiosos (vidas de santos ou milagres da Virgem) e vidas de personagens históricos, inspirados na tradição grega e romana, em estrofes chamadas **cuaderna via**, ou tetrástrofo monorrímo. Eram as estrofes formadas por quatro versos de 14 sílabas, (alexandrinos), divididos em dois hemistíquios, com rimas consoantes. O nome, derivado do *quadrivium*, serviu para designar a estrofe. Quanto à palavra **Mester** também vem do latim, *Ministerium*, (ofício). Queriam os clérigos criar a sua obra de maneira diferente da dos jograis e tomavam como base delas as obras já escritas em grego ou latim, por isso o que narravam consideravam verdade.

O fato histórico que proporcionou o aparecimento e desenvolvimento do **Mester de Clerecía** foi o IV Concílio de Letrán, sob o papado de Inocêncio III, que indicava medidas culturais e literárias, como professor de gramática e teologia em cada catedral, o apoio do estudo do latim e o desenvolvimento de uma literatura didática. Os difusores deveriam ser os clérigos, senhores da cultura, que recorreriam à literatura de conhecimentos religiosos e de outros assuntos e à história ou diversas culturas, como as orientais desde que

se fossem adaptadas ao cristianismo e que tivessem como base os exemplos da Bíblia.

Nesse panorama cultural surge um livro de versos na primeira metade do século XIII, *El Libro de Alexandre*. As numerosas crônicas, poemas e lendas desse herói da Antiguidade proporcionaram o aparecimento de um amplo *corpus* referencial do qual o poeta espanhol pode estudar a vida de Alexandre. Alguns estudiosos da Literatura medieval, como Raymond Willis, identificaram o cuidadoso estudo das várias fontes, nas quais o erudito poeta medieval se apoiou.

No princípio do **Livro de Alexandre**, aparece esse desejo de escrever uma arte superior à dos jograis pela qualidade artística, pela técnica da poesia e pela aprendizagem:

Mester traigo fermoso, non es de joglaría.^{2,3}
mester es sinpecado, ca es de clerezía,
fablar curso rimado por la quaderna vía,
a sílabas contadas, ca es grant maestría.

Qui oir lo quisiere, a todo mi creer,
avrá de mi solaz, en cabo grant plazer,
aprenderá buenas gestas que sepa retraer,
averlo an por ello muchos a connoçer.

² Mester trago bonito não é de jograis,
é mester sem pecado, porque é de clérigos,
o falar em um discurso rimado pela quaderna vía,
tem sílabas contadas, porque é de grande maestría

Quem quiser ouvir, tudo o que sei,
por meu intermédio, terá um grande prazer,
aprenderá boas gestas para distrair-se,
por isso terão muitos conhecimentos.

³A tradução feita pela autora não obedece à metrifcação e procura apresentar a idéia que parece que o poeta medieval quer transmitir.

O tema desenvolvido mostra que a literatura da clerecía não se apropriava apenas de temas religiosos, mas de outros assuntos da literatura européia.

A figura de Alexandre Magno fascinou os clérigos porque nela se reuniam valor e sabedoria.

O Libro de Alexandre é de autoria questionável. O poeta pretende narrar a vida de Alexandre Magno com o fim de servir de modelo de um bom cavaleiro, ainda que não seja um cristão, destacar o valor da “veracidade” da obra escrita e assinalar que Alexandre era valente e guerreiro, mas era um homem culto, pois sabia ler e escrever. Desde os sete anos teve os melhores professores vindos da Grécia:

El padre, de siet`anos, metiolo a leer,
diól maestros honrados, de sen e de saber,
los mejores que pudo en Greçia escoger,
quel en las siete artes sopiessen enponer.

E aos quatorze, Alexandre já era um homem culto, que sabia gramática, lógica física, em fim todas as sete artes, então disse a seu professor Aristóteles que já tinha todo o conhecimento que era necessário: “Assaz sé clerezía quanto m`es meneter”,

O poeta, por sua vez, não vai cantar feitos heróicos, de divulgação oral, como faziam os jograis, mas lerá textos que estão em livros, logo “verdades”:

Quiero leer un libro d`un rey, noble, pagano,⁴
que fue de grant esfuerço, de coraçón loçano,

⁴ Quero ler um livro de um rei, nobre, pagão,
que era de grande esforço, de coração vigoroso,

conquiso tod` el mundo, metiolo so su mano;
terném, si lo cumpliere, por non mal escrivano.

Del príncep` Alexandre que fue rey de Grecia,
que fue franc` e ardit, e de grant sabiodençia,
vençió Poro e Darío, dos reys de grant potencia,
nunca con avol omne ovo su atenençia.

Sempre os bons augúrios acompanharam Alexandre, desde o seu nascimento: “grandes signos contieron quand` est` infant naçió; / El aire fue cambaido, el sol escurreçió”.

Ainda que o poeta narre um mundo de lutas a.C., muito antes de seu século, com batalhas e vitórias, ganhos de um lado e perdas de outro, utilizando os verbos no pretérito imperfeito e pretérito indefinido, esse mundo narrado torna-se mais aproximado do leitor/ouvinte, pela metáfora temporal, que lhe oferece o imperfeito:

Ya echava las tréguas a Dario e a Poro,⁵
ya partié a quarterones la plata e el oro;
mayor tenié la gorga que semejava toro,
non treguava en el siglo a judío nin moro.

conquistou todo o mundo, subjogou a todos;
também, para acabar, sabia escrever bem.

Do príncipe Alexandre que foi rei da Grécia,
que foi franco e ardiloso, e de grande sabedoria,
venceu Poro e Darío, dois reis de grande poder,
nunca se submeteu a ninguém.

⁵ Já dava tréguas a Dario e a Poro,
já repartiu com os seus pares a prata e o ouro;
grande tinha a garganta que assemelhava a de um touro,
não dava tréguas nem a judeu nem a mouro.

Ya contava por suya torre de Babilón,
India e Egipto, la tierra de Sión,
África e Marruecos, quantos regnos y son,
quanto que Carlos ovo bien do el sol se pon.

Mesmo narrando a vida de um imperador e guerreiro pagão, o clérigo não deixa de seguir a proposta didática e cristã, objetivo da **clerecía**, uma das características das obras do seu século, e despertar no ouvinte o amor a Deus. Essa percepção da realidade histórica era própria desse período da Idade Média:

En poder vil omne no metas tu fazienda,⁶
ca dart´a mala çaga, nunca prenderás emienda,
falleçert´a la cueita como la mala rienda,
echart´a en lugar onde Dios te defienda.
[...]
Quando fueres alcal siempre judga derecho.
Non te vença cobdiçia, nin amor nin despecho;
Nunca mucho non quieras gabarte de tu fecho,
Que es grant liviandat e non yaz`y provecho.

Já contava como sua a torre de Babilônia,
India e Egito, a tierra de Sião,
África e Marrocos, quantos reinos havia ali,
quanto Carlos teve onde o sol se põe.

⁶ Não faça empreendimentos vis
porque iniciados nunca emendarás,
morrerás de sofrimento como mau guiado,
fiques no lugar onde Deus te defenda.
[...]
Quando fores julgar sempre julgue direito.
Não te vença a cobiça, nem o amor nem despeito;
Nunca queiras gabar de teus feitos,
Que é grande leviandade e nunca proveitoso.

[...]

Si bien quisieres dar, Dios te dará que des;
si non ovieres oy, avrás d`oy en un mes;
qui es franc`e ardit, a es tienen por cortés;
qui pued`e non quier dar non vale nulla res.

Se bem o clérigo poeta propunha escrever a vida de Alexandre, de uma forma compreensível a seu leitor/ou ouvinte medieval, insere na obra anacronismos e digressões de temas variados, que fazem jus à sua formação erudita. Não porque desconhecesse a diferença entre a realidade histórica e a percepção histórica de seu público, pois o poema em muitos aspectos demonstra a fecunda medievalização do clérigo poeta, mas devido a seu desejo consciente de ficcionar a história, a religião, os negócios, a monarquia e, em fim, todos os aspectos da cultura antiga. É devido a esse seu desejo que narra a Guerra de Tróia, descreve objetos artísticos, descreve cidades, faz descrições geográficas e zoológicas, anteriores a Alexandre. Pode-se dizer que está na fronteira entre a literatura e a história, pois a relação entre ambas é muito difícil de se estabelecer.

Às vezes, na Idade Média, o argumento de uma obra se baseia na vida e nos feitos de um personagem histórico, mas os fatos podem estar modificados, pois é relativo o valor de sua historicidade na literatura dessa época.

Enfim, essa obra está escrita com a utilização da *cuaderna via*. Compõe-se de 2.675 estrofes e 10.700 versos. Nela percebemos, em sentido geral, que a literatura castelhana da Idade Média não se ati-

[...]

Se quiseres fazer o bem, Deus te dará dez vezes mais;
se não tiveres hoje, dentro de um mês terás;
quem é franco é sabido, é conhecido pela cortesia;
quem pode e não quer dar não vale nada.

nha a temas locais e religiosos, mas podia tomar como assunto os grandes temas da literatura europeia de sua época. O poema tem mais de dez mil verso e pela relevância das fontes e pelos assuntos tratados, pela grande erudição que mostra o poeta.

Ainda que o leitor moderno se choque com o processo de transversão medieval de um material clássico e se veja um pouco afastado da leitura pela língua romance, por algumas ações hiperbólicas singelas da narrativa do poeta, como: “Tant corría el cavallo que dizían que bolava;” podemos afirmar que *O Libro de Alexandre* foi um importante marco na literatura da época e constitui um importante documento para que se pense desde a atualidade na vida na história e na forma de expressão do homem da Idade Média.

Referências

- CANTU, Césare, Alexandre Magno. In: _____. *História Universal*, São Paulo: Editora das Américas, 1952, v. 2, p. 453-480.
- LÓPEZ ESTRADA, Francisco. *Introducción a la literatura medieval española*. 3a. ed. renovada. Madrid: Gredos, 1966.
- Libro de Alexandre*. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/libro-de-alexandre--0/>>
- PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. Tradução de Carlos Chaves. São Paulo: Editora das Américas, 1963, p. 9-166, v. 2.
- SOLOMON, Michael R; Juan Carlos TEMPRA. NOMODOS DE PERCEPCIÓN HISTORICA EN EL *LIBRO DE ALEXANDRE*. Disponível em: <<http://digitalcommons.providence.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1198&context=inti&sei-redir=1#search=%22descargar%20libro%20de%20Alexandre%20Magno%20mester%20de%20clerec%C3%83%C2%ADa%20gratis%22>>

RIHGES

IMPRESSÕES ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Heliana Soneghet Pacheco

Glenda Barbosa

Paulo Fernando Reckel Santos

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (RIHGES)*, que desde 1917 é veiculada no estado, não só é um testemunho impresso da história capixaba, como também um testemunho vivo de um periódico, sob o ponto de vista gráfico. A memória gráfica brasileira, pesquisada por designers em projetos por todo o país, analisa revistas, rótulos, jornais, impressos de diversos tipos, que mostram características de um tempo, de uma cultura, de um Brasil que, preservado, se torna eterno. O Núcleo de Identidade Gráfica Capixaba (Nigráfica) faz parte dessa pesquisa através de projetos de professores e estudantes de design da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Em programas de iniciação científica, estudam-se impressos que visam esclarecer sobre o que seria a identidade gráfica do Espírito Santo. Essa é uma questão a ser respondida ao longo dos anos, em partes, por meio de cada assunto focalizado. Nesse contexto, a *RIHGES* traz o inevitável exercício gráfico de um periódico de quase 95 anos, levando em conta influências sociais, políticas, históricas e tecnológicas.

Como publicação regional de uma iniciativa nacional — a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, lançada ainda no século 19 — a *RIHGES* apresenta características gráficas comuns à revista “mãe”. Tão ou mais interessante do que isso é a possibilidade de comparação e observação das diferenças, em vez das similaridades, pois lá estão os elementos gráficos regionais, os que falam do Espírito Santo no momento em que foram impressos.

Todo o acervo da revista, que pode ser encontrado na biblioteca do IHGES, foi pesquisado. Por intermédio de uma metodologia

em que um formulário de coleta de dados gráficos foi desenvolvido especificamente para esse projeto, além de levantamento fotográfico de todos os modelos de projeto implementados, obteve-se dados para análise gráfica tanto da capa, como do miolo das publicações.

Dados numéricos revelam a trajetória gráfica

Alguns dados são importantes para que se possa entender a trajetória da revista no seu contexto editorial. Até hoje, o IHGES publicou 56 números, de 1917 a 2010, mas nesse mesmo período são contadas 64 edições em razão de quatro delas conterem mais de um número, como no caso das publicações trienais de 1962 a 1969. Nesse período, foram editadas três revistas cujo conteúdo se refere a três anos consecutivos: n.º 22/24 (1964), n.º 25/27 (1967) e n.º 28/30 (1969). E, depois de um longo tempo sem publicar, mais de 10 anos depois, a edição 31/33 foi lançada em 1982, também na forma trienal, compreendendo todo o conteúdo reunido de 1980 a 1982. Após isso, com a edição 34 (1983), a revista voltou a ser anual.

Contabilizou-se, também, o número de estilos da capa. No total, existem seis tipos com adornos orgânicos, tendo apenas um a ilustração do Convento de Nossa Senhora da Penha, e o restante, o brasão do instituto. São 23 capas com adornos geométricos, sendo que 17 apresentam um mesmo formato e de forma sucessiva.

Há três tipos de imagem utilizado de capa: uma ilustração do Convento da Penha contido numa circunferência com traços simples, o brasão do IHGES e o mapa do Espírito Santo em cor chapada, sem divisão política ou regional. O brasão do IHGES foi a imagem mais reproduzida em capas e aparece, ao longo dos anos, em diferentes tamanhos, categorizados em pequeno, médio e grande brasões. Sempre centralizado na capa, com pequena variação quanto a

sua disposição, o brasão aparece 48 vezes, enquanto o mapa tem sua aparição a partir do n.º 52 (1999) até o n.º 58 (2004), o que totaliza sete publicações. Depois disso, o brasão retorna às capas da *RIHGES*.

Ainda na capa, percebe-se a presença da epígrafe 15 vezes sucessivas, com apenas uma interrupção nas edições 13 (1940) e 14 (1941), aparentemente sem uma justificativa clara. A epígrafe também apresenta alterações quanto a sua disposição no layout da capa, mas em todos os casos mantêm-se entrelinha, tipografia e tamanho do corpo da letra, sempre em grau de hierarquia médio.

O nome “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*” está, em geral, dividido em duas partes: “Revista” e “do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo”, que se convencionou chamá-los de título e subtítulo, respectivamente. Assim, o título é disposto de duas a quatro vezes maior que o subtítulo em 30 exemplares, além das suas variações quanto a tipografia e peso.

Entretanto, no miolo os dados são menos variantes, mas não menos ricos. O número de colunas, por exemplo, passa de duas para uma após a quarta edição. E a quantidade de tipografias utilizadas para título e subtítulo varia bastante, numa média de sete tipos diferentes, até o n.º 6 (1927). Em contrapartida, o texto do miolo permanece inalterado durante praticamente todos os anos de publicação, com variação ínfima quanto a corpo, entrelinha e margem. Por causa da encadernação sofrida de muitos exemplares para a adequação ao acervo da biblioteca do Instituto, as margens superiores e inferiores se estendem e encurtam diversas vezes, tornando-se impreciso discutir a respeito de tal variação.

Elementos gráficos e suas mudanças

Inspirada na *RIHGB*, a revista do Espírito Santo apresenta semelhanças gráficas com a revista nacional. Pode-se ver, por exemplo, que a capa da *RIGHB* é composta pelo título com destaque para a palavra “Revista”, o uso de citação e do selo formado por dois círculos um ao lado do outro, em que no primeiro vemos texto e imagem e, no segundo, apenas texto. Essa disposição gráfica perdura com poucas mudanças ao longo dos seus 172 anos de existência. As capas da *RIHGES*, por sua vez, ao longo dos seus 94 anos, usaram elementos semelhantes, mas se caracterizaram muito mais por apresentar padronizações por períodos. Um tipo de disposição é usada em determinada época e depois muda para outra, mas mantendo uma estrutura básica. Essa estrutura, geralmente, apresenta quatro elementos principais: o cabeçalho, onde temos o título “Revista” e o subtítulo “do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo”, depois uma imagem, às vezes uma epígrafe e, por último, o rodapé (imagem 1).

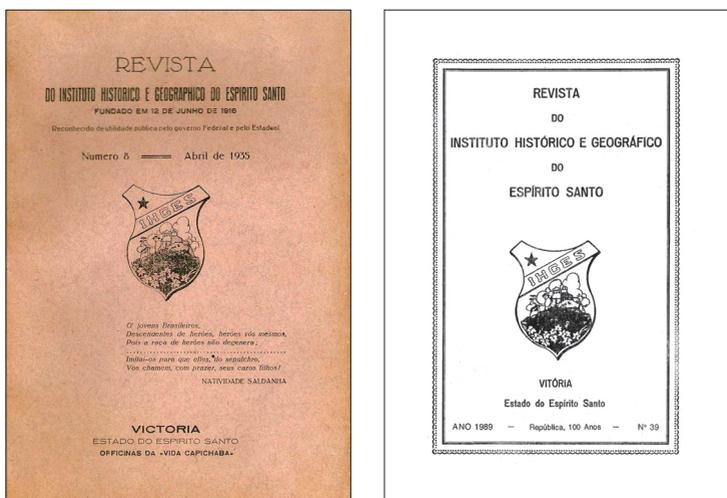
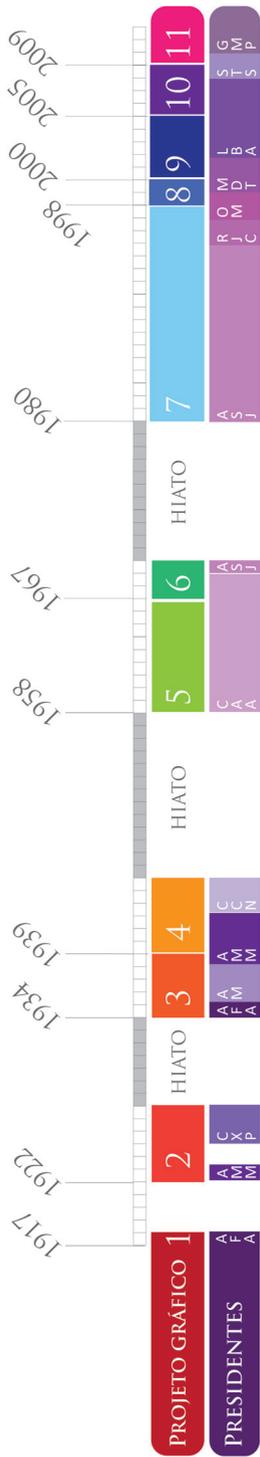


Imagem 1: capas da *RIHGES* números 8 e 39.

RIHGES

LINHA DO TEMPO DE MARCOS DE MUDANÇA GRÁFICA



| | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Antonio Francisco Athayde | Carlos Xavier Paes Barreto | Celso Calmon Noqueira da Gama | Alberto Stange Júnior | Ormando de Moraes | Léa B. R. de Alvarenga Rosa | Getúlio Marcos Pereira Neves |
| Arquímimo Martins de Mattos | Arnulfo Mattos | Ceciliano Abel de Almeida | Renato José C. Pacheco | Miguel Depes Tallon | Sebastião Teixeira Sobreira | |

Imagem 2: linha do tempo

Na sua primeira edição, há o uso do selo em formato circular, como na *RIHGB*, mas posteriormente a *RIHGES* passa a seguir uma trajetória própria. Impressa em oito gráficas diferentes ao longo dos anos, e sob o comando de 15 mandatos de presidência, observa-se que as mudanças gráficas estão também ligadas a esses fatores. Numa comparação entre tais acontecimentos, identifica-se que há uma relação muito forte entre as mudanças gráficas, as mudanças na presidência do Instituto e o retorno de publicação depois de grandes hiatos. A imagem 2 comprova essa relação.

Na imagem 2, fica claro que as mudanças do projeto gráfico da revista coincidem com a incidência de hiatos (termo usado por Getúlio Marcos Pereira Neves em seu livro *Notícia do IHGES — 2003*). Isso é muito natural, pois se trata de uma atualização e adequação do layout às influências vigentes, ora por conta dos avanços tecnológicos, ora por conta da necessidade de renovar a identidade gráfica da revista. Os grandes hiatos registrados foram de 1918 a 1922, período entre a primeira e segunda edição; 1945 a 1957, entre o n.º 16 (1944) e o n.º 17 (1957), tendo esta reunida todas as notícias referentes aos anos sem publicação; e 1970 a 1981 — a década de 1970 foi o único período em que o instituto funcionou sem editar a revista. Também a própria contextualização histórica do impresso é um aspecto a ser considerado para entender as escolhas gráficas. Por exemplo, num momento histórico em que a art nouveau está em voga, encontra-se na *RIHGES* exemplos de tal influência.

O projeto gráfico da *RIHGES* sofre outras influências, ainda no seu surgimento, já que é inspirada na publicação nacional, repetindo alguns dos elementos, mas ousando em outros. Já em seus primeiros números, a revista apresenta elementos ornamentais e tipografias originais com referências artísticas, como os adornos no estilo art nouveau. O presidente do instituto, à época da primeira edição, era Antonio Francisco de Athayde e, já na segunda e tercei-

ra, o presidente era Arquimimo Martins de Mattos. Mesmo com a mudança de presidentes, as capas se assemelham pela continuidade do uso de adornos — exclusivo da edição capixaba, uma vez que a *RIHGB* não adotava tal recurso — variando apenas em detalhes de evidência maior ou menor de elementos florais e espessura das linhas. A sensibilidade da versão capixaba ao art nouveau foi mais forte que o uso de soluções que se remetesse ao modelo nacional.

Do n.º 4 (1925) ao n.º 6 (1927), verifica-se uma sequência com o mesmo projeto gráfico, contendo grande diversidade de tipografias em tipos móveis ou feitas a mão (letreiramento). No sétimo número, Antonio Francisco de Athayde retorna ao posto de presidente do IHGES e há uma mudança em termos de disposição de elementos. Além de retirar os adornos, o que torna a capa mais sóbria e nivela a distribuição dos elementos, surgem mais textos, como a referência ao reconhecimento de utilidade pública da revista e a data de fundação do instituto. Antonio Francisco de Athayde volta ao posto, mas de 1917 a 1934 muita coisa mudou no Brasil. Passaram-se quase duas décadas, e naquele momento os olhares estavam voltados para dentro da nação. Desde 1930, o Brasil era chefiado pelo governo provisório de Getúlio Vargas que, em 1934, assume a presidência da República, sendo promulgada a Constituição de 34, com o getulismo reforçando o nacionalismo. Enquanto o Brasil se voltava para a expressão da sua própria identidade, graficamente a revista começa um período de experimentações. Os adornos das capas e miolo desaparecem e, nas aberturas de capítulos, soluções discretas são usadas, mas com variações a cada número lançado.

Da edição 7 (1934) em diante, os recursos decorativos não retornam mais, salvo algumas exceções, como os números 12 (1939) e 16 (1944). Essas edições resgatam os títulos cheios de elementos decorativos, certamente mais contidos que nas publicações anteriores, em que é possível notar arranjos florais, rebuscados contornos pela página e detalhes preenchendo trechos de página em branco (imagem 3).

Agora, os adornos ficam limitados aos títulos, servindo de abertura de capítulo ou seção, com linhas mais geométricas feitas com fios tipográficos em composições mais simples, como é possível ver na imagem 4.

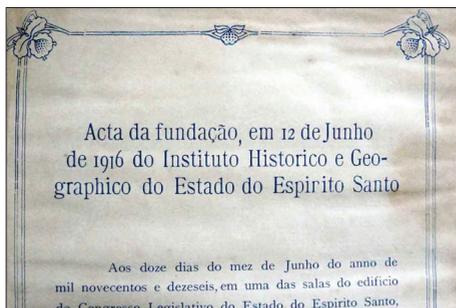


Imagem 3: elementos decorativos das primeiras revistas.



Imagem 4: títulos decorados, números 12 e 16, respectivamente.



Para entender um pouco melhor as diferenças que ocorrem de projeto para projeto, em 1958, por exemplo, registra-se o primeiro ano do mandato da presidência de Ceciliano Abel de Almeida, quando a *RIHGES* surge com o layout de capa totalmente diverso do ano anterior (n.º 17) e do ano seguinte, como é possível notar na imagem 5. Além de no miolo com algumas modificações simples, mas evidentes.

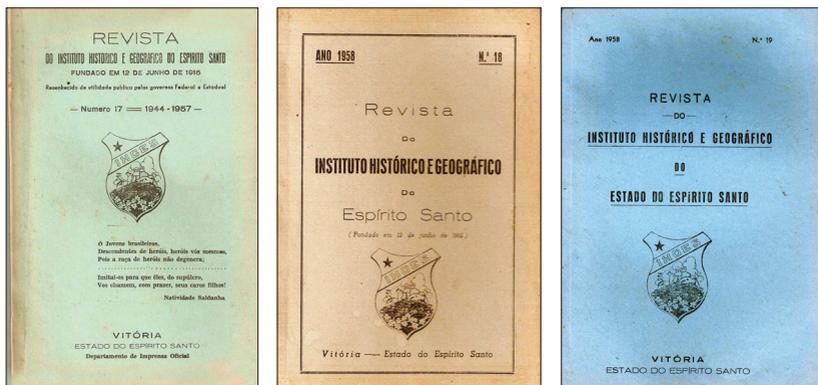


Imagem 5: capas da RIHGES números 17, 18 e 19.

Comparando as duas capas sucessivas dos números 18 e 19, ambas de 1958, nota-se o desaparecimento da epígrafe adotada desde a primeira edição da revista. A organização hierárquica também muda, pois o número e o ano passam para o topo da capa e o título (“Revista”) e o subtítulo (“do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo”) apresentam uma nova hierarquia em si. Importante, ainda, destacar não haver mais uma divisão estética muito clara entre os dois, uma vez que “Revista”, “do” e “Espírito Santo” são dispostos em linhas separadas e pertencem à mesma tipografia, dando um enfoque maior a “Instituto Histórico e Geográfico”.

Outro aspecto a ser ressaltado é a nova proporção que os elementos da publicação adquirem, pois, sem a epígrafe e outras pequenas informações, o cabeçalho fica mais espaçado, ocupando mais da metade da capa, enquanto no n.º 17 (1957) ocupa apenas

cerca de 30%. Já no miolo, observam-se algumas alterações básicas, como o título em corpo maior, negrito, caixa alta e baixa, e tipografia diferenciada, ao contrário da edição anterior. O corpo do texto também está maior, em aproximadamente dois pontos.

A ausência de adornos se estende até 1964, quando voltam de forma mais discreta, no estilo geométrico. Nesse período, houve cinco trocas de um total de nove diferentes mandatos de presidência no instituto, coincidentes com os anos de alteração da revista. Pode-se dizer que foi uma fase de experimentação, pois das 16 publicações, seis apresentam alterações tanto no layout da capa quanto no miolo. Na capa, disposição de elementos, dimensões do brasão, variações tipográficas e de tamanho da fonte em títulos e subtítulo e no cabeçalho. No miolo, apresentação de textos ora sublinhados, ora não, em negrito, expandidos ou condensados. Também variações quanto às margens superiores, que sinalizavam a abertura de um novo capítulo, e nos espaçamentos entre linhas e parágrafos, que era, em geral, proporcional ao tamanho da fonte. Quanto maior o corpo, maior era o espaçamento entre as linhas do título (imagem 6).

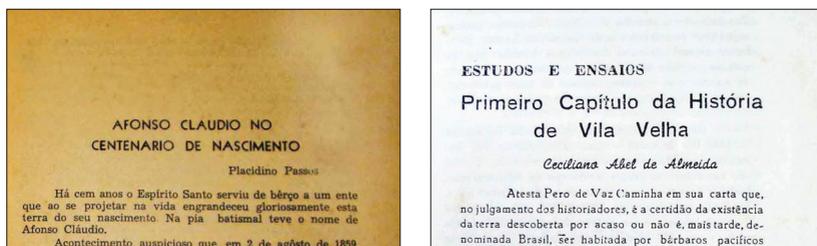


Imagem 6: diferentes aberturas de capítulos.

A partir do n.º 17 (1957), é possível identificar um determinado padrão entre os artigos e as matérias. No entanto, as escolhas quanto a tipografia, entrelinha, alinhamento e corpo dos títulos e subtítulos vão se alternando ao longo dos anos. Em 1969, essas variações chegam a acontecer de artigo para artigo, o que se estende até 1999, isto é, 19 publicações depois.

Ainda em relação ao miolo, percebe-se como as imagens são utilizadas na revista. De 1917 a 1958, elas eram inseridas no miolo da *RIHGES* de maneira a complementar texto e homenagear figuras importantes do cenário capixaba e brasileiro ligadas ao instituto. Essas imagens eram postas em páginas separadas do texto em papel acetinado com legendas e títulos, com molduras ora ovais, ora retangulares.

As páginas de papel acetinado eram exclusivamente utilizadas para as imagens e preenchidas somente na frente, deixando o verso em branco — por isso, era mais comum as imagens aparecerem em páginas ímpares. Essas imagens podiam ser pinturas, retratos, fotos de paisagem e mapas. As pinturas e os retratos de paisagem das publicações originais, em geral, possuíam orientação horizontal e disposição vertical na página da revista. Os retratos tinham como principal objetivo homenagear ou registrar os membros da diretoria no período vigente e podiam aparecer sozinhos, como no caso do patrono Domingos Martins, ou em fotomontagens em composições bem semelhantes. É possível visualizar essas aplicações na imagem 7. Por fim, os mapas eram dispostos das formas mais interessantes. Sempre respeitando o formato e a necessidade de mantê-los com todos os detalhes, podiam aparecer em uma página inteira, às vezes em duas, ou ainda propondo diferentes dobras para se adequar ao formato da revista (imagem 8). Quanto à capa, as mudanças vão ocorrendo, mas permanecendo por períodos mais longos. A partir do n.º 22/24 (1964), como já dito, a revista passa por um período de publicação trienal que se estende por quatro publicações, até 1982. As três primeiras revistas trienais ainda sofrem as consequências do período de experimentações dos anos anteriores a 1964. Já em 1982, a edição 31/33, primeira publicação após o terceiro grande hiato que durou toda a década de 1970, assume um modelo bastante sóbrio apenas com informações elementares, sem muita variação do tamanho da letra, e a mesma tipografia para

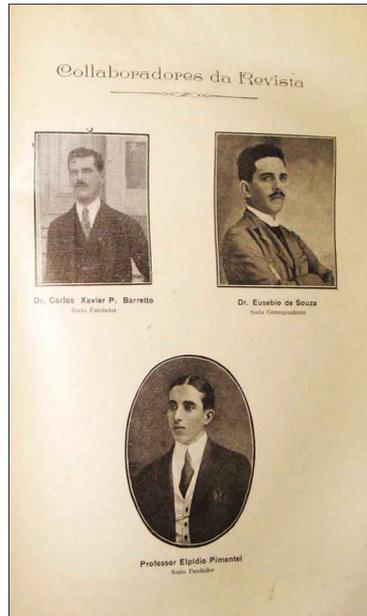


Imagem 7: retratos e fotomontagens.

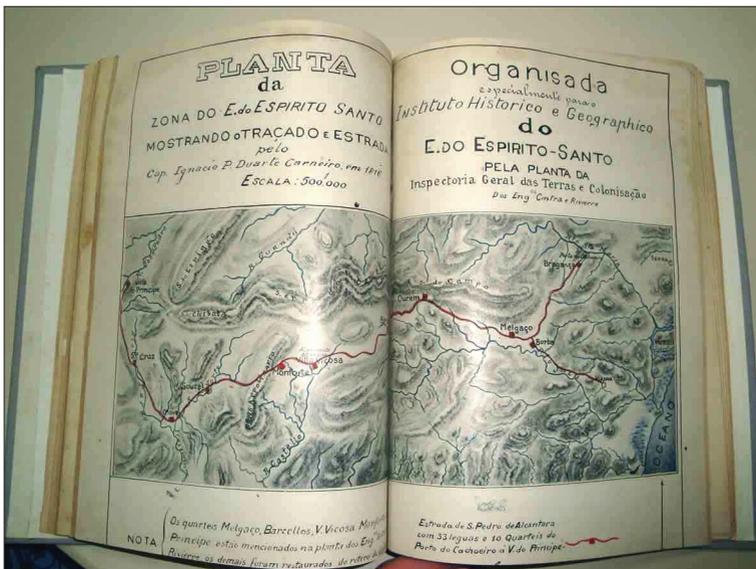


Imagem 8a: mapa em página dupla.



Imagem 8b: mapa com duas dobras verticais, para se adequar ao formato da revista.

toda a capa. Esse estilo se estendeu por 15 anos, ao longo de 16 publicações, com somente quatro mudanças na presidência. Em 1998 e 1999, a capa da *RIHGES* adquire um layout mais minimalista e uma mancha gráfica bastante centralizada, com margens bem largas. Entretanto, a forma e a disposição dos elementos permanecem os mesmos, com adornos superiores e laterais, elementos esses bem reduzidos em relação às dimensões mais recorrentes. Isso se reflete no miolo, com os textos compostos também em fontes sem serifa, fato bastante incomum até então. Tanto textos como títulos variam entre serifada e não serifada. O resultado são seções graficamente independentes, cada uma com sua própria identidade.

O número 51, em 1999, apresenta, pela primeira e única vez na história da *RIHGES*, uma capa preta com grafismo em branco, comportando-se como uma versão em negativo da edição anterior. Nesse período, o instituto estava sob a regência de Miguel Depes Tallon sendo que, no ano seguinte, sobe à presidência Léa Brígida de Alvarenga Rosa, permanecendo no cargo até 2005, justamente quando a revista registra uma de suas capas mais peculiares ao longo de seus 95 anos. O número 52, também de 1999, inova nas cores, no fundo, na imagem e nos elementos, ou seja, uma composição completamente nova. Com a impressão em papel supremo, característica já recorrente desde a edição 35, a capa faz alusão à bandeira do Espírito Santo, com três faixas horizontais em azul, branco e

rosa, com o mapa do estado centralizado todo em verde no lugar do brasão do IHGES, tomando cerca de 50% da capa. O título “Revista” e o número da edição ganham bastante destaque, quase no mesmo tamanho, duas vezes maior que o subtítulo. Tudo em branco. Essa é a primeira capa impressa em policromia, isto é, a utilização de mais de uma cor. Esse estilo de capa se estende por mais seis publicações, com as letras ora em branco, ora em preto, além de pequenas alterações na tipografia.

As capas das edições 59, 60, 61 e 62 retornam com o uso do brasão, mas permanecem aderindo à nova proposta de fundo colorido e poucos elementos, além da opção pela maximização dos elementos. Agora na mesma proporção que o mapa, tomando quase toda a área da capa e impresso em preto, o brasão se destaca com os mínimos detalhes de seu desenho, enquanto o fundo, o cabeçalho e número permanecem iguais ao layout anterior.

A mais recente mudança ocorreu no n.º 63 (2009), no atual mandato de Getúlio Marcos Pereira Neves. Nessa edição, a revista apresenta a atual programação visual com um tom ainda mais simples. Os elementos estão centralizados horizontalmente na página e reduzidos ao máximo, ocupando somente a área superior da capa e um rodapé na extremidade inferior. Cortada por duas faixas (azul e rosa), juntas medindo 1,5 cm de espessura, a capa de fundo branco traz, sobreposto às faixas, o brasão em sua menor dimensão até então já vista (imagem 9).

Aspectos tecnológicos

Segundo os pesquisadores coordenados pelo professor José Antonio Martinuzzo, em seu livro *Quase 200*, a imprensa na história (2008), a indústria da imprensa capixaba tem seu início com

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



63

R. IHGES, Vitória, n. 63, p. 9-284, 2009

Imagem 9: capa da edição número 63. Atual configuração da *RIHGES*.

a gestão de Jerônimo Monteiro (1908 a 1912), que promoveu a urbanização de Vitória e, entre outras obras, criou um parque gráfico.

Ao longo de sua trajetória, a *RIHGES* não muda muito de gráficas e tecnologia. O primeiro número foi feito na Artes Gráficas de Vitória, com composição manual tipográfica e uso de clichês, sendo essa uma das principais características da revista durante um bom tempo.

Em 1934, passa a ser publicada na Oficina da Vida Capichaba, na qual divide o espaço com a então *Revista Vida Capichaba (RVC)*. Enquanto a *RVC* apresentava os mais variados tipos de recursos tipográficos, ornamentais e ilustrativos para atrair seu público-alvo, a *RIHGES* assume um projeto gráfico mais contido com poucos elementos decorativos e uma maior discricção, dando enfoque para o que publicava e não como publicava. Ou seja, embora certos recursos tecnológicos estivessem disponíveis, a escolha gráfica sóbria parece ter sido uma opção editorial. O que também parece apenas uma opção editorial, e que durou pouquíssimo tempo na *RIHGES*, foi a utilização de orelhas, que deixou a revista com mais aspecto de livro. A adoção desse elemento só esteve presente nos números 57, 58 e 59, sem apontar nenhuma relação com o projeto gráfico.

Após esse período, o grande impacto tecnológico se deu já na década de 1990, com o advento do computador e o aprimoramento das ferramentas de edição e formatação de texto, as possibilidades na diagramação se multiplicaram, mas, outra vez, a sobriedade é mantida. A consequência é uma revista que, nas suas mais recentes edições, após um grande período de experimentações, até o final dos anos 1990, vai se tornando gradativamente menos experimental. Isso se dá ao mesmo tempo em que a *RIHGES* é reconhecida oficialmente como revista científica. Tal reconhecimento vem com o momento em que um amadurecimento gráfico se faz necessário e definições de mancha gráfica, fonte etc. começam a ser delineadas em um projeto gráfico a ser seguido. Entretanto, embora vindo mo-

mentos de experimentações nestes anos todos, nota-se claramente uma identidade própria da revista, identificada no uso de elementos gráficos que valorizam o texto de maneira clássica, com predominância do uso de uma coluna apenas, texto justificado e imagens num segundo plano. Ou seja, a sobriedade visual que caracteriza uma revista científica que trata dos assuntos que a *RIHGES* trata, sempre existiu, de alguma maneira, nos seus exemplares.

Conclusão

As opções gráficas da *RIHGES* mostram uma personalidade própria que, com os recursos tecnológicos disponíveis, avançados ou não, sempre preferiu uma representação sóbria de suas edições, mesmo quando inovava ao implantar adornos orgânicos e geométricos nas capas e no miolo. As mudanças na presidência, os grandes hiatos e a adequação dos projetos gráficos à contemporaneidade foram os principais fatores das mudanças gráficas observadas. Entretanto, essas mudanças sempre foram escolhas feitas para que determinado perfil gráfico se mantivesse. Mesmo quando sofre influência, como, por exemplo, pela *RIHGB*, a *RIHGES* adquire sua própria identidade, registrada em cada número. O caráter científico da revista, por exemplo, pode ter vindo dessa influência recebida da revista “mãe”, mas, na sua trajetória, há a busca clara por um jeito capixaba de existir. No mundo gráfico dos impressos nacionais de longa duração, sem dúvida alguma, a *RIHGES* se apresenta como uma referência de publicação que busca, permanentemente, a construção de uma identidade autônoma em que tendência e modernidade dialogam de forma franca com o passado e a tradição.

UM BREVE ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL DE JORGE BAHLIS (1901-1952)

*Marisângela T. A. Martins**

Resumo: Nascido em Trípoli, no Líbano, em 1901, Jorge Bahlis fixou residência na cidade de Porto Alegre a partir de 1910, destacando-se pelas atividades desenvolvidas, principalmente, no magistério, na literatura, na política e na pesquisa histórica. O presente artigo apresenta algumas das facetas desse imigrante sírio e faz um breve estudo de sua trajetória. A intenção é compreender como possibilidades, escolhas e manipulação de recursos se articularam e permitiram a Bahlis ocupar determinadas posições sociais ao longo de sua vida.

Palavras-chave: Biografia. Literatura. PCB. IHGES. IHGRS.

Algumas considerações iniciais

Ao longo de sua vida, Jorge Bahlis (1901-1952) foi, entre outras coisas, filho, sírio, emigrante, imigrante, aluno, professor, esposo, pai, escritor, militante político, brasileiro naturalizado, diplomata, historiador. Não necessariamente nessa ordem. O objetivo do presente artigo é fazer um breve estudo da trajetória deste antigo sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nascido na cidade de Trípoli, no Líbano, mas radicado desde os nove anos de idade na capital do Rio Grande do Sul.

* Doutoranda em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.

O imigrante

Nos primeiros anos do século XX, Síria e Líbano ainda não haviam se desmembrado. Faziam parte do Império Turco-Otomano, cujo domínio era extremamente violento, principalmente para os cristãos. Em 5 de fevereiro de 1901, Philomena Bahlis, esposa de Gabriel Bahlis, deu à luz o pequeno Jorge na cidade de Trípoli. Mas sua permanência em terras turcas não se estendeu por muito tempo. Dois anos depois, juntamente com outras famílias, igualmente fartas do jugo otomano, o casal deu adeus à cidade natal do primogênito e rumou para o continente americano.

A parada imediata foi a Argentina, país que lhes deu abrigo por três anos. Em 1906, a família Bahlis transferiu-se para o México e por lá ficaram até 1910. Jorge Bahlis aprendeu as primeiras letras em espanhol e ainda estava em idade escolar quando seus pais decidiram mudar-se novamente. O clima político no México começava a ficar instável, devido à crescente oposição a Porfirio Díaz, presidente desde 1876 e chefe de um governo que privilegiava a especulação estrangeira e favorecia a concentração de terras, gerando crescente insatisfação popular. Quando deixaram aquele país, eclodia a Revolução Mexicana, comandada, entre outros, por Francisco Madero, Emiliano Zapatta e Pancho Villa.

O novo destino dos Bahlis foi o Brasil, terra que seus conterrâneos árabes diziam oferecer muitas oportunidades de se ficar rico. (SCHILLING, 2007, p. 23). Mesmo antes de deixar o México, Gabriel, que era comerciante, já havia preparado terreno para se estabelecer em Porto Alegre com uma casa comercial. E no Brasil ele e os seus acabaram se fixando.

Diferente do pai, Jorge Bahlis não se dedicou à atividade comercial. Os recursos financeiros do comerciante permitiram proporcionar ao filho a melhor educação possível, uma meta de honra entre os

membros das comunidades árabes. (SCHILLING, 2007, p. 28 e 36). Jorge diplomou-se em Ciências Econômicas e Comerciais no Rio de Janeiro e, em 1920, abriu o Curso Rápido Comercial no centro de Porto Alegre, um estabelecimento de ensino com cujos rendimentos o recém formado tirou o sustento dele e da família até sua morte, em 1952.

Dois anos depois de fundar o Curso Rápido Comercial, o imigrante sírio realizou uma longa viagem à Europa, à África e à Ásia, passando uma temporada em sua terra natal. Voltou de lá casado com a cristã ortodoxa Victória Bahlis e, alguns meses depois, o jovem casal já embalava sua primeira filha, Ionne. Até o final da década de 1920, nasceram Graziela, Gibran e Alceu, que ganharam, ainda, a companhia dos primos Teodoro Nahas, Amália Nahas e Marino Nahas, filhos da irmã de Victória que morava na Argentina e havia falecido. Juntamente com os pais de Jorge e com o nascimento de Iris e Osiris, em 1937 e 1939, respectivamente, eles formaram uma extensa família.

O Curso Rápido Comercial forneceu os subsídios econômicos necessários para manter a família. As atividades de Jorge, contudo, não se limitaram ao magistério. Era um autodidata. Falava espanhol, português, francês e árabe. Realizava pesquisas históricas, colaborava em vários jornais e revistas e escrevia textos literários, além de atuar intensamente na política.

O imigrante professor

Aos 19 anos, Jorge Bahlis, já diplomado, começou a lecionar em seu Curso Rápido Comercial. Para o estabelecimento afluíram rapazes desejosos de se tornarem bancários, guarda-livros (denominação de então para os atuais contadores), auxiliares de escritório, capatazes rurais ou ainda aqueles que se preparavam para concursos diversos. No dia-a-dia, Bahlis teve perspicácia para identificar

um campo inexplorado na época, a educação por correspondência. O professor enviava material didático, recebia as respostas dos alunos e remetia suas correções pelos correios. Segundo as lembranças de sua filha Iris, quando havia muitos concursos, “entrava bastante dinheiro” e seu pai tinha um considerável retorno financeiro.¹

Por três décadas o Curso Rápido Comercial fez sucesso na capital gaúcha e formou inúmeros profissionais. Quando do falecimento de seu fundador, a imprensa local destacou a criação do Curso como um dos benefícios que o professor havia proporcionado à cidade, além de haver sido ele uma “expressão” do magistério de Porto Alegre.² Duas décadas depois, o vereador João Dib apresentou o Projeto de Lei n.º 99 à Câmara dos Vereadores, propondo que uma rua da zona sul da capital gaúcha fosse denominada “Jorge Bahlis”.³ A criação e a direção do Curso Rápido Comercial por cerca de três décadas foi um dos motivos elencados pelo parlamentar para justificar a homenagem. Além da atuação no magistério, Dib ressaltou as contribuições de Bahlis como literato, historiador e diplomata, outras faces desse imigrante, naturalizado brasileiro em 1932, das quais trataremos a seguir.

O professor literato

As atividades do professor Bahlis no meio literário iniciaram no mesmo ano em que ele inaugurou sua escola de ensino profissionalizante. Pode causar estranhamento o fato de um indivíduo

¹ Entrevista com Osiris Bahlis e Iris Bahlis Cafruni concedida à autora em 19 de março de 2010.

² Necrologia. Prof. Dr. Jorge Bahlis. *Correio do Povo*, 01/08/1952, p. 7.

³ Câmara Municipal de Porto Alegre. Projeto de Lei do Legislativo n.º 99/1972 apresentado pelo Vereador João Dib e aprovado pelo Prefeito Telmo Thompson Flores em 5 de janeiro de 1973.

formado em Ciências Econômicas e Comerciais dedicar-se à literatura. Mas, de acordo com Sérgio Miceli, a educação humanista e as transformações por que passava o mercado de postos destinados àqueles que possuíam diplomas superiores forçaram os diplomados, sobretudo aqueles oriundos das áreas de engenharia, medicina e direito, a explorar outros domínios. (MICELI, 2001, p. 116-118). Acrescenta-se a esse aspecto conjuntural o interesse que Bahlis nutria por qualquer assunto, uma característica que impressionava seu amigo Caetano Berlese.⁴

O diploma havia possibilitado com que o imigrante sírio se colocasse num determinado mercado de trabalho e com ele se mantivesse economicamente. Mas, para adentrar no mundo literário, fez-se necessário que o jovem escritor buscasse investimentos de outra natureza. Para isso, ele precisaria dominar as regras que pautavam as práticas nos meios intelectualizados de então. E, já em sua obra de estreia, o drama em três atos *Coração e Dever*, Jorge Bahlis parecia saber os passos de deveria dar no novo terreno.

Naquele início da década de 1920, Porto Alegre era uma cidade literariamente dividida entre o simbolismo e o regionalismo (termo comumente usado para classificar contos e poesias inspirados na vida rural sul-rio-grandense). Os principais autores publicavam a maior parte de sua produção na imprensa. Havia poucas tipografias, e elas não se responsabilizavam pelas obras. Tanto os custos da impressão dos exemplares, quanto a distribuição dos mesmos, ficava a cargo do escritor. Bahlis financiou a impressão de seu primeiro texto, um drama para ser encenado, gênero cuja valorização decaía naquele momento, embora o volume de peças nos primeiros trinta anos do século XX tenha sido significativo no Rio Grande do Sul. Se-

⁴ *Diário Popular*, 14/09/1952. Matéria disponibilizada por Osiris Bahlis e Iris Bahlis Cafruni por ocasião de entrevista concedida à autora em 19 de março de 2010.

gundo João Roberto Faria, buscava-se fazer do teatro uma arte cada vez mais autônoma, distanciada da literatura. (FARIA, 1996, p. 73).⁵

Ao publicar *Coração e Dever*, peça que trazia à tona a questão religiosa baseada na perseguição dos cristãos armênios pelos turcos, Jorge Bahlis dedicou-a ao veterano poeta simbolista gaúcho Zeferino Brasil e o convidou para escrever a apresentação da obra. Brasil, escritor de renome e frequentador da prestigiada Livraria do Globo, compôs uma elogiosa introdução ao livro, texto que não apenas preparava os leitores, mas permitia que seu prestígio de poeta reconhecido e sua autoridade de membro fundador da Academia Rio-Grandense de Letras assegurassem a qualidade da peça, garantindo, assim, que as portas do universo literário porto-alegrense se abrissem para o amigo estreante.

De 1920 a 1929, Bahlis publicou nove obras, entre elas contos, poemas, peças teatrais, novelas e coletâneas de ensaios e crônicas.⁶ Todas foram oferecidas para representantes de diversas vertentes literárias e pessoas influentes em vários meios, iniciando, ou dando continuidade a, um sistema de trocas simbólicas, caracterizadas pelos procedimentos “dar-receber-retribuir”.⁷ Bahlis usava de sua condição de iniciante e do poder de consagrar os homenageados como

⁵ De acordo com esse autor, até fins do século XIX, não se colocava em dúvida o caráter literário do teatro. Tanto o drama, como o lírico e o épico, dividiam as atenções dos estudiosos da literatura, e as peças eram julgadas por seus méritos literários.

⁶ A produção literária do escritor de origem síria na década de 1920 abarca os títulos *Coração e Dever* (1920), *Ondas e Espumas* e *Dentro do Sonho* (1924), *No Vendaval da Vida* e *Revolta em Marcha* (1925), *Os Semideuses* e *Ave Libertas!* (1926), *Amizade* (1927) e *Cláudio* (1929).

⁷ De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, em cujas reflexões sobre o assunto nos apoiamos, o ato inicial na cadeia de trocas é o dar, procedimento que obriga não somente à retribuição, mas à retribuição com acréscimo, criando obrigações e retendo aquele que recebe como um devedor. Trata-se de uma relação que não se estabelece de forma calculista e racional, mas em termos e em condições implícitos e indizíveis, silenciosamente compartilhados. (BOURDIEU, 1996, p. 160 e 162).

mestres que essa posição lhe permitia. Em contrapartida, os merecedores de suas manifestações de admiração retribuíaam consagrando o literato estrangeiro através de críticas elogiosas. Eles colocavam todo o prestígio, o renome e a autoridade acumulada nas carreiras construídas nas mais diversas áreas como garantia. Mais do que gentilezas, as homenagens eram como dádivas que o autor ofertava, através das quais ele esperava uma retribuição justa: ser reconhecido como legítimo participante do jogo, consolidar posições e reforçar laços de amizade, algo extremamente importante para um imigrante.

Ao escrever seus textos, o escritor sírio não deixava de lado seus valores, suas convicções religiosas e políticas. Algumas de suas publicações, inclusive, foram dedicadas a refletir sobre determinados princípios. No ensaio *Amizade*, de 1928, por exemplo, Jorge Bahlis afirmava conceber essa forma de relação em três graus: um mais convencional, para o qual bastava a simpatia de parte a parte; um grau mais elevado, em que as partes se identificavam em vários pontos de importância; e o mais elevado, o da amizade “Sublime”, rara, incondicional e desinteressada, possível de ser encontrada entre pessoas de mesmo nível moral, mesmo temperamento e caráter, mesmas inclinações e desejos. (BAHLIS, 1928). Tal concepção não se limitava às relações restritas ao domínio do privado e do profissional. Bahlis também encarava nesses termos questões do terreno da política.

Muitos de seus escritos foram marcados por um forte patriotismo. O amor à Síria e a indignação em relação ao domínio turco-otomano deram tônica a obras como *Coração e Dever* e *Ondas e Espumas*, coletânea de textos escritos desde 1920, embora publicados somente em 1924. Em um deles, intitulado “Síria”, redigido em Trípoli no ano de 1921, Bahlis demonstrou estar eufórico e muito confiante com o protetorado da França sobre seu país de origem após o desmembramento do Império Turco-Otomano no final da Primeira Guerra Mundial. Ele chegou a caracterizá-la como “desinteressada

protetora” e “extremosa mãe” que guiaria a Síria rumo ao progresso, além de conclamar seus conterrâneos a auxiliar a França no intento de fazer os sírios prosperarem. (BAHLIS, 1924, p. 96-101).

Dois anos depois, quando já integrava o Centro Catarinense de Letras, as expectativas do escritor em relação à potência francesa já não eram tão positivas. Após a Grande Guerra, além de anexar alguns territórios na Ásia, como a Síria, a França também passou a dominar países africanos, entre eles, o Marrocos. Bahlis decepcionou-se com a repressão acionada pela antes “desinteressada protetora” ao movimento nacionalista desencadeado pelo líder berbere Abd-El-Krim em 1926. Dois de seus textos, reunidos e publicados naquele ano em *Ave Libertas!*, foram dedicados a protestar contra França e defender o líder da resistência marroquina. Naquela mesma obra, o escritor também se posicionou a favor da democracia, do voto secreto e obrigatório (lembremos que se vivia na República Velha, período da história do Brasil marcado pelo coronelismo e pelas fraudes eleitorais), da libertação de Sacco e Vanzetti (militantes anarquistas condenados injustamente à morte nos Estados Unidos), além de apoiar o governo revolucionário mexicano.

Tais posicionamentos políticos, declaradamente inclinados para a esquerda, apareciam também de forma mais indireta, nas entrelinhas de algumas de suas obras. É o caso, à guisa de exemplo, do drama *No Vendaval da Vida*, publicado em 1925, um ano antes da revolta no Marrocos. Paris era o cenário onde se desenrolava um conflito em torno da proibição do namoro entre Corália, a única filha de um rico industrial francês (Ricardo Dureau), e um humilde compositor e professor de música, chamado Roberto. Contudo, o que a peça parecia trazer à baila, subliminarmente, era o debate socialista, mais especificamente a luta de classes. A peça dispensa várias cenas a uma greve por aumento de salários levada e efeito pelos empregados das empresas de Ricardo Dureau. Os diálogos tocam nas miseráveis

condições de vida dos trabalhadores e em seus direitos, no fato de trabalharem de sol a sol para o proveito dos patrões e no quanto o trabalho era importante para o capital. O desfecho do conflito vem após um evento trágico para Ricardo Dureau. Seus operários, diante da resistência do patrão, destruíram uma de suas importantes fábricas e ameaçaram incendiar outras. Ao empresário, no final das contas, não restou alternativa senão ceder aos trabalhadores. A luta entre capital e trabalho, assim, foi concluída pelo autor com a vitória deste.

A forma como Bahlis compôs os diálogos evidencia um conhecimento teórico acerca da dialética capital versus trabalho, o que não surpreende, visto o autodidatismo do escritor. Ademais, o desfecho dado por ele ao episódio da greve demonstra-nos não apenas que a questão foi tratada a partir de julgamentos morais, mas com uma confiante esperança na força da classe trabalhadora, aspectos muito característicos das correntes de esquerda da época.

O literato militante

Desde 1920, como viemos acompanhando, Jorge Bahlis usava a escrita ficcional e ensaística para se posicionar diante de questões políticas, interferir na realidade social e influenciar seus contemporâneos. Sua aproximação com organizações partidárias, no entanto, não ocorreu antes de 1925. Primeiro, no Partido Trabalhista e, depois, no Partido Comunista do Brasil (PCB).

O Partido Trabalhista foi fundado em Porto Alegre em meados de 1925. Historiadoras, como Sílvia Petersen e Elizabeth Lucas (1992, p. 322), acreditam que a agremiação tenha surgido como alternativa às posições mais extremistas do movimento operário, parecendo ter sido pautada por uma proposta “domesticadora” da classe trabalhadora. O programa da agremiação defendia, entre ou-

tras demandas, o voto secreto e compulsório, o ensino obrigatório (primário e profissional), a extinção da propriedade privada, a proteção à lavoura e à indústria, além da solução para os problemas habitacionais entre os operários. Jorge Bahlis fez parte da diretoria do Partido Trabalhista e foi editor de seu jornal, *O Sol Nascente*. Em 1927, porém, o literato aproximou-se do Partido Comunista, presidindo uma importante entidade controlada pelo PCB naquele momento, a Liga Pró-México Antiimperialista.⁸

A situação ilegal, a perseguição por parte dos aparelhos repressivos do Estado e a concorrência com os anarquistas no movimento operário dificultaram as investidas comunistas no sentido de criar o Bloco Operário e Camponês (BOC) no Rio Grande do Sul.⁹ Os militantes do PCB, assim, apostaram na Liga Pró-México Antiimperialista, entidade que logo conquistou amplo espaço na imprensa porto-alegrense.

Os encontros, realizados todos os domingos, e as notícias a respeito da situação política e econômica mexicana, enviadas por telegrama pelo embaixador do México no Brasil, Pascual Ortiz Rubio, eram divulgadas quase que diariamente nas páginas do jornal *Correio do Povo*. Alguns membros da diretoria da Liga eram também dirigentes do alto escalão do PCB gaúcho. Eles participavam ativa-

⁸ Segundo o historiador Paulo Sérgio Pinheiro (1991, p. 153), em 1925, o Comitê Executivo da Internacional Comunista reconheceu a ascensão dos Estados Unidos à hegemonia econômica e passou a apelar a todas as organizações de trabalhadores americanas para que se opusessem ao imperialismo estadunidense e se unissem ao Partido Comunista do México a fim de promover uma “liga antiimperialista”. Essa medida veio ao encontro da linha interpretativa dada ao PCB por Otávio Brandão, segundo a qual os Estados Unidos e a Inglaterra competiam pelo controle do mercado brasileiro, apoiados, respectivamente, pelas burguesias industrial e rural, as quais exploravam os trabalhadores (operários e camponeses). A decisão de criar organizações antiimperialistas no Brasil foi tomada durante reuniões do Comitê Central Executivo do PCB em outubro de 1927.

⁹ Para maiores informações, cf.: KAREPOVS, 2001; PEIXOTO, 2006.

mente da entidade, cujas reuniões dominicais ofereciam ao público conferências sobre assuntos relativos ao domínio imperialista. O caráter lúdico e instrutivo era característico das atividades comunistas.

Boa parte das razões pelas quais a Liga Pró-México Antiimperialista teve êxito pode ser creditada a Bahlis. Através do conhecimento adquirido em suas pesquisas e das relações que mantinha, ele proporcionou atividades semanais e constituiu uma infraestrutura importante (como a conquista da sede da Liga e a constituição de sua biblioteca) para instruir os membros da associação acerca do imperialismo e da política mexicana. Em contrapartida, o exercício da presidência da Liga permitiu que Bahlis estabelecesse vínculos importantes com o corpo diplomático mexicano, realizando, ao longo do período de funcionamento da associação, uma série de trocas de telegramas, nos quais se manifestavam ora felicitações, ora gratidão (sobretudo por parte do embaixador mexicano), ora ainda condolências por alguma tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul ou no México. Dessa forma, ao criar uma cadeia de dádivas e contradádivas, estabeleceram-se dívidas e laços de dependência.

A retribuição maior pelos serviços que Bahlis havia prestado ao México por meio de seu trabalho na Liga veio alguns anos depois do fechamento dessa entidade, em outubro de 1928. Em 1930, Pascual Ortiz Rubio elegeu-se presidente de seu país e, dois anos depois, nomeou Jorge Bahlis cônsul do México no Rio Grande do Sul. O consulado renderia lucros simbólicos altamente importantes: prestígio, notoriedade, autoridade e imunidades, bens muito úteis para um militante comunista em situação ilegal, sobretudo durante o Estado Novo.

É desse período que se torna possível saber novas informações sobre Bahlis no campo da política. Após o fechamento da Liga Pró-México Antiimperialista, a política “obreirista” se generalizou no PCB. O Partido passou a defender a tática de “classe contra classe” e buscou formar seus núcleos dirigentes com militantes oriundos do

proletariado. Os intelectuais, considerados pequeno-burgueses, foram rechaçados da organização. Somente a partir de 1933 o ambiente voltou a ficar propício para o engajamento de escritores, sobretudo com a constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935.

Ao longo do Estado Novo, Jorge Bahlis serviu-se de suas imunidades consulares para realizar reuniões comunistas, deixando os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sem ação.¹⁰ Com o final da Segunda Guerra Mundial e do regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas, Bahlis assumiu um dos cargos mais importantes na estrutura do PCB no Rio Grande do Sul, o de Secretário de Divulgação e Cultura do Comitê Estadual. Ele participou intensamente da reconstrução do Partido no estado, emprestando para a organização sua autoridade de cônsul, sua notoriedade de professor do renomado Curso Rápido Comercial e seu prestígio de historiador pertencente a várias instituições. O militante de origem síria passou a presidir o Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, uma das entidades comunistas mais importantes em Porto Alegre, com sede da conhecida Sociedade Espanhola, no centro da cidade.¹¹

No Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha, os comunistas desenvolviam atividades culturais, como concertos, conferências, debates, palestras, sabatinas, horas de arte e peças teatrais, geralmente aos domingos. O professor dirigia o Clube e colaborava com conferências. Somente para o ano de 1945, é possível contabilizar, com base, principalmente, no jornal *Correio do Povo*, em torno de 40 eventos culturais realizados na entidade, que contava com

¹⁰ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DOPS. Setor Estados. Pasta 19. Relatório da Delegacia de Ordem Política e Social – Seção Rio Grande do Sul. Documento datado de 1946. Folhas 495-499.

¹¹ A Sociedade Espanhola também abrigava outras entidades comunistas ou controladas pelo PCB, como a Liga das Donas de Casa, a Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE) e o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).

mais de 500 membros.¹² No ano seguinte, as atividades diminuíram para pouco mais de 10, e, em 1947, quando o PCB teve seu registro cancelado, sendo colocado novamente na clandestinidade, apenas sete atividades culturais foram levadas a cabo pelos comunistas.

O Clube de Cultura Popular continuou funcionando, sendo uma importante frente de atuação legal para os militantes do PCB a partir do momento em que voltaram à ilegalidade. Mas a atuação de Jorge Bahlis na sua presidência parece não ter tido continuidade. Ainda não dispomos de fontes que permitam esclarecer esse aspecto. Mas é possível que seu afastamento da direção das atividades culturais comunistas tenha ocorrido por motivos de saúde. Cinco anos após o cancelamento do registro do Partido Comunista, o militante e historiador faleceu em decorrência de problemas cardíacos, com os quais vinha se preocupando havia algum tempo.

O militante historiador

Quando faleceu, Jorge Bahlis era, ou já havia sido, membro do Centro Catarinense de Letras, da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, da Academia Pan Americana de Ciências e Letras, dos Institutos Históricos e Geográficos de Alagoas, do Amazonas, do Espírito Santo, do Sergipe e do Rio Grande do Sul. No exterior, ele integrava o Centro de Estudos Filosóficos (na Argentina) e a *Société Academique D'Histoire Internationale de Paris*.

¹² Tanto o número de filiados, como o de publicações comunistas, cresceu enormemente com a abertura política em 1945. Segundo as memórias do metalúrgico Eloy Martins, atuante na capital gaúcha, o número de membros do PCB cresceu de 4.000 para mais de 60.000 em todo o país. Para essas e outras informações a respeito da história do PCB no chamado “período da legalidade”, especialmente na cidade de Porto Alegre, cf.: MARTINS, 2007.

O último texto literário de sua autoria de que temos notícia foi o romance *Cláudio*, publicado em 1929. Em 1930, ele, que já fazia parte do Centro Catarinense de Letras e do Centro de Estudos Filosóficos com sede em Buenos Aires, ingressou como sócio correspondente no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Dois anos depois, tomou posse, como membro efetivo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

Quando foi admitido no IHGES e no IHGRS, Bahlis desenvolvia pesquisas históricas havia mais de dez anos e tinha publicado alguns livros na área. Este deve ter sido um dos fatores levados em conta pelos integrantes para aceitá-lo. Os estudos que o escritor vinha realizando alinhavam-se aos propósitos destas instituições.

Além de *História da Civilização: Generalidades*, publicado em 1929, Bahlis havia lançado *História da Civilização: Civilização Egípcia*, em 1931, mesmo ano em que publicou *História da Civilização: Civilização Mesopotâmica*. No ano de 1933, o autor tornou público o seu livro *História da Civilização: Civilizações Pré-Históricas*, obra comentada pelo mineiro José Coelho de Almeida Cousin na *Revista do IHGES* de março de 1934.

No caso do IHGRS, fundado em 1920, os estatutos definiam como objetivos da entidade promover estudos e investigações relacionados às áreas de História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul. Além disso, primavam pelo cultivo do folclore sul-rio-grandense e das línguas dos indígenas que haviam habitado, ou ainda habitavam, a mais meridional das unidades federativas brasileiras. (SILVEIRA, 2008, p. 27-28). De acordo com Daniela Silveira (2008, p. 29), apesar da ênfase nas questões relativas ao estado, para alguns dos sócios, como Souza Docca, os finalidades do IHGRS deveriam ir além do fazer a história do Rio Grande do Sul, pois a história regional estava vinculada à história brasileira e geral.

Jorge Bahlis integrou o quadro de sócios efetivos do IHGRS e fez parte de sua diretoria, compondo, em momentos diferentes, as comissões de História, de Arqueologia, Etnografia e Paleontologia e a de Fundos e Orçamentos. O historiador e antigo literato colaborou no periódico da entidade com artigos sobre o que, hoje, chamamos de história “pré-colombiana”, contribuindo para dar a tônica sobre o tema na instituição que alojou as principais discussões históricas vigentes no Rio Grande do Sul até a emergência da universidade nesse campo de conhecimento.¹³

Algumas considerações: finais?

Apesar de ter sido uma figura de destaque na vida social da cidade que o acolheu, Jorge Bahlis não foi objeto de biografias, nem deixou memórias ou qualquer outro tipo de relato autobiográfico. O estudo realizado nessas páginas contou com fontes muito diversas a respeito de sua vida e das várias atividades às quais se dedicou. O conjunto de documentos com os quais foi possível contar compôs-se de jornais e revistas (de grande circulação, vinculados ao PCB gaúcho, ao Partido Trabalhista e às instituições das quais Bahlis fez parte), relatórios produzidos pela Polícia Política, além de entrevista com dois de seus filhos, Iris e Osiris, e de algumas publicações de sua autoria.

Distinto de uma história de vida dotada de constância e de coerência, o presente artigo teve a intenção de apontar algumas das várias posições sociais assumidas por Jorge Bahlis ao longo de sua existência e está limitado ao viés escolhido por sua autora e pelas

¹³ Segundo a historiadora Mara Cristina de Matos Rodrigues (2006, p. 11), embora tenha sido implantado o curso de Geografia e História na Universidade de Porto Alegre entre as décadas de 1940 e 1950, o IHGRS foi a principal instituição de pesquisa em História no estado até meados dos anos 1970.

fontes de que dispunha. Sendo um estudo inicial, carrega os problemas do pioneirismo. Mas espera que desperte a curiosidade e o interesse, seja para questionar algumas das interpretações aqui expostas, seja para continuar desvendando as múltiplas faces desta figura singular que foi Jorge Bahlis.

Referências

- BAHLIS, Jorge. *Ondas e Espumas*. Porto Alegre: 1924.
- _____. *Amizade*. Porto Alegre: 1928.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. 9.^a Ed. Campinas: Papirus, 1996.
- FARIA, João Roberto. Silvio Romero, José Verissimo e o teatro brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 106, p. 73-79, dez. 1996.
- KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil. O Bloco Operário e Camponês (1924-1930)*. 2001. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2001.
- MARTINS, Marisângela T. A. *De volta para o presente. Uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PEIXOTO, Artur Duarte. *Da organização à frente única. A repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927-1930)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Ed. da Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil – 1922-1935*. 2.^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história. Moisés Vellinho e a trama entre a província e a nação. 1925 a 1964*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SCHILLING, Suzana Porcello. *Sociedade Libanesa de Porto Alegre. Uma história a ser contada*. Porto Alegre: Sociedade Libanesa de Porto Alegre, 2007.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “O passado está prenhe do futuro”. *A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS

COMENDA CECILIANO ABEL DE ALMEIDA 2010*

Há de ter uma epígrafe esta fala sobre o historiador Fernando Achiamé. E que não seja tirada a Antonio Gramsci, tão ao gosto da academia, mas que nos venha de prata da casa, de gente nossa, de qualidade e competência.

Se assim é, que seja do próprio condecorado a epígrafe desejada, extraída ao poema de sua autoria *Visitas ao Éden*, visto que poeta — de competência e qualidade — Fernando também é. Vamos então à citação que servirá de bússola para esta apresentação sobre a pessoa e a obra do poeta historiador, homenageado nesta sessão:

*SEMPRE SE FALA AO PASSADO,
ALGO DELE SEMPRE SE ESCUTA*

Os versos enunciados calham com perfeição à obra historiográfica que Fernando Achiamé vem compondo ao extrair das cinzas do passado palavras dignas de serem escutadas.

Em primeiro lugar, porque ninguém deve falar melhor do passado do que o historiador, por definição do ofício. Em segundo lugar, porque ao falar do passado, mais do que ninguém, o historiador deve sempre escutar *algo de novo*, por obrigação auditiva.

Pois Fernando Achiamé preenche excepcionalmente essas duas condições. Fala ao passado e *do* passado porque com ele sabe dialogar, e dele escuta algo de proveitoso, que é sempre uma novidade.

Não estou fazendo jogo de palavras em arabescos de fraseado. Busco salientar qualidades que o historiador deve ter para o cabal

* Discurso proferido pelo consócio Luiz Guilherme Santos Neves na Sessão de 15 de dezembro de 2010, em saudação ao associado Fernando Antônio de Moraes Achiamé.

desempenho do seu *métier*. Tais qualidades, que dão nobreza à arte da historiografia, compreendem três estágios distintos mas interligados, na formulação do conhecimento histórico: saber pesquisar; saber interpretar o pesquisado; saber sistematizar o interpretado.

Parece simples, mas não é, porque as três qualidades impõem ao historiador *determinação* para a pesquisa; *perspicácia* para a interpretação; e *clareza* na sistematização. Qualidades que Fernando Achiamé tem de sobra.

Passo à demonstração da afirmativa sem precisar recuar no tempo.

Foi lançado este ano, pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, o livro *O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)* com o subtítulo *Elites Políticas e Reformismo Autoritário*. Trata-se do resultado da dissertação apresentada por Fernando Achiamé no encerramento do seu curso de pós-graduação em mestrado em História, na Universidade Federal do Espírito Santo, desenvolvida sob a orientação da professora Nara Saletto, que assina a apresentação da obra.

O livro, fruto de ampla e intensa pesquisa, tem por foco a figura do capitão e interventor João Punaro Bley, que governou o Espírito Santo 12 anos, a partir da chamada Revolução de 30.

Foi pesquisa diversificada, que Fernando fez para reunir e estudar as fontes que consultou, e só não estendeu o seu trabalho de levantamento de dados ao máximo das suas possibilidades, porque o tempo para a apresentação da dissertação continha em si a fatalidade do prazo para o seu encerramento. Mas o que foi levantado na pesquisa — porque Fernando Achiamé, no saber pesquisar, foi às fontes primárias e secundárias certas — permitiu-lhe dar partida a uma obra que se tornou, doravante, trabalho de referência.

Dentre o material pesquisado, o autor reuniu documentos fotográficos. Muitos e diversos. Esta é, aliás, uma tendência quase obsessiva do pesquisador Fernando Achiamé: a de valorizar o documento imagístico.

No livro que também foi lançado este ano, sobre a vida e a obra do ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, da autoria do falecido jornalista Amylton de Almeida, Fernando Achiamé, que foi organizador, prefaciador e anotador da obra, junto com o professor Estilaque Ferreira dos Santos, fez questão de incluir, em seção especial, uma verdadeira galeria de fotos sobre o biografado e seu governo. É como se Fernando estivesse dizendo aos leitores e aos pesquisadores de nossa história: “Vejam estas fotos. Para as perguntas que a elas forem feitas, algo delas sempre se escutará.”

É, portanto, da experiência pessoal de Fernando Achiamé, e do seu olho aquilino de pesquisador, que vem essa valorização do documento fotográfico. Tanto que perguntas foram por ele feitas às fontes fotográficas que consultou sobre João Punaro Bley.

As respostas são surpreendentemente reveladoras para a escuta de quem as perguntou. E que respostas foram obtidas? Deixemos que o próprio Fernando nos dê uma amostra do que ouviu (e viu) na consulta às fotos:

Um recurso que Bley utilizou, até de forma natural, foi realizar uma inversão nessas atribuições de dirigente militar e civil. Enfatizamos as considerações anteriores — ainda é Fernando quem escreve — de modo a marcar a descoberta: quando se tratava de um ambiente que envolvesse a presença maior de autoridades civis, o interventor se apresentava com uniforme militar. E, para comparecer às cerimônias realizadas em ambiente militar, trajava-se com roupas civis.

Sobre esta “descoberta!”, como foi definida pelo próprio Fernando, nascida da comparação entre as muitas fotografias manuseadas, desenvolveu Achiamé, em várias páginas da obra sobre Bley, uma série de outras considerações de ordem política, social e até psicológica. Recorro a mais um indicativo do que estou realçando, exposto pelo autor:

A predominância do uso do uniforme por parte do interventor Bley se deu no período em que o tenentismo estava em alta. Com o declínio do movimento tenentista e, principalmente, à medida que o interventor conhece o estado e é por todos conhecido, a necessidade de se afirmar como militar diminui e ele passa a usar com maior frequência o terno – todos já se referiam a ele como ‘capitão Bley’.

Partindo, pois, de uma observação primeira e primária, mas carregada de perspicácia, calcada em fotos de época, tendo por linha de contraste um cabide com um terno civil e outro com uma farda de militar, o historiador Fernando Achiamé consegue elaborar com clareza um recorte sumamente eloquente do quadro histórico da era getulista no Espírito Santo e até no Brasil. Produz literalmente um retrato conjuntural em cima de outros retratos.

Estamos, como eu vinha realçando, diante *do algo mais* que teria passado despercebido ao comum dos historiadores, mas que Fernando Achiamé desengavetou do passado num brilhante parêntese de evidência histórica.

É como se somente ele, historiador perceptivo e atento, tivesse visto e mostrado para toda gente o que saltava aos olhos de todos, ou seja, que era branca a cor do cavalo branco de Napoleão.

Seriam inúmeros os exemplos que eu poderia apresentar neste mesmo diapasão, ou seja, de que Fernando Achiamé é um fazedor de descobertas históricas. Vou dar apenas mais um deles, sacado da obra sobre Punaro Bley.

Quando era regra geral, consagrada na historiografia capixaba que o Espírito Santo foi prejudicado no século XVIII com cem anos de solidão e atraso devido à exploração do ouro em Minas Gerais e às medidas restritivas baixadas por Portugal sobre a capitania do Espírito Santo para defender as explorações auríferas, vem Fernando

Achiamé com outra descoberta, a contrário senso do pensamento dominante. E nos ensina que “se, em linhas gerais o posicionamento está correto, os pesquisadores nunca registraram o outro lado da questão. A partir dessas medidas político-administrativas da metrópole, a capitania do Espírito Santo — governada militarmente por capitães-mores em quase todo o referido século — *teve garantida sua sobrevivência como unidade política*. Não se levam em conta o desaparecimento das outras importantes capitanias de Porto Seguro e Ilhéus — incorporadas à Bahia — e de São Tomé, assimilada ao Rio de Janeiro. Assim, na extensa costa entre as cidades de Salvador e do Rio — as duas capitais da colônia brasileira — somente a capitania do Espírito Santo permaneceu como ente político.”

Graças a Fernando Achiamé, nós, os que estávamos do lado de cá da versão historiográfica unilateral, rotineira e dominante, enxergando apenas a face não oculta da moeda, temos agora, em relação à alegada estagnação do Espírito Santo no século XVIII, uma visão bilateral e emergente para estancar um velho e desconsolado choro histórico. Uma nova resposta nos foi dada sobre um jargão estratificado que Fernando Achiamé rebateu e redimensionou, em nossa historiografia.

Mas a obra do historiador Achiamé não está restrita aos dois livros que foram mencionados. O seu currículo é farto, trabalho de muitos anos no campo da cultura do Espírito Santo. Vamos a um breve apanhado sobre ele.

Fernando Antônio de Moraes Achiamé nasceu em Colatina (ES), em 22 de fevereiro de 1950, filho de Ceny Júdice Achiamé e Felisbina de Moraes Achiamé. Graduiu-se em História, em 1974, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pós graduou-se *stricto sensu* em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, tendo obtido o grau de Mestre em História Social das Relações Políticas

com a obra há pouco citada sobre João Punaro Bley. Ainda pela UFES é também pós-graduado *lato sensu em Ciência da Informação*, com Especialização em Arquivos. Em Nancy, na França, diplomou-se em Língua e Literatura Francesas, em 1975.

Dentre seus muitos trabalhos publicados, mencionem-se: Para o Arquivo Público Estadual, onde Fernando Achiamé trabalhou de 1975 a 1983: *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1828*, de Ignácio Accioli de Vasconcelos do qual Achiamé realizou a transcrição paleográfica, editoração e apresentação do original manuscrito, em 1978; *A Irmandade e a Santa Casa da Misericórdia do Espírito Santo*, de Affonso Schwab e Mário Aristides Freire e *Jerônimo Monteiro — Sua Vida e Sua Obra*, de Maria Stella de Novaes com editoração dos originais, seleção das ilustrações e elaboração da apresentação para estes dois livros, de 1979; e ainda *Guia Preliminar do Arquivo Público Estadual*, do qual foi autor do texto, 1981.

Em coautoria com Fernando Betarello e Fernando Sanchotene, elaborou o *Catálogo de Bens Culturais Tombados no Espírito Santo* para o Conselho Estadual de Cultura, 1991.

Foi o responsável pela edição, com estudos e notas, do *Memórias do Passado — Vitória Através de Meio Século*, da autoria de Francisco Antunes de Siqueira, publicado em 1999. Organizou, com Reinaldo Santos Neves, a obra *O Reino Conquistado – Estudos em Homenagem a Renato Pacheco*, editada em 2003, pelo nosso Instituto Histórico; e também com Reinaldo — *A Capitania do Espírito Santo — Crônicas da Vida Capixaba no Tempo dos Capitães-Mores (1535-1822)*, de Mário Aristides Freire, 2006.

Coordenou a edição e elaboração do estudo “Pedro II e Levy Rocha na historiografia capixaba”, para a reedição de *A Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, de Levy Rocha, 2008. Foi o coordenador da reedição da História do Estado do Espírito Santo, de José Teixeira de Oliveira, publicada pelo Governo do Estado em 2008. Partici-

pou da elaboração com o estudo “Canto de amor ao Espírito Santo ou Iaiá, você vai à Penha?” para a *Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba 1944-1982*, de Guilherme Santos Neves, 2008.

Seu mais recente trabalho é o livro *Esquadro e Compasso em Vitória: Álbum da Loja Maçônica União e Progresso*, editado este ano pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Professor, historiador, pesquisador, funcionário público aposentado pela Secretaria de Estado da Fazenda, e poeta renomado (seu mais recente trabalho de poesia está no prelo com o título *Livro Novíssimo: Poemas*) — este é Fernando Achiamé, de quem encurtei, por questão de tempo, a vasta folha de relevantes serviços prestados à cultura do Estado. E se ainda assim me alonguei na fala, a culpa é do homenageado, pelo riquíssimo currículo de que é portador, o que o credenciou ao recebimento da comenda Ceciliano Abel de Almeida. É o galardão consagrador instituído por inspiração do historiador Renato Pacheco na gestão da professora e historiadora Lea Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, quando presidiu o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e que reverencia a memória e a obra do patrono da comenda. A comenda vem sendo deferida desde 2003 aos que promovem o engrandecimento da cultura capixaba, como é o caso de Fernando Achiamé. E atrevo-me a dizer que lhe foi deferida não só pelo que ele já fez, mas, por antecipação, pelo muito que ainda há de fazer. Porque agora que se aposentou como funcionário da Fazenda, é que se vai fazer fazendeiro da História, com a safra de sua produção atingindo o auge.

Por tudo o que acabei de expor e pelo muito que ainda poderia ter dito, recebi, Fernando Antônio de Mores Achiamé (agora sim, na solenidade do tratamento vós, inerente à honrosa concessão que vos é feita pela diretoria e sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em nome dos quais tenho a honra de falar), recebi a comenda Ceciliano Abel de Almeida.

Vós fizestes por merecê-la — pelo vosso trabalho, conjunto de obra e dedicação ao conhecimento e à divulgação da cultura do Espírito Santo. Parabéns por vossa obra.

COMENDA CECILIANO ABEL DE ALMEIDA 2010*

Nada é estranho à história. Ainda emocionado com a notícia de que receberia a prestigiosa Comenda Ceciliano Abel de Almeida, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, procurei entre minhas recordações a que fosse mais antiga a ele relacionada, e não foi difícil encontrá-la. Por volta de 1960, com cerca de 10 anos de idade, participei de uma sessão no antigo sobrado, onde no primeiro andar funcionava a Casa do Espírito Santo, na Avenida República, no mesmo local em que anos depois foi erguido o Edifício Domingos Martins que abriga a atual sede. Naquela sessão meu avô, Arnulfo Matos, que já presidira a entidade, seria homenageado. Lembro-me bem da ocasião que aos olhos de criança se revestiu de importância considerável: Pedro Pinheiro de Moraes, meu tio e padrinho, foi à noite buscar de carro seus pais de criação, Arnulfo e Iracema Moraes de Matos, no apartamento deles localizado no Edifício Presidente, Centro de Vitória, e também a mim que lá estava, vindo de casa na Praia do Canto, com a incumbência de representar parte da família na cerimônia do Instituto Histórico. Vestia calças curtas de linho e me envergonhava disso, pois já queria usar calças compridas como os rapazes mais velhos. Lembro-me também que, apesar do constrangimento pelo uso das calças curtas, a noite foi agradável na antiga sede do Instituto, e ainda vejo aqueles senhores circunspectos de terno, alguns cumprimentando o neto do homenageado, as cadeiras escuras, os frisos de tábua do assoalho, a varanda nos fundos com suas grades e ladrilhos hidráulicos. Após o término da sessão, passei a noite no apartamento dos meus avôs. Mas por que importuná-los com estas recordações de infância? É que desejava descobrir a data exata dessa solenidade; então recorri

* Discurso proferido pelo consócio Fernando Antônio de Moraes Achiamé na Sessão de 15 de dezembro de 2010.

aos arquivos do Instituto para consultar a ata correspondente e me informar sobre detalhes do evento, pessoas que compareceram e as que usaram da palavra; enfim, procurar a contextualização do fato, numa prática usual entre os historiadores. E fui informado que de 1951 a 1971 este Instituto não providenciou as atas de seus trabalhos (tem-se notícia de que delas existem alguns rascunhos), além de ter estado em recesso de 1971 a 1981. Ou seja, faltam atas correspondentes a aproximadamente 30 anos de vida desta Casa. E mais, constatei que também desapareceram pelo menos dois livros de registro de atas, um mais antigo (do final da década de 1940) e um mais novo (datado de novembro de 2005 a março de 2007). Logo procurei superar o espanto, a decepção, e mesmo certa revolta íntima, recorrendo a outro hábito de historiador: na ausência de documentos devem-se buscar fontes historiográficas alternativas. E no caso, a alternativa era o silêncio, a falta, a supressão, o vazio. E concluí: a ausência dessas fontes é em si mesma uma espécie de “fonte”, um veemente indício do que ocorrera na história da instituição. Em outros termos: nessa realidade que existiu em nosso Instituto de pouco cuidado com seus acervos arquivísticos e históricos, estão inscritos, além da ironia amarga e do absurdo da situação, fortes vestígios úteis à pesquisa histórica — por que justamente a instituição criada e mantida para valorizar a história capixaba, não cuida da sua própria história? Será que na “casa de ferreiro” sempre existirá “espeto de pau”, como nos assegura a sabedoria popular? Mais produtivo que procurar culpados por essa situação, é apresentar sugestões para que ela não se repita no futuro — por exemplo, publicar periodicamente as atas dos trabalhos da instituição, como outras já o fazem. Mas não me conformei com essa realidade: se isso ocorreu em nosso Instituto e, portanto, faz parte do seu percurso histórico, no futuro uma pesquisa minuciosa dará conta das reais causas que ocasionaram tal situação, pois nada é estranho à história.

Na verdade, nada é estranho à história. Para preparar esta fala senti necessidade de precisar a data em que ingressei na Casa do Espírito Santo como sócio efetivo. Agora a busca obteve êxito. Foi numa sessão importante, ocorrida no dia 9 de maio de 1981, quando membros remanescentes da instituição, após dez anos de inatividade, se reuniram para reestruturar o quadro social, eleger nova diretoria e comemorar solenemente os 200 anos de nascimento do seu patrono, Domingos José Martins. Daqueles 40 membros, convém mencionar os nomes dos sete ainda vivos: por ordem alfabética, Aly da Silva, Celso Perota, Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo, Luiz Guilherme Santos Neves, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, Maria Filina Salles de Sá de Miranda e Nara Saletto da Costa. Naquela oportunidade, novos sócios foram admitidos, e fiquei surpreso por saber que pertencia aos quadros da entidade há tantos anos e que tinha nela ingressado em companhias ilustres, como a de Hermógenes Lima Fonseca, Douglas Puppín, Carlos Teixeira de Campos, Homero Mafra, Waldemar Mendes de Andrade, Domingos Gomes de Azevedo, Miguel A. Kill, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, Elmo Elton e tantos outros. Mas reparei que meu nome não constava da lista original de 25 pessoas apresentada pela secretaria com endosso da diretoria, mas tinha sido acrescentado depois por proposta de um amigo, o arqueólogo Celso Perota. Então me lembrei das circunstâncias do meu ingresso nesta Casa, numa sessão a que não compareci, mas de cujo desenrolar me informaram. Quando meu nome foi proposto àquela assembleia, argumentou-se que eu estava impedido de pertencer aos quadros da Casa por na época ocupar a direção do Arquivo Público do Estado, para evitar interferências do governo estadual no Instituto. Então se levantaram as vozes de outros consócios que derrubaram tal argumento e permitiram que meu nome fosse aprovado por unanimidade, como os demais candidatos. Por que recordar tudo isso?

Devido a outro hábito de historiador que costuma prestar atenção aos detalhes existentes nas fontes historiográficas, além de querer contribuir com seu depoimento para mostrar as características do funcionamento de instituição cultural no início da década de 1980 numa cidade como Vitória. Nada é estranho à história.

De fato, nada é estranho à história. E como estou com disposição para tratar de recordações pessoais relacionadas ao Instituto Histórico mencionemos a vibração vivida por Renato Pacheco com tudo o que se referisse a esta Casa num amor e comprometimento tão grande, rigoroso e pessoal a ponto de fazer restrições a amigos e conhecidos por não frequentarem suas sessões, após terem se comprometido a fazê-lo. Mencionemos também Elmo Elton, atuante secretário geral, que na quadra final da existência fez desta Casa de Domingos Martins a sua casa e a ela tudo doou: seu tempo, sua inteligência, sua dedicação e os objetos que colecionou a vida toda e pelos quais tinha muito carinho, em especial a coleção de preciosos autógrafos, entre os quais se encontram os de Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Coelho Neto, Carlos Drummond de Andrade e tantos nomes ilustres das nossas letras e artes; por sinal, coleção há pouco tempo salva de perda total pelo vice-presidente Paulo Stuck Moraes que a encontrou embaixo de objetos e livros entulhados na varanda lateral da sede. Lembremos também da bonomia e descontração do presidente Miguel Depes Tallon, inventor da Dezembroada, que em sua 14.^a versão já faz parte da tradição desta Casa. A partir da gestão de Miguel, passei a comparecer mais amiúde aos animados e produtivos eventos do Instituto. E que tiveram continuação com sua dinâmica sucessora, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, e administrações subsequentes, de Sebastião Teixeira Sobreira, Leonardo Passos Monjardim e Getúlio Pereira Neves, cada uma delas com suas peculiaridades e contribuições para o engrandecimento desta Casa. Nada é estranho à história.

Por entender que nada é estranho à história, defendo o Instituto quando é acusado de somente promover uma pretensa “história oficial” do estado. Ou quando consideram que alguns de seus membros vêm aqui apenas em busca de notoriedade, honras, glórias e reconhecimento fácil. Ou que é uma instituição composta por aposentados, especialmente do mundo jurídico, à procura de momentos de distração. Essas acusações referem-se apenas à pequeníssima parcela na realidade do nosso Instituto. A entidade se caracteriza, isto sim, por ser significativo ponto de intercâmbio entre o poder público e parcela intelectualizada e dirigente da sociedade civil, sem as amarras da academia universitária. Desse Instituto participaram e participam pessoas formadas em variados cursos superiores e também com diversificada experiência profissional, irmanadas na busca pela valorização de tudo o que diz respeito à história e à geografia do estado capixaba. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo na sua já longa existência que se aproxima dos 95 anos teve momentos de grandes realizações e outros de inatividade, quer dizer períodos de altos e baixos; e nesse particular não difere muito de outras organizações civis. Nas ocasiões em que atuou ativamente, conseguiu ser um “partido”, no sentido dado a essa expressão pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, de reunir os intelectuais orgânicos (aqueles atuantes na esfera social) e lhes dar suporte para que pudessem intervir na conjuntura política, no chamado “bloco histórico”, e vincular a estrutura socioeconômica com a superestrutura político-ideológica, em verdadeira batalha cultural, na qual a direção política sempre possui um caráter de classe. E assim repito: nada é estranho à história.

Nada é estranho à história, convém enfatizar mais uma vez, para dar crédito a uma das ações relacionadas com esta cerimônia. Alguns amigos brincaram comigo, e os amigos têm licença para tal, quando souberam que seria agraciado com a presente distinção, me

chamando de “comendador” e dizendo que seria mais um a usar medalha qualquer. A eles respondi, também em termos descontraídos, que esta comenda não é simplesmente um pedaço de metal enfeitado com fita colorida, como davam a entender. Em verdade, a Comenda Ceciliano Abel de Almeida é uma distinção de valor, garantida pelos nomes honrados do seu patrono e dos que com ela foram agraciados: em 2003, Dr. José Teixeira de Oliveira, advogado e renomado historiador nascido em Barbacena, que desde jovem residiu no Rio de Janeiro, e já falecido; em 2004, Dr. Luiz Carlos Biasuti, capixaba de Santa Teresa, que se destacou no mundo jurídico de Minas Gerais, tendo ocupado o cargo de desembargador no Poder Judiciário do estado vizinho; em 2005, Dr. João Baptista Herkenhoff, professor, escritor e insigne jurista de renome nacional, considerado reserva moral da nossa terra; em 2006, Dr. Luiz Guilherme Santos Neves, professor, advogado, historiador e escritor que orgulha os capixabas; em 2007, Dra. Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, professora e historiadora dedicada e nossa presidente de honra; em 2008, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seguramente a mais antiga instituição cultural existente no país, pois fundada em 1838; e, no ano passado, o Dr. Gabriel Augusto de Melo Bittencourt, professor, advogado e historiador com numerosa e profícua produção na área da historiografia. Então, meus amigos, os aspectos, motivações e consequências que envolveram as outorgas desta comenda já merecem um estudo, pois nada é estranho á história.

E logo reafirmo que nada é estranho à história para mencionar uma das muitas lições que aprendi frequentando as reuniões do nosso Instituto. Há alguns anos, o nome Guananira passou a circular de forma recorrente como sendo a antiga denominação que nossos antepassados indígenas davam à ilha que, a partir de certo momento, foi chamada de Vitória pelo colonizador português. Pesquisei em livros da historiografia clássica capixaba e neles não en-

contrei qualquer referência à citada denominação. Consultei historiadores e pesquisadores conhecidos e todos foram unânimes em declarar que não existia documento algum que registrasse tal nome tupi-guarani vinculado à ilha de Vitória. Mas o mistério perdurava, especialmente a respeito da origem desse termo. Consegui determinar que o nome constava em trabalho acadêmico da competente geógrafa Renata Diniz Ferreira, nossa consócia, que consultada não soube precisar sua fonte, mesmo afirmando que o fenômeno físico existe — os mangues de Vitória estão cheios de colmeias e, portanto, de mel — e que os índios costumavam designar certos lugares de acordo com as manifestações da natureza ali existentes: um rio, uma pedra, certo tipo de vegetação, a grande incidência de determinados animais. Mas continuava inconformado. Certo dia, em meio a um papo descontraído na Praça Costa Pereira com Hermógenes Lima Fonseca, sensível folclorista e grande conhecedor de temas espírito-santenses, indaguei-lhe sobre a origem do nome Guaninira e dele recebi uma explicação firme, convincente e verossímil que, até prova em contrário, considero a melhor para esclarecer essa questão. Disse Hermógenes que o Dr. Eurípides Queiroz do Vale, figura ilustre por muitos títulos e que já presidira este Instituto, conhecera em viagem de férias a Ilha do Mel, no litoral do Paraná. Algum tempo depois desse passeio, a antiga Companhia Telefônica do Espírito Santo encomendou ao renomado intelectual uma breve história de Vitória para constar no início do catálogo telefônico da capital capixaba. Dr. Eurípides elaborou o trabalho e criou essa denominação — Guaninira — ao traduzir literalmente para o tupi-guarani o nome “Ilha do Mel” e atribuir sua origem aos indígenas daqui num rasgo de romantismo e de bairrismo, compreensível até certo ponto. A continuação da história informada por Hermógenes Fonseca não é difícil de determinar. O texto ficou adormecido algum tempo e posteriormente dele se extraiu o termo Guaninira por um assessor mais desa-

visado da Prefeitura Municipal de Vitória interessado em promover a história e o turismo da capital, porque se tem mesmo notícia da criação pela municipalidade de uma Comenda da Abelha, ou algo equivalente. Tive a ilusão que nosso Instituto interferisse no caso para esclarecê-lo, promovendo uma consulta aos catálogos telefônicos antigos e rastreando a origem do mito, mas estava equivocado. O nome Guaninira adquiriu vida própria e se consagrou. Vá agora alguém afirmar que ele não possui comprovação histórica... Numa rápida consulta à internet, constatamos que em inúmeros sites ele sempre é informado como o primeiro nome da ilha de Vitória; sem contar que denomina um prato — risoto Guaninira, elaborado com caldo de cabeça de peixe, banana da terra e frutos do mar — um prêmio ou troféu artístico-cultural, uma suíte sinfônica de autoria do falecido maestro Jaceguay Lins, um samba-bossa de Tião de Oliveira, um centro cultural etc., etc. Então, mesmo inconformado, me rendi à realidade dos fatos e lembrei-me do verso de Fernando Pessoa: “o mito é o nada que é tudo”. Mas qual a lição aprendida? A criação do mito em história é em si mesma um processo histórico que pode e deve ser analisado. O nome Guaninira veio para ficar; mais um mito, ou uma tradição se preferirem, fora criado e tudo isso é também história. Por que em determinada época um nome tupi-guarani foi inventado e atribuído como a denominação indígena de uma capital de estado? Por que tempos depois tal nome foi aproveitado para valorizar o passado vitorienense para ressaltar suas origens “indígenas” com objetivos de promoção turística e político-partidária? E ao longo de sua existência, o Instituto Histórico não contribuiu ativamente para consolidar mitos de heróis capixabas, a exemplo de Domingos Martins, Maria Ortiz, Araribóia, Caboclo Bernardo e outros menos votados? Por que não poderia contribuir também agora, nem que fosse por omissão, para dar impulso a outro mito, o de Guaninira? E por que se propagou qual rastilho de

pólvora esse suposto “mito fundador” que sustentaria a mais remota ancestralidade de Vitória? As respostas a estas e a muitas outras indagações podem ser elaboradas se desde o início tivermos em mente um conceito já nosso conhecido: o de que nada é estranho à história.

Se nada é estranho à história, e se ela própria não escapa a esta realidade, convém fazer uma distinção entre memória e história. A memória é importante, como são importantes os registros, as lembranças, as recordações, todos os vestígios, materiais e imateriais, que nos auxiliam a entender a aventura humana na face da Terra. No entanto, e aqui me valho de enunciações proferidas pelo grande historiador José Honório Rodrigues, a memória por si só é estática, passiva ao somente registrar objetos, pessoas e fenômenos e, na maioria dos casos, utilizada por atores sociais compromissados com o conservadorismo, com o atraso. Já a história é dinâmica, ativa, crítica, transformadora porque analisa, interpreta e dá sentido aos nossos atos e está comprometida com o progresso, com as mudanças rumo a uma sociedade mais igualitária. E estas constatações, elas mesmas, são formuladas em determinado contexto histórico que precisa ser humanizado sempre. No dizer de Marc Bloch: “o bom historiador se parece com o ogro, com o bicho-papão da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”. E interpreto: Bloch disse carne humana para simplificar, pois onde ela existe, necessariamente está presente o espírito humano. Espírito que se manifesta por meio de diferentes qualidades, virtudes, vícios, desejos e sentimentos — medo e coragem, vaidade e humildade, inveja e desapego, egoísmo e solidariedade — todos passíveis de serem objetos dos estudos históricos, porque, não podemos nos esquecer, nada é estranho à história.

E se realmente nada é estranho à história, reproduzo pequeno trecho do poema *Escrituras* em que faço referência à nossa querida instituição:

*Como é bom colocar uma palavra depois da outra
À maneira de um grande trovão mudo:
Mesmo quando não diz nada
A palavra é tudo.*

*Possuímos interruptor comum de todos:
Na posição “normal” passamos pelo mundo
Na posição “poeta” o mundo a nós se une.*

*Clique/poeta:
Desatento, sinto o tempo
A tarde me atravessa por inteiro
Somente existo em contorno
E me integro totalmente ao Um.*

*Clique/normal:
Continuo andando rápido
Rumo à reunião no
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
Pois mais um livro precisa ser feito
Novas tentações surgem do sempre
E somos santos somente depois de mortos.*

E registro o agradecimento de coração aos meus pares da Casa de Domingos Martins e à sua diretoria, representada pelo presidente Dr. Getúlio Marcos Pereira Neves, que me concederam a honra desta distinção, e ao mestre de todos nós, o professor Luiz Guilherme Santos Neves, por suas generosas palavras. O importante é que coloquemos acima de tudo nosso compromisso com a vida e a história. Com a vida humana que “fabrica”, que produz a história; e com a história que é “mestra da vida”, como já a concebia Cícero há dois mil anos. E por acreditar no ser humano, na sua capacidade de se reinventar e

se aperfeiçoar num constante processo civilizatório; por acreditar na vida, que se eterniza em sucessivos tempos históricos e no coração das pessoas de boa vontade, dedico esta comenda aos meus familiares e amigos, especialmente a Celso Perota que indicou meu nome para integrar esta Casa, e à memória de pessoas que se mantêm vivas na nossa saudade: Arnulfo Matos, Adelpho Poli Monjardim e Levy Cúrcio da Rocha. Estes dois últimos, naquele já distante dia de 1981, defenderam meu ingresso neste Instituto. Por coincidência, tempos depois os seus nomes foram incorporados respectivamente ao título da Biblioteca Pública de Vitória Adelpho Poli Monjardim e ao da Biblioteca Pública do Espírito Santo Levy Cúrcio da Rocha. Ao também dedicar esta comenda à memória de tais cidadãos honrados, que pertencem à história desta Casa como pessoas dignas e justas, procuro cumprir um dever de gratidão, o que não é estranho à história. Aliás, já sabemos, nada é estranho à história.

DISCURSO DE POSSE NO IHGES*

Bem aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Bem aventurados os misericordiosos, porque alcançarão a misericórdia. Bem aventurados os puros de coração, porque verão a Deus. Bem aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados de filhos de Deus.

A vida é uma aventura em que os justos e os bons, apesar das provas e desafios, afirmam, com a força do seu caráter e de suas ações, a singularidade e a grandeza de suas atitudes. Eis aí o diferencial que distingue as almas nobres, daquelas que vivem nas sombras ou se contentam com a pequenez de seus sentimentos.

Ao aceitar o convite e assumir o compromisso de ser a oradora dos que hoje tomam posse, aqui no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, muito me passou pela mente sobre o que dizer neste momento tão importante das nossas vidas. É certo que deveria servir-me de simples e poucas palavras, mas que pudessem expressar de maneira singular a emoção, a felicidade e a satisfação, que hoje inunda minha alma em poder participar de mais uma jornada.

Senhor Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves e demais membros desta Instituição. Autoridades presentes, senhoras e senhores, o meu muito obrigada pela acolhida.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo completa este ano de 2000, 94 anos de contribuições importantíssimas para o desenvolvimento histórico, geográfico, artístico e cultural do nosso Estado. É uma Instituição madura e experiente, sabe bem o que quer

* Discurso proferido por Kátia Bobbio, em nome dos novos associados, em 30 de junho de 2010. Kátia Bobbio é Bacharel em Direito e Artista Plástica, e Servidora Pública Estadual.

e está preparada para cumprir suas metas e objetivos em prol da cidadania capixaba. Eu e os novos sócios somos privilegiados por termos sido indicados e, hoje, estamos aqui, sendo empossados nessa conceituada e séria instituição. A emoção é grande e o momento é único.

Agradeço ao amigo e confrade Dr. Gabriel Augusto de Mello Bitencourt, que foi o autor da proposta, para que eu pudesse estar tomando posse como associada nesta Instituição. Falo em meu nome e em nome dos colegas que ora ingressarão junto comigo: Aldo José Barroca, Cilmar Cesconetto Franceschetto, Ednéia de Moura Barroca, Felipe Ramaldes Correa, Henrique Antonio Valadares Costa, João Guerino Balestrassi, Jocelino Antonio Demuner, eu Kátia Maria Bobbio Lima, Kéttini Upp Calvi, Leandro do Carmo Quintão, Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, Rodrigo Simão Miranda e Vanda Lúcia Gasparini.

Orgulha-me o fato de estar nesta casa de tantas glórias e tradições, entre homens e mulheres da mais alta estirpe da cultura capixaba. Era dia 16 de junho de 1916, quando se reuniram os Drs. Antonio Francisco de Athayde, Carlos Xavier Paes Barreto, Archimino Martins de Mattos e tantos outros intelectuais da época, para fundarem essa Instituição que tanto lutou e ainda luta pela abolição da escravatura, pela libertação da mulher, pela emancipação da literatura feminina, promovendo solenidades, palestras, lançamentos de livros, entre outros. Trabalhos esses, pelo engrandecimento da cultura capixaba.

Falando em mulher, lembremos de algumas mulheres que ajudaram a enaltecer o nosso querido Estado: na política — Luiza Grimaldi — a donatária que governou esta capitania ainda no século XVI; a primeira deputada eleita pelo voto — Judith Leão Castelo Ribeiro; na coragem e valentia, tivemos a heroína Maria Ortiz, que ajudou na expulsão dos invasores holandeses, no século XVII e que, segundo a tradição, houve uma época em que se travava grande batalha entre capixabas e inimigos holandeses, então, Nossa Senhora

da Penha fez uma milagrosa aparição aos soldados, diante do monte da Penha, para proteger e fortificar o nosso Estado dos estrangeiros. Na pesquisa, citamos o nome da grande capixaba Maria Stella de Novaes; na literatura tivemos uma infinidade de poetas, escritoras e educadoras de renome; na aviação e no paraquedismo Rosa Helena Schorling Albuquerque; nas artes plásticas tivemos pintoras que levaram o nome do Espírito Santo para o mundo. Por esse motivo essa casa nunca poderá parar. Ela tem que seguir o seu curso e a sua história. E, é o que tem sido feito. E deverá continuar. É de louvar que essa instituição preserva a exata orientação a que se filiam seus fundadores originários. Por aqui já passaram grandes juristas, poetas, prosadores, jornalistas, músicos, políticos, atores, professores, pintores e pesquisadores. É uma casa onde a liberdade voa suavemente.

Esta instituição que é estruturada por colegas de grande competência e alicerçada na grande união e profunda amizade, será a força que nos conduzirá. Como disse o pensador Van Loon ao falar em “amizade” — “O maior tesouro é aquele que guardamos nos corações dos nossos amigos”. E, certamente, através desta amizade, sentimento do mais puro, que conseguiremos desenvolver um trabalho solidário e produtivo, cujo objetivo será sempre para e pelo engrandecimento de nossas atitudes.

Por fim, gostaria de fazer alguns agradecimentos: Primeiro agradecer a Deus. Agradecer aos meus pais Paulo e Dária por terem me dado uma boa formação espiritual, ética e moral que nortearam e norteiam meus passos na comunidade em que vivo. Agradecer aos meus mestres que desde o curso fundamental, passando pelo médio até chegar à universidade, toda minha família e as pessoas que no decorrer da minha existência ajudaram a iluminar a minha caminhada, nos bons e maus momentos que a vida nos proporciona. Estar nessa casa consagrada pelo tempo, estar com vocês, eu sei que raras são as palavras que podem resumir a emoção de uma

menina que veio do interior, persistente e sempre participando ativamente de tudo e sonhando sempre — em versos. Passei a minha infância e adolescência envolta com as tradições populares da minha terra natal — Conceição da Barra. De dia, com o brilho do sol, à tarde com o frescor da brisa do mar e a noite no coreto que havia na praça, declamava enormes versos escritos pelos poetas barrenses, que para mim é uma honra suprema. Fui pastorinha nos natais e mascarada nos carnavais, fui anjinho em coroações e carregava andores em procissões, ao mesmo tempo em que afundava os pés na lama doce dos manguezais de Conceição da Barra para catar caranguejos e siris, mangabas e cambucás.

Assim, nada melhor do que estar hoje com meus ilustres colegas para engalanar os quadros desta tão conceituada Instituição, a quem muito justa e oportunamente, eu rendo as minhas homenagens e os meus agradecimentos. Neste ano de 2010, eu Kátia Bobbio, quando completei 50 anos de idade, completei também os meus 100 (cem) títulos já publicados em forma de literatura de cordel e também a centésima exposição em artes plásticas. Por isso conclamo-vos a buscarmos a conquista da paz. A paz só é possível com as ferramentas da paz. A paz é um dever, é um direito. Vamos transformar esta terra com muita paz, para que ela seja mais justa e mais humana.

Muito obrigada.

DISCURSO DE POSSE NO IHGES*

Ilustríssimo Senhor Presidente,

Autoridades presentes,

Caros consócios,

Senhoras e Senhores,

Em nome dos associados ora empossados, coloco-me nesta noite festiva à tribuna, impelida por um inenarrável júbilo, com o intuito de agradecer a presença de todos que vieram prestigiar este momento tão solene e grande acuidade para nós, que a partir de agora, iremos adentrar nesta honrosa Casa do Espírito Santo e contribuir com o desenvolvimento de seus trabalhos.

Desde o século XIX, a partir da iniciativa do Imperador Dom Pedro II, no ano de 1838, foi fundado no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa instituição abrihantou o Império por meio do incentivo de pesquisas e preservação histórico-geográfica. Com o passar do tempo, os demais Institutos se formaram, e desde então, tornou-se possível um intercâmbio de histórias e ideias, que vem contribuindo para a constituição e preservação de valores culturais relevantes nas diversas regiões do Brasil.

Nesta vertente, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, desde sua fundação em 1916, por meio de intelectuais visionários, como Carlos Xavier Paes Barreto e Antônio Francisco Athayde, vem resgatando e solidificando aspectos históricos e geográficos de nosso Estado, além de outros vários nomes ilustres, que muito contribuíram para a construção e compreensão da memória e da cultura capixaba.

* Discurso proferido por Karulliny Silverol Siqueira em nome dos novos associados, no dia 15 de Junho 2011.

Relembrando seu contexto de fundação, a criação deste Instituto se consolidou em meio a uma conjuntura influenciada pelos ideais, em voga, de modernização, e que foram determinantes no processo de urbanização e transformação no espaço da cidade de Vitória, iniciado desde o governo de Jerônimo Monteiro, e ainda nos anos posteriores ao seu mandato. Contudo, percebe-se deste modo que, paralelo ao desenvolvimento urbano e da visão voltada para o futuro da cidade, era, ao mesmo tempo, criada esta referida Instituição, a qual resguardaria as tradições e os aspectos mais relevantes do Espírito Santo. Tais evidências nos permitem concluir que, apesar dos ideais modernizantes de transformações terem marcado o pensamento de políticos e intelectuais naquele momento, a preocupação com as tradições e o passado foram resguardadas por meio da criação desta Instituição.

Assim, percebemos que o Instituto Histórico e Geográfico se materializou em um encontro sublime entre o futuro e o passado: modernizar, mas, sobretudo, manter a memória. Desde então, formou-se ali um reduto de intelectuais, cuja preocupação centrou-se sempre na preservação da História Capixaba, instituindo-o como seu patrono, o distinto nome de Domingos José Martins.

A memória, o passado, e a história: são estas as paixões que nos movem, nos fazem debruçar sobre os vestígios e documentos que permeiam a história deste Estado. Sabemos claramente da responsabilidade e da seriedade que nos cabe como guardiões do passado desta terra. Entretanto, sabemos também que o caminho é longo, e ainda há muito a se fazer. E compete a nós, exaltarmos o conhecimento sobre o passado, resgatar a memória e as tradições capixabas.

Compete a nós, aos apaixonados pelos relatos de história oral, aos que sentem o queimar no coração quando descrevem nosso folclore, aos que têm brilho nos olhos ao reler as disputas entre *caramurus e peroás*, aos que são sensíveis à tão inspiradora visão do

Penedo, e sem dúvida, por que não lembrar, dos que se emocionam em falar de uma certa Ponte Seca ou da tão estimada Vila Rubim, este árduo, mas honroso e respeitável trabalho de resgate da memória e da identidade capixaba. Sim, compete a nós.

É aqui, senhoras e senhores, o lugar onde se relatam as preciosidades de nossa história, onde se resguarda cada vestígio de nosso passado, o local em que se encontra um arcabouço de biografias, de genealogias, e de toda a magia de ser capixaba, seja os de nascimento, os de coração ou os de história. Ressaltamos, deste modo, a importância dos que aqui já se encontram, dos que há tempos já se ocupam de resgatar e reescrever a história deste Estado, seja por meio do estudo das tradições, dos limites geográficos, pelo estudo da esfera jurídica e policial, os estudos econômicos, ou ainda pela história política e dos governantes locais.

É por meio dos membros desta Instituição e dos trabalhos aqui desenvolvidos que muitas pesquisas se tornaram possíveis. Assim, demonstramos a mais sincera admiração pelos membros deste Instituto e reconhecemos o mérito de seus escritos.

Desta forma, cabe a nós, junto aos que aqui se encontram, prosseguirmos com os trabalhos desta Casa, resgatando em cada documento um novo olhar sobre a história do Espírito Santo, sendo também nossa missão e nosso dever, propagar os escritos e as pesquisas registradas nesta Instituição. Somos instituídos a propagar a cultura e a história deste povo, designados a perpetuar a história do próprio Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o qual acaba se perfazendo como nossa própria história. Entretanto, se a referida tarefa mostra-se difícil, já nos diz nossa intensa melodia: “*Temos fé temos crença a faltar*”. Sendo assim, por meio de relatos, histórias, documentos e tradições do Espírito Santo, prometemos trabalhar sempre por um compêndio histórico estimado e valioso, a final, a melodia ainda nos diz que somos nós os “*herdeiros de um passado glorioso*”.

NOS 95 ANOS DO IHGES*

Principio passando a palavra ao poeta, pois os poetas sempre pronunciam as palavras primordiais. E já que estamos numa Casa que valoriza a história e a geografia capixabas, escolho um poeta que é nosso vizinho, quase nosso conterrâneo, por ser de Itabira, cidade ligada a Vitória por caudaloso rio de minério de ferro, há décadas e décadas escoando incessante por terras mineiras e capixabas. Carlos Drummond de Andrade em *A Paixão Medida* publicou poema que assim começa e intitula-se *O Historiador*:

*Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.*

O verso de Drummond, “as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas”, sintetiza, a meu ver, a trajetória de 95 anos de existência do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Na oportunidade em que estamos reunidos para comemorar esse aniversário natalício, dois sentimentos se sobrepõem aos demais. O primeiro é o da alegria, por constatarmos que a mais antiga instituição cultural de nosso estado atinge com vigor essa bela idade. O outro sentimento é o da gratidão, e expressa o reconhecimento de todos nós ao trabalho desenvolvido pelos associados que nos antecederam.

* Discurso proferido pelo consócio Fernando Antônio de Moraes Achiamé, na Sessão de 15 de junho de 2011, em comemoração aos 95 anos do IHGES.

Em 12 de junho de 1916, uma segunda-feira, esta Casa foi fundada à noite em um dos recintos do prédio que então abrigava a Assembleia Legislativa na Cidade Alta. A data escolhida foi proposital: assinalava a passagem da execução do capixaba considerado precursor da Independência — Domingos José Martins — cujo centenário de morte seria comemorado, como de fato o foi, no dia 12 de junho do ano seguinte. O herói capixaba é tratado pela historiografia brasileira como um dos protagonistas da Revolução de 1817, ocorrida em Pernambuco, onde a memória de Domingos Martins também é reverenciada. Não por mero acaso, logo na sessão inaugural do Instituto, o orador que propôs e defendeu a criação da nova entidade foi o desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, de ilustre estirpe pernambucana, e que se estabeleceu há muitos anos em nosso estado. Nem ocorreu por acaso a escolha de Domingos Martins para patrono da agremiação. Uma circunstância significativa também presidiu os trabalhos de instalação da nova Casa de cultura: ao lermos a ata de sua fundação, a impressão que temos é a de que todo, ou quase todo, o Tribunal de Justiça estava ali incorporado, dado o número de desembargadores presentes ao ato.

“As ilusões jamais confirmadas nem desfeitas” referidas por Drummond sempre participaram do já longo percurso da história desta Casa. No entanto, elas variaram de acordo com as diversas gerações de capixabas eminentes que por aqui passaram.

A primeira geração, a dos fundadores e que atuou nas décadas de 1910 a 1940, caracterizou-se por iniciativas voltadas para a consolidação e divulgação de mitos regionais: Domingos Martins à frente de todos, seguido por José de Anchieta, Araribóia, Maria Ortiz, Vasco Fernandes Coutinho, Pedro Palácios e Caboclo Bernardo, para citar os mais proeminentes. O homem cria mitos para distinguir-se da natureza, para dar um sentido à condição humana. “O mito é o nada que é tudo”, nos diz Fernando Pessoa. Conside-

ram-se mitos fundadores aqueles que assentam as bases da vida em sociedade. E os mitos patrocinados pelo Instituto procuraram alcançar um amplo espectro social. São variados para atenderem a interesses também variados. Domingos Martins simboliza o branco, rico, ilustrado, republicano que procura libertar-nos da dominação estrangeira, mito que alimenta, portanto, ideais nacionalistas e de afirmação das elites capixabas na Primeira República. Também dentro dessa perspectiva, a mitificação de Araribóia apoia-se na idealização do índio, do “bom selvagem”, do brasileiro “original”, nativo, que resistiu às investidas do invasor logo no início da ocupação de parte do “solo pátrio”, numa época em que ainda não havia pátria brasileira, nem sequer estava definido se as novas terras seriam colonizadas por portugueses ou franceses. O mito de Maria Ortiz também acompanha este ideário nacionalista, que busca afirmar o estado capixaba — um dos astros no novo céu republicano, onde é representado na constelação do Cruzeiro do Sul por pequena estrela “A Intrómetida”, de brilho irregular... O invasor agora é de outra nacionalidade, é holandês; e ressaltar o combate que lhe desfez Maria Ortiz também serve para reafirmar a crescente projeção social da mulher no mundo, no país e no Espírito Santo por todo o século XX. E a mitificação do Caboclo Bernardo? Ocorrida mais tarde, sem dúvida vai ao encontro de valorizar a porção humilde do povo capixaba, que durante os anos de 1900 lutou e conquistou melhores posições na sociedade. Mitos fundadores e heróis civilizadores, como os já citados Vasco Coutinho, José de Anchieta (sobre o qual a Revista do Instituto produziu grande número de artigos) e Pedro Palácios, eram muito convenientes naquela ocasião para “dourarem” o brasão do Estado do Espírito Santo, para conferirem ares “civilizados” aos seus habitantes.

À geração pioneira desta Casa, que enfrentou em primeiro lugar “as ilusões jamais confirmadas nem desfeitas” e deu conta

do recado, correspondem as presidências de Antônio Francisco de Ataíde (liderou a primeira diretoria do Instituto), Arquimimo Martins de Matos, Carlos Xavier Paes Barreto, José Espíndula Baltha Ribeiro, Cassiano Cardoso Castelo, Arnulfo Martins de Matos, Celso Calmon Nogueira da Gama, Artur Lourenço de Araújo Primo, João Manoel de Carvalho e Américo Ribeiro Coelho. Deve-se notar que a atividade do Instituto diminuiu nos últimos anos da década de 1940. Chegou-se a organizar um número da Revista, seria o décimo sétimo, que não foi publicado. Recentemente, o vice-presidente Paulo Stuck Moraes descobriu esses originais e providenciou-se sua impressão em número especial da Revista, lançado na data de hoje, originais vindos à luz mais de sessenta anos depois de preparados.

“As ilusões jamais confirmadas nem desfeitas” continuaram em pauta na segunda geração, a dos consolidadores, que atuou de finais dos anos 40 aos anos 90, e procurou retomar e expandir as atividades específicas da entidade, por meio de reuniões periódicas, apresentação e publicação de trabalhos. A esta geração correspondem as presidências de Ceciliano Abel de Almeida, Eurípedes Queiróz do Valle, Cristiano Ferreira Fraga e Alberto Stange Júnior. O interregno de 1969 a 1981, em que a Casa ficou em recesso, compreende em linhas gerais o período de construção do Edifício Domingos Martins, nossa sede atual. No entanto, um ritual não deixou de ser cumprido: alguns membros da instituição iam todo 12 de junho até o busto de Domingos Martins, situado à Praça João Clímaco na Cidade Alta, para homenagear o patrono. Após esse longo intervalo, grupo remanescente de 40 sócios efetivos refundou o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo há precisos trinta anos, em nove de maio de 1981, data em que se comemorava o bicentenário de nascimento de Domingos Martins. Desse grupo de associados, uma plêiade — palavra que possui como primeira acepção dicionarizada a de “reunião de sete

peças ilustres”, (cf. Houaiss) — justamente uma plêiade ainda está atuante entre nós e os nomes das sete pessoas ilustres que a compõem devem ser citados como forma de homenageá-las. Em ordem alfabética: Ali da Silva, Celso Perota, Ivan Anacleto Lorenzoni Borgo, Luiz Guilherme Santos Neves, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, Maria Filina Salles de Sá de Miranda, e Nara Saletto da Costa.

Que “ilusões jamais confirmadas nem desfeitas” podem ser citadas relativas a esse período? Fiquemos apenas com uma. Num *ubiq sunt?*, num “onde estão?” constante, ainda hoje pessoas lamentam a decisão de demolir o velho prédio do Instituto, para no mesmo local erigir o edifício que abriga as instalações atuais, consideradas insatisfatórias nos últimos tempos. Argumentam: tivessem preservado a antiga edificação (afinal, o Instituto foi idealizado para valorizar nossa história, seus documentos e monumentos, não para destruí-los), teríamos um belo e significativo exemplar da arquitetura eclética em Vitória. Mas, à distância, é preciso avaliar com cuidado uma decisão tomada com vistas a trocar uma sede muito deteriorada por outra nova.

A terceira geração, a dos renovadores, que atua dos anos 90 até a presente data, enfrenta outras “ilusões jamais confirmadas nem desfeitas” — preocupa-se em garantir a regularidade da publicação da Revista do Instituto e realizar atividades que interajam com a comunidade do Espírito Santo e de sua capital — fundação de núcleos municipais, edição de obras historiográficas e de literatura, promoção de seminários e de cursos, entre muitas outras. A ela correspondem as presidências de Renato José da Costa Pacheco, Ormando de Moraes, Miguel Depes Tallon, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (a única mulher a ocupar o cargo até o presente), Sebastião Teixeira Sobreira, Leonardo dos Passos Monjardim e a do atual presidente, que vem de ter seu mandato renovado por mais um período. Nesses últimos anos, o expressivo número de ideias, projetos

e planos não concretizados, mas nunca abandonados, ilustra bem aquelas “ilusões jamais confirmadas nem desfeitas”, de que é amostra significativa o decantado Museu da Imagem e do Som capixaba. A atual geração tem procurado garantir a presença da Casa no cenário intelectual capixaba, com ações e publicações de bom nível.

As presidências foram exercidas com estilos próprios, como é natural, mas sempre valorizando temas referentes ao nosso estado. Ao pronunciar os nomes de todos os ex-presidentes do Instituto já falecidos, reverencio suas memórias. Estendo essa reverência a todos os associados que já caminham na eternidade e tenham contribuído de maneira significativa para o engrandecimento desta Casa. Muitos deles não chegaram à presidência; no entanto, foram de importância ímpar na vida do Instituto, a exemplo, em tempos mais distantes, de Mário Aristides Freire, Norbertino Bahiense, Placido Passos, Guilherme Santos Neves e, numa época mais recente, Elmo Elton Santos Zamprogno, Vítor Biasutti, João Bonino Moreira e Maria José Sales de Sá, a Netinha.

Essas são balizas cronológicas um tanto arbitrárias, que procuram esboçar a história do Instituto. Nosso atual presidente, Dr. Getúlio Neves, historiou a trajetória de vida desta Casa em prestante trabalho, editado em 2003 sob o título de *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Ao mencionar essa pesquisa pioneira, lanço um desafio para que outros interessados, quem sabe estudiosos vinculados aos cursos de mestrado e doutorado em história social das relações políticas da Ufes, produzam dissertações e teses que contextualizem em profundidade a história da nossa instituição.

Nesses anos todos, que papéis o Instituto tem desempenhado no amplo panorama da vida estadual? O mais importante deles, talvez, é o de ser referência no cenário intelectual capixaba. Nem os poderes públicos, nem as organizações civis jamais colocaram em

xeque a respeitabilidade da Casa do Espírito Santo. Tal circunstância honra e distingue esta que é, convém enfatizar, nossa mais antiga instituição cultural. Na verdade, a aura de positividade que cerca o Instituto sempre foi superior às críticas eventuais a ele lançadas. Críticas na maioria das vezes injustas e injustificadas, por pretenderem que nossa entidade atuasse como apêndice de governos, ou estabelecimento de ensino de nível superior a promover uma pretensa “história oficial”, ou que abrigasse e promovesse ideologias político-partidárias, ou ainda servisse de escada para inescrupulosos galgarem o poder, obterem favores financeiros. A nada disso o Instituto se prestou. Somos, e nos orgulhamos de ser, um espaço de encontro fraterno, em que se exercita a sociabilidade, aqui entendida como “prazer de levar vida em comum, inclinação a viver em companhia de outros” (cf. *Dicionário Houaiss Eletrônico*). E que sociabilidade seria essa? A que possui como ponto norteador tudo o que se refira ao universo capixaba.

Reivindicamos o pioneirismo de possuir entre nossos sócios efetivos pessoas que se dedicam a diferentes profissões e com formações escolares e origens sociais diversas, mas que têm em comum o interesse pela valorização da vida do nosso estado, numa espécie de transdisciplinaridade, tão adotada nos meios acadêmicos ultimamente. São profissionais liberais — advogados, médicos, engenheiros, contadores etc. — comerciantes e, sobretudo, magistrados, professores e servidores civis e militares. Tais associados, pertencentes a diferentes grupos geracionais de capixabas por nascimento ou adoção, procuram pensar e repensar o Espírito Santo.

Assim, o percurso histórico desta Casa, registrado em sua Revista, também reflete os modos pelos quais nós, os capixabas, ao longo de tantos anos, nos conhecemos e nos reconhecemos como indivíduos e como povo. Nosso Instituto é um dos espelhos — talvez o mais respeitável, o mais acreditado — em que nós, ou especifi-

camente nossas elites intelectuais e dirigentes, miramo-nos nas últimas nove décadas e meia, formulando as perguntas básicas de toda a vida humana: quem somos, de onde viemos, para onde vamos?

O que era o Espírito Santo quando o Instituto foi fundado? Um estado com pouco mais de 500 mil habitantes espalhados de forma rarefeita em cerca de 30 municípios; um estado em que quase toda sua região norte ainda estava por ser ocupada. O crescimento e diversificação da economia, a complexidade social cada vez maior, as conquistas na participação política, tudo o que de importante ocorreu no estado capixaba de 1916 até nossos dias teve acompanhamento dos associados do Instituto que, em diversos processos históricos, desempenharam papel destacado.

Esta Casa sempre exerceu sua missão maior: valorizar a história e a geografia do Brasil e, em especial, da porção compreendida no território capixaba. Esteve sempre presente na vida do Instituto a ligação indissolúvel do Estado do Espírito Santo com os destinos da pátria brasileira.

Não importa muito que diversos associados ao longo do tempo tenham apresentado contribuições que podem, à primeira vista, ser consideradas menores, porque meramente descritivas, informativas, memorialísticas. Mas, na hora da necessidade, para subsidiarem seus trabalhos, a quem primeiro os historiadores de ofício, os geógrafos, os arqueólogos, os cientistas sociais recorrem? De quem primeiro se socorrem para obter informações básicas (datas de nascimento e morte, ligações familiares, circunstâncias e datas de criação de aglomerados urbanos etc.), sobre assuntos muitas vezes restritos ao interesse local? Às publicações do Instituto, especialmente aos artigos estampados na sua Revista. Consultam com interesse a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo para saberem o que nela já foi publicado, ou mesmo o que nunca foi publicado sobre determinado tema. Mas sempre a consideram como referência inicial em suas pesquisas.

Se o Instituto Histórico é importante por congregar ações de intelectuais capixabas, ele também contribui para valorizar a biografia desses mesmos intelectuais. Não podemos imaginar a vida desta Casa sem a participação de Alberto Stange, Elmo Elton ou Renato Pacheco, sem o seu pertencimento à nossa associação. Se por um lado eles fizeram parte integrante da vida do Instituto, por outro, ele também moldou, também conformou suas existências. Os associados deixaram aqui suas marcas, mas do mesmo modo foram marcados pela Casa do Espírito Santo.

Uma das acusações que nos fazem, de pertencermos a uma associação de admiração mútua, de mútuos elogios, carece de fundamento por uma simples razão: o Instituto Histórico e Geográfico nada oferece aos seus sócios efetivos, nada lhes promete, nada lhes propicia, nada lhes faculta, nada lhes outorga. Os que aqui vieram para somente contentar sua vaidade, daqui se afastaram de mãos vazias. Foram muito poucos; a vaidade os prejudicou mais do que ao Instituto.

O que, afinal, buscamos aqui? A oportunidade de exercermos nosso amor à terra natal, à causa do Estado do Espírito Santo, com ações que exigem desprendimento e sacrifício. Nesse caso, o Instituto nos dá em troca uma espécie de imortalidade. Mas, acima das crenças e descrenças, que imortalidade seria essa? Aquela de, pelos tempos vindouros, sermos julgados por nossas contribuições intelectuais, especialmente pelas publicações avulsas aqui editadas e pela participação em nossa *Revista*.

Nunca tivemos muitos recursos materiais: o pouco colocado à nossa disposição foi destinado ao serviço do interesse capixaba. Mas nunca nos faltou vontade de construir, de realizar. Apesar de escassos os recursos materiais, os dons do espírito, que afinal são os que permanecem, esses sempre foram fartos em nossas fileiras. Por isso que o saldo de realizações do Instituto é muito positivo; custa crer que com tão pouco nossos antepassados tenham realizado tanto.

Com base no antes afirmado, podemos ter certeza de que o porvir da Casa do Espírito Santo está garantido, de que sua existência se lança por mais dezenas, centenas de anos aos “ventura ventis”, aos “ventos que virão”, aos “ventos do futuro”, na expressão do poeta Guilherme de Almeida.

Vencidas as velhas ilusões, criemos novas. Cultivemos ilusões corriqueiras: toda a Revista do Instituto digitalizada, indexada e colocada na internet à disposição do mundo; seu desfalcado mas precioso Arquivo organizado; sua Biblioteca dinamizada; suas atas publicadas na íntegra; um convênio com o governo estadual para manter nossas atividades, nossa Revista e nosso site, pois afinal trata-se do Instituto Histórico e Geográfico que diz respeito a todo o Estado do Espírito Santo... Porém, não devemos perder de vista jamais as grandes ilusões, uma em especial: trabalhar para que a história capixaba seja construída em bases mais justas e igualitárias; trabalhar para que a importância dos antigos heróis seja relativizada em nossa historiografia, e nela despontem, com dignidade plena, as cidadãs e os cidadãos capixabas, esses sim, os verdadeiros heróis, as verdadeiras heroínas a servirem como exemplos de vida.

Termino devolvendo a palavra ao poeta, pois os poetas sempre possuem a derradeira palavra acerca de tudo. Drummond completa assim o seu pequeno e denso poema intitulado *O Historiador*:

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

“AS FAMÍLIAS PORTUGUESAS RADICADAS NO ESPÍRITO SANTO” NOTAS GENEALÓGICAS*

Fomos descobertos por portugueses, o Brasil, o Espírito Santo. Sabe-se a saga desenvolvida por Vasco Fernandes Coutinho e seus heróicos 60 desbravadores que, deixando Portugal, uns, obrigados, outros, de livre vontade, vieram iniciar a colonização daquela que foi denominada de undécima capitania, enfrentando matas fechadas, clima inóspito, além da reação natural e feroz do dito gentio, ofendidos que se sentiram por estar suas milenares posses invadidas pelo colonizador branco.

Desses primeiros anos, primeiras décadas, primeiros séculos, até, pouco se sabe das famílias portuguesas que nestas terras tenham aportado.

Gilson Caldwell Nazareth, genealogista fluminense, que mantém, na página João do Rio, uma seção onde trata de genealogia e ligações com a terra capixaba, até que tem conseguido algum sucesso, pesquisando nos arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, detentora de extenso arquivo eclesiástico, que remonta ao século XVI. Marcopolo, também pesquisador fluminense, (página Sala de Estudos) mas, mais ao norte (região de Macaé e Campos), também tem fragmentos de família coloniais capixabas.

Aqui no estado, temos alguns pesquisadores que tentam desvendar as origens da nossa população, tais como Aldo Andrich, Galbo Nascimento, Glauro Gianordoli Giestas, João Luiz Castello Lopes Ribeiro, Leticia Fundão Giestas, Marcos José Netto Andrade, Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel, Maria Lúcia Machens (ora baseada no Rio de Janeiro), Mário Armando Furtado Monjardim, este que vos fala e Rogério Frigério Piva. Temos também os neófitos Gerson

* Palestra proferida no auditório da Biblioteca Pública do Espírito Santo, em 28 de julho de 2011 por Paulo Stuck Moraes, historiador e genealogista, vice-presidente do IHGES.

de Moraes França e o nobre colega aqui ao lado, professor doutor Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, que vem desenvolvendo a genealogia familiar com brilhantismo. São pesquisas geralmente centradas na Grande Vitória, e que atingem a segunda metade do século XVIII, com muito custo, pois, adentrar a primeira metade daquele século acaba se transformando em aventura pura, visto a quase total inexistência de documentação, quer oficial, quer eclesiástica. Nossa documentação eclesiástica, inclusive, tem perdidos, desaparecidos, ou arquivados em lugar incerto e não sabido, pelo menos 17 livros de batizados, 8 livros de casamento e 6 livros de óbitos, o que poderia levar a história genealógica de Vitória ao século XVI, com total segurança. Falar em genealogia capixaba do século XVI à primeira metade do século XVIII é quase contar uma fábula.

Os Portugueses

Não tivemos um fluxo imigratório concentrado de portugueses para o Espírito Santo como o italiano (cerca de 38.000 pessoas, em 30 anos) e, em menor escala, o germânico (em torno de 4.000). Não tivemos navios inteiros desembarcando nos portos locais as quantidades de imigrantes que afluíram a então capitania, como ocorreu a partir de 1847, com as imigrações de germânicos e italianos, pois os que vinham, eram colonizadores, inseridos no processo de colonização, e, particularmente, não os considero imigrantes, na acepção do termo. Vinham de forma esparsa, aportando, ora em Salvador, ora em Recife, ora Rio de Janeiro, os mais importantes portos da era colonial. Chegaram, também, em processos promovidos pelos donatários, que iam em busca de colonos (nem sempre com sucesso). Havia, também, a própria migração interna. É marcante a quantidade de famílias cariocas do primeiro século que tem origem em capixabas, ou em

portugueses que para cá vieram e posteriormente, se mudaram para o Rio de Janeiro recém fundado (1565). Percorrendo a obra de Carlos Grandmasson Rheingantz (1915-1988)¹ isso é fácil de ser verificado.

Outros capixabas, ou a princípio, portugueses residentes na capitania, que se mudaram para outras povoações, vão formar os núcleos iniciais de diversas capitanias, e até há o caso de um capixaba, neto de nosso primeiro donatário, nascido em Vitória, João de Melo Coutinho (c.1565-1601), que, hoje, é considerado, pelos genealogistas portenhos, ancestral de toda a elite crioula² argentina, inclusive da futura rainha da Holanda, a princesa Máxima Zorreguietta Ceruti, esposa do príncipe Guilherme, futuro rei da Holanda.³

Até 1808, quando o Brasil era efetivamente colônia (legalmente, ainda seria até 1815), não se pode identificar o português que aqui chegava como imigrante, em face à intrínseca dependência e ligação do Brasil com Portugal. Após essa data, com a independência nacional já em curso, aí sim, podemos falar em imigrantes. O Arquivo Nacional efetuou um levantamento da movimentação de portugueses no Brasil, entre 1808 e 1842, e nele observamos a entrada de diversos imigrantes, sendo que para o Espírito Santo temos 325 entradas, naquele período. Mas são poucas as famílias portuguesas que chegaram ao Espírito Santo. Em geral, os portugueses vinham solteiros, tentar melhoria de vida, fugindo do alistamento militar ou das péssimas condições de vida que tinha nas suas vilas, e aqui acabaram constituindo suas famílias, casando-se ora com filhas de outros que imigraram antes deles ou com filhas de famílias mais antigas da terra.

¹ Ver *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*, de RHEINGANTZ, Carlos G.

² É a designação dada aos descendentes de ibéricos que se mantiveram sem miscigenação.

³ Há, na internet, várias páginas onde se pode verificar tal genealogia, além de trabalhos executados pelo Instituto Argentino de Ciências Genealógicas.

Viana

Apenas uma vez tivemos uma afluência mais concentrada de portugueses, qual seja, os imigrantes, nem tão portugueses, mas açorianos, que, entre 1813 e 1814, chegaram em 4 levadas, em número de pouco mais de 200, no total. São esses imigrantes que vieram fundar a Colônia de Santo Agostinho, experiência pioneira na tentativa de colonização de sertões inóspitos, Brasil a fora, já um preâmbulo da Independência, que se oficializaria em 1822. É essa colônia o núcleo da nossa atual Viana, que completará em 2013, seus 200 anos bem vividos.

Entre as famílias formadas após a chegada, existe a de Antonio de Freitas Lira (?-1842), capixaba que provavelmente descende do português João Trancoso de Lira, capitão de artilharia que para cá veio em 1646. Conta a lenda que, durante a recepção feita pelo governador Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira (1768-1842), o jovem soldado, da guarda do palácio, impressionado com a beleza de uma das seis irmãs, Luiza Aurélia da Conceição (1795-1890), à época com 18 anos, que acabava de chegar, tocou de leve seus cabelos cacheados. Rubim viu e não gostou: na hora declarou o noivado dos dois, para reparar a “afrenta” que Antonio havia feito à honra da moça. Lenda ou não, o fato é que se casaram cerca de 3 meses depois da chegada. Luiza Aurélia era uma das seis irmãs que, vindas dos Açores (Horta, Ilha do Faial) com o pai viúvo, deparam-se com a morte do genitor, quando da chegada ao Rio, e vem apenas as seis, para Viana. As idades variavam entre 20 e 10 anos. Em poucos anos estavam todas casadas. Repetem, assim, o caso célebre de Minas Gerais (as chamadas “Três Ilhoas”)⁴, um século antes, onde três irmãs açorianas, também de Horta, na Ilha do Faial, vem para o Brasil, com a mãe viúva, e se tornam matriarcas de grandes ramos genealógicos mineiros, como os Junqueira, os Figueiredo e os Rezende.

⁴ Ver *As Três Ilhoas*, de GUIMARÃES, José.

Luiza Aurélia,⁵ ainda, foi protagonista de um ato heróico, ao salvar a imagem de Nossa Senhora da Conceição do incêndio que destruiu a Igreja Matriz de Viana em 1848, ao adentrar aquela igreja em chamas. Demonstrando seu espírito cívico, hospedou em sua casa, o Imperador D. Pedro II, quando da visita ao Espírito Santo em 1860, e cedeu esta mesma casa, durante os primeiros anos da sua existência, para as sessões da Câmara Municipal de Viana, instalada em 1862. Luiza faleceu quase centenária, aos 95 anos de idade.

Entre seus descendentes, encontramos o major Joaquim de Freitas Lira, seu filho, o consagrado músico Roberto Menescal e o desembargador Job Pimentel, ambos tetranetos, e Marcus Pimentel, filho de Job e pentaneto de Luiza, genealogista acima citado. O desembargador Job Pimentel, homenageado em Mantênópolis com o nome de uma escola, foi, ainda, o idealizador da construção do Cristo Redentor de Mimoso do Sul. Os “Pimentel”, vindos dos Açores para Viana, ainda deram Manoel Vieira Pimentel, prefeito de Viana, seus filhos Nelson (advogado e professor) e Olival (Juiz de Direito), além de José Pereira Pimentel, que foi consultor e irmão na Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

Após esses detalhes do início da colonização de Viana, veremos, agora, várias famílias de origem lusa, geralmente só paterna, posto que, como me referi anteriormente, a maioria dos imigrantes vinham solteiros. Vejamos algumas delas, em rápido resumo:

Grande Vitória

Aguiar

Francisco Coelho de Aguiar era natural da Ilha Terceira. Estabeleceu-se em Vitória antes de 1830, tendo sido Conselheiro Geral de 1830

⁵ Ver *Os açorianos na capitania do Espírito Santo e a fundação da povoação de Viana – 1813-1822*, de PIMENTEL, Marcus Benatti Antonini Rangel.

a 1834. Seu único filho, Veríssimo, nos deu vasta descendência, entre eles os bisnetos João Duckla de Aguiar e Augusto Manoel de Aguiar Filho, deputados estaduais, Aristeu Borges de Aguiar, presidente do estado (1928-1930), e membro da Academia Espírito-santense de Letras. Os trinetos Eurico Salles de Aguiar, deputado federal e ministro de estado, homenageado com seu nome no Aeroporto de Vitória, e Jefferson de Aguiar, deputado estadual e senador. Não existe ligação, a princípio, entre essa família e os Aguiar do governador Francisco Lacerda de Aguiar, posto que esta última tem origem em Bananal (SP), e, remotamente, em Angra do Heroísmo, ou seja, na mesma Ilha Terceira. Pesquisas na própria Ilha, levariam a uma conclusão mais acertada.

Barbosa Leão⁶

Luiz Barbosa Leão chegou ao Espírito Santo por volta de 1840. Era primo do patrono da Polícia Militar do Espírito Santo, João Antunes Barbosa Brandão, visto sua mãe ser irmã do pai do referido patrono. Luiz Barbosa Brandão veio solteiro, em 1820,⁷ como a maioria dos portugueses que para cada vieram, casando-se com a irmã do padre Francisco Antunes Siqueira (pai). Luiz Barbosa Leão veio, também solteiro, na esteira do tio, anos depois e logo formou sua própria família. São inúmeros os seus descendentes que tiveram influência na sociedade, nas letras e na cultura capixaba. São por demais conhecidos seus netos Kosciusko Barbosa Leão e Aristóbulo Barbosa Leão, mestres de tantos capixabas e Monsenhor Luiz Cláudio de Freitas Rosa. Sua bisneta Judith Leão Castelo Ribeiro, educadora e primeira capixaba eleita para a Assembleia Legislativa estadual além de seus irmãos, detentores de alguns Cartórios na Grande Vitória. E suas famosas trinetas, Danuza, ícone da sociedade carioca, e Nara Leão,

⁶ Ver *Revista do IHGES* n.º 31/33, de 1969.

⁷ Movimentação de portugueses 1808-1842, Arquivo Nacional.

ícone da música popular brasileira, ambas nascidas em solo capixaba. A descendência de Luiz Barbosa Leão uniu-se a outras famílias capixabas, tais como, os “Castello” e os “Borges”, famílias tradicionais da Serra, cujas origens ibéricas se perdem nas brumas do tempo.

Câmara, Cruz, Gomes e Vianna Leal⁸

Mais um açoriano no Espírito Santo, Domingos da Silveira Vianna Leal, é um comerciante bem sucedido na Vitória, do final do século XIX e início do XX. Como não tinha descendência, traz, em 1928, a irmã, viúva, e suas duas filhas, uma das quais Maria das Dores) já casada com Manoel Câmara. É com a filha desse casal (Margarida) que Rubens Gomes, filho mais novo de outro luso, José Joaquim Gomes, se casará, e, após o encerramento das atividades hoteleiras, administrarão, como um colégio, o prédio do antigo Hotel Majestic, que fora o mais luxuoso hotel de Vitória, tendo, inclusive, elevador. Fundado por José Joaquim Gomes, foi inaugurado em 1926. Gomes, a princípio, estava baseado no Rio de Janeiro, vem para Vitória, onde inicia-se no comércio. Casa-se, em segundas núpcias, com Eugênia Vervloet, em 1901, neta de imigrantes belgas, de Santa Leopoldina, com a qual tem 9 filhos. Bem sucedido nos negócios, nos primeiros anos do século XX, culminou sua atuação com a inauguração do Majestic. No entanto, como que prevendo a crise mundial que explodiria em 1929, arrenda o hotel para seu genro, e depois, para outro compatriota, Júlio Teixeira da Cruz, e embarca para Portugal, de onde retorna no final dos anos 30, falecendo em 1942. José Joaquim também pode ser citado na história do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, posto que foi um dos fundadores do Clube dos Boêmios, primeira sede do IHGES, que, nos anos 70, foi demolida para construção do Edifício Domingos Martins. Da família Cruz, que a partir do arrendamento do Majestic, passou a dominar o setor

⁸ Ver *Hotel Majestic*, de GOMES, Rubens Manoel, Câmara.

hoteleiro em Vitória, tendo sob sua administração também o Sagres e o Estoril, temos como seu representante seguinte, o construtor Chrisógono Teixeira da Cruz, que chegou a prefeito de Vitória de 1971 a 1974.

Duarte Carneiro

Nascido em São Lourenço de Carnide, próximo a Lisboa, o alferes Luiz Duarte Carneiro era provedor de Órfãos, de Vitória, nomeado que fora em 1732. Provavelmente teria se casado em Vitória, apesar de não termos essa confirmação. Entre seus descendentes, temos o neto Ignácio Pereira Duarte Carneiro, que foi encarregado de abrir a estrada para Minas, a conhecida estrada São Pedro de Alcântara, ou, ainda, estrada do Rubim, em 1817. Outro neto, primo de Ignácio, foi Marcelino Pinto Ribeiro, que, apesar de padre, foi pai de outro Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, também padre, que foi deputado provincial, deputado geral, e, quando da fundação da Academia Espírito-santense de Letras, tornou-se patrono de sua Cadeira n.º 1. Este segundo padre foi pai de outro Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, que era médico em Vitória, em 1870, segundo Daemon.⁹ É a filha desse médico, Maria Espíndula de Freitas Rosa que desposará o primeiro presidente do estado, Affonso Cláudio, e será mãe de Alarico de Freitas, deputado estadual em algumas legislaturas, entre outros. Entre os descendentes de Ignácio Pereira Duarte Carneiro, pela parte materna, encontramos o mesmo desembargador Job Pimentel, acima citado, que descende por seu pai, dos Pimentel, açorianos que colonizaram Viana.

Laranja

A movimentação de portugueses (1808-1842)¹⁰ nos mostra a entrada de José Francisco Gonçalves Laranjo, oriundo da Ilha do

⁹ Ver *Província do Espírito Santo*, de DAEMON, Basílio de Carvalho.

¹⁰ Pesquisa levada a termo pelo Arquivo Nacional.

Faial (Açores). Aqui chegou, em 1820, pela primeira vez, retornando em 1822, provavelmente em definitivo. É o genearca da família Laranja, que nos deu alguns deputados provinciais e estaduais, além do prefeito de Vitória, Hermes Laranja. Francisca, filha de José Francisco, foi esposa do patrono da Polícia Militar do Espírito Santo, João Antunes Barbosa Brandão, fazendo, assim, ligação com outra família de portugueses, os “Barbosa Leão”, acima descritos.

Monjardim¹¹

Monjardim não é italiana, dirão alguns? Bem, Lazzaro Mongiardino, genovês, migrou para Portugal no início do século XVIII. Lá, foi pai de Caetano Monjardino, que já aportuguesa o nome italiano. E Caetano foi pai de Ignácio João Monjardino, que, por volta de 1782, já estava no Espírito Santo. Aqui casou-se com Anna Luísa Pinto e, portanto, são genearcas dos atuais “Monjardim”, uma vez que seu filho José Francisco aportuguesou de vez o nome, que se mantém assim já a 2 séculos. Ignácio é o homem que exerceu o poder por mais tempo, no Espírito Santo, atingindo 16 anos de forma ininterrupta. O filho José Francisco, que dá nome à rua Coronel Monjardim, é responsável por grande prole, entre eles Alpheu Adelpho, o barão de Monjardim, político de destaque como o pai, tendo sido, ambos, deputados provinciais, e o barão, deputados estadual, além de exercer, por breve período, a presidência do estado. Entre os descendentes dos dois casamentos do barão, temos seus filhos José Francisco, deputado estadual e federal em diversos mandatos, Manoel Silvino, médico e deputado estadual em diversos mandatos, Américo e Adelpho, que foram prefeitos de Vitória. Seu neto Alcebíades Guaraná Monjardim foi deputado federal além de pai da consagrada cantora carioca Maysa e avô do diretor de televisão Jayme Monjardim. Vários

¹¹ Ver *Os Monjardinos*, de FORJAZ, Jorge Pamplona

outros membros exercem as funções de advogado, médicos e engenheiros, espalhados por vários estados do Brasil.

Pacheco¹²

José Antonio de Souza Pacheco chegou ao Espírito Santo nas últimas décadas do século XIX, fixando-se em Vila Velha. Avô paterno de Renato Pacheco, conceituado jurista, escritor, professor, romancista, poeta e historiador capixaba e Rogério, odontólogo. Bisavô de Renata, juíza de Direito, Rodrigo, advogado, Ana Lúcia, professora e Carlos Thomé, odontólogo.

Pinto Ribeiro

O capitão-mor Manoel Pinto Ribeiro era nascido em São Payo de Oliveira, concelho de Lamego. De seu primeiro casamento, teria tido o Gonçalo Pereira Porto Sampaio, citado no tópico dos “Monjardim”. E de seu segundo casamento, a descendência já citada no tópico “Duarte Carneiro”. Ainda sem comprovação (mais uma vez...) uma provável filha dele (imã inteira de Gonçalo), seria a matriarca dos “Azambuja Meirelles” da Serra. Manoel Pinto Ribeiro é, além disso, ancestral de todos os “Monjardim” atuais.

Pinto Homem de Azevedo

Os “Pinto Homem de Azevedo” são originários da freguesia de Santa Eulália de Oliveira, atual Oliveira, no concelho de Barcelos, Portugal. Seu representante mais importante, no Espírito Santo, foi Francisco Pinto Homem de Azevedo, que foi Conselheiro-Geral, deputado provincial e vice-presidente da província, tendo exercido a presidência em várias oportunidades. Casa-se com a filha de Gonçalo

¹² Ver *Renato José Costa Pacheco – 1928-2004*, de MORAES, Paulo Stuck.

Pereira Porto Sampaio, o construtor do atual Solar Monjardim. Esse Gonçalo, brasileiro, capixaba, era neto de outro Gonçalo Pereira Sampaio, já morador em Vitória no final do século XVII, este sim português, de São Martinho de Caramos, concelho de Braga. Persistem ainda algumas dúvidas quanto a essas sequências genealógicas, que, no entanto, são muito prováveis, pela época e pelos nomes dos envolvidos. Essa impossibilidade de comprovação deve-se àquela citação anteriormente feita, do desaparecimento dos diversos livros eclesiásticos dos primeiros 300 anos de nossa capitania. Proprietário, por dote, do atual Solar Monjardim, era foi pai de Ana Francisca, que contraiu matrimônio com José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Irmão de Francisco, José Pinto Homem de Azevedo foi padre, tendo nascido em Vitória em 1760.¹³ Uma irmã, casada com José Ribeiro Pinto, foi mãe do chamado desembargador Sampaio, qual seja, Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio (1783-1857), primeiro e único capixaba a presidir o Supremo Tribunal Federal (na época, Supremo Tribunal de Justiça), de 1856 até sua morte, no ano seguinte.¹⁴

Tovar

Manoel Vieira de Albuquerque Tovar governou o Espírito Santo entre 1804 e 1811. Basílio Daemon cita que, ao deixar a Capitania, deixou aqui 2 filhos naturais.¹⁵ Aires Vieira de Albuquerque Tovar seria um desses filhos. Jovem, ainda, ingressa no exército, atingindo o posto de alferes, resignando ao posto em 1834, passando a dedicar-se à lavoura. Trás para Vitória a primeira tipografia da província, onde intentou editar um periódico (O Estafeta), do qual há notícia da edição de apenas o primeiro número, em 1840. Adoentado, veio a falecer no

¹³ Habilitação de gênero arquivada na Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁴ Ver página do Supremo Tribunal Federal, na internet.

¹⁵ Ver *Província do Espírito Santo*, de DAEMON, Basílio de Carvalho.

ano seguinte, deixando um filho, de igual nome, que deixou numerosa descendência na capitania e, no depois estado. Seus bisnetos Jair Tovar (que foi deputado estadual) e José Francisco Monjardim Filho foram membros da Academia Espírito-santense de Letras. Entre os trinetos, temos José Tovar Pimenta, que exerceu a procuradoria do estado, Cláudio Ferreira Tovar, que é ator conceituado no Rio de Janeiro e João Luiz de Albuquerque Tovar Neto, que exerceu vários cargos na administração pública estadual. Vários outros descendentes exercem a advocacia e a medicina, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, para onde parte dos descendentes se transferiram, em meados no século XX.

Outras famílias

Temos diversas outras famílias, na Grande Vitória, que tem se dedicado ao comércio, como “Fernandes Moça”, no ramo de comércio de ferragens, família à qual pertence a atual primeira-dama do estado, sra. Maria Virgínia, e Pais, no ramo de materiais de construção, imigrantes chegados em meados do século XX.

Interior

Beiriz¹⁶

Como tantos portugueses que desembarcaram no Brasil do século XIX, fugindo da penúria e na tentativa de melhorar a vida, Manoel da Costa, viúvo recente, vem para o Brasil, por volta de 1858, com seus 3 filhos solteiros, fixando-se na região de Iconha e Piúma. Dos 3 filhos que vieram para o Brasil, Antonio acaba por retornar à cidade natal, onde falece sem herdeiros em 1915. José e Manoel por aqui se estabeleceram e constituíram família. Enquanto seus irmãos

¹⁶ Ver *Revista do IHGES* n.º 36, de 1985.

se mantiveram Gonçalves da Costa, José adicionou ao nome o topônimo Beiriz, de sua cidade de origem, ficando assim conhecido, e repassando esse nome aos descendentes. Torna-se fazendeiro e, ao associar-se a Antonio José Duarte, domina grande parte do comércio da região, chegando a ter uma casa bancária em nome da sociedade, que auxiliava o desenvolvimento da região de Piúma e Iconha.

Bello de Araújo¹⁷

Originários de 3 irmãos (Joaquim, José e Manoel) que chegaram a Itapemirim entre 1840 e 1845. Do casamento de Joaquim com Josefa, filho de Domingos Souto, nasce Ana, que, ao casar com Joaquim Pires de Amorim, origina os “Bello de Amorim”, com larga descendência na região de Cachoeiro de Itapemirim, e Rio de Janeiro.

Duarte¹⁸

Antonio José Duarte, natural de São Payo de Merlins, foi parceiro e sócio de José Gonçalves da Costa Beiriz, na empreitada de colonizar e dotar a região de Iconha e Piúma de condições para se desenvolver. Em Iconha, em 1884, celebrou seu casamento, com uma filha da terra. Sua filha Argentina contraiu matrimônio com Idylio, filho do sócio e amigo, unindo as famílias definitivamente, além do enlace econômico que já existia.

Durão¹⁹

José Joaquim Durão era natural do Porto, e aqui chegou antes de 1865, posto que seu primeiro filho nasce neste ano, já em Linhares.

¹⁷ Ver *Genealogia Capixaba*, de AMORIM, Joaquim Pires.

¹⁸ Ver *História de uma colonização*, de SIMÃO, Idalgiso.

¹⁹ Ver *Guia histórico e geográfico das ruas de Linhares*, de HOLLIDAY, Patrick Mário Calmon, et alli.

Seu bisneto Luis Cândido Durão foi prefeito por duas vezes, deputado federal, também por duas vezes e atualmente é deputado estadual.

Fundão

Família de origem portuguesa, que auxiliou na povoação do norte do estado, notadamente a região de São Mateus, onde tiveram forte atuação política. Provavelmente é mais um caso de toponímia na formação do sobrenome, posto que há indícios que o genearca da família seja originário da cidade de Fundão, em Portugal.

Pires de Amorim²⁰

José Pires de Amorim era nascido em Passo de Averomar, freguesia de Santiago de Amorim, de onde vem a complementação de seu nome (mais um sobrenome toponímico), comum a vários portugueses que aqui chegaram, para melhor serem identificados. Inicialmente a família estabeleceu-se no interior do Rio de Janeiro, vindo para o Espírito Santo por volta de 1852, já com vários filhos. Dentre seus membros temos seus filhos (que, por parte de mãe, são sobrinhos do Barão de Guapy): Joaquim Pires de Amorim, republicano histórico, foi o primeiro juiz federal do Espírito Santo, de 1890 a 1901, Diogo Pires de Amorim, republicano histórico e vereador em Cachoeiro de Itapemirim, Eugênio Pires de Amorim, médico e senador pelo Espírito Santo, de 1893 a 1897, mosenhor João Pires do Amorim, que, após passar por algumas paróquias, foi nomeado para o Rio de Janeiro, onde ficou de 1885 até sua morte, em 1914. Foi defensor e auxiliou sobre maneira no estabelecimento do bispado do Espírito Santo, finalmente crido em 1897.

²⁰ Ver *Um dos primeiros habitantes de Cachoeiro*, de AMORIM, Joaquim Pires.

Santos Neves

Os “Santos Neves” têm origem no casamento de Antonio José dos Santos com uma filha de Manoel Castro Neves (da qual ainda não obtive o nome), em Salvador, na Bahia, ou, segundo alguns, ainda em Portugal, na freguesia de Ramalde. Dois (ou três, há uma dúvida ainda não esclarecida) filhos desse casal estabeleceram-se no Espírito Santo, mais precisamente em São Mateus. Desses primeiros “Santos Neves” tivemos Graciano Santos Neves Júnior exercendo a presidência do estado em duas oportunidades. O primo de Graciano Júnior, João, casa-se com uma portuguesa (D. Albina Gonçalves Morgado Silva), reforçando a ligação com a terra lusa. Tornam-se pais de Jones Santos Neves, governador do estado em dois períodos, Guilherme Santos Neves, nosso maior folclorista e o médico Jayme Santos Neves. Temos, ainda, os escritores Luiz Guilherme e Reinaldo, filhos de Guilherme, e, portanto, netos de uma portuguesa.

Souto

Domingos Rodrigues Souto, nascido em Guimarães, foi comendador da Ordem da Rosa. Deputado provincial por várias legislaturas. Esteve ligado, a princípio, com a fundação de Cachoeiro de Itapemirim, fixando-se, posteriormente, em Vitória, onde faleceu. Seus descendentes ligaram-se a várias famílias da província e depois, do estado, como os “Bello de Araújo” e “Pires de Amorim”. Uma de suas filhas (Lucrecia) foi casada com Manoel Rodrigues de Campos, e foram pais do marechal Manoel Rodrigues de Campos. Outro neto, filho de sua filha Carolina, Domingos Vicente Gonçalves de Souza (1842-1916), estabelece-se na mesma Viana, acima citada, sendo vereador em várias legislaturas, além de exercer diversos cargos na esfera estadual e chegando ao Senado Federal (1891-1897) e em 1914, nos últimos dois anos antes de seu falecimento. Sua trineta Alda Ma-

galhões casou-se com Jones Santos Neves, e foi primeira-dama estadual, em mais uma interligação de famílias com origem portuguesa.

Outras famílias “mineiras”

São muitas as famílias atuais com ascendência lusitana, quer do continente, quer das ilhas. As acima, tiveram origem no Espírito Santo, desde a época da capitania. Ainda temos outras, que iniciadas em outras capitanias, para cá mandaram alguns de seus descendentes que acabaram influenciando a vida capixaba. Vejamos algumas:

Monteiro²¹

Os Monteiro iniciaram-se no Brasil por volta de 1770, com a chegada de Antonio de Souza Monteiro, à região próxima a Mariana. Ali nasceu o primeiro Monteiro em solo nacional, qual seja, outro Antonio de Souza Monteiro, pai de Francisco, que, ao casar, muda-se para a região de Cachoeiro de Itapemirim, onde nascem os netos Jerônimo e Bernardino, ambos presidentes do estado, D.Fernando, segundo bispo do Espírito Santo, os bisnetos Henrique Novaes, que foi senador e Maria Stella de Novaes, uma de nossas primeiras intelectuais, Nelson Goulart Monteiro, deputado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, governador em dois mandatos e senador, Moacyr Avidos, prefeito de Vitória e o trineto Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê), jornalista e músico.

Nogueira da Gama

O madeirense Tomé Rodrigues Nogueira do Ó veio para o Brasil por volta de 1710. Seu filho Nicolau Antonio Nogueira vem a ser o

²¹ Ver *Jerônimo Monteiro*, de NOVAES, Maria Stella.

genearca dos “Nogueira da Gama”, ao casar-se com Ana Joaquina de Almeida Gama. Três filhos desse casal estão intrinsecamente ligados ao Espírito Santo: Francisco Antonio e Antonio Joaquim, cujos filhos casaram-se e são a origem dos “Nogueira de Gama” de Linhares, e Maria Custódia, que, ao casar-se com Mateus Herculano Monteiro da Cunha Matos dá origem aos “Nogueira de Gama” da região de Cachoeiro de Itapemirim. De Linhares, temos os primeiros povoadores do município, que, ao se unirem aos “Calmon” (baianos de origem francesa), nos deram Celso Calmon Nogueira da Gama, que foi desembargador e eventual substituto do interventor Bley, e seu neto José Paulo Calmon Nogueira da Gama, atualmente desembargador, além de Monsenhor Eurípedes Pedrinha. De Cachoeiro de Itapemirim, temos Francisco Xavier e Francisco Herculado, respectivamente filho e neto do casal genearca, vereadores e deputados ainda ao tempo de Império, além do tetraneto Oscar de Almeida Gama Filho, escritor conceituado no estado.

Rezende²²

Nascido na Ilha de Santa Maria, nos Açores, João Rezende da Costa casa-se no Brasil, em 1726, justamente com a mais nova das Três Ilhoas, anteriormente citadas. Entre seus descendentes, com atuação destacada no Espírito Santo, temos os governadores Eurico Vieira de Rezende e Cristiano Dias Lopes Filho, o senador Ricardo de Rezende Ferraço e o desembargador Anníbal de Rezende Lima

Temos muitas outras famílias, no âmbito genealógico, dentro do estado. Numerar todas torna-se uma tarefa hercúlea. Várias das famílias acima citadas estão entrelaçadas, com a ocorrência de casamento entre seus membros. Há, ainda, ligações com italianos, germânicos,

²² Ver *Família Rezende e Família Vieira de Rezende*, de CARREIRO, Robson Rezende.

estadunidenses, negros, índios, o que mais uma vez vem fortalecer a tendência de miscigenação da população capixaba e da brasileira, como um todo. Demonstrar todas essas ligações tomaria um tempo excessivo. É pretensão futura publicar as pesquisas que venho desenvolvendo já há mais de 13 anos, que, aliada a pesquisas de terceiros, já me proporcionaram um arquivo com cerca de 90.000 nomes, abrangendo boa parte dos séculos XIX e XX, da genealogia capixaba, e já adentrando o século XXI, que já está na sua segunda década.

COMUNICAÇÃO AO V COLÓQUIO*

Assumimos a presidência do IHGES em junho de 2008. Vínhamos de um período um tanto conturbado: perdêramos um ano antes o presidente Sebastião Sobreira, no exercício do mandato, e o vice-presidente, Leonardo Monjardim, assumiu a presidência numa emergência e premido por seus inúmeros afazeres profissionais. Ao assumirmos, tínhamos dívidas a pagar e a tarefa de atrair o associado de volta às nossas atividades sociais. Foi o que fizemos.

Inicialmente, levantamos a situação do nosso patrimônio imóvel, regularizamos algumas pendências cartorárias, cadastramos o patrimônio móvel e começamos a investigar os arquivos da Casa. Catalogamos todo o acervo da nossa Biblioteca, melhoramos a página do Instituto na internet, criando contas nas redes sociais para divulgação das atividades. Levantamos a situação dos associados, consultamos aos inadimplentes sobre se desejavam continuar associados, cobramos contribuições em atraso, negociando diretamente com cada um, e conseguimos perto de 80% de adimplimento. Na altura essa resposta do associado foi providencial, porque o IHGES já não recebia nenhuma contribuição do Poder Público.

As atividades de um Instituto Histórico e Geográfico obviamente dependem de financiamento e a maior parte das vezes esse financiamento vem do Poder Público. O IHGES nasceu, em 1916, sob os auspícios do Poder Público, que lhe cedeu as acomodações para as reuniões iniciais, doou-lhe imóvel para abrigar sua sede já em 1925 e subvencionou a publicação dos primeiros números da *Revista* — o primeiro é de 1917, o mais antigo periódico ainda em circulação no Espírito Santo.

* Comunicação feita no dia 20 de Outubro de 2011 pelo presidente do IHGES, Getúlio Marcos Pereira Neves, ao V Colóquio de Institutos Históricos Brasileiros, reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao longo desses noventa e cinco anos de atividades tivemos momentos de maior e menor participação do Poder Público no financiamento das atividades da Casa, sendo de registrar que o ponto alto do programa editorial do IHGES, entre o final dos anos 90 e início de 2000, se deveu a dois Convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Vitória.

O último desses dois convênios cessou na atual gestão, não tendo sido possível a sua renovação. Urgia, então, encontrar outras formas de financiamento, máxime para a publicação da Revista, que é obrigação que nos impõe o Estatuto. Publicamos, desde 2008, quatro números da *Revista*, temos mais um no prelo, a de n.º 66. Dessas quatro, uma foi publicada com os últimos recursos do Convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, uma com verba de emenda parlamentar, através da SECULT, e duas com financiamento particular.

Atravessamos todo o ano de 2009 sem qualquer aporte financeiro externo, sobrevivendo apenas das contribuições sociais. Aquele foi o ano em que pretendemos aglutinar novamente os esforços dos associados e conseguimos obter o reconhecimento do Poder Público e da sociedade para as nossas atividades. Assistimos a um aumento na frequência às reuniões ordinárias e às atividades desenvolvidas pela Casa.

O IHGES recebeu sua sede, em doação do Estado do Espírito Santo, em 1925, como já referido acima. Tratava-se de um palacete onde funcionava o Clube dos Boêmios, na área mais nobre de Vitória, a região do Parque Moscoso. No entanto a manutenção do imóvel era problemática, porque não havia subvenção regular para este fim. Até que nos anos 60 foi votada na Assembleia Legislativa uma lei que permitiu a incorporação do imóvel, como era do interesse da nossa Assembleia Geral à época. Pelo terreno, situado numa área que já não era então a mais nobre da cidade, recebeu o IHGES toda a sobreloja, onde hoje temos a nossa sede, e dois apartamentos no Edifício Domingos Martins, o patrono da nossa Casa. No entanto

essa obra durou aproximadamente oito anos, e determinou a transferência de grande parte do acervo do IHGES para outros órgãos, sem o necessário controle para sua posterior recuperação.

Por este motivo, a dispersão da maior parte de seu acervo, o IHGES passou a atuar não só como uma casa de memória: desde sua reativação, em 1981, e a assinatura dos dois Convênios com a Prefeitura Municipal de Vitória, saiu de suas dependências para, através de seus membros de maior prestígio, ministrar aulas e realizar palestras nas escolas da rede pública, passando também a receber o público em suas dependências para a realização de oficinas e atividades as mais diversas.

Essa característica que foi adquirindo, de centro de atividades, o IHGES mantém, ainda que não com tanta pujança, até hoje. Realizamos reuniões quinzenais da diretoria com a presença de associados, reuniões essas que são abertas ao público e onde, por conta dos registros e comunicações, se discutem temas de interesse e se colhem idéias para a nossa programação. As atividades culturais desenvolvidas nesse período:

Mesas redondas:

2008 – “Coletânea de Estudos e Registros do Folclore Capixaba, de Guilherme Santos Neves”.

2009 – “Afonso Cláudio: precursor da modernidade capixaba”, na Bienal Capixaba do Livro .

2010 – “150 Anos da Viagem de Pedro II ao Espírito Santo”.

2011 – “140 Anos da Lei do Ventre Livre”.

Ciclo de Palestras:

2008 – “Paleografia e História do Espírito Santo” – prof. João Eurípedes Franklin Leal.

2009 – Ciclo de Palestras sobre o desembargador Afonso Cláudio, em parceria com a Academia Espírito-santense de Letras (5 palestras a cargo de associados).

- Literatura de Viagem – prof. Francisco Aurélio Ribeiro.
- 2010 – “475 Anos de Colonização do Solo Espírito-santense” – prof. Luiz Guilherme Santos Neves.
- “Padre José de Anchieta no Espírito Santo” - prof. Gabriel Bittencourt.
- “Homenagem ao ex-presidente Alberto Stange Jr.” – prof. Fernando Achiamé .
- 2011 – duas palestras programadas.

Uma iniciativa bastante concorrida foi a que denominamos “ciclo de documentários”, tendo sido exibidos no nosso auditório em 2010 três documentários, de associados e não só, sobre assuntos referentes à História e ao Folclore do Espírito Santo: “Caleidoscópico do Folclore Capixaba”, “A Estrada Silvestre” e “Judite, a senhora cidadã”.

Todo esse trabalho, que continuamos a desenvolver mesmo quando não há ajuda externa, voltou a atrair a atenção sobre o IHGES. Na verdade o que se pensa é que o Instituto é o dono do Ed. Domingos Martins, onde está situado, e recebe alugueres das unidades comerciais e residenciais. O que não é verdade. Aliás, e ao invés disso, ao ser formado o Condomínio o IHGES obrigou-se a pagar uma taxa, como as demais unidades, mesmo sendo totalmente independente e não se utilizando da portaria, elevadores e prestadores de serviço comuns. Tentamos duas vezes em assembleia geral alterar a situação — o que, obviamente, não foi aceito. Uma ação judicial para este fim (nos desonerar do pagamento da taxa) é inviável, conforme a jurisprudência pacífica dos tribunais.

Uma grande notícia neste período foi a parceria informal com a Universidade Federal, através de seu Programa de Pós-Graduação em História. A Coordenadora do programa, professora doutora Adriana Campos, é associada ao IHGES e sua ação junto à Casa possibilitou, em 2010, a realização da mesa redonda sobre a viagem do

Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo, quando tivemos o prazer de contar com a presença da prof.^a Lucia Maria Paschoal Guimarães, do IHGB; possibilitou, também, a realização do Concurso Joaquim Nabuco de monografias onde, integrando-nos às comemorações pelo Ano Joaquim Nabuco, concedemos prêmios aos vencedores no nível de graduação e pós-graduação. Os artigos vencedores do certame serão publicados no próximo número da *Revista*.

Um trabalho que iniciamos na gestão 2008-2011 e tem se mostrado bastante frutífero é o de levantamento dos arquivos do IHGES, trabalho este coordenado pelo vice-presidente Paulo Stuck Moraes. Foram resgatados objetos e documentos que já não eram lembrados, pode-se dizer, porque estavam em depósito. Essa iniciativa rendeu, inclusive, o resgate de um número da *Revista*, que deveria ter sido publicado em 1949 e não o foi, provavelmente por falta de recursos financeiros. A publicação desse “número esquecido”, que saiu como n.º 65, foi o ponto alto dos festejos dos 95 anos de fundação do IHGES, na sessão solene de 12 de junho passado.

Interessante é que, como não tínhamos tempo para burocracias, pela premência dos prazos, acabamos custeando essa publicação. O que rendeu uma matéria num jornal de Vitória, à minha revelia, estampando que, para manter a memória do Espírito Santo, o IHGES tinha de recorrer ao bolso dos associados. Essa matéria rendeu uma espécie de comoção geral no público e nas autoridades, e recebemos oferecimento de ajuda um pouco de toda parte. De concreto, uma emenda parlamentar, realocada, devida ao dep. Cláudio Vereza, nosso associado, e que nos permitirá uma reforma completa do sistema de sonorização do auditório.

Afora essa circunstância até pitoresca, esse trabalho de resgate e divulgação do material do nosso acervo sem dúvida tem atraído o interesse do Poder Público: fomos contemplados com verba de um Edital da Secretaria Estadual de Cultura para higienização, catalo-

gação e restauração de livros raros da nossa biblioteca, uma coleção de jornais do século XIX e fotos de uma coleção particular que nos foi doada pelo falecido consócio Elmo Elton Santos Zamprogno. Os trabalhos estão em andamento.

Aliás, o acervo que nos foi deixado por esse associado parece vai influenciar nossos próximos passos. Uma grande quantidade de peças de mobiliário e peças decorativas da coleção Elmo Elton foi entregue pelo IHGES em comodato à Prefeitura Municipal de Vitória, na época nossa parceira, por falta de espaço nas nossas instalações. O prazo do contrato venceu neste ano de 2011, e ainda não tomamos providências concretas a respeito porque continuamos sem instalações bastantes e sem condições de conservação adequada das peças. Ora, o fato é que para nos mantermos como uma espécie de prestador de serviços, como querem alguns, o espaço que ocupamos hoje é suficiente. Mas é forçoso reconhecer que a ausência dos associados capazes de manter, pelo seu simples prestígio pessoal, o funcionamento da Casa nestes moldes, nos leva a procurar alternativas. E a alternativa que resolvemos priorizar, e o temos feito na medida do possível, é justamente a reativação do nosso museu. Urge, para isto, que se resolva o problema de espaço na nossa sede.

Considerando os associados que a alternativa mais acertada seja a mudança de sede, atualmente pretendemos viabilizar a entrada do IHGES numa permuta de imóvel entre o Estado do Espírito Santo e a União Federal. O que nos interessa trata-se de um imóvel bastante amplo situado na Praça João Clímaco, na Cidade Alta, o centro histórico de Vitória. Esse imóvel foi adquirido pelo Estado para ceder à União, que instalará ali um arquivo. Pretendemos a permuta desse imóvel, restaurado, pelas nossas atuais instalações, o que está em conversação.

Da mesma maneira encaminhamos à dep. Luzia Toledo, nossa associada, e ao Secretário Estadual de Cultura, pedido de ade-

quação de uma lei estadual dos anos 80, (que, aliás, nunca teve execução) que nos concede subsídio mensal para fazer frente às despesas correntes, como acontece com muitos dos demais Institutos Históricos, Brasil afora. No caso de conseguirmos o imóvel esse subsídio é imprescindível, até mesmo para custear despesas de sua manutenção.

Não se pode deixar de reconhecer que todo esse trabalho da Diretoria tem rendido frutos imediatos: além da emenda parlamentar já referida, cuja liberação está sendo viabilizada ainda para este ano de 2011, conseguimos junto ao Diário Oficial do Estado a publicação de um número da nossa *Revista*, o segundo que publicaremos neste ano, e também a edição de um livro sobre o movimento folclórico no Espírito Santo.

Temos tido a inegável colaboração dos associados neste trabalho de valorização da Casa. Sediamos muitos lançamentos de livros, e muitos associados deixam para fazer seus lançamentos na Dezembroada, nossa sessão de encerramento do ano, em que é lançada a revista. A produção dos nossos associados, aliás, é relevante tanto em termos de quantidade quanto de qualidade e temos enviado uma amostra do que de melhor se tem produzido entre nós para as edições do Prêmio Pedro Calmon, patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Deve-se mencionar que para esse trabalho de revalorização dos nossos arquivos concorre também a nossa proximidade com o Arquivo Público estadual, sendo a nossa secretária adjunta Juliana Simonato a responsável técnica por um dos setores daquele órgão. O Instituto Histórico foi agora chamado a trabalhar junto à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, quando poderá opinar sobre a classificação e conservação de documentos judiciais e a formação do arquivo permanente, o de valor histórico mais evidente.

Esse papel de relevo o IHGES vem conservando ao longo do tempo, tomando assento regular nos diversos conselhos de cultura, estaduais e municipais, e nas comissões julgadoras de leis de incentivo à cultura. É o reconhecimento de sua autoridade nos assuntos que dizem respeito à memória do Espírito Santo.

Assim senhores, em rápidas palavras e com esse panorama das nossas atividades atuais é que apresentei aos senhores um Instituto que vem sendo obrigado a repensar diariamente a sua função social, até como estratégia de sobrevivência.

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso no Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO/ES),
Vitória-ES, em Novembro de 2011.

Tiragem: 300 exemplares.